INSTITUTO MINAS GERAIS
PESQUISA, ENSINO E INOVAÇÃO

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE OURO PRETO

Prof. Carlos Tiago Jorge de Azevedo
MSc. Mateus Felipe Rocha Maia
Dr. Antônio Cleber Gonçalves Tibiriçá
MSc. Hudson de Oliveira Cambraia
Ana Cristina Ribeiro dos Santos
Carla Romanholi de Castro

OURO PRETO, MG 2026

Revisão do Plano Diretor de Ouro Preto
Câmara Municipal de Ouro Preto

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO
LEGISLANDO PARA CIDADANIA

Revisão do

Plano Diretor de Ouro Preto

Câmara Municipal de Ouro Preto

Material de origem dos quadros e dos textos.

ETAPA II – CADERNO DE DIAGNÓSTICO

Produto 4: Síntese das Leituras Comunitária e Técnica.

Atividade: Diagnóstico Participativo

VOLUME ÚNICO

Junho de 2024.

Revisado em novembro de 2024.

EQUIPE TÉCNICA

MSc. Hudson de Oliveira Cambraia
Advogado
Mestre em Direito Público
OAB - 124665

Ana Cristina Ribeiro dos Santos
Arquiteta e Urbanista

Dr. Antônio Cleber Gonçalves Tibiriçá
Arquiteto e Urbanista

Carla Romanholi de Castro
Arquiteta e Urbanista

MSc. Mateus Felipe Rocha Maia
Arquiteto e Urbanista
Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
CAU A265913-1

Prof. Carlos Tiago Jorge de Azevedo
Sociólogo
RP0001216/MG

LISTA DE FIGURAS

Introdução **16**
Leitura do diagnóstico **18**
Figura 01: Tabela de Diagnóstico Consolidado: Distrito Sede (Aspectos Físicos). 19
Figura 02: Síntese geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais (Sede). 22
Figura 03: Tabela de Diagnóstico Consolidado: Meio Biótico e Ambiental (Sede). 23
Figura 04: Síntese da leitura técnica sobre Saneamento Básico (Sede). 25
Figura 05: Síntese Técnica Geral da Mineração do município de Ouro Preto (Sede e distritos). 28
Figura 06: Diagnóstico de Questões Técnicas e Comunitárias (Sede). 30
Figura 07: Tabela de Aspectos Econômicos: Sede (Bauxita e Serra de Ouro Preto). 32
Figura 08: Mapa de funcionalidade das vias do município de Ouro Preto (GORCEIX, 2024, p. 286). 33
Figura 09: Mapa de funcionalidade das vias da Sede (GORCEIX, 2024, p. 286). 34
Figura 10: Síntese de Mobilidade por Regiões no Distrito Sede. 34
Figura 11: Síntese do Patrimônio Cultural (Sede). 36
Figura 12: Resumo da Análise Técnica de Uso e Ocupação do Solo/Expansão Urbana. 38
Figura 13: quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Serra de Ouro Preto. 40
Figura 14: quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Caminho Tronco e entorno. 42
Figura 15: Quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Bauxita e entorno. 44
Figura 16: Diagnóstico da Serra do Itacolomy. 46
Figura 17: Síntese de Aspectos de Uso e Ocupação do Solo no Distrito Sede. 47
Figura 18: Síntese de Habitação e Regularização Fundiária (Sede). 51
Figura 19: Síntese do Turismo - Sede (Caminho Tronco). 54
Figura 20: Síntese do Turismo - Sede (Serra de Ouro Preto). 56
Figura 21: Síntese do Turismo - Sede (Bauxita e Entorno). 57
Figura 22: Síntese do meio físico (leitura comunitária + leitura técnica) do distrito de Amarantina. 59
Figura 23: Síntese geral do meio biótico e dos aspectos ambientais - distrito de Amarantina. 61
Figura 24: diagnóstico consolidado (leitura técnica e comunitária) - distrito de Amarantina. 61
Figura 25: Síntese da leitura comunitária com parecer técnico de Amanrantina. 63
Figura 26: Síntese técnica de Amarantina. 64
Figura 27: Síntese da Mineração em Amarantina - Resumo. 65
Figura 28: Síntese técnica da mineração em Amarantina. 66
Figura 29: Síntese dos aspectos sociais e demográficos de Amarantina. 67
Figura 30: Resumo da análise técnica de aspectos econômicos gerais. 68

Figura 31: Síntese dos aspectos econômicos de Amarantina. 69
Figura 32: mobilidade urbana geral do município de Ouro Preto. 70
Figura 33: Síntese de mobilidade (leitura comunitária + leitura técnica) em Amarantina. 70
Figura 34: Síntese do patrimônio cultural (leitura comunitária + leitura técnica) Amarantina. 71
Figura 35: Síntese de aspectos de uso e ocupação do solo - Expansão urbana (leitura comunitária + leitura técnica) Amarantina. 72
Figura 36: Síntese geral das áreas para HIS (leitura comunitária + leitura técnica) para o município de Ouro Preto. 74
Figura 37: Síntese das áreas para Regularização Fundiária (leitura comunitária + leitura técnica) para Amarantina. 75
Figura 38: Síntese do turismo (leitura comunitária + leitura técnica) de Amarantina. 76
Figura 39: baseada no quadro resumo sobre o meio físico. 77
Figura 40: síntese geral do meio biótico e dos aspectos ambientais do Distrito de Antônio Pereira. 79
Figura 41: síntese geral do meio biótico e dos aspectos ambientais do Distrito de Antônio Pereira. 79
Figura 42: diagnóstico consolidado (Leitura Técnica Comunitária) Distrito de Antônio Pereira. 80
Figura 43: Síntese da Leitura Técnica de Antônio Pereira. 81
Figura 44: Síntese da Leitura Comunitária com Parecer Técnico de Antônio Pereira. 82
Figura 45: Síntese técnica geral da mineração no município de Ouro Preto. 84
Figura 46: Diagnóstico de aspectos sociais e demográficos – Antônio Pereira. 87
Figura 47: síntese de aspectos econômicos (leitura comunitária + técnica) de Antônio Pereira. 88
Figura 48: Resumo da análise técnica de Aspectos Econômicos. 89
Figura 49: Síntese de Mobilidade (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) - Antônio Pereira. 91
Figura 50: Síntese do patrimônio cultural (leitura comunitária + leitura técnica) Antônio Pereira. 93
Figura 51: Quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Antônio Pereira. 94
Figura 52: Síntese dos Aspectos de Uso e Ocupação do Solo - Expansão Urbana (leitura comunitária + leitura técnica) - Antônio Pereira. 95
Figura 53: Síntese do Turismo (leitura comunitária + leitura técnica) em Antônio Pereira. 96
Figura 54: Síntese do Meio Físico (leitura comunitária + leitura técnica) do distrito de Cachoeira do Campo. 98
Figura 55: Síntese geral do meio ambiente e dos aspectos ambientais do distrito de Cachoeira do Campo. 100
Figura 56: Continuação da síntese geral do meio ambiente e dos aspectos ambientais do distrito de Cachoeira do Campo. 101
Figura 57: Diagnóstico consolidado (leitura técnica e comunitária), distrito de Cachoeira do Campo. 102

Figura 58: Síntese da leitura técnica de Cachoeira do Campo. 104
Figura 59: Síntese da leitura comunitária com parecer técnico do distrito de Cachoeira do Campo. 105
Figura 60: Síntese da leitura comunitária e parecer técnico de Cachoeira do Campo. 107
Figura 61: Síntese técnica geral da mineração em Cachoeira do Campo. 108
Figura 62: Diagnóstico de Aspectos Sociais e Demográficos – Cachoeira do Campo 109
Figura 63: Síntese de aspectos econômicos (leitura comunitária + técnica) para Cachoeira do Campo. 112
Figura 64: Síntese de Mobilidade (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) Cachoeira do Campo. 114
Figura 65: Síntese do Patrimônio Cultural (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Cachoeira do Campo. 117
Figura 66: Diretrizes Urbanísticas Intersetoriais do Diagnóstico Técnico – Cachoeira do Campo. 118
Figura 67: Síntese técnica da áreas para HIS (leitura comunitária + leitura técnica)- Cachoeira do Campo. 123
Figura 68: Síntese do Turismo, estruturada a partir do cruzamento entre as leituras técnicas e as demandas participativas da comunidade. Diretrizes e Demandas do Turismo – Cachoeira do Campo. 125
Figura 69: Síntese do Meio Físico (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) do distrito de Engenheiro Correia. 128
Figura 70: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais – Distrito de Engenheiro Corrêa. 130
Figura 71: Áreas de Proteção Permanente – APP, ZPAM e Reserva Legal (continuação). 130
Figura 72: Diagnóstico Consolidado (Leitura Técnica e Comunitária) – Distrito de Engenheiro Corrêa. 131
Figura 73: Síntese da Leitura Técnica do Saneamento Básico – Distrito de Engenheiro Corrêa. 133
Figura 74: Matriz de Diagnóstico Participativo e Deliberação Técnica – Distrito de Engenheiro Corrêa. 133
Figura 75: Síntese Técnica da Mineração em Engenheiro Corrêa – Diagnóstico Consolidado. 136
Figura 76: Síntese das Leituras Técnica e Comunitária da Mineração em Engenheiro Corrêa. 137
Figura 77: Síntese de Aspectos Sociais e Demográficos – Engenheiro Corrêa 140
Figura 78: Síntese de Aspectos Econômicos (Leitura Comunitária + Técnica) – Distrito de Engenheiro Corrêa. 144
Figura 79: Síntese de Mobilidade (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Engenheiro Corrêa. 145
Figura 80: Síntese do Patrimônio Cultural (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Engenheiro Corrêa. 148
Figura 81: Quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Engenheiro Corrêa 150
Figura 82: Síntese de Habitação – Engenheiro Corrêa. 153

Figura 83: Síntese do Turismo (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) em Engenheiro Corrêa. 155
Figura 84: Síntese do meio físico (leitura comunitária + leitura técnica) do distrito de Glaura. 157
Figura 85: Síntese do meio biótico e dos aspectos ambientais do distrito de Glaura. 159
Figura 86: Síntese do meio biótico e dos aspectos ambientais do distrito de Glaura (continuação). 159
Figura 87: Diagnóstico consolidado (leitura técnica e comunitária) do distrito de Glaura. 160
Figura 88: Síntese da leitura com parecer técnico do distrito de Glaura. 161
Figura 89: Síntese técnica da leitura comunitária com parecer técnico do distrito de Glaura. 162
Figura 90: Síntese da leitura comunitária com parecer técnico do distrito de Glaura. 164
Figura 91: Síntese de Aspectos Econômicos – Glaura 165
Figura 92: Síntese de aspectos — principais questões técnicas e comunitárias — Distrito: Glaura. 167
Figura 93: Síntese de Mobilidade (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Glaura 169
Figura 94: Síntese do Patrimônio Cultural (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Glaura. 171
Figura 95: Quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Glaura. 173
Figura 96: Síntese da Produção Habitacional no Distrito de Glaura. 175
Quadro 97: Síntese da Regularização Fundiária no Distrito de Glaura. 175
Figura 98: Síntese do Turismo (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) em Glaura. 177
Figura 99: Síntese do Meio Físico (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) do distrito de Lavras Novas. 180
Figura 100: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais (continuação). 183
Figura 101: Diagnóstico Consolidado (Leitura Técnica e Comunitária) 184
Figura 102: Síntese da Leitura Técnica de Lavras Novas. 187
Figura 103: Síntese da Leitura Comunitária com Parecer Técnico de Lavras Novas. 187
Figura 104: Síntese da Leitura Técnica da Mineração em Lavras Novas. 190
Figura 105: diagnóstico das questões técnicas e comunitárias de Lavras Novas. 191
Figura 106: Síntese de Mobilidade – Lavras Novas. 194
Figura 107: Síntese de Mobilidade (leitura comunitária + leitura técnica) - Lavras Novas. 197
Figura 108: Quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Lavras Novas. 199
Figura 109: Síntese dos Aspectos de Uso e Ocupação do Solo – Expansão Urbana (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Lavras Novas. 199
Figura 110: Quadro-síntese das áreas para HIS (leitura comunitária + leitura técnica) para o município de Ouro Preto — recorte: Lavras Novas. 201
Figura 111: Síntese do Turismo (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) em Lavras Novas. 203
Figura 112: Síntese do Meio Físico (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) do distrito de

Miguel Burnier. 207
Figura 113: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais (Parte 1). 209
Figura 114: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais (continuação) 210
Figura 115: Síntese da Leitura Técnica de Saneamento Básico em Miguel Burnier. 212
Figura 116: Síntese da Leitura Comunitária com Parecer Técnico de Miguel Burnier. 213
Figura 117: Síntese Técnica da Mineração em Miguel Burnier – Diagnóstico Consolidado. 215
Figura 118: síntese de Aspectos Sociais e Demográficos – Miguel Burnier 218
Figura 119: Síntese de Aspectos Econômicos (Leitura Comunitária + Técnica) - Miguel Burnier. 221
Figura 120: Síntese de Mobilidade (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Miguel Burnier 222
Figura 121: Síntese do Patrimônio Cultural (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Miguel Burnier. 225
Figura 122: Síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Miguel Burnier. 227
Figura 123: Síntese dos Aspectos de Uso e Ocupação do Solo – Expansão Urbana (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Miguel Burnier. 228
Figura 124: Síntese do Turismo (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) em Miguel Burnier. 230
Figura 125: Síntese de Aspectos Físicos – Rodrigo Silva. 233
Figura 126: Síntese do Meio Biótico e Aspectos Ambientais – Distrito de Rodrigo Silva. 234
Figura 127: Saneamento Básico em Rodrigo Silva – Síntese Consolidada. 236
Figura 128: Síntese da Mineração em Rodrigo Silva. 237
Figura 129: diagnóstico de aspectos sociais – Distrito de Rodrigo Silva. 239
Figura 130: Diagnóstico: Aspectos Econômicos – Distrito de Rodrigo Silva 240
Figura 131: Mobilidade Urbana – Distrito de Rodrigo Silva. 241
Figura 132: Patrimônio Cultural – Distrito de Rodrigo Silva 242
Figura 133: síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Rodrigo Silva. 244
Figura 134: Diagnóstico - Principais Questões Técnicas e Comunitárias. Distrito: Rodrigo Silva. 246
Figura 135: síntese do Meio Físico (leitura comunitária + leitura técnica) do distrito de Santa Rita do Ouro Preto. 247
Figura 136: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais – Santa Rita de Ouro Preto. 249
Figura 137: Diagnóstico Consolidado (Leitura Comunitária e Técnica) – Santa Rita de Ouro Preto. 250
Figura 138: Síntese da leitura técnica de Santa Rita de Ouro Preto. 251
Figura 139: Síntese Técnica da Mineração – Santa Rita de Ouro Preto. 255
Figura 140: Síntese da Leitura Comunitária e Parecer Técnico – Santa Rita de Ouro Preto. 255
Figura 141: síntese de aspectos econômicos (leitura comunitária + técnica) para todos os distritos do município de Ouro Preto. 257

Figura 142: síntese de aspectos econômicos (leitura comunitária + técnica) para todos os distritos do município de Ouro Preto. 259
Figura 143: síntese do patrimônio cultural (leitura comunitária + leitura técnica) - Santa Rita do Ouro Preto. 261
Figura 144: síntese do patrimônio cultural (leitura comunitária + leitura técnica) - Santa Rita do Ouro Preto. 263
Figura 145: Síntese de Aspectos de Uso e Ocupação do Solo e Expansão Urbana. 264
Figura 146: Síntese das Áreas para HIS - Santa Rita de Ouro Preto. 267
Figura 147: Síntese do Turismo (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) em Santa Rita de Ouro Preto. 268
Figura 148: Síntese do Meio Físico (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) do distrito de Santo Antônio do Leite. 272
Figura 149: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais. 274
Figura 150: diagnóstico consolidado (leitura técnica e comunitária). 275
Figura 151: Síntese Consolidada do Saneamento Básico (Leitura Técnica e Comunitária). 277
Figura 152: Síntese Técnica e Comunitária da Mineração no Distrito (Diagnóstico Consolidado). 280
Figura 153: Diagnóstico das Principais Questões Técnicas e Comunitárias: Assistência Social, Educação e Saúde. 281
Figura 154: Síntese de Aspectos Econômicos (Leitura Comunitária + Técnica). 284
Figura 155: Síntese de Mobilidade (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Santo Antônio do Leite. 285
Figura 156: síntese do patrimônio cultural (leitura comunitária + leitura técnica) - Santo Antônio do Leite. 288
Figura 157: Quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Santo Antônio do Leite. 289
Figura 158: Síntese dos Aspectos de Uso e Ocupação do Solo – Expansão Urbana (Leitura Comunitária + Leitura Técnica). 290
Figura 159: Síntese das Áreas para Habitação de Interesse Social (HIS) e Regularização Fundiária. 293
Figura 160: Síntese do Turismo (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Santo Antônio do Leite. 294
Figura 161: Síntese do Meio Físico (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) do distrito de Santo Antônio do Salto. 297
Figura 162: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais. 299
Figura 163: Áreas de Proteção Permanente (APP), ZPAM, Reserva Legal e Passivos Ambientais (continuação). 300
Figura 164: Síntese das Leituras Técnica e Comunitária do Saneamento Básico em Santo Antônio do Salto – Diagnóstico Consolidado. 301
Figura 165: Síntese da Leitura Técnica de Santo Antônio do Salto. 304
Figura 166: Aspectos Sociais e Demográficos em Santo Antônio do Salto. 306
Figura 167: Aspectos Econômicos em Santo Antônio do Salto. 308
Figura 168: Mobilidade em Santo Antônio do Salto. 309

Figura 169: Quadro Síntese do Patrimônio Cultural (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Santo Antônio do Salto. 310
Figura 170: Quadro Síntese de Apontamentos Intersetoriais – Santo Antônio do Salto. 312
Figura 171: Síntese de Aspectos de Uso e Ocupação do Solo e Expansão Urbana (Leitura Comunitária + Leitura Técnica). 313
Figura 172: Síntese das Áreas para HIS (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Santo Antônio do Salto. 315
Figura 173: Síntese das Áreas para HIS (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Santo Antônio do Salto. 317
Figura 174: Síntese do Meio Físico (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) do distrito de São Bartolomeu. 319
Figura 175: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais (São Bartolomeu). 321
Figura 176: Diagnóstico Consolidado: Leitura Comunitária e Técnica (São Bartolomeu) 322
Figura 177: Diagnóstico Consolidado do Saneamento Básico em São Bartolomeu (Leitura Técnica, Comunitária e Parecer Técnico). 323
Figura 178: Síntese da leitura comunitária com parecer técnico de São Bartolomeu. 326
Figura 179: Quadro Resumo: Aspectos Sociais e Demográficos – São Bartolomeu. 327
Figura 180: Síntese de aspectos econômicos (leitura comunitária + técnica) para São Bartolomeu. 329
Figura 181: Quadro Resumo: Mobilidade em São Bartolomeu. 330
Figura 182: Quadro Resumo: Patrimônio Cultural – São Bartolomeu. 331
Figura 183: Quadro Síntese: Uso e Ocupação do Solo – São Bartolomeu. 333
Figura 184: Quadro Síntese: Produção Habitacional – São Bartolomeu. 334
Figura 185: Quadro Síntese: Turismo – São Bartolomeu 335

SUMÁRIO

Introdução **16**
O papel dos vereadores para a revisão do plano diretor municipal 17
Leitura do diagnóstico **18**
Sede **19**
1 Aspectos físicos 19
2 Meio biótico e ambiental 22
3 Saneamento 25
4 Mineração 28
5 Aspectos sociais e demográficos 30
6 Aspectos econômicos 31
7 Mobilidade 33
8 Patrimônio cultural 36
9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana 37
9.1 Quadro geral 38
9.2 Quadros específicos 40
9.3 Quadro síntese 47
10 Habitação 49
11 Turismo 53
11.1 Caminho tronco 54
11.2 Serra do Ouro Preto 55
11.3 Bauxita e Entorno 57
Amarantina **59**
1 Meio Físico 59
2 Meio Biótico e Ambiental 60
3 Saneamento 62
4 Mineração 64
5 Aspectos sociais e demográficos 66
6 Aspectos econômicos 68
7 Mobilidade 69
8 Patrimônio Cultural 71
9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana 72
10 Habitação 74
11 Turismo 75
Antônio Pereira **77**
1 Aspectos físicos 77
2 Meio biótico e ambiental 78
3 Saneamento 81
4 Mineração 83

5 Aspectos sociais e demográficos 86
6 Aspectos econômicos 88
7 Mobilidade urbana 91
8 Patrimônio cultural 92
9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana 93
10 Habitação 96
11 Turismo 96
Cachoeira do Campo **98**
1 Meio físico 98
2 Meio biótico e ambiental 99
3 Saneamento 104
4 Mineração 107
5 Aspectos sociais e demográficos 109
6 Aspectos econômicos 112
7 Mobilidade urbana 114
8 Patrimônio cultural 116
9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana 118
10 Habitação 123
11 Turismo 125
Engenheiro Corrêa **128**
1 Aspectos Físicos 128
2 Meio biótico e ambiental 129
3 Saneamento 133
4 Mineração 136
5 Aspectos sociais e demográficos 140
6 Aspectos econômicos 143
7 Mobilidade 145
8 Patrimônio Cultural 147
9 Uso e Ocupação do Solo e Expansão Urbana 149
10 Habitação 153
11 Turismo 154
Glaura **157**
1 Meio físico 157
2 Meio biótico e ambiental. 158
3 Saneamento 161
4 Mineração 164
5 Aspectos econômicos 165
6 Aspectos sociais e demográficos 166
7 Mobilidade 169
8 Patrimônio Cultural 171

9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana 172
10 Habitação 175
11 Turismo 177
Lavras Novas **180**
1 Aspectos físicos 180
2 Meio biótico e ambiental 181
3 Saneamento 186
4 Mineração 189
5 Aspectos sociais e demográficos 191
6 Aspectos econômicos 193
7 Mobilidade 194
8 Patrimônio cultural 196
9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana 198
10 Habitação 201
11 Turismo 203
Miguel Burnier **207**
1 Aspectos físicos 207
2 Meio biótico e ambiental 208
3 Saneamento 212
4 Mineração 215
5 Aspectos sociais e demográficos 217
6 Aspectos econômicos 220
7 Mobilidade 222
8 Patrimônio Cultural 224
9 Uso e ocupação do solo 226
10 Habitação 229
11 Turismo 230
Rodrigo Silva **233**
1 Aspectos físicos 233
2 Aspectos ambientais 234
3 Saneamento 236
4 Mineração 237
5 Aspectos sociais e demográficos 238
6 Aspectos econômicos 240
7 Mobilidade 241
8 Patrimônio Cultural 242
9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana 243
10 Habitação 245
11 Turismo 245
Santa Rita de Ouro Preto **247**

1 Aspectos físicos 247
2 Meio biótico e ambiental 249
3 Saneamento 251
4 Mineração 254
5 Aspectos sociais e demográficos 256
6 Aspectos econômicos 259
7 Mobilidade 260
8 Patrimônio cultural 262
9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana 264
10 Habitação 267
11 Turismo 268
Santo Antônio do Leite **272**
1 Aspectos Físicos 272
2 Meio biótico e ambiental 274
3 Saneamento 277
4 Mineração 279
5 Aspectos Sociais e Demográficos 281
6 Aspectos econômicos 283
7 Mobilidade 285
8 Patrimônio Cultural 287
9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana 289
10 Habitação 292
11 Turismo 294
Santo Antônio do Salto **297**
1 Aspectos físicos 297
2 Meio Biótico e Ambiental 298
3 Saneamento 301
4 Mineração 304
5 Aspectos Sociais e Demográficos 305
6 Aspectos Econômicos 307
7 Mobilidade 308
8 Patrimônio Cultural 310
9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana 312
10 Habitação 314
11 Turismo 316
São Bartolomeu **319**
1 Aspectos físicos 319
2 Meio biótico e ambiental 320
3 Saneamento 323
4 Mineração 326

5 Aspectos sociais e demográficos 327
6 Aspectos econômicos 329
7 Mobilidade 330
8 Patrimônio Cultural 331
9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana 332
10 Habitação 334
11 Turismo 335
Referências **338**

Revisão do
Plano Diretor
de Ouro Preto
Câmara Municipal de Ouro Preto

Introdução

Este material integra o processo de revisão do Plano Diretor de Ouro Preto e toma como base o Caderno de Diagnóstico elaborado pela Fundação Gorceix, apresentado em junho de 2024 e revisado em novembro do mesmo ano. Esse diagnóstico resulta da articulação entre duas dimensões complementares: a Leitura Técnica, que sistematiza dados especializados sobre o território, e a Leitura Comunitária, construída a partir da escuta da população em oficinas realizadas em todos os distritos. A esse conjunto somam-se as contribuições das Oficinas Participativas Temáticas, da Consulta Pública, da Audiência Pública e do Núcleo Gestor do Plano Diretor.

Conforme registrado pela Fundação Gorceix (2024, p. 56), o trabalho técnico não se limitou à coleta de informações. Houve um esforço de correlação entre os dados levantados e as percepções apresentadas pela população, permitindo identificar, em cada unidade de planejamento, demandas, problemas e potencialidades. Essa integração amplia a capacidade de compreensão do território, ao associar evidências técnicas à experiência cotidiana dos moradores.

Este documento tem por objetivo sintetizar o material de referência, reorganizando as informações em quadros temáticos que permitem uma leitura mais ágil e orientada à identificação dos principais problemas e potencialidades de cada distrito. A leitura deste Caderno, contudo, não substitui a consulta ao material de referência original. Para fins de aprofundamento analítico, verificação de dados ou embasamento de propostas técnicas, recomenda-se o acesso direto ao Caderno de Diagnóstico da Fundação Gorceix (2024), do qual o presente documento é uma síntese instrumental.

É importante, também, destacar que o diagnóstico não tem caráter propositivo. Seu objetivo é registrar e interpretar a realidade municipal a partir das fontes. A definição de diretrizes e propostas está sendo desenvolvida na etapa de prognóstico, sob responsabilidade do Poder Executivo, a qual posteriormente será submetida à apreciação do Poder Legislativo, a quem competirá discutir, propor alterações e deliberar sobre o conteúdo final do Plano Diretor.

O papel dos vereadores para a revisão do plano diretor municipal

A revisão do Plano Diretor Participativo é, sem dúvida, o momento mais importante para o planejamento e o futuro de Ouro Preto. Mais do que um documento técnico ou uma exigência legal, o Plano Diretor é um pacto político e social que define que tipo de cidade queremos para as próximas décadas. E, neste processo, o papel da Câmara Municipal é insubstituível.

Como representantes legítimos e mais próximos da população, a vereança é a ponte fundamental entre os dados técnicos e a realidade vivida diariamente nas ruas, nos bairros e nos distritos. Enquanto o Executivo e as assessorias técnicas elaboram os diagnósticos e as propostas iniciais, é no Legislativo que este projeto ganha a sua forma final, por meio do debate público, da mediação de conflitos e da aprovação das leis (BRASIL, 2005).

Este relatório de fichamento foi elaborado pensando exatamente em vosso trabalho. Sabemos que os cadernos de diagnóstico são extensos e densos. Por isso, traduzimos e organizamos as informações técnicas — com foco especial nas realidades distritais — para que os senhores tenham em mãos um instrumento de consulta, claro e confiável.

O objetivo deste material é instrumentalizar o seu mandato. Ao compreender de forma objetiva as carências (como infraestrutura, regularização fundiária e mobilidade) e as potencialidades (como turismo sustentável e desenvolvimento econômico local) de cada região. Portanto, os senhores(as) terão bases para:

1. Qualificar o debate: argumentar com segurança técnica durante as sessões e audiências públicas.
2. Propor emendas mais precisas: ajustar o Projeto de Lei para que ele realmente atenda às necessidades específicas de cada comunidade, corrigindo distorções.
3. Fiscalizar e garantir direitos: assegurar que o planejamento não fique apenas no papel, mas se transforme em políticas públicas efetivas e orçamento garantido.

A aprovação do Plano Diretor, entretanto, não é o fim do processo, mas o começo de uma nova forma de gerir o território. A cidade que teremos amanhã depende das decisões, do rigor e da sensibilidade que o Legislativo aplicar hoje. Este material de apoio foi criado para garantir que cada voto e cada proposta apresentada por esta Casa seja um passo seguro em direção a uma Ouro Preto mais justa, sustentável e próspera para todos.

Leitura do diagnóstico

O Plano Diretor Participativo é o guia principal para a política e o ordenamento do território, direcionando o desenvolvimento do município a longo prazo. O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) demanda gestão pública democrática e estabelece metas e regras para uso do solo. É fundamental ler a cidade para um planejamento eficaz. Essa etapa diagnóstica identifica a realidade local, mapeando a expansão urbana, dinâmicas socioeconômicas, desafios e oportunidades do território, integrando áreas urbanas e rurais.

No contexto de Ouro Preto, a compreensão dessas dinâmicas exige atenção às particularidades de seus distritos. Por isso, a estrutura deste documento foi elaborada de forma modular. Isso significa que a leitura não precisa ser linear. O leitor pode acessar diretamente o tema de seu interesse, pois cada eixo é autossuficiente e contém informações que o contexto geral do município, a tabela de diagnóstico específica e uma síntese final.

A organização do diagnóstico respeita a base do documento original da Fundação Gorceix e está dividida nos seguintes 13 eixos temáticos:

1. Meio Físico
2. Meio biótico e ambiental
3. Saneamento
4. Mineração
5. Aspectos Jurídicos
6. Capacidade institucional na gestão da política pública urbana.
7. Aspectos Sociais e Demográficos
8. Aspectos Econômicos
9. Mobilidade Urbana
10. Patrimônio Cultural
11. Uso e Ocupação do Solo e Expansão Urbana
12. Habitação
13. Turismo

Sede

O município de Ouro Preto está inserido na Serra do Espinhaço, no Quadrilátero Ferrífero, região central do estado de Minas Gerais, a cerca de 96 km da capital, Belo Horizonte. Com área territorial de 1.245,865 km², o município abrange um território marcado por montanhas — 55% do relevo é classificado como montanhoso e apenas 5% como plano — e se organiza administrativamente em 13 unidades distritais: a Sede e mais 12 distritos. Esse conjunto territorial acolhia, segundo o Censo de 2022, uma população total de 74.847 habitantes, distribuídos de forma desigual entre a Sede e os distritos, com forte predominância de residentes na capital municipal.

Núcleo histórico, político e administrativo do município, a Sede de Ouro Preto está implantada no coração da Serra do Espinhaço, em terreno acentuadamente irregular, e reúne o maior patrimônio arquitetônico, artístico e cultural do período colonial brasileiro. Reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO, concentra o maior volume de equipamentos públicos, serviços, instituições de ensino superior e fluxo turístico de todo o território municipal. É o distrito mais populoso: contava com 40.916 habitantes em 2010 e 41.682 em 2022, respondendo por cerca de 55,7% da população total do município.

1 Aspectos físicos

A análise dos aspectos físicos do Distrito Sede de Ouro Preto baseia-se na integração entre dois tipos de informação: os levantamentos técnicos especializados e a percepção prática da população residente. Esse método permite compreender tanto os dados técnicos quanto a forma como os moradores vivenciam os problemas no dia a dia.

Figura 01: Tabela de Diagnóstico Consolidado: Distrito Sede (Aspectos Físicos).

Região / Setor	Subtema	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos e Legislação
Caminho, Tronco e Entorno	Riscos Naturais	Riscos geológicos abordados pelo PMRR (2023); uso da Carta Geotécnica e de Aptidão à Urbanização.	Riscos representaram 3,4% das manifestações; demanda por reassentamento em terrenos adequados e atualização do mapeamento de risco.	Os riscos em encostas não são vivenciados diretamente no dia a dia, como ocorre com a mobilidade ou o saneamento, exceto no caso do Morro da Forca, onde o mapeamento foi atualizado pelo PMRR.	Carta Geotécnica; Carta de Aptidão à Urbanização; PMRR; Zoneamento Urbano; LUOS.

	Risco Tecnológico	Barragem de Marzagão oferece risco de inundação a Saramenha (Barra), Santa Cruz e Ribeirão do Carmo.	Preocupação com prevenção devido ao represamento do rio e inundações ligadas à Barragem Marzagão/Morro da Forca.	A maior preocupação do eixo é a ruptura da barragem, afetando a Barra e a estação ferroviária; a ameaça cessará com o descomissionamento da estrutura.	Lei Federal n.º 12.334/2010 (PNSB); Lei Estadual n.º 23.291/2019 (PESB).
Bauxita e Entorno	Riscos Naturais	Avaliação técnica padronizada para a Sede (PMRR 2023 e Cartas de restrição à urbanização).	Riscos representaram apenas 0,8% das manifestações; sugestão de recomposição vegetal em encostas.	Riscos não são vivenciados como problema crônico diário, comparados à infraestrutura e saneamento.	Carta Geotécnica; Carta de Aptidão à Urbanização; PMRR; Zoneamento Urbano; LUOS.
Serra do Itacolomi	Riscos Naturais	Avaliação técnica padronizada para a Sede (PMRR 2023 e Cartas de restrição à urbanização).	Riscos representaram 2% das manifestações; relato de risco geológico e deslizamentos no Pocinho (Rua da Lagoa).	Encostas geram preocupação na área afetada, mas a percepção geral de risco é baixa em relação a demandas cotidianas.	Carta Geotécnica; Carta de Aptidão à Urbanização; PMRR; Zoneamento Urbano; LUOS.
Serra de Ouro Preto	Riscos Naturais	Avaliação técnica padronizada para a Sede (PMRR 2023 e Cartas de restrição à urbanização).	Eixos de habitação e risco geológico apontados como ligados ao crescimento desordenado; obras sem contenção; demanda por muros de arrimo, drenagem e moradia digna. No Taquaral, pedido de realocação de famílias dentro do próprio bairro e regularização fundiária.	A proximidade constante com emergências gera alta percepção de risco geológico; a região deve ser prioritária para estabilização, drenagem e regularização fundiária.	Carta Geotécnica; Carta de Aptidão à Urbanização; PMRR; Zoneamento Urbano; LUOS.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). A transcrição é baseada no quadro 13, 14, 15 - Síntese do Meio Físico (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) do Caminho Tronco e Entorno.

O diagnóstico foi elaborado de forma unificada para toda a sede, sem divisão por eixos ou setores específicos. Como referência principal, foi utilizado o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), concluído em 2023. Além disso, foram utilizados os instrumentos técnicos de zoneamento, como a Carta Geotécnica (que identifica as condições do solo) e a Carta de Aptidão à Urbanização (que indica onde é mais seguro ou adequado construir).

Os resultados mostram que existem diferentes níveis de vulnerabilidade ao longo do território. Vulnerabilidade, neste contexto, significa a possibilidade de ocorrência de danos causados por fatores naturais (como deslizamentos) ou tecnológicos (como barragens). Diante disso, as ações necessárias também variam, incluindo monitoramento de áreas, execução de obras de contenção e, em alguns casos, reassentamento de famílias.

De modo geral, observa-se a necessidade de reforçar as ações de controle e redução de riscos, sempre com base nos instrumentos técnicos existentes. Esses instrumentos orientam, especialmente, o planejamento da expansão urbana, ou seja, indicam onde a cidade pode

crescer com segurança. No entanto, a compreensão e a aplicação dessas diretrizes ainda são desiguais entre os bairros.

Nas regiões do Caminho Tronco, Bauxita e Serra do Itacolomi, a população apresentou baixa manifestação espontânea sobre riscos naturais, com percentuais entre 0,8% e 3,4% das contribuições registradas. Nesses locais, os moradores tendem a priorizar demandas mais imediatas, como infraestrutura urbana, saneamento básico e mobilidade. Ainda assim, foram identificadas situações relevantes, como a necessidade de recomposição da vegetação em encostas na Bauxita e registros de deslizamentos na região do Pocinho, na Serra do Itacolomi.

Por outro lado, o risco tecnológico se destaca de forma mais evidente na região do Caminho Tronco. Esse tipo de risco está associado a estruturas construídas pelo ser humano. Nesse caso, a Barragem de Marzagão representa um potencial risco de inundação, podendo afetar diretamente áreas como os bairros Santa Cruz e Saramenha (na região da Barra), além do ribeirão do Carmo e da área da estação ferroviária. A população demonstra preocupação com possíveis enchentes e represamentos. O diagnóstico técnico, no entanto, indica que esse risco tende a ser eliminado com o descomissionamento da barragem, ou seja, com sua desativação controlada.

Em contraste, a Serra de Ouro Preto apresenta uma situação mais crítica relacionada à ocupação do solo. A expansão urbana ocorreu de forma desordenada, resultando na construção de moradias em áreas com alta suscetibilidade a deslizamentos. Muitas dessas áreas não possuem obras adequadas de contenção de encostas nem sistemas de drenagem eficientes. Nessa região, o risco faz parte da rotina dos moradores, o que gera uma percepção mais elevada do problema.

Destaca-se, nesse contexto, a forte demanda da população do bairro Taquaral. Os moradores solicitam não apenas a execução de obras de infraestrutura e estabilização de taludes (cortes de terreno), mas também a realocação segura de famílias que se encontram em áreas de risco. Há ainda a demanda por regularização fundiária, que consiste na formalização legal das ocupações existentes, preferencialmente com a permanência das famílias no próprio bairro.

De forma geral, o diagnóstico evidencia que os riscos urbanos no Distrito Sede não são percebidos nem enfrentados de maneira uniforme. Em algumas áreas, os riscos são pontuais e tendem a ser resolvidos com intervenções específicas, como no caso da barragem.

Em outras, como nas encostas da Serra de Ouro Preto, a situação exige ações urgentes e estruturais.

Diante desse cenário, o ordenamento territorial — isto é, a forma como o uso do solo é planejado e regulado — deve integrar diferentes estratégias. Entre elas, destacam-se a regularização fundiária, a execução de obras de contenção e a implantação de sistemas de microdrenagem. O objetivo central dessas ações é garantir a segurança das moradias e reduzir os riscos identificados no PMRR.

2 Meio biótico e ambiental

O Distrito Sede de Ouro Preto possui 11.233,44 hectares e é diverso e importante ambientalmente, com várias fitofisionomias e áreas protegidas. A Floresta Estacional Semidecidual domina a cobertura vegetal, abrangendo 61,97% da área, com mais de 55,75% da flora regional em alto ou muito elevado grau de conservação. O território possui importantes Unidades de Conservação, como a Estação Ecológica do Tripuí, os Parques Naturais das Andorinhas e do Horto dos Contos, e partes do Parque Estadual do Itacolomi. Mesmo com 2.987,87 hectares de áreas verdes urbanas, a Sede enfrenta desafios sérios devido a passivos ambientais de indústrias e mineração, além da pressão da expansão urbana nas áreas de preservação.

Figura 02: Síntese geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais (Sede).

Localidade / Foco da Oficina Comunitária	Principais Demandas e Relatos da População	Parecer Técnico e Legislação Correlata
Caminho Tronco e Entorno	Denúncias de desmatamento em áreas voltadas à construção de novos condomínios na localidade de Caminho Tronco e em zonas próximas ao Parque Estadual do Itacolomi, acompanhadas de indícios de abertura irregular de estradas.	É imperativo o aumento rigoroso da fiscalização ambiental pelo Poder Público Municipal nestas áreas, além da aplicação das sanções previstas na Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal n.º 9.605/98).
Bauxita, Lagoa e Entorno	Reclamações sobre "perturbação do sossego" devido ao histórico conflito com repúblicas estudantis e intenso ruído na região conhecida como "Savassinha". Solicitação de recomposição vegetal das encostas vulneráveis e criação de um Parque Público Urbano para lazer.	A regulação sonora deve ser conduzida pela Comissão Municipal de Educação e Controle da Poluição Sonora. Nas encostas, recomenda-se paralisar o desmatamento para propiciar a revegetação natural, além de aprimorar a rede de drenagem para evitar erosões e coibir ocupações de risco.

Serra do Itacolomi	Constatação de graves impactos socioambientais (destruição de nascentes, perda de vegetação nativa, garimpo ilegal e assoreamento hídrico) em áreas como Saramenha de Cima, Tavares, Novo Horizonte e Nossa Sra. do Carmo. Relato de ocupação irregular no entorno direto do Parque.	A Prefeitura deve apurar integralmente as denúncias, aplicando medidas corretivas e punitivas cabíveis, com fiscalização ostensiva baseada na Lei n.º 9.605/98. As ocupações irregulares exigem averiguação técnica imediata.
Camarinhas e Parque das Andorinhas	Preocupação com o avanço da ocupação na região das Camarinhas. A comunidade entende ser uma área de interesse coletivo que deve ser integrada ao plano de manejo do Parque Natural Municipal das Andorinhas.	A localidade será analisada durante o detalhamento do zoneamento urbano no processo de revisão do Plano Diretor. O conflito de uso será arbitrado entre o Município e a gestão da Unidade de Conservação.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado nos quadros 41 e 42 (p. 135-139).

Figura 03: Tabela de Diagnóstico Consolidado: Meio Biótico e Ambiental (Sede).

Oficina Participativa (Demandas e Relatos)	**Legislação Correlata**	**Parecer Técnico**
Ocupação nas Camarinhas: relato de área de interesse público que deveria ser integrada ao Parque Natural Municipal das Andorinhas.	-	Área será considerada no zoneamento do processo de revisão do Plano Diretor para avaliar conflitos de uso, em conjunto com o Poder Público e a Fundação Gorceix.
Estrada de Catarina Mendes: preocupação com asfaltamento, incentivando ocupações em área de nascente do Rio das Velhas.	-	Salienta-se a importância da fiscalização ambiental na região.
Na Estação Ecológica do Tripuí, há preocupação com a Unidade de Conservação (UC) sendo cercada por empreendimentos.	-	Sugere-se parceria entre Poder Público e órgão gestor para aumentar a fiscalização na zona de amortecimento.
Parque do Horto dos Contos: demanda para transformá-lo em parque público urbano, permitindo lazer e passeio com animais domésticos.	-	A demanda deverá ser avaliada pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto.
Jardim Botânico e Rancharia: criação de UC (Monumento Natural) com ampliação para Serras do Chafariz, Veloso e Tripuí; potencial hídrico na Rancharia.	-	A demanda de criação de UC poderá ser articulada pelo Poder Público Municipal e Estadual.
Parque Estadual do Itacolomi e Caminho Tronco: relatos de invasão, desmatamento, garimpo ilegal, destruição de nascentes e abertura de estradas no entorno (Saramenha de Cima, Tavares, N.S. do Carmo, Novo Horizonte).	Lei Federal 9.605/98; Lei Federal n.º 11.428/2006.	Necessidade de fiscalização ambiental ostensiva pelo Município, aplicação de punições (Lei de Crimes Ambientais) e ação conjunta com a gestão do Parque Estadual.
Poluição atmosférica: impactos causados pela empresa ACTECH-ALUMINA nos bairros Saramenha e Vila Operária.	Lei Municipal nº 178/1980.	Necessária avaliação para medir níveis de poluentes e aplicação de medidas de controle conforme o Código de Posturas.

Poluição Sonora: perturbação de sossego no Bairro São Sebastião, Vila Operária, Bauxita ("Savassinha") por repúblicas e vida noturna.	Lei Mun. Comp. n.º 16/2006 e n.º 111/2011.	Encaminhamento à Comissão Municipal de Educação e Controle da Poluição Sonora para avaliação e fiscalização rigorosa conforme padrões estabelecidos.
Educação e Conservação Ambiental: programas voltados para o Bairro São Sebastião (integrando ao P.N.M. das Andorinhas) e entorno do Itacolomi.	Lei Federal n.º 11.428/2006.	Atendimento via Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (junho/2024), utilizando recursos do fundo de restauração do bioma.
Poluição Luminosa: Reclamações sobre o Hotel Relicário no Bairro São Sebastião, em área de nascentes.	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	Fiscalização ambiental municipal baseada na competência comum de proteger o meio ambiente e combater a poluição (Art. 23).
Na fauna doméstica, há a presença de um canil em uma área de proteção em São Sebastião, além de uma grande quantidade de animais abandonados, o que resultou em um pedido de castramóvel.	Leis Federais, Estaduais e Municipais (ex.: Lei Mun. n.º 1.048/2017).	Apuração de denúncias e estabelecimento de políticas públicas efetivas para controle populacional de animais e educação ambiental.
Desmatamento e encostas: denúncias em Passa Dez; pedidos de recomposição vegetal em Bauxita, Lagoa e São Cristóvão.	Lei Federal n.º 9.605/98.	Fiscalização em Passa Dez; recomendação para cessar desmatamento nas encostas para revegetação natural e melhoria da drenagem no Bairro Lagoa.
Gestão e Planejamento: participação popular no Estudo de Impacto de Vizinhança, criação de corredores ecológicos e consideração da APE Estadual.	CF/1988; Lei Federal 10.257/2001; Lei Federal nº 6.766/1979.	Alinhamento com normativas de parcelamento do solo em APE, inclusão de participação nos anteprojetos e articulação para corredores ecológicos.
Áreas de Risco: Transformar encostas com risco geológico/geotécnico em áreas de proteção ambiental.	-	Definição a partir do Plano Municipal de Redução de Risco, norteando as Zonas de Proteção Ambiental (ZPAM) na revisão do Plano Diretor.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado nos quadros 41 e 42 (p. 135-139).

A análise técnica e comunitária dos elementos bióticos e ambientais de Ouro Preto mostra um conflito entre a urbanização e a preservação ambiental. As oficinas participativas mostram que a população percebe bem os impactos do avanço desordenado do mercado imobiliário. Demandas contínuas sobre a pressão especulativa sobre a Estação Ecológica do Tripuí e denúncias de invasão, desmatamento e garimpo ilegal ao redor do Parque Estadual do Itacolomi evidenciam a fragilidade das zonas de amortecimento. Além disso, evidenciam a urgência de fiscalização pelo Poder Público.

Além da pressão sobre a vegetação nativa, o diagnóstico revela poluições em estado crônico que prejudicam a qualidade de vida urbana. A presença de passivos e atividades industriais causa sérias reclamações de poluição do ar, especialmente em áreas como Saramenha e Vila Operária, tendo a empresa ACTECH-ALUMINA sido citada como responsável. Conflitos de uso do solo em cidades universitárias e turísticas surgem nas

denúncias de poluição sonora da vida noturna e das repúblicas, além da poluição luminosa em residências e áreas de preservação.

A resposta apontada a esses entraves converge para a aplicação rigorosa da legislação vigente, como a Lei de Crimes Ambientais e os Códigos de Posturas Municipais, além do aproveitamento de novos instrumentos de planejamento. O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica surge como o principal vetor para captação de recursos e execução prática de demandas comunitárias focadas em educação ambiental, proteção de nascentes e recomposição vegetal de encostas instáveis.

O diagnóstico ambiental do Distrito Sede revela o desafio de equilibrar a conservação de seus biomas, principalmente florestas nativas até então preservadas, com as consequências de seu desenvolvimento urbano e industrial. As soluções demandam do município uma postura ativa, além da fiscalização e punição de crimes ambientais. Exigem proatividade na implementação de Zonas de Proteção Ambiental, integração de áreas de risco geológico à conservação e cumprimento das diretrizes de sustentabilidade do Plano Diretor.

3 Saneamento

As oficinas participativas demonstraram que a escuta e a abordagem das pessoas que vivenciam os problemas cotidianos são etapas fundamentais para apontar melhorias e ajustes essenciais. Esse processo visa garantir o direcionamento adequado das políticas públicas de saneamento básico, tendo como objetivo final a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Além das reuniões nos distritos e na Sede Municipal, as oficinas temáticas — especificamente a de Meio Ambiente — aprofundaram os debates sobre segurança hídrica, saneamento, áreas protegidas e impactos ambientais. A partir dessa construção conjunta entre sociedade civil, gestores e órgãos públicos, foi possível consolidar o panorama sanitário da Sede de Ouro Preto.

Figura 04: Síntese da leitura técnica sobre Saneamento Básico (Sede).

Eixo do Saneamento	Leitura Técnica	Leitura Comunitária Participativa	Parecer Técnico e Legislação

Abastecimento de água	O abastecimento é feito por três sistemas: SAA Itacolomi, SAA Jardim Botânico e SAA Saramenha, compostos por captações superficiais e subterrâneas, estações de tratamento (ETA), elevatórias e dezenas de reservatórios. O Departamento de Vigilância Sanitária e Ambiental monitora a qualidade da água de alguns chafarizes e fontes, mas não de todos.	Moradores relatam problemas de intermitência no acesso à água em alguns bairros (ex.: Nossa Senhora do Carmo, São Cristóvão, Saramenha de Cima, Tavares). Demandam a construção de novos reservatórios e relatam que nascentes próximas a Saramenha e Tavares estão sendo comprometidas por desmatamento ilegal.	A intermitência é inaceitável, pois o acesso à água potável é um direito humano essencial (Resolução ONU n.º 64/292), devendo o tema ser tratado nas Diretrizes e Propostas.
Esgotamento sanitário	Há coleta e afastamento dos esgotos domésticos na Sede, porém não é feito o tratamento do efluente. A rede intercala trechos de separador absoluto e trechos do tipo unitário. O esgoto é lançado diretamente nos corpos hídricos do distrito.	Moradores apontam que a rede de esgoto funciona em conjunto com a rede pluvial. Há o lançamento de esgoto sem qualquer cobertura em alguns bairros da cidade.	O problema é crônico no município, mas a prefeitura já possui projetos executivos para coleta e tratamento. A Lei Federal nº 14.026/2020 exige que os contratos definam metas de universalização de 90% para coleta e tratamento até o final de 2033.
Resíduos Sólidos	A coleta convencional utiliza nove rotas, mas não atende a todas as ruas devido a dificuldades de acesso em alguns bairros. A coleta seletiva é feita por duas associações (ACMAR e ACPF), mas também apresenta falhas de cobertura. Existe um ecoponto para logística reversa (pneus, pilhas, eletrônicos) e um aterro licenciado para resíduos da construção civil (RCC) no bairro Santa Cruz. O lixo coletado vai para uma Estação de Transbordo (Rancharia) e depois para tratamento em Bituruna.	População relata a existência contínua de descarte irregular de resíduos em vários bairros da Sede e em distritos. Foi destacado o descarte inadequado de entulhos na estrada que liga o Bairro Morro São Sebastião ao centro.	A Lei Municipal n.º 824/2012 proíbe expressamente o descarte de entulhos em áreas de "bota-fora", encostas, cursos d'água e vias públicas. Cabe ao fiscal de posturas o monitoramento rigoroso para coibir essas infrações.
Drenagem Pluvial	O sistema de microdrenagem é formado por sarjetas, bocas de lobo e galerias. Assim como o esgoto, a drenagem pluvial opera de forma mista: em algumas áreas como separador absoluto e, em outras, como sistema unitário (misturando água da chuva e esgoto).	Moradores da região da Serra do Itacolomi relatam o assoreamento dos rios provocado pelo desmatamento. O problema afeta os bairros Saramenha de Cima, Tavares, Nossa Senhora do Carmo e Novo Horizonte.	A Lei Federal nº 9.605/1998 define punições para crimes contra a flora e a destruição de áreas de preservação. É necessário mapear se os danos ocorrem dentro de unidades de conservação para nortear a fiscalização.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado nos quadros 57 e 58 (p. 181-182).

A leitura consolidada do saneamento básico na Sede de Ouro Preto evidencia contrastes significativos entre a infraestrutura instalada e a eficiência dos serviços prestados à

população. No eixo de abastecimento de água, a Sede conta com uma rede robusta dividida em três sistemas principais (Itacolomi, Jardim Botânico e Saramenha), que operam com múltiplas captações e estações de tratamento. Apesar dessa capacidade instalada, a leitura comunitária revela que a intermitência no fornecimento de água é uma realidade constante em diversos bairros. Esse déficit no serviço é agravado pela supressão ilegal da vegetação no entorno de nascentes, o que ameaça a segurança hídrica local. Conforme o parecer técnico, o fornecimento irregular fere as diretrizes da ONU sobre o direito humano à água, exigindo soluções estruturais nas próximas fases do Plano Diretor.

O problema mais grave é o esgotamento sanitário. A infraestrutura técnica indica que o sistema municipal apenas coleta e afasta os efluentes, sem tratamento. O esgoto doméstico, por vezes a céu aberto, é despejado nos corpos d'água. A gravidade da situação é aumentada pela presença de redes unitárias, em que águas pluviais se misturam ao esgoto, sobrecarregando as galerias. O município deve urgentemente executar os projetos existentes para reverter o passivo ambiental e cumprir o Novo Marco Legal do Saneamento, que exige tratamento para 90% da população até 2033.

O diagnóstico aponta falhas operacionais e desafios na fiscalização de resíduos sólidos e drenagem. A Sede tem rotas de coleta convencional, seletiva com associações e equipamentos como ecoponto e aterro, mas há áreas sem atendimento por dificuldade de acesso. A falta de conscientização cria "bota-foras" irregulares em encostas e vias, desrespeitando a legislação municipal. O desmatamento em regiões altas contribui para o transporte de sedimentos e assoreamento dos rios, afetando o escoamento da água e demandando controle ambiental rigoroso.

O diagnóstico do saneamento na Sede de Ouro Preto demonstra que, para garantir a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental, o município precisa superar falhas operacionais e gargalos históricos. As prioridades concentram-se na eliminação da intermitência do abastecimento de água, na universalização imperativa do tratamento de esgoto doméstico e na ampliação da cobertura das coletas convencional e seletiva. Conjuntamente, a fiscalização rigorosa contra o desmatamento de nascentes e o descarte irregular de entulhos mostra-se indispensável para proteger os corpos hídricos e garantir a funcionalidade da drenagem urbana.

4 Mineração

As oficinas participativas mostraram a complexidade da convivência da população com a mineração em Ouro Preto. O levantamento identificou os principais problemas e potencialidades locais, servindo como base para medidas de mitigação e desenvolvimento econômico sustentável. O direcionamento dessas questões por políticas públicas é essencial para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, unindo o planejamento urbano à regulação do setor minerário.

Figura 05: Síntese Técnica Geral da Mineração do município de Ouro Preto (Sede e distritos).

Temática	Leitura Técnica	Leitura Comunitária Participativa	Parecer Técnico e Legislação
Processos e Áreas de Lavra	Existem áreas em fase de concessão na região do Botafogo (5 processos), gerando alta preocupação devido à fragilidade ambiental. A Sede possui processos para extração de ouro, topázio e calcário, geridos por diversas empresas (ex.: Passagem Mineração, Vermelhão, JJC, Novelis). Historicamente, a extração de pirita e a mineração subterrânea profusa deixaram passivos de processos erosivos expressivos e alterações morfológicas na região.	Há uma forte demanda para que a mineração ocorra de modo compatível com a realidade municipal e que a Serra do Veloso seja demarcada e tombada como área de preservação, proibindo atividades correlatas à mineração no local. A população aponta o garimpo ilegal e a especulação minerária como grandes problemas na Serra do Itacolomi.	A requisição de tombamento da Serra do Veloso deverá ser analisada pelos Poderes Executivos Municipal e Estadual. O garimpo ilegal e a destruição de vegetação configuram crimes ambientais graves, sujeitos a reclusão e multas, conforme os arts. 38-A, 54 e 55 da Lei Federal n.º 9.605/1998. A regulação do setor cabe à ANM.
Segurança de Barragens (Dam Break)	A análise de dados georreferenciados aponta que o rompimento da Barragem de Marzagão impactaria as áreas dos bairros Saramenha, Tavares, Maria Soares, Pilar, Barra, Antônio Dias, Lagoa e Caminho da Fábrica.	Moradores das regiões do Caminho Tronco e da Serra do Itacolomi relatam grande preocupação com a barragem de rejeito de Marzagão, temendo que um rompimento atinja as margens do Ribeirão Funil até o Bairro Barra. A principal demanda é a execução do descomissionamento seguro da estrutura.	O descomissionamento da barragem de Marzagão encontra-se sob a jurisdição direta da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), que é o órgão estadual responsável pela fiscalização e pelo monitoramento da estrutura.

Conflitos Ambientais e de Mobilidade	Foram mapeados conflitos por poluição atmosférica gerada pela Indústria ACTech (antiga ALCAN) na Sede. Há sérios problemas de mobilidade devido ao atravessamento de caminhões de minério pelo Anel Viário (BR-356) e vias estreitas no bairro Saramenha. A ocupação urbana recente próxima a cavas antigas agrava situações de risco geológico.	A comunidade relata forte impacto no trânsito decorrente do tráfego de caminhões e ônibus de empresas mineradoras. Moradores do Bairro Morro São Sebastião denunciam o trânsito de vans de mineradoras em alta velocidade em vias íngremes. Relatam-se também desmatamento, assoreamento de rios e comprometimento das nascentes da Serra do Itacolomi.	As questões relativas aos impactos no trânsito e circulação de frotas de mineração serão discutidas e solucionadas por meio das diretrizes do eixo de mobilidade do Plano Diretor de Ouro Preto e do respectivo Plano Diretor de Mobilidade.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado nos quadros 69, 82 e 83 (p. 194, 226-227).

O diagnóstico da mineração em Ouro Preto aponta para uma intensa sobreposição entre a urbanização e a extração, gerando diversos conflitos socioambientais. O município enfrenta um passivo histórico devido à extração de ouro e pirita, resultando em danos geomorfológicos, erosão intensa e cavas próximas a áreas residenciais, aumentando os riscos geológicos. Como agravantes, a Sede ainda possui processos ativos de concessão de lavra para minérios como ouro, topázio e calcário, além de indústrias que geram poluição do ar.

A leitura comunitária destaca o receio generalizado quanto à segurança das barragens, com foco específico na Barragem de Marzagão. O estudo técnico de Dam Break corrobora essa preocupação, confirmando que um eventual rompimento impactaria uma extensa faixa urbana, englobando desde Saramenha até Antônio Dias e o Bairro Barra. Consequentemente, a população exige o descomissionamento seguro da estrutura, ação que, segundo o parecer técnico, deve ser fiscalizada e conduzida pela FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente). Outro ponto crítico levantado pela comunidade é a degradação ambiental, materializada no assoreamento de corpos hídricos, desmatamento e atuação de garimpos ilegais. Tais infrações são enquadradas pela Lei de Crimes Ambientais, demandando fiscalização ostensiva para garantir a integridade dos aquíferos naturais, especialmente na Serra do Ouro Preto.

Além das fragilidades ambientais, a logística da mineração interfere severamente na mobilidade urbana. A circulação contínua de caminhões pesados e ônibus de fretamento ao longo do Anel Viário (BR-356) e em bairros de ruas estreitas (como Saramenha e Morro São Sebastião) impõe riscos de segurança aos moradores e sobrecarrega a infraestrutura viária. A solução técnica apontada para mitigar esse estrangulamento viário passa pela aplicação das

diretrizes do Plano Diretor de Mobilidade, visando segregar ou reorganizar o fluxo industrial fora do eixo estritamente urbano.

A mineração em Ouro Preto requer ações coordenadas para aliar o desenvolvimento econômico à segurança da população. Os principais problemas estão na mitigação dos riscos da Barragem de Marzagão, no controle da erosão causada por lavras passadas e na reordenação do tráfego de veículos pesados. O futuro do planejamento municipal exige a rigorosa aplicação das leis ambientais, a intensificação da fiscalização contra garimpos e desmatamentos ilegais, além de estudos para tombar áreas sensíveis e proteger o patrimônio natural e urbano.

5 Aspectos sociais e demográficos

O município de Ouro Preto apresenta um cenário demográfico caracterizado pela concentração populacional em sua sede e em distritos específicos. Conforme dados do Censo Demográfico de 2022, o município totaliza 74.847 habitantes. A sede do município, especificamente, concentra a maior parcela dessa população, com 41.682 residentes, o que corresponde a aproximadamente 55,7% do total municipal, mantendo-se como o núcleo urbano central de referência para o acesso a equipamentos públicos de saúde, educação e assistência social. (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 252)

Figura 06: Diagnóstico de Questões Técnicas e Comunitárias (Sede).

Região	Área	Principais problemas	Principais Demandas
Caminho Tronco	Assistência Social, Educação e Saúde.	Falta de infraestrutura e professores, creches inadequadas, falta de acesso à saúde na Ocupação Chico Rei.	Restaurante popular, aumento de vagas em creches, construção de escolas, programa de saúde da família e nova UBS.
Serra de Ouro Preto	Assistência Social, Educação e Saúde.	Falta de assistentes sociais/psicólogos, violência doméstica, tráfico, falta de escola e transporte, problemas de acesso à saúde.	CRAS volante, maior segurança, transporte para IFMG/UFOP, castramóvel, implantação de farmácia e policlínica.
Serra do Itacolomy	Assistência Social, Educação e Saúde.	Poucos postos de CRAS, acesso à educação dificultado, falta de farmácias e demora no atendimento de saúde.	Informação sobre direitos sociais, retorno do SENAI, melhoria no transporte público e ampliação das unidades de saúde.

Bauxita e Entorno	Assistência Social, Educação e Saúde.	Falta de centro para idosos, ausência de creches, atendimento restrito na unidade de saúde da UFOP.	Redes credenciadas de saúde, creches, maior interação da UFOP com a comunidade e centro de referência para idosos.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 93 (p. 272, 273, 274, 275 e 276).

O diagnóstico em Ouro Preto revela desigualdades no acesso aos serviços públicos em regiões como Caminho Tronco, Serra de Ouro Preto, Serra do Itacolomy e Bauxita. A população vê o potencial dos equipamentos disponíveis. Aponta falhas, especialmente na falta de infraestrutura educacional (creches e escolas). Ela também destaca a necessidade de descentralizar ou ampliar o atendimento da Assistência Social (CRAS) e de Saúde (UBS, farmácias e policlínicas).

Um tema comum em várias regiões é a falta de informações claras sobre direitos sociais e serviços, revelando uma falha na comunicação entre a administração pública e a população. A integração com universidades (como a UFOP) e institutos técnicos (IFMG) é considerada pela comunidade como uma chance para cursos complementares. Ela é considerada um meio para aprimorar a qualidade de vida e a assistência técnica em projetos de arquitetura e engenharia pública nas comunidades. A mobilidade urbana está ligada ao acesso a serviços, especialmente ao transporte público em áreas periféricas afetadas por veículos pesados da mineração.

O diagnóstico indica que, embora a Sede concentre a maioria dos serviços, existe uma demanda expressiva por melhorias na distribuição, manutenção e eficiência desses equipamentos públicos. As perspectivas para o Plano Diretor envolvem o desenvolvimento de planos setoriais integrados, que considerem as especificidades de cada região. Elas garantem a reforma e modernização das infraestruturas existentes e promovem uma comunicação mais eficaz com o cidadão. Isso garante o direito à cidade e o acesso aos serviços básicos de forma equânime.

6 Aspectos econômicos

O diagnóstico consolidado dos aspectos econômicos do município de Ouro Preto aponta para a necessidade de diversificação da base produtiva, atualmente fortemente vinculada à indústria extrativa mineral. Embora o município apresente uma alta arrecadação,

existe o desafio de utilizar esses recursos para potencializar outros setores, como o comércio, serviços, turismo e a agropecuária, visando reduzir a dependência da mineração e mitigar a precariedade do trabalho. No contexto específico da sede, o planejamento urbano busca enfrentar desafios de acesso a serviços básicos e à descentralização do comércio local.

Figura 07: Tabela de Aspectos Econômicos: Sede (Bauxita e Serra de Ouro Preto).

Região	Problemas	Demandas	Conclusões e Perspectivas	Legislação
Sede – Bauxita	Ausência de agências bancárias.	Retorno dos Correios e abertura de agências bancárias.	O bairro é populoso e próximo à UFOP e hospital; buscar melhoria nos serviços e qualidade de vida da população são ações necessárias.	Plano de Desenvolvimento; Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico.
Sede – Serra de Ouro Preto	Distância até o comércio.	Maior oferta de comércios e serviços; criação de hortas comunitárias.	A descentralização do comércio local é o grande desafio para a sede e está relatada na leitura técnica.	Plano de Desenvolvimento; Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 94 (p. 278).

A análise econômica da Sede, incluindo Bauxita e Serra de Ouro Preto, mostra que a maior necessidade da população é o acesso a serviços essenciais e comércio local. A Bauxita, com sua grande população e localização estratégica próxima à UFOP e ao hospital, precisa de uma infraestrutura de serviços mais eficiente, como a retomada dos Correios e a instalação de bancos.

Na Serra de Ouro Preto, a distância do comércio é um grande obstáculo para os moradores. Solicitam mais opções de comércios e serviços nas proximidades. Há também opções como hortas comunitárias, que seguem as diretrizes de economias criativas e solidárias. A principal conclusão destas demandas é a urgência de descentralizar o comércio na sede, aproximando os serviços das comunidades, reduzindo deslocamentos e promovendo o desenvolvimento econômico local.

A descentralização econômica e a melhoria dos serviços locais são essenciais para o desenvolvimento de Ouro Preto. O enfrentamento dos desafios deve priorizar a redução da distância entre moradores e serviços, promovendo um crescimento mais equitativo e acessível nas comunidades.

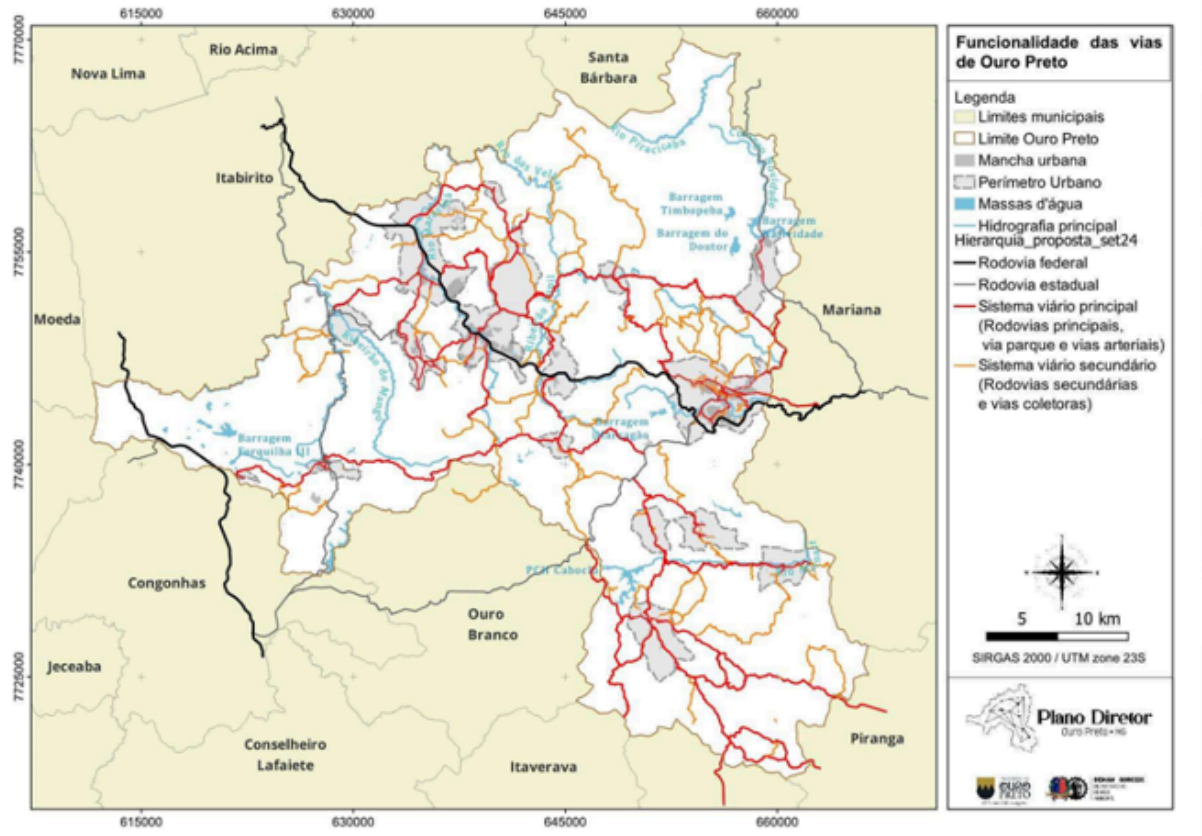
7 Mobilidade

O diagnóstico de mobilidade fornecido revela a priorização do transporte individual em relação ao coletivo, além de falhas estruturais e falta de infraestrutura para pedestres e ciclistas. A união da leitura técnica com a percepção da comunidade destaca a mobilidade como um problema constante, exigindo ações que equilibrem a preservação do patrimônio e a fluidez para moradores e visitantes.

Na escala do território municipal, impactam na questão da mobilidade o fato de o município ser atravessado por quatro rodovias e extensa malha viária municipal que conecta os diversos distritos. Além dos distritos, existem

> (...) cerca de 80 localidades a serem conectadas, uma forte mobilidade turística e de eventos que impacta a área tombada da Sede e alguns de seus distritos, como Lavras Novas, uma mobilidade estudantil decorrente de ser um polo universitário e uma intensa circulação de veículos de carga, de serviço e de fretamento associada especialmente à atividade minerária da região (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 281).

Figura 08: Mapa de funcionalidade das vias do município de Ouro Preto (GORCEIX, 2024, p. 286).



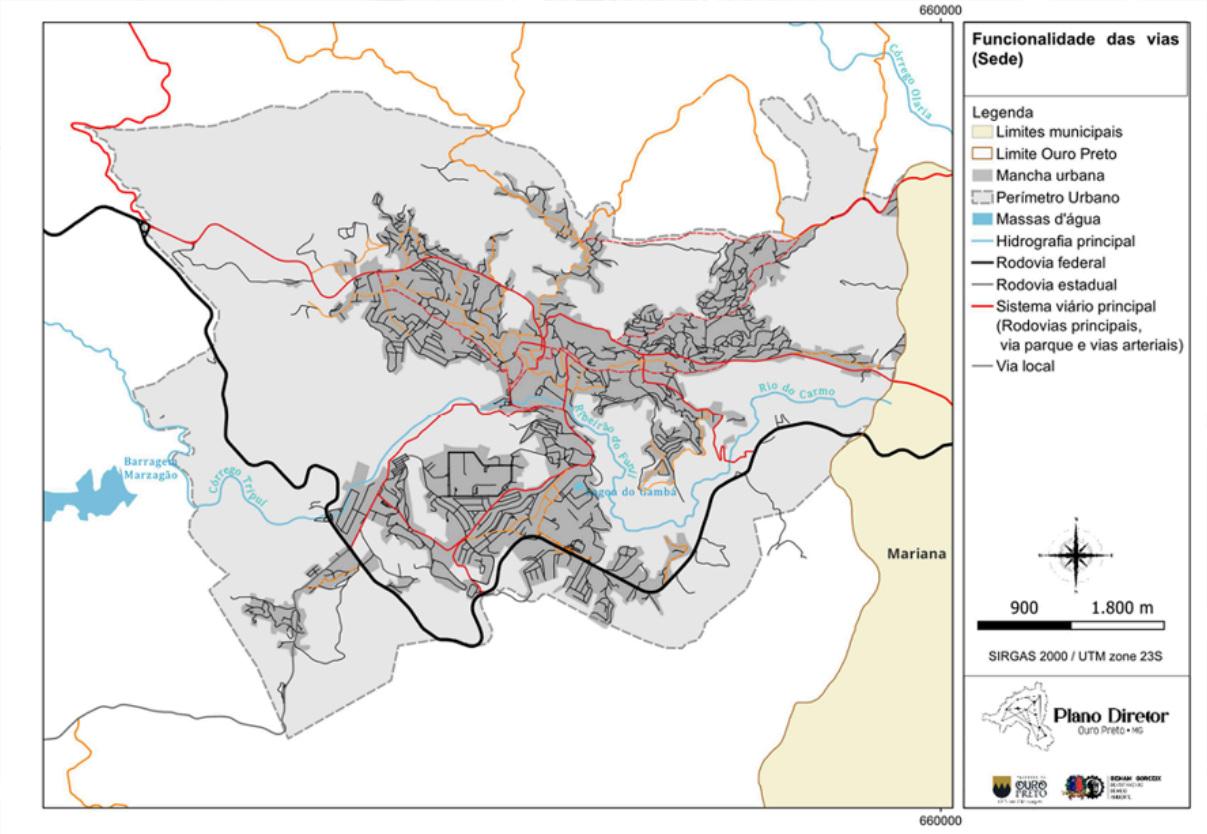
Fonte: Fundação Gorceix, 2024.

No âmbito da Sede, o terreno acidentado impõe

> (...) barreiras topográficas (Serra de Ouro Preto e Serra do Itacolomi), físicas (rodovias, áreas de mineração e áreas de proteção ambiental) e de ocupação urbana (áreas de patrimônio histórico protegidas, condomínios de acesso controlado), que influenciaram a ocupação do seu território (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 281).

O panorama revela uma ocupação bastante consolidada em um terreno desafiador, onde as soluções habituais de engenharia de tráfego encontram barreiras físicas e históricas. Nos caminhos do Centro Histórico, a pavimentação de pedras e o traçado sinuoso são relatados como dificultadores do tráfego, tornando a experiência do pedestre desconfortável. Essa situação contrasta com a alta taxa de uso de carros (74%), que satura o espaço urbano com congestionamentos frequentes.

Figura 09: Mapa de funcionalidade das vias da Sede (GORCEIX, 2024, p. 286).



Fonte: Fundação Gorceix, 2024.

Figura 10: Síntese de Mobilidade por Regiões no Distrito Sede.

Região / Eixo	Leitura Técnica Integrada (Características e Desafios)	Leitura Comunitária Participativa (Problemas e Demandas)

Caminhos Tronco (Geral e Específicos) **(Centro Histórico e Vias Principais)**	**Características:** sistema viário restrito, sinuoso e com pavimentação em pedra (causando derrapagens). Fortes declividades e calçadas com largura insuficiente ou inexistentes. Dificuldade para aprovação de sinalização devido à proteção patrimonial. **Desafios:** predominância do transporte individual. Estrangulamentos de tráfego em pontos como Praça Tiradentes, Barra, Rua Conselheiro Quintiliano e Bauxita. Vários bairros possuem acesso limitado a uma única via, gerando esgotamento.	**Problemas:** falta de espaço e acessibilidade para pedestres (especialmente idosos e cadeirantes). Transporte público deficitário e trânsito intenso, agravado pelo conflito com veículos de turistas e falta de estacionamento. **Demandas:** Priorização de pedestres nas vias principais do centro histórico. Melhoria e ampliação do transporte público (com subsídios). Instalação de escadas rolantes, trens turísticos ou teleféricos. Realocação da rodoviária para a antiga ALCAN e criação de centro de distribuição de cargas.
Bauxita e Entorno	**Características:** alta concentração de serviços, comércios e universidades (UFOP e IFMG). Alto fluxo de veículos, acarretando intensa circulação em vias como a Rua Pandiá Calógeras e Rua Prof. Geraldo Nunes. **Desafios:** calçadas em condições desfavoráveis e grande dificuldade de acesso entre os diferentes patamares topográficos. Ausência de infraestrutura para ciclistas e oferta baixa de transporte público frente à demanda.	**Problemas:** trânsito caótico nos horários de pico, acidentes frequentes na entrada da UFOP, calçadas estreitas com obstáculos e ruídos noturnos ("Savassinha"). **Demandas:** rotatória na portaria da UFOP. Melhoria na acessibilidade das travessias, sinalização e fiscalização da localização com radares. Aumento das linhas de ônibus nos bairros adjacentes e revisão do Plano de Mobilidade com adesão ao passe livre estudantil.
Serra de Ouro Preto	**Características:** região que engloba bairros situados em encostas íngremes (Padre Rolim, São Cristóvão) e no topo do morro (São Sebastião). Risco geológico permanente em áreas de encosta. **Desafios:** vias estreitas, em formato de becos, muitas vezes limitadas a uma única opção de entrada/saída. Severa carência de locais para estacionamento e dificuldade extrema para a circulação de veículos e transporte coletivo.	**Problemas:** ausência de passeios, forçando pedestres a dividir espaço perigoso com os carros. Transporte público escasso (ônibus demoram muito e têm horário limitado, não operando à noite no São Sebastião). Tráfego inseguro de caminhões e vans nas ladeiras. **Demandas:** instalação de corrimãos nas escadarias. Implementação de planos inclinados ou teleféricos. Regulamentação do tráfego pesado e extensão dos horários e itinerários do transporte público.
Serra do Itacolomi	**Características:** bairros localizados ao longo do Anel Viário da Rodovia BR-356. Circulação interna limitada dentro dos bairros, frequentemente operando com via única. **Desafios:** sério problema de segurança viária ao longo do traçado da rodovia, que corta o tecido urbano e gera riscos constantes de atropelamentos e acidentes com veículos pesados. Pouco serviço de transporte coletivo.	**Problemas:** Rodovia atravessa os bairros sem oferecer segurança aos moradores (travessia perigosa). Número alto de acidentes e fluxo intenso de carretas. Transporte público com tarifa cara e poucas opções de horários. **Demandas:** articulação urgente com o DNIT para intervenções na BR-356. Construção de túneis ou viadutos para travessia, instalação de redutores de velocidade, radares, faixas de pedestres e regularização dos acessos aos bairros.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 94 (p. 278).

As demandas apresentadas pela comunidade — como a padronização das calçadas, a instalação de radares e melhorias na sinalização — alinham-se à necessidade técnica de disciplinar o tráfego e garantir a segurança viária. A perspectiva de melhoria passa, necessariamente, por uma revisão das condições de acesso aos pontos estratégicos, como o hospital e as instituições de ensino, garantindo que o desenho urbano favoreça o pedestre e a eficiência do transporte coletivo.

Para a resolução dos problemas relacionados à mobilidade urbana na Sede de Ouro Preto, foram relacionadas algumas soluções. Foi relacionada à implantação de planos inclinados, à criação de centros de distribuição de cargas fora das áreas de estrangulamento (como a realocação da rodoviária e incentivos na antiga ALCAN) e à requalificação rigorosa das travessias na BR-356. A atualização e a efetiva execução do Plano de Mobilidade, com ampla participação popular, são passos relatados para garantir segurança, acessibilidade e sustentabilidade ao município.

8 Patrimônio cultural

> O item Patrimônio Cultural, ainda que timidamente manifestado nas oficinas comunitárias, se mantém inserido como uma das primeiras cinco temáticas na maioria dos distritos. Interessante observar que, mesmo distritos que não detêm um acervo tão significativo, abordam a temática como uma das principais, com uma posição vantajosa sobre temas como saúde, ocupação urbana e segurança.
> Entretanto, é preocupante ver o distrito sede, que detém maior área protegida pelo tombamento e com a cidade de Ouro Preto intitulada como Patrimônio Mundial, demonstrando, pela amostragem, pouco ou nenhum interesse no assunto (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 318).

O diagnóstico, fundamentado na integração entre a leitura técnica e a percepção da comunidade, destaca a necessidade urgente de conciliar o desenvolvimento urbano, a preservação histórica e a qualidade de vida dos moradores. É necessário utilizar instrumentos de planejamento adequados para mitigar as transformações irreversíveis causadas pelo avanço de atividades minerárias e pelo uso incompatível do solo.

Figura 11: Síntese do Patrimônio Cultural (Sede).

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação
Crescimento acelerado com altas taxas de ocupação; parcelamentos irregulares; poluição visual (engenhos de publicidade) e fiação aérea; usos incompatíveis com a tipologia residencial; aumento do tráfego de veículos pesados; falta de incentivos à manutenção de imóveis; falta de assessoria técnica; fiscalização insuficiente; ameaças minerárias.	Valorização da descentralização da preservação para além do centro (bairros); preocupação com atividades minerárias; demandas específicas por tombamento e restauração em bairros como Botafogo, Morro São Sebastião, Cabeças e São Cristóvão; necessidade de educação patrimonial; compatibilização de legislações; Plano de Gestão de Riscos.	Ver no final da tabela o quadro que abrange todo o território.	Lei de Uso e Ocupação do Solo; Plano Diretor; Tombamentos (Municipal/União); Título Patrimônio Mundial; Diretrizes das Unidades de Conservação; Portarias IPHAN; Cartas Patrimoniais.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 110 (p. 320).

A análise técnica aponta um cenário preocupante, em que a demanda por urbanização, a infraestrutura deficiente e a fiscalização fraca ameaçam a preservação do patrimônio histórico. A incompatibilidade entre as residências tradicionais e os usos modernos do solo é evidente, piorada pelo tráfego de veículos pesados que afeta imóveis antigos.

A leitura comunitária destaca que a preservação deve ir além da centralidade histórica, incluindo bairros como Santa Efigênia, Santa Cruz, Piedade e Taquaral, e protegendo áreas ameaçadas, como Botafogo. A população exige empoderamento social na gestão do patrimônio, solicitando restauros, educação patrimonial, melhorias na legislação e um plano de gestão de riscos para emergências climáticas.

O principal desafio em Ouro Preto é implementar políticas públicas que unam o patrimônio cultural à vida da população. Isso garante que o desenvolvimento urbano seja sustentável, respeite os modos de vida locais e proteja a paisagem cultural de impactos irreversíveis.

9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana

> O eixo ‘Ocupação e Uso do Solo Urbano e Expansão Urbana' analisa em especificidade as dinâmicas de uso, ocupação do solo e expansão urbana do território ouro-pretano, integrando as análises técnicas e comunitárias ao longo das 16 (dezesseis) etapas. Essas etapas

consolidam um panorama abrangente e intersetorial que busca, desde a contextualização histórica e urbanística, considerar os fatores que conformaram a evolução urbana dos 1.245,865 km² distribuídos em 13 distritos e mais de 80 localidades.

A análise também aborda os impactos na infraestrutura urbana causados por atividades como industrialização, mineração, turismo e expansão urbana, bem como os conflitos socioespaciais presentes na cidade. Estes conflitos são resultado das assimetrias sociais e espaciais enraizadas ao longo do processo de evolução da mancha urbana e das lutas contemporâneas pela reforma urbana.

Por fim, são mencionadas as caracterizações e a incidência do ordenamento territorial na produção do espaço com seus parâmetros urbanísticos no território, para que novas métricas possam ser indicadas na próxima etapa de proposições.

É a partir desta consolidação que se partirá para a atualização e revisão do zoneamento urbano, considerando as alterações legislativas após 2011 e a necessidade de precisão nas delimitações territoriais. Esses elementos ressaltam a complexidade e a importância de uma abordagem integrada para o planejamento urbano e a preservação do patrimônio cultural, da paisagem natural, do desenvolvimento sustentável e da conciliação de múltiplos interesses individuais e coletivos no território de Ouro Preto (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 334).

9.1 Quadro geral

O eixo de "Uso e Ocupação do Solo e Expansão Urbana" analisa as dinâmicas territoriais de Ouro Preto, integrando fatores históricos, urbanísticos e os impactos socioespaciais decorrentes de atividades como mineração, turismo e expansão urbana desordenada. O diagnóstico aponta para a necessidade de uma abordagem integrada que concilie o desenvolvimento sustentável com a preservação do patrimônio cultural e natural, frente às assimetrias sociais enraizadas no processo de ocupação do município.

Figura 12: Resumo da Análise Técnica de Uso e Ocupação do Solo/Expansão Urbana.

Componente	Caracterização	Principais Demandas
Ocupação irregular	Problema recorrente em diversos locais (ex.: Antônio Pereira, Amarantina, Cachoeira do Campo, Santa Rita). Ocorre em áreas de risco geológico e de preservação. Expansão de loteamentos de acesso controlado gera impactos socioambientais.	Reforçar fiscalização e cumprimento de normas urbanísticas. Adotar práticas sustentáveis e resilientes frente a mudanças climáticas. Implementar programas de regularização fundiária.

Ausência de registro de imóveis.	Falta de articulação entre distritos e sede, irregularidades documentais e fiscalização insuficiente frente à demanda.	Traçar diretrizes de circulação e articulação entre povoados/distritos e a sede. Descentralizar serviços de regularização.
Ordenamento Territorial	Crescimento desordenado exige reorganização espacial. Vulnerabilidade de sítios arqueológicos não registrados e necessidade de áreas para Habitação de Interesse Social (HIS).	Estabelecer diretrizes para núcleos turísticos (ex.: Lavras Novas). Implementar ferramentas de controle de parcelamento e uso do solo. Proteção de sítios arqueológicos e conjuntos tombados.
Equipamentos e Serviços	Crescimento acelerado sem dotação suficiente de infraestrutura e serviços, gerando sobrecarga e deslocamentos excessivos.	Adequar infraestrutura com capacidade de suporte compatível. Promover desenvolvimento de áreas vazias para novos equipamentos públicos.
Água, Saneamento e Resíduos	Problemas estruturais de abastecimento e contaminação. Falta de tratamento de esgoto e necessidade de expansão de aterros (RCC) e reciclagem.	Ampliar rede de abastecimento. Implementar sistemas de drenagem e programas de reciclagem para reduzir impactos.
Expansão Urbana	Escassez de áreas aptas à expansão na sede. Fenômenos de gentrificação por turismo (ex.: Rua Direita, Praça Tiradentes) e subutilização de áreas centrais pela população local.	Prever instrumentos de combate à especulação imobiliária e gentrificação. Identificar áreas potenciais para políticas habitacionais.
Conurbação e Adensamento	Zonas de Adensamento Restrito (ZAR) na sede apresentam riscos geológicos. Tendência de conurbação com municípios vizinhos.	Implementar mecanismos de controle de impacto cumulativo e infraestrutura adequada em áreas conurbadas.
Habitação de Interesse Social (HIS)	Irregularidade cadastral e edilícia, déficit habitacional e carência de oferta de imóveis. Ocupações espontâneas em áreas de risco geológico e existência de parcelamentos vazios ou subutilizados.	Regularização edilícia e atualização de parâmetros urbanísticos. Fiscalização para prevenir ocupações irregulares e assistência técnica pública para a produção de moradias.
Política Habitacional	Necessidade de ordenamento em áreas descontínuas. As ocupações atuais estão frequentemente fora das áreas de sobrezoneamento (ZEIS 1 e 2).	Revisão de normativas para parcelamento do solo e requalificação de espaços públicos com participação popular.
Infraestrutura e Equipamentos	Crescimento urbano acelerado sem a devida dotação de infraestrutura e serviços, gerando sobrecarga dos núcleos centrais e espraiamento do tecido urbano.	Crescimento urbano acelerado sem a devida dotação de infraestrutura e serviços, gerando sobrecarga dos núcleos centrais e espraiamento do tecido urbano.
Especulação Imobiliária	Dinâmica desigual no território; áreas centrais com oferta de imóveis voltada a plataformas de aluguel por temporada, dificultando o acesso da população local.	Implementação de instrumentos urbanísticos de combate à gentrificação e incentivo à ocupação de imóveis ociosos.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 123 (p. 335, 336, 337 e 338).

Os dados mostram que Ouro Preto enfrenta uma rede complexa de conflitos urbanos. A ocupação irregular, muitas vezes em zonas de risco geológico e ambiental, é um grande desafio que demanda fiscalização rigorosa e políticas de regularização fundiária. A

infraestrutura de serviços básicos não acompanhou o crescimento populacional, sobrecarregando o sistema viário e gerando deficiências no saneamento em vários distritos.

A situação de moradia no Distrito Sede é marcada pela tensão entre a população de baixa renda, que busca habitação digna, e as limitações da preservação do patrimônio histórico e ambiental. O diagnóstico indica que famílias de baixa renda costumam buscar ocupações informais ou assentamentos irregulares pela falta de acesso ao mercado formal e à escassez de programas de habitação. A situação se agrava pela ocupação de áreas frágeis, exigindo intervenção imediata do governo para evitar tragédias e assegurar o reassentamento.

A atividade turística, importante para a economia, tem causado gentrificação e expulsão da população local de áreas centrais, alterando o uso dessas regiões em favor de serviços de hospedagem. A falta de registros de imóveis e de zoneamento específico prejudica o ordenamento territorial, afetando a proteção do patrimônio e das áreas naturais e arqueológicas.

9.2 Quadros específicos

O diagnóstico técnico específico das características urbanísticas dos bairros localizados na Serra de Ouro Preto, área que apresenta uma configuração territorial complexa. A análise, baseada no "Quadro 135 – Quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Serra de Ouro Preto", destaca a sobreposição de zonas de interesse social e áreas de risco geológico permanente, além de avaliar a presença de infraestrutura urbana e a oferta de equipamentos públicos essenciais à população local.

Figura 13: quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Serra de Ouro Preto.

Bairros	Zoneamento (2011)	Ordenamento Territorial	Característica/ Uso	Infraestrutura e Risco	Equipamentos
Passa Dez de Cima	ZAR-1; ZAR-2; ZAR-3; ZEIS-1; ZEIS-2; ZPAM.	As ZEIS-1 e ZEIS-2 estão localizadas sobre a ZAR-2, que é uma área de risco permanente e possui um perímetro tombado.	Adensamento baixo; residencial/ comercial.	Infraestrutura pouco presente; risco: pouco presente/inexistente.	Presídio de Ouro Preto

São Cristóvão	ZAR-2; ZAR-3; ZEIS-1; ZPAM	ZEIS-1 sobre ZAR-2/ZAR-3; área de risco permanente; perímetro tombado.	-	Infraestrutura pouco presente; risco: muito presente.	Creche, escola, UBS, policlínica, praça, quadra, Minas Du Veloso.
São Francisco	ZAR-2; ZAR-3; ZEIS-1; ZPE; ZPAM.	ZEIS-1 sobre ZAR-2; área de risco permanente; perímetro tombado.	Adensamento alto; residencial.	Infraestrutura pouco presente; risco muito presente.	-
13 de Maio	ZAR-2; ZEIS-1; ZPAM	ZEIS-1 sobre ZAR-2; perímetro tombado.	-	Infraestrutura pouco presente; risco: muito presente.	-
Piedade	ZAR-2; ZEIS-1; ZEIS-2; ZPAM	As ZEIS-1 e ZEIS-2 estão localizadas sobre ZPAM e ZAR-2, em uma área que faz parte do perímetro tombado.	-	Infraestrutura pouco presente; risco muito presente.	UBS, Quadra Poliesportiva
Taquaral	ZAR-2; ZEIS-1; ZEIS-2; ZPAM	ZEIS-1/2 sobre ZAR-2/ZAR-3; área de risco permanente; avanço na ZPAM.	-	Infraestrutura pouco presente; risco muito presente.	-
Morro da Queimada	ZAR-2; ZEIS-1; ZPAM	ZEIS-1 sobre ZAR-2; área de risco permanente; perímetro tombado.	-	Infraestrutura: Pouco presente; Risco: Muito presente.	Academia, Parque Arqueológico, Capela.
Morro Santana	ZAR-2; ZAR-3; ZEIS-1; ZPAM	ZEIS-1 sobre ZAR-2; expansão sobre ZAR-1; avanço na ZPAM.	-	Infraestrutura pouco presente; risco muito presente.	Escola, UBS, quadra, capela.
Morro São João	ZAR-2; ZAR-3; ZPAM	Zona de Expansão sobre ZAR-2; risco permanente.	-	Infraestrutura pouco presente; risco muito presente.	Academia, capela.
Morro São Sebastião	ZAR-2; ZAR-3; ZEIS-1; ZEIS-2; ZPE; ZPAM	ZEIS-1/2 sobre ZAR-2/ZAR-3; área de risco permanente.	Características rurais (quintais/hortas)	Infraestrutura presente; risco: presente.	Escola, posto de saúde, parque, capela.
Campo Grande de Vila Rica	ZAR-1; ZAR-2; ZPAM.	Expansão sobre ZAR-1/ZAR-2; lotes grandes (500-1000m²).	Adensamento baixo; residencial.	Infraestrutura muito presente; risco pouco presente.	-

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 135 (p. 354-364).

A análise dos dados revela uma heterogeneidade significativa no desenvolvimento dos bairros da Serra de Ouro Preto. Observa-se que a maioria das localidades apresenta uma

sobreposição crítica entre zonas de adensamento, interesse social (ZEIS) e áreas de risco geológico permanente, o que demanda atenção rigorosa no planejamento urbano.

Enquanto áreas como Campo Grande de Vila Rica demonstram uma ocupação de padrão construtivo mais alto, com lotes maiores e maior presença de infraestrutura, os bairros situados em encostas e zonas de expansão, como São Francisco, Taquaral e Morro Santana, enfrentam desafios estruturais mais agudos, marcados por alta densidade, ocupações irregulares e riscos geológicos elevados. A disponibilidade de equipamentos públicos também é variável: núcleos como São Cristóvão e Morro São Sebastião concentram uma oferta de serviços de educação, saúde e lazer mais consolidada, enquanto outras áreas carecem de infraestrutura básica, agravando a vulnerabilidade socioespacial da população residente.

O território definido como "Caminho Tronco e Entorno" é uma área de relevância histórica e urbanística central para o município de Ouro Preto. Esta região é caracterizada por uma densa malha urbana com forte presença de patrimônio tombado, apresentando desafios complexos relacionados à mobilidade, uso do solo e ocupação de áreas de risco.

Figura 14: quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Caminho Tronco e entorno.

Bairros	Zoneamento (2011)	Características e Usos	Tipologia e Infraestrutura	Risco	Centralidades e Equipamentos
Passa Dez de Baixo	ZAR-1, ZAR-2, ZEIS-1, ZEIS-2	Adensamento baixo, interesse social, residencial.	Padrão médio, pouca	Pouco presente.	-
N. Sra. de Lourdes	ZA-1, ZAR-3, ZPE, ZPAM	Residencial	Padrão alto, infraestrutura excelente.	Presente.	-
Jardim Alvorada	ZA-1, ZPE, ZPAM	Renda média a alta.	Padrão alto, infraestrutura excelente.	Presente.	Parque das Candeias
Cabeças	ZEIS2, ZPE, ZAR-2	Residencial, comercial.	Padrão médio, pouca	Pouco presente.	Escola Alfredo Baeta, Lar São Vicente.
Água Limpa	ZPE, ZAR-3	Colonial, residencial.	Padrão médio/alto, infraestrutura presente.	Presente.	Campo Água Limpa, Serviços Municipais.
Rosário	ZEIS1, ZPE, ZPAM	Conflitos de tráfego, comercial/residencial.	Padrão médio/alto, infraestrutura presente.	Presente.	Fundação Projeto Sorria

Vila São José	ZEIS1, ZPE, ZPAM	Adensamento médio	Padrão médio, infraestrutura presente.	Presente.	Escola de Música & Casa de Arte
Pilar	ZEIS-1, ZPE	Colonial, comercial/inst.	Padrão alto, infraestrutura presente.	Presente.	Prefeitura, Secretarias, Basílica do Pilar
Centro	ZPE, ZAR-3, ZPAM.	Turístico, comercial/residencial.	Padrão alto, infraestrutura presente.	Presente	Museus, teatro, igrejas, escolas
Barra	ZPE, ZEIS-1	Terrenos inadequados	Padrão médio/baixo, infraestrutura presente.	Presente.	Escola João Castilho Barbosa
Antônio Dias	ZPE, ZEIS-1	Colonial, comercial/residencial.	Padrão médio/baixo, infraestrutura presente.	Presente.	Academia, UBS, Casas de Cultura
Dores	ZPE, ZAR-3, ZEIS-1, ZPAM.	Adensamento alto, encostas	Padrão baixo, infraestrutura presente.	Muito presente.	Quadra poliesportiva
Padre Faria	ZPE, ZAR-3, ZEIS-1, ZPAM.	Colonial, turístico.	Padrão médio, infraestrutura presente.	Muito presente.	USF, CRAS, escolas, creche.
Alto da Cruz	ZAR-2, ZEIS-1	Colonial, adensamento alto.	Padrão médio/baixo, pouca.	Muito presente.	-
Santa Cruz	ZAR-2, ZAR-3, ZEIS-1, ZEIS-2.	Adensamento alto, encostas	Padrão baixo, pouca.	Presente.	Creche, UBS, Aterro RCC.
Vila Aparecida	ZAR-2, ZAR-3, ZEIS-1, ZPAM	Adensamento alto, encostas	Padrão baixo, infraestrutura presente.	Presente.	Creche, Museu Casa dos Inconfidentes.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 136 (p. 354-364).

O diagnóstico da região do Caminho Tronco e Entorno evidencia um território heterogêneo, em que a preservação histórica convive com tensões urbanas acentuadas. A presença de um elevado número de bairros com tipologia construtiva colonial, como Pilar, Antônio Dias e Rosário, traz desafios específicos de mobilidade, manifestados em conflitos de tráfego, estacionamento desafiante e vias estreitas ou íngremes.

Quanto ao risco, observa-se que bairros como Dores, Padre Faria, Alto da Cruz e Santa Cruz apresentam vulnerabilidade "muito presente", caracterizada por adensamento em áreas de encostas e ocupações irregulares. Em contraste, áreas de expansão ou ocupação de padrão mais elevado, como Jardim Alvorada e Nossa Senhora de Lourdes, possuem maior

disponibilidade de infraestrutura, porém ainda sob alerta quanto aos riscos ambientais. A concentração de equipamentos públicos, especialmente no Centro e no bairro Pilar, centraliza a gestão administrativa e turística do município, enquanto as áreas periféricas deste entorno dependem de uma oferta mais limitada e, por vezes, sobrecarregada de serviços de educação e saúde.

Figura 15: Quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Bauxita e entorno.

Parâmetros Urbanísticos e Ambientais	**Morro do Cruzeiro**	**Bauxita**	**Lagoa**	**Vila dos Engenheiros**	**Vila dos Operários**
Zoneamento (2011)	ZDE; ZPAM	ZA-2; ZDE; ZPAM	ZA-1; ZAR-2; ZIE; ZEIS- 1; ZDE	ZAR-2; ZPAM	ZAR-2; ZPAM
Ordenamento Territorial	• Contém Zona de Desenvolvimento Educacional. • Não está no perímetro tombado.	• Contém Zona de Desenvolvimento Educacional. • Contém área no perímetro tombado.	• ZEIS-1 se sobrepõe a ZAR-2 e ZIE. • Contém Zona de Desenvolvimento Educacional Educacional. • Contém Perímetro tombado.	• Zona de Expansão Urbana se sobrepõe a ZPAM e ZAR-2. • Avanço da mancha urbana sobre a ZPAM. • Não está no perímetro tombado.	• Avanço da mancha urbana sobre a ZPAM. • Não está no perímetro tombado.
Características	• Edificações do campus Morro do Cruzeiro da UFOP • Bairro com arborização.	• Adensamento alto • Possui edificações multifamiliares de 2 a 4 pavimentos.	• Edificações multifamiliares de 3 a 4 andares.	• Afastamentos frontais grandes e gramados. • Lotes grandes • Edificações unifamiliares de no máximo 2 pavimentos. • Bairro com arborização.	• Adensamento médio • Possui edificações de no máximo 2 pavimentos e unifamiliares
Usos do solo	• Institucional	• Residencial • Comércios e Serviços • Institucional	• Predominantemente residencial.	• Residencial • Poucos comércios e serviços.	• Residencial • Poucos comércios e serviços.
Tipologia Construtiva	• Padrão construtivo alto	• Padrão construtivo médio a alto.	• Padrão construtivo médio a alto	• Padrão construtivo alto	• Padrão construtivo médio
Infraestrutura Urbana*	Muito presente.	Muito presente.	Muito presente.	Presente.	Presente.
Risco*	Pouco presente ou Inexistente	Pouco Presente ou inexistente.	Pouco presente ou inexistente.	Presente.	Presente.

Equipamentos (Educação)	• Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	• Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) • Escola Mun. Simão Lacerda • Escola Est. de Ouro Preto	-	• Centro Educacional de Ouro Preto (CEOP)	• Creche Mun. Colmeia • Escola Mun. Tomás Antônio Gonzaga
Equipamentos (Saúde)	• UBS na UFOP	• Hospital da Santa Casa da Misericórdia	-	• UNIMED	-
Equipamentos (esporte e Lazer)	• Espaço para caminhadas e lazer dentro da UFOP.	• Quadra poliesportiva • Parquinho Infantil • 2 praças públicas	-	• Quadras secas e de areia. • Pista de skate • Praça	-
Equipamentos (Institucional)	-	• Fórum da Justiça • Fórum da Justiça do Trabalho • Delegacia da Polícia Civil • Delegacia da Mulher	-	• Associação de Moradores da Vila dos Engenheiros	• Sec. de Agropecuária • Sec. de Educação • Sec. de Esportes e Lazer • Sec. de Obras e Urbanismo

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 137 (p. 278).

A leitura da tabela revela que a região da Bauxita e seu entorno possui um perfil de ocupação altamente consolidado, porém com dinâmicas distintas entre seus bairros. Observa-se que a área é fortemente ancorada pelo zoneamento de Zona de Desenvolvimento Educacional (ZDE), impulsionada pela presença marcante da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) no Morro do Cruzeiro e do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) na Bauxita. Essa vocação educacional e institucional atrai um alto adensamento populacional, o que se reflete na tipologia construtiva da Bauxita e da Lagoa, caracterizada por edificações multifamiliares de até quatro pavimentos e um padrão construtivo que varia de médio a alto.

Em contraste com essa verticalização e uso misto (residencial, comercial e de serviços), os bairros da Vila dos Engenheiros e Vila dos Operários apresentam uma tipologia mais horizontalizada, composta majoritariamente por residências unifamiliares de até dois pavimentos, com lotes maiores e recuos expressivos. Contudo, o ordenamento territorial aponta um dado de alerta para essas vilas: o avanço da mancha urbana e das zonas de

expansão sobre a Zona de Proteção Ambiental (ZPAM). Esse vetor de crescimento exige atenção do poder público para evitar a degradação de áreas com relevância ambiental.

Do ponto de vista da infraestrutura urbana, a região é privilegiada, classificada como "Muito Presente" nos bairros centrais do eixo e "Presente" nas vilas adjacentes. A Bauxita, em especial, atua como uma centralidade de extrema importância para todo o município, abrigando equipamentos essenciais de saúde (Hospital da Santa Casa), de segurança e justiça (Fóruns e Delegacias), além de diversificadas opções educacionais. Em relação à vulnerabilidade, os riscos geológicos são, em sua maioria, "pouco presentes ou inexistentes" nas áreas de maior adensamento, embora sejam classificados como "presentes" nas bordas de expansão (vilas), o que reforça a necessidade de monitoramento contínuo nas áreas de interface com a ZPAM.

Com base no material, apresenta-se a seguir a estruturação do diagnóstico referente à região da Serra do Itacolomy. A região constitui uma unidade de planejamento marcada pela dinâmica de transição entre áreas urbanas consolidadas e zonas de expansão sobre espaços de proteção ambiental (ZPAM). O diagnóstico apresentado a seguir detalha as características de uso do solo, infraestrutura e vulnerabilidade a riscos geológicos de bairros que compõem este importante setor do território de Ouro Preto.

Figura 16: Diagnóstico da Serra do Itacolomy.

Bairros	Zoneamento (2011)	Ordenamento Territorial	Características / Usos	Tipologia / Infraestrutura	Risco	Centralidades e equipamentos
Saramenha	ZAR-1, ZAR-2, ZIE, ZPAM	Expansão sobre ZPAM; área ind./res.	Industrial, Residencial, Inst.	Padrão baixo/médio; pouca	Presente.	Escolas, UPA, Poliesportivo, ACTCH
Vila Santa Isabel	ZAR-2, ZPAM	Localizado dentro de Saramenha.	-	Pouca	Pouco/inexistente	-
Tavares	ZAR-2, ZPAM	Expansão sobre ZPAM/ZAR-2	-	Pouca	Pouco/inexistente	-
Maria Soares	ZAR-2, ZPAM	Expansão sobre ZPAM	Residencial, comércio.	Padrão baixo/precário; pouca	Pouco/inexistente	-
Novo Horizonte	ZAR-2, ZA-1	Expansão fora do perímetro urbano.	Unifamiliares (encostas)	Padrão baixo/médio; pouca	Presente.	Academia ao ar livre.

Jardim Itacolomi	ZAR-2, ZA-1	Perímetro tombado	-	Pouca	Pouco/ Inexistente.	Academia ao ar livre.
N. Sra. do Carmo	ZAR-1, ZAR-2, ZEIS-1, ZIE, ZPAM.	Expansão sobre ZPAM	Residencial	Padrão médio; infraestrutura presente.	Presente.	Escola, UBS, Estação de Tratamento.
Caminho da fábrica.	ZAR-1, ZAR-2, ZPAM	Expansão sobre ZPAM	Residencial (Ocup. Pica-Pau Amarelo.	Padrão baixo/precário ; pouca.	Pouco/ Inexistente.	Quadra, campo, praça.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 138 (p. 354-364).

A análise da Serra do Itacolomy demonstra uma forte pressão da mancha urbana sobre a Zona de Proteção Ambiental (ZPAM), com diversos bairros apresentando ocupações em encostas e zonas de risco geológico. Nota-se uma disparidade na infraestrutura urbana: enquanto áreas como Saramenha concentram equipamentos de saúde e educação de maior porte (como a UPA e SENAI), outros núcleos habitacionais, notadamente Maria Soares, Novo Horizonte e Caminho da Fábrica, exibem tipologias construtivas precárias e deficiências em serviços básicos.

A predominância do zoneamento de expansão urbana sobre áreas de conservação reflete o conflito histórico entre a necessidade de moradia e a preservação ambiental. Em Saramenha, o uso industrial misturado ao residencial cria um ambiente urbano complexo, enquanto nos bairros mais elevados, como Novo Horizonte, a ocupação ocorre predominantemente em morros, o que demanda estratégias de mitigação de riscos e regularização fundiária urgente.

9.3 Quadro síntese

O planejamento do uso e ocupação do solo no Distrito Sede de Ouro Preto enfrenta desafios complexos que exigem a integração entre a leitura técnica e a participação comunitária. A análise estratégica revela a necessidade urgente de adequar o crescimento urbano às limitações geológicas e ambientais, visando um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Figura 17: Síntese de Aspectos de Uso e Ocupação do Solo no Distrito Sede.

Subtemas	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação
Bauxita	Verticalização em curso; demanda habitacional alta; infraestrutura viária e estacionamento deficitários.	Conflitos com o público universitário; alto custo de moradia; falta de vagas e acessibilidade.	Necessidade de zoneamento específico, melhoria na circulação e oferta de espaços de lazer e cultura.	Plano Diretor, Zoneamento, Código de Obras, ADE.
Rancharia	Aptidão à ocupação urbana segundo estudos geológicos.	Demandas por habitação de interesse social (HIS).	Planejamento estruturado para criar centralidades e complementação urbana.	-
Lagoa	Adensamento crescente que exige infraestrutura (vias, esgotamento, equipamentos).	Preocupação com o coeficiente de aproveitamento (CA) e custo das moradias.	Atualização do Plano Diretor para crescimento equilibrado, respeitando o meio ambiente e patrimônio.	-

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 135 (p. 354-364).

O diagnóstico do Distrito Sede mostra que o modelo de expansão urbana atual enfrenta limites físicos, principalmente por causa da topografia irregular e das áreas de risco geológico do Plano de Redução de Risco (2023). Na Bauxita, a pressão por adensamento, devido às instituições de ensino superior, gera conflitos com a infraestrutura, indicando que o zoneamento precisa de ajustes para melhorar a circulação e evitar a valorização excessiva do mercado imobiliário.

A busca por áreas para habitação de interesse social (HIS) destaca locais como a Rancharia, considerados estratégicos para aliviar o centro histórico e proporcionar moradia digna. A efetividade do planejamento depende da revisão de instrumentos de controle urbano, como a Lei de Parcelamento e Uso do Solo, para garantir que o adensamento no bairro Lagoa aconteça de maneira organizada, com as obras de infraestrutura necessárias.

O diagnóstico da Serra de Ouro Preto aponta para a necessidade urgente de políticas de ordenamento territorial que conciliem a preservação do perímetro tombado com a mitigação dos riscos geológicos. É fundamental priorizar a regularização fundiária e a descentralização de infraestrutura urbana em áreas de alta vulnerabilidade, visando reduzir as desigualdades no acesso a equipamentos públicos entre os diferentes bairros da região.

A região da Bauxita e Entorno é um dos subcentros mais relevantes e estruturados do Distrito Sede, destacando-se por sua vocação institucional e educacional. O desafio do

planejamento urbano é equilibrar o adensamento das áreas mistas com a necessidade de proteger zonas ambientais, garantindo que o desenvolvimento e a infraestrutura atendam à população com qualidade e segurança.

O Caminho Tronco e Entorno possui importância estratégica devido à sua centralidade, mas enfrenta fragilidades estruturais que exigem ações integradas. O enfrentamento dos riscos geológicos, a requalificação da mobilidade nas vias históricas e a distribuição equilibrada de equipamentos sociais são as medidas fundamentais para garantir a sustentabilidade urbana e a segurança da população desta região.

O diagnóstico da Serra do Itacolomy revela um território que necessita de políticas públicas focadas na contenção da expansão urbana desordenada, no fortalecimento da infraestrutura em áreas de baixa qualidade construtiva e no monitoramento rigoroso das áreas de risco ambiental, garantindo que o desenvolvimento local seja acompanhado pela infraestrutura básica e pela preservação dos recursos naturais.

O diagnóstico consolida a necessidade de uma gestão urbana proativa que priorize a regularização fundiária, o ordenamento do zoneamento com foco na proteção ambiental e patrimonial, e a descentralização de serviços e infraestrutura. A mitigação da especulação imobiliária e o fomento a políticas habitacionais inclusivas são fundamentais para garantir a sustentabilidade do território e a melhoria da qualidade de vida em todas as localidades do município.

10 Habitação

O diagnóstico da política habitacional de Ouro Preto revela desafios significativos e urgentes, concentrados majoritariamente no Distrito Sede do município.

> A preservação do patrimônio e do conjunto histórico do município impõe restrições, limitando a capacidade de expansão e novas moradias em grande parte da sede do município, bem como, as propriedades históricas e suas áreas se tornam mais valorizadas ou demandam maior investimento para conservação e restauro, o que torna a habitação nessas áreas menos acessível para a população de baixa renda.
>
> O crescimento populacional e a expansão urbana pressionam a infraestrutura existente, as áreas de expansão precisam garantir a manutenção da qualidade de vida e a preservação do meio ambiente, evitando a formação de ocupações irregulares. Os bairros periféricos sofrem com insuficiência de infraestrutura essencial, como

saneamento, transporte público eficiente e serviços de saúde e educação adequados.

A desigualdade econômica no município limita o acesso da população de baixa renda a moradias dignas. Programas habitacionais precisam ser fortalecidos para suprir essa demanda, oferecendo subsídios e financiamento acessível.

As ocupações desordenadas aumentam a vulnerabilidade a desastres naturais, exigindo planejamento, intervenções e medidas mitigadoras. A inclusão da comunidade no processo de planejamento e decisão é fundamental para garantir que as políticas habitacionais atendam às necessidades reais dos moradores e promovam o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Na Leitura Técnica, uma das principais potencialidades identificadas no estudo é referente à política municipal de habitação e ao contexto institucional e legal do Município de Ouro Preto. A recente reforma administrativa e consolidação das políticas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação permite que as questões relacionadas à habitação sejam tratadas de forma integrada às demais políticas urbanas do município, e não de forma setorial. O município apresenta capacidade técnica de conduzir a política municipal de habitação, da qual se destacam o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social (SMHIS) e o Programa Um Teto é Tudo, que abrange ações de atendimento das demandas e necessidades habitacionais com a finalidade de diminuir o déficit habitacional.

Nesse contexto, diversas ações de produção de unidades habitacionais de interesse social, melhorias das condições de habitabilidade e regularização fundiária vêm sendo realizadas pelo Município. Certamente há demanda por ampliação dessas ações, para que um maior número de localidades e famílias sejam atendidas pelos programas, de forma a contribuir para o enfrentamento do déficit habitacional.

Com relação ao ordenamento territorial, o Plano Diretor atual (e lei de parcelamento, ocupação e uso do solo) adota a classificação das áreas de interesse social em ZEIS 1 e 2, classificando as áreas de interesse social ocupadas e as áreas vazias para atender à política municipal de habitação. Além disso, estabelece as diretrizes da política municipal de habitação, mas a ausência de regulamentação específica das ZEIS restringe as possibilidades de ação nas diversas áreas de interesse social do município. Neste estudo, foram redefinidas a delimitação de ZEIS e identificadas novas áreas de interesse social.

Os dados levantados demonstram uma continuidade dos programas e das ações, mas observa-se uma inconstância sobre as metas e resultados. Isto é, em determinados momentos o Município apresenta uma atuação mais efetiva, entregando um maior número de unidades habitacionais, mas o número de unidades produzidas pelo Poder Público tem sido muito abaixo da demanda habitacional.

> As famílias de baixa renda, moradoras de Ouro Preto, têm resolvido suas demandas habitacionais via assentamentos irregulares ou ocupações espontâneas. A opção por aderir ao mercado informal de terras existente no município se dá pelo fato de não conseguirem acesso via mercado formal. Para reverter esse cenário de informalidade, é necessário que a política habitacional seja mais efetiva. Ou seja, que os programas existentes ampliem sua capacidade de atendimento.
>
> Na Leitura Técnica, foram identificadas um número considerável de áreas irregulares no município, bem como alguns loteamentos em processo inicial de parcelamento irregular do solo. Isto indica a necessidade de maior fiscalização das áreas em fases iniciais de expansão urbana, para que seja possível conter a irregularidade fundiária.
>
> Um dos aspectos complicadores desse modelo de desenvolvimento urbano e que demanda atenção do Município é a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, que expõe as famílias às situações de risco, acentuadas pela emergência climática. (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 386-390).

Para a estruturação do diagnóstico habitacional do Distrito Sede de Ouro Preto, foram compilados os dados referentes à produção habitacional, áreas destinadas à Habitação de Interesse Social (HIS) e regularização fundiária, conforme as sínteses das leituras técnica e comunitária.

O quadro a seguir consolida as informações técnicas e as demandas comunitárias específicas da Sede, com foco nas localidades citadas, para orientar o planejamento urbano.

Figura 18: Síntese de Habitação e Regularização Fundiária (Sede).

Eixo Temático	Localidades Abrangidas (Sede)	Problemas Identificados (Leitura Comunitária e Técnica)	Demandas da Comunidade
Produção Habitacional e Áreas para HIS	São Cristóvão, Bauxita, Área da Febem, Cabeças, Saramenha, Vila Operária, Vila dos Engenheiros, Maria Soares, Rancharia, Serra de Ouro Preto e Passa Dez.	• Necessidade de construção de moradias sociais para abrigar moradores de áreas de risco e ocupações irregulares; • Terras ociosas que não cumprem sua função social; • Altos custos de aluguel inflacionados pela população flutuante.	• São Cristóvão: áreas para habitação e reassentamentos, além de projetos de construção de casas populares; • Moradia de interesse social na Rancharia e na área da Febem para realocação; • Aplicação de IPTU progressivo e reformulação de parâmetros para moradia;

Regularização Fundiária	Vila Operária, Lagoa, Saramenha de Cima, Tavares, Nossa Sra. do Carmo, Novo Horizonte, Taquaral e Serra de Ouro Preto.	• Muitos moradores não possuem documento de posse de suas propriedades; • Proliferação de moradias irregulares em áreas de risco por falta de opção habitacional e de fiscalização; • Grande concentração de núcleos irregulares consolidados;	• Programas de regularização fundiária e urbanística popular; • Realocação de famílias em áreas de risco para imóveis dentro do Taquaral. • Identificação de áreas propícias para habitação com garantia de moradia digna;

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 135 (p. 278).

O diagnóstico habitacional do Distrito Sede evidencia um cenário marcado pela pressão da especulação imobiliária e pela escassez de áreas seguras para a expansão urbana. A leitura comunitária aponta que a população, especialmente a de baixa renda, encontra-se vulnerável devido à ocupação em áreas de risco ou à precariedade documental de seus imóveis.

Especificamente no bairro São Cristóvão, as demandas comunitárias são claras e urgentes: os moradores solicitam a destinação de áreas para habitação e reassentamentos, além da execução de projetos focados na construção de casas populares dentro da própria Sede municipal. Essa demanda visa realocar famílias que atualmente residem em áreas de risco ou que sofrem com as pressões do mercado imobiliário local.

As demandas por construção de moradias populares e por assessoria técnica para projetos habitacionais refletem a necessidade de uma atuação mais direta do Poder Público. Isso inclui tanto a produção de novas unidades quanto a otimização de terrenos ociosos, como os identificados na Rancharia e na FEBEM.

> Considerando os dados levantados na Leitura Técnica e as demandas apresentadas nas oficinas da Leitura Comunitária, os moradores das diversas localidades e distritos do município demandam prioritariamente pelas seguintes ações da política municipal de habitação:
>
> 1. Produção habitacional: construção de novas moradias e acesso a lotes urbanizados para famílias de baixa renda, bem como programas de autoconstrução, assistência técnica pública e gratuita para a elaboração de projetos, acompanhamento e execução de obras necessárias para a requalificação de moradias;
>
> 2. Áreas para HIS: definição de áreas destinadas as moradias de interesse social, com infraestrutura essencial e acesso aos serviços públicos;

3. Regularização fundiária: ampliar a política municipal de regularização fundiária para demais áreas e distritos do município, que contemple as áreas irregulares com necessidade de ações de remoção e reassentamento de unidades, e as ocupações irregulares mais precárias.

Para enfrentar esses desafios, é necessário um conjunto de iniciativas integradas que serão propostas na próxima etapa do trabalho de revisão do Plano Diretor, ações que contemplam, por exemplo:

- Planejamento Participativo: envolver a comunidade local nas decisões sobre o desenvolvimento urbano e habitação.

- Parcerias Público-Privadas: Estimular parcerias que possam financiar projetos habitacionais sustentáveis e acessíveis.

- Subsídios e Incentivos: oferecer incentivos fiscais e subsídios para a construção e restauração de habitações de interesse social.

- Descentralização: tratar a questão habitacional de forma integrada na sede e demais distritos, incluindo as diversas localidades do território do município.

A regularização fundiária surge como um eixo central para a garantia do direito à moradia, sendo identificada como uma necessidade latente em diversas localidades do Distrito Sede, como Vila Operária, Lagoa, Taquaral e Serra de Ouro Preto. A complexidade desse processo exige que o planejamento municipal diferencie assentamentos precários de áreas passíveis de consolidação, aplicando os instrumentos da Lei Federal nº 13.465/2017 para mitigar irregularidades e promover a integração dessas comunidades ao tecido urbano formal. A gestão desses processos deve ocorrer de forma integrada, unindo as diretrizes das ZEIS com o desenvolvimento de infraestrutura básica e serviços públicos.

O enfrentamento do déficit habitacional no Distrito Sede demanda uma política integrada que contemple a produção de moradias de interesse social, o controle da especulação imobiliária em áreas estratégicas e o avanço robusto na regularização fundiária. A utilização eficiente de áreas vazias ou subutilizadas e a implementação de programas de assessoria técnica pública são fundamentais para assegurar o desenvolvimento inclusivo e sustentável do território.

11 Turismo

O município de Ouro Preto e seus distritos possuem um rico acervo do patrimônio cultural, vivenciando fortemente essa interlocução entre o passado e o presente. A sede do município, bem como seus distritos,

> possui uma riqueza de rotas turísticas praticamente infindáveis, tanto na sede quanto nos distritos e entre estes últimos. Essa potencialidade tem sido cuidadosamente explorada por meio das iniciativas como os "Caminhos da Fé", “Rotas do Ouro” e outras manifestações voltadas para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária. Ressalta-se, sobretudo, que a exploração em destaque tem sido impulsionada tanto por iniciativas do Poder Público quanto do setor privado (FUNDAÇÃO GORCEIX, p. 395 e 396).

O planejamento do setor turístico em Ouro Preto busca, prioritariamente, a descentralização do fluxo de visitantes para além do centro histórico, visando mitigar problemas de infraestrutura e promover o desenvolvimento econômico em diferentes áreas da sede municipal.

> Questões como ausência e ineficiência de saneamento básico nos distritos e localidades, fomento a programas que preparem e estruturem os meios de hospedagem e serviços de apoio ao turismo nos distritos, a qualidade e balneabilidade de cachoeiras e recursos hídricos, a falta de acesso e estradas de qualidade e ofertas de transporte público eficiente e a conservação e restauração do patrimônio material distribuído com riqueza por todos os distritos e que por vezes estão se perdendo ao longo do tempo, são fundamentais e premissas básicas para o fomento da atividade que tem a expectativa da sede e das comunidades dos distritos como uma alternativa de emprego e renda. (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 400)

11.1 Caminho tronco

O planejamento do setor turístico em Ouro Preto busca, prioritariamente, a descentralização do fluxo de visitantes para além do centro histórico, visando mitigar problemas de infraestrutura e promover o desenvolvimento econômico em diferentes áreas da sede municipal. A seguir, apresenta-se a tabela síntese referente à região do Caminho Tronco, conforme o quadro 172.

Figura 19: Síntese do Turismo - Sede (Caminho Tronco).

Subtemas	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação

Descentralização e potencial do turismo / Mobilidade e acessibilidade.	A descentralização visa reduzir a concentração turística no centro histórico, aliviando o trânsito e promovendo o desenvolvimento econômico no Caminho Tronco. Exige melhorias na infraestrutura (hotéis, restaurantes, sinalização) e capacitação de moradores.	A comunidade aponta que a centralização atual gera trânsito confuso e não traz retorno financeiro para os bairros. Sugere-se incentivar o turismo em outras localidades e garantir acessibilidade e mobilidade de qualidade, especialmente para idosos.	Lei do Turismo (Lei nº 11.771/2008); Plano Diretor de Ouro Preto e Planos Específicos; Políticas de descentralização do Governo Federal.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 172 (p. 409-410).

O diagnóstico da região do Caminho Tronco evidencia que a estratégia de descentralização do turismo não deve se restringir apenas ao fomento de atrativos, mas deve estar obrigatoriamente ligada à requalificação da infraestrutura urbana. Existe uma convergência entre a leitura técnica e a comunitária ao apontar que a concentração excessiva de visitantes no centro histórico gera impactos negativos no trânsito e na qualidade de vida dos moradores. Além disso, ela falha em distribuir os benefícios econômicos do turismo para outras regiões da sede.

Para que o Caminho Tronco consolide seu potencial turístico, é fundamental que as políticas públicas avancem em duas frentes. A primeira é a melhoria dos serviços básicos e de apoio ao turista, incluindo treinamento para a comunidade local. A segunda é a implementação de medidas robustas de mobilidade e acessibilidade. A população enfatiza que o atual modelo de transporte e a precária acessibilidade nas vias restringem a experiência turística e excluem pessoas com mobilidade reduzida, reforçando a necessidade de uma gestão turística mais inclusiva e planejada.

O desenvolvimento do turismo no Caminho Tronco depende da superação do gargalo da mobilidade urbana e da melhoria dos serviços locais. A estratégia deve priorizar a valorização dos talentos locais e a descentralização, transformando a região em um polo capaz de oferecer novas experiências aos visitantes, ao mesmo tempo em que garante acessibilidade e retorno econômico para os moradores.

11.2 Serra do Ouro Preto

O planejamento do desenvolvimento turístico em Ouro Preto busca, estrategicamente, a descentralização dos fluxos de visitantes. Ele visa reduzir a pressão sobre o centro histórico e fomentar o desenvolvimento socioeconômico em áreas ricas em patrimônio ambiental e cultural, como a região da Serra de Ouro Preto. Abaixo, apresento a síntese das questões técnicas e comunitárias para esta localidade, conforme detalhado no quadro 173.

Figura 20: Síntese do Turismo - Sede (Serra de Ouro Preto).

Subtemas	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação
Ecoturismo	O fomento ao ecoturismo na Serra de Ouro Preto é uma oportunidade para diversificar o turismo, valorizando recursos ambientais e culturais, como trilhas, cachoeiras, minas, sítios arqueológicos e o Parque Natural Municipal das Andorinhas. A estratégia visa gerar empregos, promover produtos locais e reduzir a sobrecarga no centro da cidade, garantindo uma experiência mais sustentável e diversa.	A comunidade destaca o potencial para o turismo ecológico e de base comunitária, sugerindo a criação de um parque arqueológico. Ressalta a necessidade de proteger a região para gerar renda local, incentivando um turismo descentralizado, respeitoso e não predatório, que valorize os talentos locais, como a Cachoeira das Andorinhas, por meio de parcerias com a rede hoteleira.	Lei do Turismo (Lei nº 11.771/2008); políticas públicas de incentivo ao turismo comunitário; leis de apoio a artesãos e pequenas empresas locais; programas de apoio a cooperativas de artesãos; Plano Diretor, Plano Específico e leis complementares de uso e ocupação do solo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 173 (p. 409-410).

A análise da Serra de Ouro Preto revela uma convergência entre a visão técnica e a percepção da comunidade local quanto ao potencial do ecoturismo como vetor de desenvolvimento. Enquanto a leitura técnica enfatiza a importância de diversificar os atrativos turísticos e aliviar a pressão urbana no centro histórico por meio da valorização de recursos naturais como o Parque Natural Municipal das Andorinhas. A leitura comunitária sublinha a necessidade de um modelo de turismo de base comunitária que priorize a conservação ambiental e a geração de renda para os bairros próximos.

Ambas as perspectivas reconhecem que o desenvolvimento sustentável desta região depende da implementação de políticas que incentivem não apenas o fluxo de visitantes, mas a estruturação de uma rede de apoio local, incluindo a valorização de artesãos e parcerias com o setor hoteleiro. A proposta de um turismo não predatório é central para a manutenção do patrimônio natural e cultural, garantindo que o crescimento da atividade turística ocorra de

forma ordenada e integrada às diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor e pela legislação vigente.

O sucesso da estratégia de ecoturismo na Serra de Ouro Preto está condicionado à capacidade do município de integrar a proteção dos recursos ambientais com o fomento de experiências turísticas sustentáveis e a geração de benefícios diretos para a comunidade local. O desafio reside em equilibrar a atração de visitantes com a preservação do território, transformando o potencial da região em uma alternativa de turismo qualificado e descentralizado.

11.3 Bauxita e Entorno

A seguir, apresenta-se a síntese referente à região de Bauxita e Entorno, conforme o quadro 174.

Figura 21: Síntese do Turismo - Sede (Bauxita e Entorno).

Subtemas	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação
Turismo de base comunitária, uso e ocupação do solo, acessibilidade e mobilidade.	Foco na descentralização e no uso de áreas inutilizadas para novos projetos turísticos, centros de artesanato e espaços culturais. A mobilidade urbana e a acessibilidade são identificadas como gargalos que precisam de melhorias para garantir um turismo inclusivo.	O turismo de base comunitária é visto como um meio para gerar emprego e renda. Destaca-se a necessidade de parcerias com artesãos locais e a revitalização de áreas inutilizadas, além da preocupação com a falta de acessibilidade.	Políticas de incentivo ao turismo comunitário; leis de apoio a artesãos; Plano Diretor; Lei Complementar 177/2018.
Potencial turístico, infraestrutura, mobilidade urbana.	O Parque Estadual do Itacolomi é um atrativo central, exigindo manutenção contínua para preservação e desenvolvimento sustentável.	O Parque do Itacolomi é reconhecido como atração essencial, sendo necessária sua manutenção. Identifica-se o potencial de outros locais na sede, como mirantes e parques naturais.	Mesmos instrumentos citados acima.
Mobilidade	Estudos anteriores sobre teleféricos (Morro da Força à UFOP) enfrentaram problemas de custo e viabilidade técnica. O foco atual reside nas diretrizes de mobilidade, integração tarifária e acessibilidade.	A construção de um teleférico é sugerida como alternativa para resolver a mobilidade reduzida e atuar como novo atrativo turístico.	Lei Complementar 177/2018: Plano de Mobilidade de Ouro Preto.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 174 (p. 409-410).

O diagnóstico da região de Bauxita e Entorno evidencia que a estratégia de descentralização do turismo não deve se restringir apenas ao fomento de atrativos, mas deve estar intrinsecamente ligada à requalificação da infraestrutura urbana. Tanto a leitura técnica quanto a comunitária, convergem ao apontar que o uso de áreas inutilizadas para centros de artesanato e espaços culturais pode transformar espaços ociosos em polos geradores de renda e emprego.

Entretanto, a consolidação desse potencial enfrenta desafios severos de mobilidade e acessibilidade. Embora propostas de grandes intervenções, como teleféricos, surjam na discussão comunitária como soluções para conectar áreas como o Morro da Força à UFOP, a análise técnica alerta para as limitações de viabilidade e custos observadas em estudos anteriores. Assim, o foco das políticas públicas deve se alinhar ao Plano de Mobilidade de Ouro Preto, priorizando a acessibilidade, a integração tarifária e a melhoria dos serviços de transporte para conectar os visitantes aos potenciais turísticos locais, como o Parque Estadual do Itacolomi.

Para o desenvolvimento do turismo em Bauxita e entorno, é fundamental integrar ações de uso do solo com o aprimoramento da mobilidade urbana. A estratégia deve priorizar a valorização de talentos locais, a reocupação de áreas subutilizadas e a garantia de acessibilidade, transformando a região em um destino inclusivo e economicamente sustentável, sem depender de soluções de alto impacto financeiro e baixa viabilidade técnica.

Amarantina

Localizada a aproximadamente 25 km da Sede, próxima à BR-356 (Rodovia dos Inconfidentes), Amarantina é um dos distritos de origem colonial, com forte identidade cultural e vocação turística. O distrito tem registrado crescimento populacional consistente: passou de 3.577 habitantes em 2010 para 4.874 em 2022, acréscimo de 1.297 pessoas — o maior crescimento absoluto entre todos os distritos do município.

1 Meio Físico

Os aspectos físicos de Amarantina são apresentados no diagnóstico como um tema diretamente ligado aos riscos naturais e à ocupação do território. O quadro destaca enchentes, ocupação de áreas naturalmente alagáveis e a necessidade de planejamento para evitar novas ocupações em áreas vulneráveis.

Figura 22: Síntese do meio físico (leitura comunitária + leitura técnica) do distrito de Amarantina.

Leitura técnica integrada	Leitura comunitária participativa	Conclusões e perspectivas	Instrumentos/legislação
Enxurradas e enchentes no Rio Maracujá; ocupação da planície de inundação, área naturalmente alagável; grandes áreas com aptidão à urbanização já mapeadas.	É necessário investigar as enchentes na Santa Cecília, Praça do Esporte e Rua do Barreiro, a mineração nas inundações, a ocupação irregular no Rio Maracujá, além de implementar planejamento habitacional e fiscalização da área.	Leituras técnica e comunitária apontam que os problemas hidrológicos em Amarantina decorrem da ocupação inadequada da planície de inundação do Rio Maracujá, requerendo planejamento e fiscalização para resolver a questão. Devem ser evitadas novas ocupações nessas áreas e promovida sua desocupação.	Plano Municipal de Redução de Riscos; Carta de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações; Carta de Aptidão à Urbanização; Zoneamento Urbano; Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 1 (p. 75).

Esse quadro mostra que o problema central não é apenas a ocorrência de enchentes, mas a forma como o território foi ocupado ao longo do tempo. A leitura comunitária reforça o que a leitura técnica já aponta: a planície de inundação do Rio Maracujá foi ocupada de modo inadequado, o que exige controle, planejamento e fiscalização.

Em síntese, os aspectos físicos de Amarantina exigem atenção especial à drenagem, às áreas alagáveis e ao controle da ocupação urbana. O diagnóstico indica que o principal caminho é impedir novas ocupações em áreas de risco e avançar em ações de desocupação, regularização e planejamento territorial.

2 Meio Biótico e Ambiental

A leitura do meio biótico e ambiental em Amarantina mostra que o distrito reúne tanto áreas com adequada conservação da flora quanto problemas ambientais concretos, como animais soltos, assoreamento de rios e necessidade de proteção de nascentes. O diagnóstico também destaca que parte relevante do território possui vegetação conservada, o que reforça a importância de políticas de proteção e recuperação ambiental. Área do distrito: 6.593,973 ha.

A leitura comunitária realizada no distrito de Amarantina ocorreu no dia 5 de agosto de 2023, das 9h às 13h, na Escola Estadual Professora Maria do Carmo Almeida, na Rua Padre Pedrosa, n.º 27.

Durante esse encontro, em se tratando da temática "Meio Ambiente", os participantes relataram problemas como a questão de animais soltos pelas ruas. Nesse contexto, torna-se crucial estabelecer políticas públicas efetivas, destinadas à questão dos animais encontrados nas ruas, e desenvolver projetos de educação ambiental envolvendo fauna doméstica, de forma a garantir o cumprimento das legislações vigentes de âmbito federal (Lei Federal n.º 9.605/1998, Lei Federal n.º 14.064/2020); estadual (Lei Estadual n.º 21.970/2016, Lei Estadual n.º 24.313/2023); e municipal (Lei Municipal Complementar n.º 05/07, Lei Municipal n.º 1.048/2017, Lei Municipal n.º 1.193/2020, Lei Municipal n.º 1.180/2020, Lei Municipal n.º 1.233/2021 e Lei Municipal n.º 1.352/2023).

Houveram, também, apontamentos sobre o assoreamento de rios locais, chamando a atenção do poder público sobre a necessidade de desassoreamento desses rios. Deste modo, torna-se fundamental uma investigação sobre as causas que podem estar contribuindo com o carreamento de sedimentos para os corpos hídricos, para uma possível intervenção nesse processo. Contudo, havendo evidências sobre assoreamento dos corpos hídricos regionais; estes deverão ser desassoreados, com o objetivo de preservar a biota aquática, além de manter a qualidade e quantidade de água desses corpos hídricos.

Foi também abordada como demanda na oficina comunitária a necessidade de desenvolver programas voltados para a conservação da vegetação local e da recuperação e proteção de nascentes. É notório lembrar que 34,07% da flora encontrada nesse distrito apresenta um grau de conservação alto ou muito alto, não inserida em unidades de

conservação local, o que corrobora com a importância da proteção da vegetação regional.

Contudo, destaca-se que o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, preconizado pela Lei Federal n.º 11.428/2006, está em fase de elaboração no município de Ouro Preto. Tal plano recebe fundos de restauração do bioma Mata Atlântica, como preconizado no art. 38 da lei supracitada. Nesse sentido, o § 1º desse artigo também salienta que as áreas de preservação permanente terão prioridade de apoio para os projetos destinados à conservação e recuperação dessas áreas. (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p.86-87)

Figura 23: Síntese geral do meio biótico e dos aspectos ambientais - distrito de Amarantina.

% fitofisionomias e outros usos	Grau de conservação da flora regional	Unidade de conservação	Áreas verdes urbanas	Projetos de educação ambiental
Áreas antropizadas (pastagem) 49,67%; cultivo comercial de madeira (eucalipto) 0,58%; cultivo comercial de madeira (pinus) 0,16%; outros usos 13,64%; savana arborizada 0,74%; floresta estacional semidecidual, estágio inicial 0,96%; floresta estacional semidecidual, demais estágios 46,48%; campo sujo de cerrado 1,31%; campo limpo de cerrado 0,11%.	Mais de 34,07% da flora regional apresenta nível de conservação alto ou muito alto; outro percentual aparece como 29,25% em grau médio e 36,67% em grau baixo de conservação.	O distrito não possui unidades de conservação.	Amarantina/Vale do Tropeiro possui área total de 2.804,52 ha inseridos no perímetro urbano; 69,72% da área verde urbana correspondem à cobertura vegetal e à Área de Preservação Permanente.	O poder público municipal não possui projetos de educação ambiental direcionados para o distrito de Amarantina.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 17 (p. 86-87).

Esse quadro mostra que o distrito não é ambientalmente homogêneo. Há forte presença de áreas antropizadas, mas também existe vegetação com alto grau de conservação, o que justifica a necessidade de cuidado especial com o uso do solo e com a proteção dos remanescentes naturais.

Figura 24: diagnóstico consolidado (leitura técnica e comunitária) - distrito de Amarantina.

Oficina participativa	Legislação correlata	Parecer técnico

Animais soltos pelas ruas.	Lei Federal n.º 9.605/1998; Lei Federal n.º 14.064/2020; Lei Estadual n.º 21.970/2016; Lei Estadual n.º 24.313/2023; Lei Municipal Complementar n.º 05/07; e leis municipais n.º 1.048/2017; 1.180/2020; 1.193/2020; 1.233/2021; e 1.352/2023.	É necessário criar políticas públicas efetivas para animais em via pública e desenvolver projetos de educação ambiental voltados à fauna doméstica, garantindo o cumprimento das legislações vigentes.
Rios assoreados.	Resolução Conama 454/2012.	É necessário aumentar a fiscalização ambiental na região de Amarantina para identificar as causas do assoreamento dos corpos hídricos, intervir nos pontos críticos e, havendo confirmação do assoreamento, realizar desassoreamento para preservar a biota aquática e manter a qualidade e quantidade da água.
Vegetação local e recuperação de nascentes.	Lei Federal n.º 11.428/2006.	O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica foi finalizado e deve receber recursos do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica; as áreas de preservação permanente têm prioridade de apoio para projetos de conservação e recuperação.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 18 (p.111-112).

Esse segundo quadro traz a leitura comunitária de forma muito direta: os problemas ambientais percebidos pelos moradores são concretos e exigem ação pública. Ao mesmo tempo, o parecer técnico transforma essas demandas em encaminhamentos práticos de fiscalização, preservação e recuperação.

Em síntese, o meio biótico e ambiental de Amarantina combina fragilidade e potencial de conservação. O diagnóstico mostra problemas que exigem resposta imediata, como animais soltos, assoreamento e proteção de nascentes, mas também revela que parte importante da flora do distrito ainda possui alto grau de conservação. A direção do texto deve, portanto, enfatizar proteção ambiental, educação ambiental e fiscalização contínua, sem perder de vista a necessidade de recuperar áreas degradadas.

3 Saneamento

O saneamento em Amarantina aparece como um tema de infraestrutura básica diretamente ligado à saúde pública, à drenagem, ao esgotamento e ao manejo de resíduos. O diagnóstico mostra que há avanços pontuais, mas também problemas recorrentes de abastecimento, coleta, esgoto e drenagem pluvial, além da necessidade de maior articulação institucional.

> As oficinas foram importantes porque demonstraram como a abordagem das pessoas que vivem próximas aos problemas é necessária para apontar ajustes e melhorias, por mais simples que sejam, visando garantir o direcionamento adequado das políticas públicas ligadas ao saneamento básico, que tem como fim a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 141)

Figura 25: Síntese da leitura comunitária com parecer técnico de Amanrantina.

Leitura comunitária participativa	Parecer técnico	Instrumentos/legislação
Abastecimento de água. Moradores relataram problemas quanto à qualidade da água devido à grande quantidade de cloro.	Conforme a Portaria do Ministério da Saúde n.º 888/2021, é obrigatória a manutenção de pelo menos 0,2 mg/L de cloro residual livre. O uso excessivo de cloro pode gerar alteração de sabor e odor, devendo o monitoramento da qualidade da água ser reforçado.	Lei Federal n.º 14.026/2020; n.º 11.445/2007; n.º 12.305/2010; Portaria de Consolidação GM/MS n.º 888/2021; Lei Estadual n.º 11.720/1994; 13.371/1999; 18.031/2009; Lei Municipal n.º 178/1980; 214/2006; 684/2011; 934/2014.
Esgotamento sanitário. Foi apontada a falta de rede de esgoto e o descarte irregular de efluentes em córregos, rios e nascentes.	O problema atinge praticamente todo o município. O saneamento é prestado por diferentes sistemas e exige metas de universalização até 2033, com atendimento de 90% da população com coleta e tratamento de esgoto.	Os mesmos instrumentos e legislações de saneamento estão listados no quadro.
Resíduos sólidos. Os moradores citaram a criação de associação de catadores e a existência de varrição, capina e coleta seletiva no distrito.	A criação de associação de catadores foi apontada como positiva, mas a população de Amarantina ainda demanda solução para os serviços de varrição, capina e coleta em localidades onde o atendimento é mais limitado.	Lei Municipal n.º 684/2011; Lei Municipal n.º 934/2014; Plano Diretor; Plano Municipal de Saneamento Básico; Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
Drenagem pluvial. Os participantes relataram problemas de drenagem pluvial e aumento de escoamento superficial em áreas com travessia e canalização inadequadas.	O parecer destaca que é preciso implantar obras e ações de drenagem, mapear áreas com risco de transbordamento e impedir lançamentos irregulares de efluentes nos corpos hídricos.	Os conselhos envolvidos no processo são o CODEMA e a COMUSA.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 44 (p. 168).

Esse quadro deixa claro que a leitura comunitária identifica problemas cotidianos muito concretos, enquanto o parecer técnico organiza esses pontos dentro do marco legal e das metas do saneamento básico. O saneamento, portanto, aparece não só como infraestrutura, mas como condição para saúde, proteção ambiental e organização urbana.

Figura 26: Síntese técnica de Amarantina.

Componente	Síntese técnica
Abastecimento de água	O sistema de abastecimento de Amarantina atende ao distrito homônimo, incluindo os povoados de Maracujá, Riacho e Coelhos. O sistema é composto por elevatórias de água bruta e tratada, ETA, rede de distribuição e reservatórios. Há ainda um reservatório tipo taça com volume de 50 m³ no povoado de Riacho e uma SAC que fornece água ao Condomínio Paragem do Tripuí.
Esgotamento sanitário	É feita somente a coleta do esgoto, que é direcionado para os cursos hídricos do distrito. A rede de esgoto funciona como separador absoluto, ora funciona como tipo unitário.
Resíduos sólidos	A coleta convencional ocorre duas vezes por semana na zona rural. As localidades de Maracujá e Ratinho são atendidas pela coleta seletiva da Associação de Catadores do Alto Rio das Velhas (ACARV).
Drenagem pluvial	No geral, o sistema de drenagem pluvial em Ouro Preto e nos distritos é constituído por bocas de lobo, galerias, bueiros, etc. O sistema local opera como separador absoluto e está sujeito a problemas de escoamento, sobretudo em áreas próximas à calha do Rio Maracujá, com risco de inundação em eventos chuvosos extremos.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 43 (p. 167).

Essa síntese técnica complementa a leitura comunitária ao mostrar como o sistema funciona na prática e onde estão suas limitações. O quadro revela que, embora exista infraestrutura básica, o distrito ainda convive com fragilidades de esgotamento e drenagem, além de dependência de soluções locais e setoriais.

Em síntese, o saneamento em Amarantina apresenta infraestrutura existente, mas ainda com falhas importantes em água, esgoto, drenagem e manejo de resíduos. O diagnóstico mostra que o distrito precisa de controle mais rigoroso sobre o lançamento de efluentes, expansão da cobertura de saneamento e fortalecimento das soluções de drenagem e coleta. A leitura comunitária reforça a urgência dessas ações ao apontar problemas que afetam diretamente a vida cotidiana dos moradores.

4 Mineração

A mineração em Amarantina é apresentada como uma atividade com peso econômico, mas também como uma fonte importante de conflitos ambientais, urbanos e sociais. O diagnóstico mostra que o distrito convive com impactos de poeira, ruído, tráfego intenso de caminhões, riscos sobre infraestrutura e necessidade de fiscalização mais efetiva.

O relatório da Fundação Gorceix indica que os participantes da Oficina Comunitária de Amarantina consideraram a mineração uma fonte econômica de emprego e renda para o distrito. A comunidade informou que a atividade provoca ruído devido aos explosivos, e a Gorceix constatou que as vibrações causam trincas e danos nas propriedades vizinhas, transtornando a população local. O trânsito intenso de caminhões gera poluição do ar com poeira suspensa.

A supressão da vegetação, a preservação hídrica deficiente e o rebaixamento do lençol freático são problemas ligados à falta de fiscalização, segundo os participantes. Isso mostra a necessidade de aprimorar esse serviço pelo município. Criou-se uma rota alternativa e um trevo devido ao intenso tráfego de veículos.

Figura 27: Síntese da Mineração em Amarantina - Resumo.

Leitura comunitária participativa	Parecer técnico	Instrumentos/legislação
Potencialidades: a atividade minerária é uma potência econômica do distrito, servindo como fonte de geração de emprego e renda; além disso, destaca-se pela maior carga de material de construção civil resultante do tipo de minério extraído do distrito.	Conforme a legislação federal e estadual aplicável, a atividade minerária deve observar normas de segurança, controle ambiental e gestão de risco, com destaque para a necessidade de cumprimento da legislação sobre mineração, barragens, ruídos, transporte e proteção ambiental.	Legislação federal e estadual sobre mineração, rejeitos, barragens, segurança hídrica, meio ambiente e vigilância de barragens, incluindo normas do Código de Mineração, Política Nacional de Segurança de Barragens, Resolução Conama 237/1997, Política Estadual de Meio Ambiente e legislação municipal correlata.
Problemas: A atividade minerária causa impactos sonoros e visuais. A poluição sonora é ocasionada pela detonação de explosivos em uma mineradora próxima ao núcleo urbano e pelo intenso trânsito de caminhões. Além disso, há preocupação com a suspensão de poeira. Há relatos de supressão da vegetação, falta de preservação dos recursos hídricos e rebaixamento do lençol freático.	O parecer técnico informa que é necessário aumentar a fiscalização ambiental, controlar impactos de ruído e poeira, preservar recursos hídricos e garantir que as atividades minerárias estejam em conformidade com a legislação vigente.	Mesma base legal aplicada às atividades minerárias, barragens, controle ambiental e fiscalização.
Demandas: Necessidade de fiscalização efetiva, mitigação dos impactos do deslocamento de equipamentos e da circulação de caminhões, proteção de cursos d'água e criação de rota alternativa e trevo devido ao grande fluxo de veículos.	O parecer recomenda ações de fiscalização, mitigação dos impactos e inclusão da temática em diretrizes do Plano Diretor, além de cursos profissionalizantes para jovens do distrito.	Os instrumentos e marcos legais são mencionados no quadro apresentado.

Câmara Municipal de Ouro Preto

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 71 (p. 215).

Esse quadro mostra que a mineração é percebida ao mesmo tempo como fonte de renda e como fator de pressão sobre o cotidiano do distrito. A leitura comunitária é muito objetiva ao apontar ruído, poeira, tráfego e falta de fiscalização como problemas centrais.

Figura 28: Síntese técnica da mineração em Amarantina.

Processos em fase de concessão de lavra	Estudos de Dam Break	Conflitos
Existem três processos em fase de concessão de lavra para a substância gnaisse, todos concedidos à Pedreira Irmãos Machado Ltda.	Não há informação registrada no quadro para estudos de Dam Break.	A comunidade e a leitura técnica apontam poluição atmosférica com particulados e poeira, intensificada por explosões, britagem, basculamento e transporte do minério; as vibrações dos explosivos geram trincas e danos às propriedades e infraestruturas próximas; o intenso tráfego de caminhões também impacta o distrito.
-	-	Há intensas movimentações da mineradora Ferro Puro que impactam a estrada para a Serra de Capanema e o trevo da BR-356, e o tráfego de caminhões das atividades da Irmãos Machado também afeta o distrito.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 70 (p. 214).

Essa tabela é importante porque localiza a mineração em termos concretos de processo produtivo e conflito territorial. O ponto central é que a atividade não se limita ao espaço da mina: ela altera trânsito, paisagem, infraestrutura e qualidade de vida.

Em síntese, a mineração em Amarantina é estrutural para a economia local, mas produz conflitos diretos sobre o território, especialmente poeira, ruído, tráfego de caminhões e pressão sobre recursos naturais. O diagnóstico indica necessidade de fiscalização, controle de impactos e planejamento territorial mais rigoroso, além de medidas de qualificação e mitigação para o distrito.

5 Aspectos sociais e demográficos

Amarantina aparece no diagnóstico como um distrito em crescimento populacional e com demandas sociais bem definidas. Para Amarantina, o dado mais relevante é o crescimento de 3.577 para 4.874 habitantes entre 2010 e 2022, o que reforça a pressão por serviços, equipamentos e infraestrutura social. Esse aumento ajuda a explicar por que o

diagnóstico trata o distrito como um território que precisa acompanhar sua expansão com oferta pública mais robusta.

A leitura técnica e a leitura comunitária convergem ao mostrar carências em assistência social, educação e saúde, o que reforça a necessidade de equipamentos públicos e serviços mais próximos da população.

Figura 29: Síntese dos aspectos sociais e demográficos de Amarantina.

Área	Leitura técnica integrada	Leitura comunitária participativa	Conclusões e perspectivas	Instrumentos/ legislação
Assistência social	O município possui 6 CRAS: 2 na sede e 1 em cada distrito de Santa Rita de Ouro Preto, Congonhas do Campo e Antônio Pereira. O CRAS volante atende áreas não cobertas, enquanto a população de Amarantina pode ser assistida pelo CRAS de Cachoeira do Campo.	A população carece desse serviço. Há inexistência de CRAS no distrito. Os moradores pedem assistência mais próxima, apoio para acolhimento de denúncias de violência doméstica e ajuda psicológica.	Além do CRAS no distrito, foi solicitado atendimento de psicólogo a ser levado à SMDS.	Plano Diretor; indicação de reserva de espaço a avaliar.
Educação	Amarantina tem 3 escolas municipais de ensino fundamental. O atendimento escolar no município é satisfatório, sem recusa de matrículas, mas o distrito precisa de cuidados na manutenção de prédios e equipamentos, como internet e computadores.	Há problemas de creche para bebês, falta de recursos, profissionais e equipamentos, falta de transporte escolar e carência de vagas para toda a comunidade.	A demanda por creche em Amarantina deve ser avaliada para aumento do atendimento. O transporte escolar é apontado como questão a ser resolvida rapidamente.	A demanda deve ser levada à SMED.
Saúde.	Existe previsão de que a empresa Irmão Machado construa uma policlínica em Amarantina e execute a reforma da Maracujá, além da reforma das unidades de Viver Bem e Coelhos.	Há carência de médicos, dificuldade no transporte para exames e falta de um posto de saúde adequado, além de falta de profissionais para atender à população.	A falta de profissionais deve ser enfrentada com a implantação do novo equipamento, mas a demanda por especialidade deve ser avaliada junto à Secretaria Municipal de Saúde.	—

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 93 (p. 260).

Em síntese, Amarantina apresenta crescimento populacional e demanda social crescente, especialmente por assistência social, educação infantil, transporte escolar e saúde de base. A leitura técnica mostra alguma estrutura existente, mas a leitura comunitária evidencia que ela ainda não é suficiente para atender às necessidades cotidianas do distrito. O

eixo social, portanto, deve ser lido como uma agenda de fortalecimento de serviços públicos e ampliação da cobertura territorial.

6 Aspectos econômicos

O diagnóstico econômico de Amarantina mostra um distrito com potencial produtivo, mas ainda marcado por limitações na estrutura de apoio à economia local. A leitura comunitária destaca a necessidade de fortalecer a agricultura familiar e investir em atividades capazes de gerar renda no próprio território.

Figura 30: Resumo da análise técnica de aspectos econômicos gerais.

Componente	Caracterização	Principais demandas
Indicadores econômicos e sociais	Os indicadores mostram a evolução do município nos últimos 30 anos, com melhorias na educação, na distribuição de renda e na redução de famílias no CadÚnico.	Analisar gastos e resultados de políticas públicas; elaborar políticas intersetoriais; identificar regiões com potencial para acesso a emprego, renda e infraestrutura.
Estabelecimentos comerciais e empregabilidade	O desempenho da indústria e do comércio está interligado, dependendo bastante do trabalho local. A informalidade está presente, principalmente no turismo e na agropecuária.	Gerar oportunidades para negócios, diversificar áreas e investir na capacitação da força de trabalho local.
Economia criativa e solidária.	São opções cruciais para inclusão, mas o acesso a políticas e espaços públicos ainda é restrito.	Investir em formalização, espaços públicos e acesso a políticas de apoio.
Ambiente de inovação	A inovação tecnológica é vista como chance de diversificação econômica e aumento de receita, mas ainda pouco integrada ao território em diversos aspectos.	Investir em inovação, pesquisa e parceria com universidades.
Ruralidades	As ruralidades são fundamentais para Ouro Preto, destacando-se na agricultura, cultura, meio ambiente, turismo e uso do solo.	Delimitar áreas agrícolas urbanas, investir em infraestrutura rural, criar espaços para beneficiamento e apoiar a agricultura familiar.
Finanças públicas	O município tem alta arrecadação, principalmente da indústria mineral, mas ainda enfrenta o desafio de reduzir a dependência e aumentar a participação de outras atividades econômicas.	Territorializar gastos públicos, aumentar a transparência da CFEM e reforçar fundos e ações que promovam o desenvolvimento econômico local.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 94 (p. 278).

Esse quadro geral ajuda a entender que Amarantina não pode ser lida fora do contexto do município. O distrito está inserido numa economia municipal marcada por forte influência da mineração, mas também por oportunidades ligadas ao meio rural, à inovação e à economia solidária.

Figura 31: Síntese dos aspectos econômicos de Amarantina.

Problemas	Demandas	Conclusões e perspectivas	Legislação
Qualidade da água e muita poeira nas casas e ruas por causa da mineração.	Feiras e investimento em agricultura familiar.	O fortalecimento da agricultura familiar e de outras formas de produção local é importante para enfrentar os problemas relatados pela população. A leitura técnica aponta caminhos nesse sentido.	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural; Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico; Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária; Lei de uso e ocupação do solo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 95 (p. 279).

A mineração pressiona a qualidade de vida, enquanto a agricultura familiar surge como alternativa para um desenvolvimento mais equilibrado e enraizado. O diagnóstico indica que a trajetória para Amarantina demanda valorização de feiras, produção local e fortalecimento de cadeias econômicas resistentes à mineração. O diagnóstico indica que a trajetória para Amarantina demanda valorização de feiras, produção local e fortalecimento de cadeias econômicas resistentes à mineração.

Em síntese, os aspectos econômicos de Amarantina combinam dependência do contexto mineral com necessidade de diversificação produtiva. O distrito precisa de apoio à agricultura familiar, feiras, economia solidária e oportunidades que gerem renda sem ampliar os impactos negativos já sentidos pela população. O sentido do diagnóstico é justamente mostrar que desenvolvimento econômico, em Amarantina, deve ser entendido também como qualidade de vida e equilíbrio territorial.

7 Mobilidade

A mobilidade em Ouro Preto é marcada por barreiras topográficas, circulação intensa de carga, presença de áreas minerárias e necessidade de integração entre sede e distritos. Em Amarantina, esse quadro se traduz em problemas de acesso, transporte coletivo, circulação de caminhões e necessidade de melhorias viárias pontuais.

Figura 32: mobilidade urbana geral do município de Ouro Preto.

Componente	Caracterização	Principais demandas
Mobilidade a pé	O porte da cidade, a topografia desfavorável e a situação das calçadas dificultam a circulação de pedestres. Em áreas históricas e distritos, há problemas de acessibilidade, falta de travessias seguras e conflitos entre pedestres e veículos.	Definir padrão de calçadas, implantar calçadas onde não existe infraestrutura, melhorar pavimentação, iluminação, sinalização e acessibilidade.
Mobilidade por bicicleta	A cidade registra ausência de infraestrutura adequada, apesar do potencial ciclístico. O Plano de Mobilidade prevê elementos como ciclovias e ciclorrotas, mas ainda há pouca implantação prática.	Melhorias na infraestrutura, captação de recursos e integração com políticas de mobilidade ativa.
Transporte coletivo municipal	O sistema urbano opera por concessionária, com linhas e viagens regulares, mas ainda com necessidade de melhoria de oferta e qualidade.	Aprimorar a qualidade do serviço, ampliar oferta, criar programas de informação ao usuário e de planejamento do transporte público.
Mobilidade coletiva distrital e regional	O transporte distrital é limitado, com pouca conexão direta entre distritos e sede, o que dificulta deslocamentos cotidianos.	Ampliar os atendimentos diretos à sede, melhorar a oferta de serviço para distritos e reativar conexões ferroviárias de passageiros.
Transporte complementar	Inclui escolar, fretado, turístico, táxi e aplicativo. Há déficit de integração entre esses serviços e o sistema regular.	Melhorar e regularizar transporte público, táxi e escolar, além de atender demandas específicas como táxi-lotação nos distritos;
Sistema viário e trânsito	O município possui estrutura viária extensa, mas com necessidade de organização, sinalização e hierarquização mais eficientes.	Gestão mais integrada, segurança viária, manutenção da malha e articulação entre órgãos gestores.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 96 (p. 294).

Esse quadro geral ajuda a entender que a mobilidade não é apenas uma questão de transporte, mas de acesso ao território, segurança viária e integração entre modos de deslocamento. Para Amarantina, isso é especialmente importante porque o distrito está sujeito ao fluxo de pessoas, ônibus, veículos de carga e deslocamentos entre comunidade, sede e áreas vizinhas.

Figura 33: Síntese de mobilidade (leitura comunitária + leitura técnica) em Amarantina.

Leitura técnica integrada	Leitura comunitária participativa	Conclusões e perspectivas	Instrumentos/legislação

Amarantina é um distrito minerador, cortado pela BR-356 e impactado pela urbanização. O território enfrenta problemas de segurança na BR-356 e dificuldades de circulação de pedestres, como falta de acessibilidade, calçadas, drenagem e sinalização.	Há excesso de passageiros nos ônibus e pouco espaço para eles, raros horários, carência de transporte ao distrito Sede, falta de transporte escolar, ruas estreitas, pouca sinalização, insuficiência de manutenção das vias e trânsito pesado de carretas.	O diagnóstico aponta necessidade de melhorias pontuais, como trevo e obras na Avenida Vereador Augusto dos Santos, além de melhora no transporte coletivo.	Gestão junto ao DNIT para melhorias da BR-356; gestão e regulação do transporte coletivo; atualização e adequação do Plano de Mobilidade.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 99 (p. 295, 296).

A mobilidade de Amarantina depende da BR-356 e do tráfego mineral. A leitura comunitária destaca problemas como falta de ônibus, ruas estreitas e acidentes, enquanto a leitura técnica sugere intervenções específicas para segurança e fluidez.

Em síntese, a mobilidade em Amarantina depende de ações em três frentes: segurança viária, transporte coletivo e qualificação das vias locais. O distrito sofre influência direta da mineração e da circulação pesada, mas também apresenta demandas de pedestres, estudantes e usuários do transporte público que precisam ser tratadas de forma integrada. O diagnóstico deixa claro que a solução não é apenas ampliar estrada, mas reorganizar a mobilidade em sua totalidade.

8 Patrimônio Cultural

No tocante ao Patrimônio Cultural Material e Natural de Ouro Preto, vale destacar que cada um dos 13 distritos “possui suas características próprias e importância para a região, contribuindo para a diversidade e riqueza cultural do município” (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 318). Em Amarantina, essa ideia se traduz na necessidade de proteger o patrimônio arquitetônico e urbanístico local, ao mesmo tempo em que se enfrentam pressões ligadas à mineração e ao crescimento urbano.

Figura 34: Síntese do patrimônio cultural (leitura comunitária + leitura técnica) Amarantina.

Leitura técnica integrada	Leitura comunitária participativa	Conclusões e perspectivas	Instrumentos/ legislação

Atividades de pedreiras, urbanização descontrolada, tráfego pesado e adensamento construtivo, junto com a perda de vegetação e enchentes do Rio Maracujá, ameaçam o patrimônio arquitetônico e urbanístico.	Faltam projetos culturais, incentivo público e a maior parte do patrimônio está danificada. Requerem-se investimentos e incentivos públicos para fortalecer e democratizar o patrimônio local.	É necessário olhar para o território de forma integrada, de modo a conter a degradação e fortalecer ações de valorização cultural.	Plano específico.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 111 (p. 321).

Em síntese, o patrimônio cultural de Amarantina deve ser lido como um ativo territorial que está sob pressão. O diagnóstico aponta risco de descaracterização do núcleo urbano e necessidade de projetos culturais e incentivos públicos para recuperar e valorizar o patrimônio local. Assim, preservar o patrimônio aqui significa também proteger a identidade do distrito e sua relação com a história de Ouro Preto.

9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana

O diagnóstico de Uso e Ocupação do Solo e Expansão Urbana do município de Ouro Preto revela que o distrito de Amarantina vivencia um processo expressivo e contínuo de crescimento demográfico e expansão territorial. No contexto geral do município, Amarantina é frequentemente destacada entre as localidades que sofrem com a ocupação irregular, fenômeno que se consolida de forma preocupante nas planícies de inundação do Rio Maracujá. Esse padrão de adensamento, impulsionado pela topografia e pela presença de eixos viários de grande circulação, demanda atenção imediata para a mitigação de riscos geológicos e ambientais, além da necessidade premente de regularização edilícia e fundiária.

Figura 35: Síntese de aspectos de uso e ocupação do solo - Expansão urbana (leitura comunitária + leitura técnica) Amarantina.

Componente	Caracterização (Leitura Técnica)	Principais Demandas e Conclusões
Ocupação Irregular e Risco Ambiental	Presença de ocupações irregulares na planície de inundação do Rio Maracujá, acarretando riscos iminentes de danos humanos e materiais devido a inundações e enxurradas.	Há urgência na regularização e fiscalização do uso do solo, além de ações voltadas à proteção e despoluição do Rio Maracujá, conciliando a expansão com a delimitação de áreas de proteção ambiental.

Expansão Urbana e Ordenamento	Tendência de expansão urbana nas margens da rodovia BR-356 e avanço de modelos de parcelamento do tipo loteamento de acesso controlado, como na Paragem do Tripuí.	A comunidade demanda um planejamento urbano efetivo, com direito a auxílio técnico para orientar a ocupação do solo e frear a expansão desordenada. É premente a necessidade de uma reorganização espacial.
Equipamentos de Lazer e Convivência	Constata-se uma baixa oferta de equipamentos e espaços públicos destinados ao lazer, cultura e convivência, o que afeta negativamente a estruturação urbana e a qualidade de vida local.	Requisita-se a construção de praças, quadras esportivas, parques e jardins. Propõe-se o aproveitamento de áreas vazias e subutilizadas para a criação desses espaços.
Infraestrutura e Mobilidade	O distrito enfrenta problemas de infraestrutura urbana nos acessos viários e nas transposições da rodovia. A centralidade urbana convive muito próxima da atividade minerária.	A comunidade aponta a necessidade de melhorar as conexões viárias com a Sede do município e relata transtornos devido ao fluxo intenso de caminhões e carretas.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 139 (p. 366).

A leitura cruzada dos dados técnicos e das percepções da comunidade evidencia que Amarantina se encontra em um ponto crítico de seu desenvolvimento urbano. O distrito apresenta um adensamento populacional considerável, com a expansão de sua mancha urbana ocorrendo fortemente ao longo da rodovia BR-356 e avançando sobre áreas ambientalmente sensíveis. A ocupação da planície de inundação do Rio Maracujá é um dos conflitos territoriais mais graves da região, expondo a população local a riscos contínuos de enxurradas e inundações. A ausência de tratamento adequado de resíduos agrava a poluição dos recursos hídricos, tornando a proteção e a despoluição do rio demandas centrais para a saúde pública e a sustentabilidade ambiental do distrito.

Paralelamente às questões ambientais e de risco, o tecido urbano de Amarantina sofre com a carência de planejamento e de infraestrutura básica. A comunidade ressente-se profundamente da falta de espaços de convivência, como praças e parques, que são essenciais para a socialização e a qualidade de vida. Além disso, a proximidade do núcleo urbano com atividades minerárias e o consequente tráfego intenso de veículos pesados geram externalidades negativas que prejudicam a mobilidade local e a segurança nas vias de acesso e transposição da rodovia. O surgimento de novas tipologias de ocupação, como os loteamentos de acesso controlado na região da Paragem do Tripuí, indica também uma transformação no perfil do distrito, reforçando a necessidade de diretrizes claras de parcelamento e uso do solo.

Em suma, o ordenamento territorial de Amarantina exige uma atuação vigorosa e imediata do poder público para reorganizar sua estrutura espacial frente às recentes

tendências de expansão demográfica. É imperativo que o novo zoneamento estabeleça restrições severas à ocupação em áreas de risco ao longo do Rio Maracujá, promovendo a regularização fundiária segura, a despoluição dos cursos d'água e a conversão de vazios urbanos em equipamentos de lazer. Apenas com a formulação de parâmetros urbanísticos adequados e fiscalização efetiva será possível garantir um desenvolvimento ordenado que assegure a qualidade de vida dos moradores e a proteção do patrimônio ambiental do distrito.

10 Habitação

A habitação em Ouro Preto é tratada no diagnóstico como uma política que precisa equilibrar preservação patrimonial, expansão urbana e acesso à moradia digna. Em Amarantina, o ponto central é a presença de áreas vazias ou subutilizadas, mas também de lotes irregulares e necessidade de regularização fundiária, o que indica potencial e, ao mesmo tempo, desafios concretos de ordenamento territorial.

Figura 36: Síntese geral das áreas para HIS (leitura comunitária + leitura técnica) para o município de Ouro Preto.

Leitura técnica integrada	Leitura comunitária participativa	Conclusões e perspectivas	Instrumentos/legislações
As ZEIS 2 que constam no atual Plano Diretor estão localizadas na sede e em distritos como Cachoeira do Campo e Santa Rita de Ouro Preto. Na leitura técnica, foram identificadas áreas vazias ou subutilizadas para atender à população de baixa renda, e também foram consideradas as demandas comunitárias nos distritos, incluindo Amarantina.	Em Amarantina, os pontos levantados tratam da necessidade de áreas para habitação de interesse social, com destaque para ocupações em áreas vazias e situações de precariedade fundiária.	A delimitação das áreas vazias e/ou subutilizadas deve considerar as habitações existentes e a população local, com ocupação parcelada, de acordo com necessidades reais de interesse social.	Delimitação de ZEIS 2, áreas vazias e regularização; parcelamento do solo e ocupação para áreas de interesse social.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 157 (p. 392).

Esse quadro mostra que o município já reconhece a existência de áreas com potencial para habitação de interesse social, mas a efetivação depende de definição territorial mais precisa. Para Amarantina, a questão não é só ter espaço, e sim transformar esse espaço em política habitacional organizada e acessível.

Figura 37: Síntese das áreas para Regularização Fundiária (leitura comunitária + leitura técnica) para Amarantina.

Leitura técnica integrada	Leitura comunitária participativa	Conclusões e perspectivas	Instrumentos/legislações
No levantamento técnico, foram identificadas áreas irregulares em processo de ocupação, áreas em que a ocupação já está consolidada e núcleos mais consolidados nos distritos.	Em Amarantina, o quadro aponta falta de regularização dos lotes.	A regularização fundiária deve considerar ocupações com diferentes graus de consolidação, de modo a organizar processos de regularização, conter novas irregularidades e garantir segurança jurídica.	Programa Municipal de Regularização Fundiária, com ações de melhoria da infraestrutura, geração de serviços públicos, reforço de assentamentos e conformação das ocupações à legislação federal 13.465/2017.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 158 (p. 393).

Esse segundo quadro é especialmente importante para Amarantina porque deixa explícito que a demanda do distrito está ligada à regularização dos lotes, e não apenas à criação de novas áreas de moradia. Ou seja, a prioridade é dar segurança jurídica e melhorar a infraestrutura onde a ocupação já existe.

Em síntese, a habitação em Amarantina envolve dois movimentos ao mesmo tempo: identificar áreas aptas para habitação de interesse social e enfrentar a irregularidade fundiária já instalada. O diagnóstico mostra que o distrito precisa de políticas de regularização, definição de ZEIS e aproveitamento de áreas vazias ou subutilizadas de forma planejada, sempre articulando moradia, infraestrutura e justiça territorial.

11 Turismo

O turismo é tratado no diagnóstico como uma oportunidade de diversificação econômica e de fortalecimento da economia criativa em Ouro Preto. No caso de Amarantina, o foco não está em grandes atrativos já consolidados, mas na necessidade de organização, capacitação e valorização dos recursos locais para que o distrito possa participar melhor dessa dinâmica.

> A sede do município, bem como seus distritos, possui uma riqueza de rotas turísticas praticamente infindáveis, tanto na sede quanto nos distritos e entre estes últimos. Essa potencialidade tem sido cuidadosamente explorada por meio de iniciativas como os "Caminhos

> da Fé", "Rotas do Ouro" e outras manifestações voltadas para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária. Ressalta-se, sobretudo, que a exploração em destaque tem sido impulsionada tanto por iniciativas do Poder Público quanto do setor privado (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 395 e 396).

Esse enquadramento é importante para Amarantina porque mostra que o turismo local não depende só de um atrativo isolado, mas de condições básicas de funcionamento do território. Sem qualificação profissional, sem recuperação dos espaços e sem infraestrutura de apoio, o potencial turístico fica subaproveitado.

Figura 38: Síntese do turismo (leitura comunitária + leitura técnica) de Amarantina.

Subtema	Leitura técnica integrada	Leitura comunitária participativa	Instrumentos/legislação
Capacitação profissional	Uma das diretrizes do Plano Municipal de Turismo é a qualificação profissional dos serviços e da produção associada, junto com a melhoria da infraestrutura turística. O texto técnico também menciona o papel do COMTUR no acompanhamento da política de turismo.	O distrito carece de profissionais capacitados para explorar os potenciais turísticos. Também foi pedido que haja recursos para valorização e recuperação de locais e pontos turísticos, alguns já depredados.	Plano Municipal de Turismo; Lei Municipal n.º 971/2015, que estabelece a política municipal de turismo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 160 (p. 401).

O quadro deixa claro que a principal lacuna em Amarantina é a capacidade de transformar potencial em oferta turística organizada. A demanda não é apenas por promoção, mas por formação de pessoas, cuidado com os espaços e apoio público para que o turismo gere emprego e renda no próprio distrito.

Em síntese, o turismo em Amarantina é uma frente promissora, mas ainda inicial. O diagnóstico aponta que o distrito precisa de capacitação profissional, valorização dos pontos turísticos e investimento em recuperação e estruturação para conseguir se inserir de forma mais forte no turismo municipal. O sentido geral é que o turismo pode ser uma alternativa econômica importante, desde que venha acompanhado de planejamento e apoio contínuo.

Antônio Pereira

Antônio Pereira situa-se a cerca de 16 km da Sede de Ouro Preto, posicionado de forma limítrofe ao município de Mariana, do qual dista menos de 10 km. Distrito de origem colonial, é conhecido pelas ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e pela produção mineral da região. Sua população permaneceu estável: 4.480 habitantes em 2010 e 4.710 em 2022, com acréscimo modesto de 230 pessoas.

1 Aspectos físicos

Este tópico reúne a leitura das condições naturais do território. No diagnóstico de Antônio Pereira, ele considera clima, relevo, características do solo e áreas de risco geológico, além de situações ligadas a enchentes, erosões e possíveis impactos associados a barragens. A ideia central é identificar as condições que influenciam a ocupação do território e orientar medidas de prevenção e gestão de risco.

A análise destes aspectos evidenciou que Ouro Preto

> (...) carece de um Sistema de Defesa Civil Municipal, que transcenda a atuação da Defesa Civil, assim como uma verdadeira Política de Gestão de Riscos, que atue permanentemente na mitigação e erradicação dos riscos geológicos no Município (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 69).

No material, esse eixo destaca a necessidade de atenção permanente à proteção do território e ao monitoramento das áreas mais sensíveis. O texto também aponta que o município necessita de uma política mais estruturada de defesa civil e gestão de riscos, capaz de atuar de forma contínua na mitigação de problemas geológicos.

Figura 39: baseada no quadro resumo sobre o meio físico.

Subtema	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação

Riscos naturais	A questão dos riscos naturais não é o principal problema no distrito e sua área urbana. Há áreas com possibilidades maiores para a expansão da área urbana atual.	O tema dos riscos físicos (4) gerou mais fundamentos; no entanto, nas demais demandas, surgem riscos geológicos, como deslizamentos, inundações e erosão, além de ocupações irregulares nas margens do ribeirão que corta a zona urbana.	A expansão urbana pode aumentar os riscos geológicos para a população. Falta de planejamento e problemas em áreas ocupadas podem gerar riscos futuros. A população está ciente dos riscos tecnológicos e da necessidade de segurança futura. O crescimento do distrito deve ser orientado para prevenir conflitos de uso do solo.	Carta de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundação; Zoneamento; Lei de Uso e Ocupação do Solo
Riscos tecnológicos	Existem diversas áreas afetadas pelos cenários projetados nos estudos, com ênfase considerável em inundação dentro das áreas urbanas. O distrito é uma das áreas críticas e deve ser considerado pelo município nas elaborações dos projetos de segurança pública e mobilidade urbana.	A população demonstrou preocupação somente com os riscos tecnológicos. Moradores alertaram para o risco de ruptura das barragens de Natividade e do Doutor.	Na leitura técnica, áreas impactadas por cenários dos estudos precisam de atenção. As conclusões apontam para a necessidade de planejamento territorial, considerando os riscos associados a barragens e à segurança das áreas urbanas.	Lei n.º 12.334, de 20 de setembro de 2010; Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB); Lei Estadual n.º 23.291, de 25 de fevereiro de 2019; Política Estadual de Segurança de Barragens (PESB).

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 2 (p. 75).

2 Meio biótico e ambiental

O meio biótico e ambiental reúne as condições naturais do território e a forma como elas são afetadas pela ocupação humana. Em Antônio Pereira, o diagnóstico mostra que esse eixo envolve, principalmente, queimadas, animais soltos, ocupações desordenadas em áreas sensíveis e a necessidade de fortalecer a proteção ambiental e o monitoramento do território.

A primeira tabela organiza os problemas apontados pela comunidade e o parecer técnico correspondente. Nela, aparecem as queimadas frequentes no distrito, a presença de animais soltos nas ruas, as ocupações desordenadas na Serra de Antônio Pereira e no entorno

da estrada da Purificação, além da proposta de criação de um parque ecológico no Tanque da Fazenda.

Figura 40: síntese geral do meio biótico e dos aspectos ambientais do Distrito de Antônio Pereira.

Oficina/tema	Legislação correlata	Parecer técnico
Oficina Comunitária: foram relatados casos de queimadas frequentes no distrito de Antônio Pereira.	Lei Federal n.º 9.605/98.	O Poder Público Municipal deverá apurar a denúncia de queimadas em nascentes do Distrito de Antônio Pereira, e aplicar as medidas corretivas e punitivas cabíveis. Desta forma, torna-se necessário desenvolver programas/ações ambientais direcionadas para o controle das queimadas e incêndios nesse distrito, e estabelecer políticas ecológicas com fiscalização ostensiva, reprimindo essas práticas criminosas, de acordo com a Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais).
Oficina Comunitária: relatos sobre a questão de animais soltos pelas ruas (principalmente cavalos e cachorros).	Lei Federal n.º 9.605/1998; Lei Federal n.º 14.064/2020; Lei Estadual n.º 21.970/2016; Lei Estadual n.º 24.313/2023; Lei Municipal Complementar n.º 05/07; a n.º 1.048/2017; a n.º 1.193/2020; a n.º 1.180/2020; a n.º 1.233/2021; a n.º 1.352/2023.	Torna-se crucial estabelecer políticas públicas efetivas, destinadas à questão dos animais encontrados em ruas, e desenvolver projetos de educação ambiental envolvendo fauna doméstica no distrito de Antônio Pereira, de forma a garantir o cumprimento das legislações vigentes.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado nos quadros 19 e 20 (p. 87 a 89).

O quadro técnico seguinte confirma que o distrito tem grande relevância ecológica. Ele destaca o alto grau de conservação da flora regional, a presença de unidades de conservação importantes, áreas verdes urbanas expressivas e a ausência de projetos de educação ambiental voltados especificamente para Antônio Pereira.

Figura 41: síntese geral do meio biótico e dos aspectos ambientais do Distrito de Antônio Pereira.

Área do distrito (ha)	Áreas de Proteção Permanente – APP hídricas	Zonas Especiais de Proteção Ambiental – ZPAM	Reserva Legal – RL	Passivos ambientais

11974,064	Formações: Florestal 41,03%; Savânica 0,32%; Silvicultura 0,02%; Formação campestre 22,11%; Pastagem 2,09%; Mosaico de usos 7,22%; Área urbana 1,55%; Outras áreas não vegetadas 0,53%; Afloramento rochoso 7,48%; Mineração 17,64%; Lago 0,01%; Café 0,01%.	Área de ZPAM no distrito: 563,76 ha. Percentual da área de ZPAM do Distrito em relação à área total do Distrito: 4,71%. Percentual da área de ZPAM do Distrito em relação à área total do Município: 10,57%.	Área de RL no distrito: 1973,14 ha. Percentual da área de RL do distrito em relação à área total do distrito: 16,48%. Percentual da área de RL do distrito em relação à área total do município: 11,85%.	O distrito não apresenta passivos ambientais registrados no Inventário de Áreas Contaminadas de Minas Gerais e na Lista de Áreas Contaminadas ou Reabilitadas do mesmo estado referente ao ano de 2022.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro.

A segunda tabela detalha a síntese geral do meio biótico e ambiental, indicando alto grau de preservação da flora regional, presença de unidades de conservação, extensa cobertura de áreas verdes urbanas e ausência de projetos de educação ambiental direcionados especificamente ao distrito.

Figura 42: diagnóstico consolidado (Leitura Técnica Comunitária) Distrito de Antônio Pereira.

% Fitofisionomias e demais usos	Grau de conservação da flora regional.	Unidade de Conservação – Área (ha)	Áreas verdes urbanas	Projetos de educação ambiental

Áreas antropizadas (pastagem) 3,65%; refúgio vegetacional (afloramento quartzítico/arenítico, estágio inicial – montano) 0,96%; refúgio vegetacional (afloramento quartzítico/arenítico, demais estágios – montano) 15,44%; refúgio vegetacional (afloramento ferruginoso, demais estágios – montano) 13,95%; outros usos 13,73%; floresta estacional semidecidual (estágio inicial – montano) 8,83%; floresta estacional semidecidual (demais estágios – montano) 36,78%; floresta estacional semidecidual (estágio inicial – alto montano) 0,13%; floresta estacional semidecidual (demais estágios – alto montano) 0,96%; campo sujo de cerrado 19,21%; campo limpo de cerrado 0,06%.	> 73,60% da flora regional apresenta um grau de conservação alto ou muito alto; 15,76% um grau médio; e 10,64% um grau baixo de conservação.	> 4 MONA Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa (Área Geo: 20,625 ha) encontra-se integralmente inserida no Distrito de Antônio Pereira; > 9,8% do Parque Nacional da Serra do Gandarela encontra-se inserido no Distrito de Antônio Pereira.	Antônio Pereira possui uma área total de 998,01 ha inserida no perímetro urbano, com 87,07% de áreas verdes urbanas, incluindo cobertura vegetal, áreas de preservação permanente e uma Unidade de Conservação Municipal.	O poder público municipal não possui projetos de educação ambiental direcionados para o distrito de Antônio Pereira.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 20 (p. 113 e 114).

3 Saneamento

O saneamento em Antônio Pereira é um eixo central do diagnóstico porque reúne serviços básicos que impactam diretamente a saúde pública e a qualidade de vida da população. O material mostra que a leitura comunitária aponta falhas importantes, enquanto a leitura técnica detalha a infraestrutura existente e ajuda a explicar os limites do sistema.

Figura 43: Síntese da Leitura Técnica de Antônio Pereira.

Leitura Comunitária Participativa	Legislação Correlata (Federal/Estadual/Municipal)	Parecer Técnico

O distrito tinha uma estação de tratamento de água inativa. Moradores apontaram a desativação como problema e disseram que a água estava "suja" e fora dos padrões de potabilidade. Foi preciso implantar tratamento de água adequado.	Portaria do Ministério da Saúde nº 888/2021.	O Poder Público Municipal deve apurar a denúncia de água imprópria para consumo em Antônio Pereira e adotar as medidas necessárias. Criar programas e ações ambientais para controlar irregularidades e estruturar políticas públicas para o saneamento.
Participantes destacaram a ausência de estação de tratamento de esgoto e o lançamento de esgoto a céu aberto, especialmente próximo ao posto de saúde e nas ruas Timboneiro e Benedito Xavier. Identificou-se a necessidade de tratamento de esgoto no distrito.	Lei Federal n.º 11.445/2007; n.º 14.026/2020; n.º 12.305/2010; e a Estadual n.º 11.720/1994.	O município deve desenvolver projetos de esgotamento sanitário e implantar rede adequada à demanda local, visando melhorar a saúde pública e regularizar o serviço.
Moradores pediram ampliação da coleta seletiva no distrito, criação de ecopontos para recicláveis e divulgação do processo.	Lei Estadual n.º 18.031/2009; as Leis Municipais n.º 320/2011 e n.º 1.048/2017; e a Complementar Municipal n.º 05/07.	O quadro mostra a necessidade de expandir a coleta seletiva e fortalecer o apoio à gestão de resíduos, com ações de educação e organização da coleta no distrito.
Drenagem pluvial: durante a oficina, os moradores relataram como principal problema o assoreamento dos rios que atravessam Antônio Pereira.	Lei Estadual n.º 20.922/2013; Lei Municipal n.º 1.352/2023.	O parecer técnico registra que o assoreamento dos rios é uma demanda a ser enfrentada com ações de drenagem e manejo de águas pluviais, dentro do planejamento urbano do município.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 45 (p. 169 e 170).

A primeira tabela reúne as principais demandas da população e o parecer técnico correspondente. Nela, aparecem a desativação da estação de tratamento de água e a percepção de água fora dos padrões de potabilidade. Além disso, há a ausência de tratamento de esgoto, o lançamento de esgoto a céu aberto, necessidade de ampliar a coleta seletiva e problema do assoreamento dos rios.

A tabela mostra que o saneamento não aparece apenas como falta de infraestrutura, mas como um conjunto de problemas interligados, especialmente quando se observa a relação entre água, esgoto, resíduos e drenagem. O parecer técnico reforça que essas falhas demandam ação pública contínua, e não apenas intervenções pontuais.

Figura 44: Síntese da Leitura Comunitária com Parecer Técnico de Antônio Pereira.

Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Resíduos sólidos	Drenagem pluvial

O abastecimento de água de Antônio Pereira inclui captação no córrego da Serrinha, com vazão de 10 L/s, uma estação de tratamento, uma elevatória, rede de distribuição, dois reservatórios de 370 m³ e um poço da SANEOURO, com vazão de 35,3 L/s. O setor de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde acompanha a qualidade da água da Mina da Lapa.	Assim como nos demais distritos do município de Ouro Preto, em Antônio Pereira é feita somente a coleta do esgoto, que é direcionado para os cursos hídricos do distrito. A rede de esgoto é do tipo unitário, assim como na maior parte do município.	A coleta de lixo acontece três vezes por semana no distrito de Antônio Pereira. Os bairros de Antônio Pereira recebem coleta seletiva três vezes por semana (segunda, quarta e sexta). A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Antônio Pereira cuida da coleta seletiva no distrito.	O sistema de drenagem pluvial em Ouro Preto e distritos é formado por bocas de lobo, galerias e bueiros. O sistema de drenagem pluvial é totalmente separado, com redes distintas para água da chuva e esgoto sanitário.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 46 (p. 169 e 170).

A segunda tabela complementa a análise ao descrever a estrutura já existente no distrito. Ela informa que o abastecimento de água conta com captação superficial no córrego da Serrinha, estação de tratamento, elevatória, rede de distribuição, reservatórios e novo poço da SANEOURO. Ao mesmo tempo, mostra que o esgotamento sanitário segue em sistema unitário, com lançamento em cursos hídricos, o que revela uma fragilidade estrutural importante.

Essa leitura técnica ajuda a entender por que, mesmo com alguns serviços em funcionamento, persistem problemas de saneamento no distrito. O abastecimento existe, mas depende de monitoramento; o esgotamento continua inadequado; a coleta de resíduos funciona de forma regular, mas ainda exige fortalecimento; e a drenagem precisa ser acompanhada para reduzir os efeitos do assoreamento relatados pela comunidade.

4 Mineração

> *"Durante a Oficina Comunitária de Antônio Pereira, foram elencados apenas problemas e demandas quanto ao eixo temático de mineração. A respeito dos problemas, os participantes descreveram no quadro síntese que o distrito não foi reconhecido como atingido indiretamente pelo rompimento da barragem de Fundão.*
>
> *A comunidade reclamou da falta de consulta pública à população do distrito para a construção do Novo Dique dos Macacos. Outros problemas apontados na oficina foram: suspensão de poeira, falta de*

> *aplicação dos impostos da mineração no distrito, grande fluxo de população flutuante, lotação do transporte público e excesso de fluxo de caminhões. Nesse sentido, os participantes descreveram como demanda a necessidade do retorno dos impostos da mineração para o desenvolvimento de Antônio Pereira, sendo necessário que o Plano Diretor estabeleça um mínimo de 10% de retorno.*
>
> *Conforme a leitura técnica, o distrito de Antônio Pereira apresenta uma significativa presença das empresas Vale S.A. e Samarco Mineração S.A., evidenciando uma proximidade crítica entre as áreas de exploração mineral e as zonas urbanizadas do distrito, o que resulta em conflitos de ocupação. (FUNDAÇÃO GORCEIX, p. 194)*

A mineração é um dos eixos mais sensíveis do diagnóstico porque influencia o território, a mobilidade, o emprego e também os riscos socioambientais de Antônio Pereira. No material, a leitura técnica mostra a forte presença da atividade minerária no município e, no distrito, a comunidade destaca problemas ligados à proximidade das minas, à circulação de caminhões, à poeira e à necessidade de retorno dos benefícios da mineração para o território.

A tabela técnica geral da mineração mostra que Ouro Preto possui 534 processos minerários ativos, além de procedimentos em diferentes fases, como pesquisa, autorização, requerimento de lavra e concessão de lavra. O quadro também informa que há 18 barragens de mineração no município, com distribuição em diferentes bacias hidrográficas, e que foram identificadas áreas com impacto importante em distritos como Miguel Burnier, Antônio Pereira e Rodrigo Silva.

Figura 45: Síntese técnica geral da mineração no município de Ouro Preto.

Processos de mineração	Barragens e Estudos de Dam Break	Outras informações

Segundo a ANM no SIGMINE (2023), Ouro Preto tem 534 processos minerários ativos, 50 disponíveis, 136 em requerimento e 185 em autorização de pesquisa, 2 em direito de requerer lavra, 68 em solicitação de lavra, 5 em lavra garimpeira e 74 em concessão de lavra. Destacam-se entre as empresas com mais processos ativos: Vale S.A., Gerdau Açominas, Pagominas Eireli e Pedreira Irmãos Machado.	Ouro Preto tem 18 barragens de mineração, segundo o banco de dados do SIGBM/ANM. Consultando o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, foram identificadas 10 barragens adicionais no território, além das da ANM. Quatro barragens são do IGAM, a de Marzagão é da FEAM, o dique B2 é da ANM e o restante é da ANEEL.	Foram identificadas algumas estruturas de mineração no município com maior relevância frente aos impactos dentro deste, como a Vale, Gerdau, CSN, Ferro Puro, Grupo Irmãos Machado, JJC, Vermelho Mineração e Topázio Imperial. Percebe-se o maior impacto da atividade nos distritos de Miguel Burnier, Antônio Pereira e Rodrigo Silva.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 69 (p. 194).

No recorte do distrito, a comunidade relatou que Antônio Pereira não foi reconhecido como atingido indiretamente pelo rompimento da barragem de Fundão, além de apontar a ausência de consulta pública na construção do Novo Dique dos Macacos. Também foram mencionados problemas como suspensão de poeira, falta de aplicação dos impostos da mineração no distrito, grande fluxo de população flutuante, lotação do transporte público e excesso de caminhões.

O parecer técnico reforça que o distrito tem forte presença da Vale e da Samarco, com extrema proximidade entre áreas de exploração mineral e áreas urbanizadas, o que gera conflitos de ocupação. Os estudos de Dam Break ainda indicam que, em caso de rompimento de determinadas barragens, a área urbana de Antônio Pereira pode ser afetada. Isso inclui impacto sobre residências da Vila Samarco e sobre cursos d'água, como o rio Gualaxo do Norte e o rio Piracicaba.

Em termos de mobilidade, o material aponta que o escoamento do minério ocorre pela ferrovia *Vitória-Minas, que atende à Mina Timbopeba*, mas ainda há circulação intensa de caminhões e veículos pela MG-129 e pela Estrada da Purificação, com reflexos até a sede do município. Isso mostra que a mineração influencia não apenas a economia, mas também o cotidiano, o trânsito e a organização espacial do distrito.

Em síntese, a mineração em Antônio Pereira aparece como uma atividade estruturante e, ao mesmo tempo, geradora de conflitos. O diagnóstico mostra que o distrito convive com a presença intensa do setor minerário, com impactos sobre o uso do solo, a mobilidade, o risco ambiental e a vida comunitária. Isso reforça a necessidade de planejamento e de maior retorno social para o território.

5 Aspectos sociais e demográficos

Os aspectos sociais e demográficos tratam das condições de vida da população, do acesso a serviços públicos e da dinâmica populacional do distrito. Em Antônio Pereira, o diagnóstico reúne três áreas principais: assistência social, educação e saúde, além de mostrar a evolução da população residente no distrito entre 2010 e 2022.

> A sede acolhe quase sessenta por cento dos moradores, embora sua participação tenha sido declinante, de 58,2% a 55,7%. Quanto aos distritos, o destaque está com o desempenho de Cachoeira do Campo, que acolhia 12% da população em 2010 e 16% em 2022. Três distritos têm participação significativa, entre 5 e 6,5% do total, com diferenças: Amarantina é crescente; Antônio Pereira, constante; e Santa Rita de Ouro Preto, declinante. Os demais — Engenheiro Corrêa, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Sila, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto e São Bartolomeu — são espaços que acolhem população com participação de 0,4 a 2,4% dos residentes em Ouro Preto. Destaque negativo para Engenheiro Correa, Miguel Burnier, Santo Antônio do Salto e, especialmente, Santa Rita de Ouro Preto, que perdem absolutamente moradores.” Em Antônio Pereira, o diagnóstico abrange três áreas principais: assistência social, educação e saúde, além de apresentar a evolução da população residente no distrito entre 2010 e 2022. (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 252)

A primeira tabela mostra que a população relatou problemas e demandas em assistência social, educação e saúde. Em assistência social, aparecem questões como aumento da população flutuante, necessidade de atendimento específico para idosos e ampliação de ações como CRAS, horta comunitária e incentivo à agricultura familiar. Em educação, surgem demandas por construção de escola e creche, estrutura física adequada, cursos profissionalizantes, ampliação do transporte e ações de apoio à formação de professores e estudantes. Em saúde, a principal queixa é a falta de médicos especialistas e a dificuldade de atendimento, com solicitação de aumento do número de consultas e de profissionais, inclusive pediatra.

Figura 46: Diagnóstico de aspectos sociais e demográficos – Antônio Pereira.

Leitura técnica integrada	Leitura comunitária participativa	Conclusões e perspectivas	Instrumentos/ Legislação
O crescimento da população flutuante exige avaliar o atendimento e pode incluir o CRAS volante no Córrego Água Suja. As SMDs oferecem diversos serviços em fase de estruturação para as comunidades.	**Assistência social:** **Problemas:** contas altas da Saneouro, multas, aumento da população flutuante e ausência de atendimento a idosos. As demandas incluem: isenção da tarifa de água; criação do núcleo Córrego Água Suja; desenvolvimento de iniciativas econômicas e turísticas, como o CRAS; apoio à horta da Dona Dudu; incentivo à agricultura familiar; implementação de hortas locais; criação de programas de apoio à agricultura; e diversificação e ampliação dos serviços oferecidos. **Educação:** **Problemas:** ausência de ensino infantil municipal; falta de prédio próprio (funciona em imóvel provisório). Demandas: construção do EMEI, escola e creche; estrutura da instituição (Dauara); cursos técnicos; plano de educação abrangente; inclusão de alunos com necessidades especiais; estímulo ao ensino superior; criação de cursinhos para o Enem; trazer a UFOP e o IFMG para o distrito; ônibus direto para Ouro Preto; apoio aos estudantes. **Saúde:** **Problemas:** escassez de especialistas; obstáculos no atendimento. Demandas: mais consultas e mais especialistas, incluindo pediatras.	Apoio da SMDS é necessário para ações das ONGs no desenvolvimento social. A capacitação de professores é exigida por muitas comunidades e deve ser planejada, como pedem as escolas. O transporte deve ser analisado para atender às necessidades de mobilidade da sede. Devem ser analisadas as solicitações por especialistas e a qualidade do atendimento.	Planos específicos da área devem ser elaborados para atualizar as demandas.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro da p. 261.

A leitura técnica reforça que o aumento da população flutuante exige revisão da oferta de serviços, inclusive com soluções como CRAS volante e atendimento mais próximo da comunidade. Assim, o quadro mostra que as demandas sociais não se limitam à existência de serviços, mas à sua adequação ao crescimento e à realidade do distrito.

A segunda tabela mostra que Antônio Pereira manteve crescimento populacional entre 2010 e 2022, passando de 4.480 para 4.710 moradores, o que representa um aumento de 230 pessoas. Esse dado é importante porque confirma a necessidade de planejar serviços públicos de forma compatível com a permanência e a dinâmica demográfica do distrito.

O quadro demográfico ajuda a entender por que o distrito continua demandando políticas sociais, educacionais e de saúde mais estruturadas. Mesmo com crescimento

moderado, a população local precisa de serviços compatíveis com o aumento da demanda e com as especificidades do território.

Em síntese, os aspectos sociais e demográficos de Antônio Pereira indicam um distrito que mantém crescimento populacional e apresenta demandas claras por assistência social, educação e saúde. O diagnóstico mostra que a ampliação e a adequação dos serviços públicos precisam acompanhar a realidade local, especialmente diante da população flutuante e do aumento da pressão sobre a rede de atendimento.

6 Aspectos econômicos

Os aspectos econômicos mostram como o distrito se organiza para gerar renda, sustentar o comércio local e lidar com os efeitos da atividade minerária no território. Em Antônio Pereira, o diagnóstico aponta problemas ligados à baixa diversidade comercial, à falta de serviços públicos e à necessidade de fortalecer a economia local com mais infraestrutura e mais oportunidades.

A primeira tabela reúne o recorte específico de Antônio Pereira, com os principais problemas, demandas e conclusões do diagnóstico. Ela mostra que o distrito enfrenta carência de serviços públicos, internet e Correios, além de um comércio pouco diversificado; como resposta, a comunidade demanda variedade no comércio, melhoria da internet e criação de uma subprefeitura.

Figura 47: síntese de aspectos econômicos (leitura comunitária + técnica) de Antônio Pereira.

Região	Problemas	Demandas	Conclusões e perspectivas	Legislação

Antônio Pereira	Falta de serviços públicos; problema com internet no posto dos Correios; comércio com pouca diversidade.	Diversificação do comércio; identificação das ruas; melhoria da internet; criação de uma subprefeitura.	O distrito precisa melhorar a infraestrutura, com a população ciente de sua relevância econômica em Ouro Preto. O distrito precisa de mais serviços, especialmente públicos, o que pode fazer a prefeitura expandir o Centro Administrativo e criar uma subprefeitura. A principal razão, humana ou financeira, é a disponibilidade. A leitura técnica indica o impacto da mineração no município e sugere melhor uso de recursos públicos para resolver questões históricas do distrito.	O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Econômico, juntamente com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, são fundamentais para a gestão dos recursos no município.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 95, p. 279.

A tabela deixa claro que o problema econômico de Antônio Pereira não é apenas a falta de comércio, mas a fragilidade da infraestrutura que sustenta a circulação de bens, serviços e informação. Também evidencia que a mineração influencia a economia local de forma decisiva, mas nem sempre os benefícios chegam ao distrito na mesma proporção.

A segunda tabela amplia a leitura e mostra os grandes componentes do diagnóstico econômico do município, como indicadores econômicos e sociais, estabelecimentos comerciais e empregabilidade, economias criativa e solidária, inovação, ruralidades e finanças públicas. Ela é importante porque ajuda a entender o contexto em que Antônio Pereira está inserido, especialmente no que diz respeito à diversificação produtiva e ao uso mais equilibrado dos recursos públicos.

Figura 48: Resumo da análise técnica de Aspectos Econômicos.

Componente	Caracterização	Principais demandas
Indicadores econômicos e sociais	Os indicadores econômicos apresentam resultados que comprovam a evolução do município nos últimos 30 anos. A dificuldade ainda existe, e é a melhora de indicadores na educação, na distribuição de renda e a redução consistente no número de famílias cadastradas no CAD-Único.	Analisar a qualidade do gasto e resultados das políticas públicas voltadas para a educação e desenvolvimento social; elaborar estratégias intersetoriais que possibilitem inclusão produtiva e social; mapear territórios para se criar condições melhores de saúde, educação, infraestrutura, mobilidade, cultura e geração de renda.

Estabelecimentos comerciais e empregabilidade	Com os dados acessados, foi possível conhecer a realidade e a relação direta entre o desempenho da indústria e os demais, gerando uma relação de forte dependência. Há presença da informalidade e precarização do trabalho nos setores de comércio e serviços, com destaque para as áreas de turismo e agropecuária.	Criar condições para que o município atraia empresas que possibilitem o crescimento e diversificação dos setores de comércio e serviços. Analisar o perfil das empresas que estão sendo abertas no município. Criar mecanismos para a formalização do trabalho e informalidade. Investir na formação da mão de obra local.
Economia criativa e solidária	Alternativas importantes para a geração de renda e inclusão produtiva e social.	Investir na formalização do público; criar mecanismos transparentes; investir em espaços públicos para vendas; iniciar as atividades no Paço da Misericórdia.
O ambiente de inovação	Atualmente, a inovação tecnológica é a principal alternativa em Ouro Preto para a geração de receitas capazes de gerar impacto na arrecadação municipal.	Investir em espaços públicos para o fomento da inovação no município; intensificar pesquisas; consolidar a comunidade de inovação local; fortalecer parcerias com instituições de ensino superior.
Ruralidades	As ruralidades apresentam características que cruzam economia, cultura, meio ambiente, turismo e uso do solo.	Aumentar o fomento e investimento público no setor; delimitar áreas de agricultura urbana e periurbana; aplicar recursos em infraestrutura da zona rural; criar espaços públicos para venda de produtos rurais.
Finanças públicas	O município apresenta alta arrecadação, provavelmente associada à presença da indústria extrativa mineral.	Territorializar os gastos públicos; maior transparência com a destinação do CFEM; fortalecer fundos para o desenvolvimento econômico local; estudar o impacto das políticas públicas; mudar a composição orçamentária.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 94 (p. 278).

Essa segunda tabela mostra que o desenvolvimento econômico precisa ser pensado de forma mais ampla, articulando arrecadação, emprego, comércio, ruralidade e inovação. No caso de Antônio Pereira, isso reforça a necessidade de converter o peso da mineração em melhorias concretas para o cotidiano local, com mais serviços, mais diversidade econômica e mais capacidade institucional.

Em síntese, os aspectos econômicos de Antônio Pereira revelam um distrito dependente de um contexto mais amplo de mineração e arrecadação municipal, mas ainda com carências de serviços, infraestrutura e diversidade produtiva. O diagnóstico aponta que o fortalecimento da economia local exige melhor distribuição de recursos, estímulo ao comércio, apoio à formalização e políticas públicas que considerem as necessidades reais do distrito.

7 Mobilidade urbana

> Ouro Preto possui 12 distritos, além da sede, e cerca de 80 localidades a serem conectadas, uma forte mobilidade turística e de eventos que impacta a área tombada da sede e alguns de seus distritos, como Lavras Novas, uma mobilidade estudantil decorrente de ser um polo universitário e uma intensa circulação de veículos de carga, de serviço e de fretamento associada especialmente à atividade minerária da região. (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 281)

A mobilidade em Antônio Pereira é um tema decisivo porque conecta o distrito à sede, estrutura o deslocamento da população e interfere diretamente no acesso a serviços, trabalho e estudo. O diagnóstico mostra que os principais problemas estão ligados ao transporte coletivo, à circulação interna do distrito e à necessidade de melhorar os acessos viários.

A tabela reúne, ao mesmo tempo, a leitura técnica, a percepção da comunidade, as conclusões e os instrumentos de planejamento. Nela, aparecem problemas como falta de transporte público, superlotação de ônibus, deficiente manutenção das ruas e trevos de acesso, além da demanda por mais horários, melhor qualidade dos ônibus, linhas diretas para Ouro Preto e apoio aos estudantes.

Figura 49: Síntese de Mobilidade (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) - Antônio Pereira.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos /Legislação

Área com exploração mineral. Fortalecer vínculo com a sede. Questões de segurança na travessia da MG-129. Há problemas na circulação de pedestres, falta de acessibilidade e uma rede viária urbana que precisa de melhorias, como calçadas e drenagem. Foi analisada a funcionalidade das vias de Antônio Pereira, incluindo rodovias federais, estaduais e municipais que apoiam o transporte coletivo, a circulação de caminhões de lixo e a integração do território, além das vias urbanas com função arterial. As vias secundárias são rodovias municipais que garantem acesso a localidades e áreas do município, além das coletoras. A Figura 25 mostra os mapas da Rede Viária do Município.	**Problemas:** Falta de transporte coletivo; transporte público precário; superlotação dos ônibus; insuficiência de manutenção das ruas; trevo de acesso. **Demandas:** Melhora dos horários; ônibus de graça, como em Mariana; qualificar ainda mais os que já circulam; oferta direta para Ouro Preto; criar novos ônibus; desenvolver linhas que circulem no território de Antônio Pereira; mais horários de ônibus para Mariana; auxílio aos estudantes do ensino técnico e superior.	Necessidade de melhoria interna ao distrito e dos acessos por estradas e transporte coletivo. O desafio maior é viabilizar ligação direta entre o distrito e a sede por transporte coletivo, sem passar por Mariana.	A gestão junto à Prefeitura de Mariana deve incluir a regularização da circulação do transporte coletivo, a definição da hierarquia viária, que faz parte do Plano Diretor e de Mobilidade, e a atualização e adequação do Plano de Mobilidade.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 109 (p. 294).

A tabela mostra que o problema da mobilidade não é apenas a falta de ônibus, mas a própria forma como o território está conectado e organizado. Por isso, o diagnóstico destaca tanto a necessidade de melhorar a circulação interna quanto de garantir uma ligação mais direta com a sede de Ouro Preto.

Em síntese, a mobilidade em Antônio Pereira depende de soluções que envolvam o transporte coletivo, a melhoria das vias, a segurança de travessia e a acessibilidade. O ponto mais sensível é a dependência de deslocamentos por Mariana, o que reforça a necessidade de planejar uma ligação mais eficiente e autônoma entre o distrito e a sede.

8 Patrimônio cultural

No tocante ao Patrimônio Cultural Material e Natural de Ouro Preto, vale destacar que cada um dos 13 distritos “possui suas características próprias e importância para a região, contribuindo para a diversidade e riqueza cultural do município” (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 318). O patrimônio cultural em Antônio Pereira aparece como um tema importante porque envolve tanto os bens materiais já inventariados quanto as ruínas e referências simbólicas do distrito. O diagnóstico mostra que há pressão da mineração sobre essas áreas e,

ao mesmo tempo, um interesse comunitário em recuperar e valorizar elementos como a Igreja Queimada de Nossa Senhora da Conceição.

Figura 50: Síntese do patrimônio cultural (leitura comunitária + leitura técnica) Antônio Pereira.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação
O processo acelerado de demolição dos bens inventariados está relacionado à crescente demanda por moradia devido às atividades minerárias. Atividade minerária licenciada com grande potencial de interferir de forma negativa na Gruta da Lapa e áreas urbanizadas. Acesso às cachoeiras e às ruínas proibido à população.	Os moradores indicaram a necessidade de recuperação das ruínas da Igreja Queimada de Nossa Senhora da Conceição, identificada como potencialidade importante a ser valorizada como atração turística.	Consulte a tabela no final, que abrange todo o território.	LUOS; Plano Diretor; Monumento Natural da Gruta da Lapa; Tombamento da Igreja Queimada.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 112 (p. 321).

A tabela mostra que o patrimônio cultural em Antônio Pereira não é apenas uma questão de memória, mas também de uso do território, turismo e preservação. O cenário de conflito com a mineração e a restrição de acesso a áreas de valor histórico tornam o tema ainda mais sensível no planejamento local.

Em síntese, o patrimônio cultural de Antônio Pereira precisa ser tratado como um ativo do território, mas também como um bem ameaçado por pressões urbanas e minerárias. O diagnóstico sugere que a recuperação de ruínas e a proteção das áreas inventariadas podem fortalecer a identidade local e abrir possibilidades de valorização turística e cultural.

9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana

O uso e ocupação do solo em Antônio Pereira aparecem, no diagnóstico, como um tema de ordenamento territorial, regularização e controle da expansão urbana. O material combina uma leitura técnica detalhada do distrito com uma leitura comunitária que evidencia problemas cotidianos, o que permite separar com clareza o quadro específico de Antônio Pereira do contexto geral de Ouro Preto.

Figura 51: Quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Antônio Pereira.

Zoneamento (2011)	Ordenamento territorial	Características	Usos do solo	Tipologia construtiva	Infraestrutura urbana	Susceptibilidade e risco	Centralidades e equipamentos
ZAR-1 (Antônio Pereira)	A mineração tem um papel histórico e limita a ocupação devido ao descomissionamento da barragem de Doutor.	Adensamento médio.	Residencial.	Padrão construtivo médio e baixo.	Pouco presente.	Risco tecnológico; proximidade da mancha urbana em relação à envoltória de inundação da barragem de Doutor. Suscetibilidade: enxurrada 23,30%, locais: Antônio Pereira; inundação 16,19%, locais: Antônio Pereira; movimento de massa 1,60%, locais: Antônio Pereira.	UBS Antônio Pereira; Escola Estadual Antônio Pereira; Escola Prof. Daura de Carvalho Neto; Escola Municipal Bernadete Queiroz Carvalho; Creche Municipal Cachinhos de Ouro; Campo de Futebol; CRAS; Casa Escola – Espaço Cultural; Gruta Nossa Senhora da Lapa; Congregação Cristã do Brasil; Primeira Igreja Batista Antônio Pereira; Assembleia de Deus; Igreja Nossa Senhora das Mercês; Igreja Nossa Senhora da Conceição da Lapa; Igreja Deus é Amor; Igreja Queimada; Capela São José Operário.
ZAR-2 (Antônio Pereira)	A mineração exerce um papel conformador na história e impõe restrições de ocupação devido aos processos de descomissionamento da barragem de Doutor.	Presença de ocupações irregulares.	Comércio e serviços locais.	Padrão construtivo médio e baixo.	Pouco presente.	Mesma referência de suscetibilidade e risco do quadro.	Mesmos equipamentos e centralidades listados no quadro.
ZAR-3 (Antônio Pereira)	A mineração exerce um papel importante do ponto de vista histórico e impõe restrições de ocupação devido aos processos de descomissionamento da barragem de Doutor.	Edificações unifamiliares de no máximo 2 pavimentos.	Indústria.	Padrão construtivo médio e baixo.	Pouco presente.	Mesma referência de suscetibilidade e risco do quadro.	Mesmos equipamentos e centralidades listados no quadro.
ZPAM (Antônio Pereira)	A atividade econômica é atrativa de grandes fluxos populacionais e demanda no aumento da oferta de moradias e serviços.	Edificações unifamiliares de no máximo 2 pavimentos.	Mineração.	Padrão construtivo médio e baixo.	Pouco presente.	Mesma referência de suscetibilidade e risco do quadro.	Mesmos equipamentos e centralidades listados no quadro.
ZIE (Antônio Pereira)	A atividade econômica é atrativa de grandes fluxos populacionais e demanda o aumento da oferta de moradias e serviços.	Edificações unifamiliares de no máximo 2 pavimentos.	Mineração.	Padrão construtivo médio e baixo.	Pouco presente.	Mesma referência de suscetibilidade e risco do quadro.	Mesmos equipamentos e centralidades listados no quadro.
ZPE (Antônio Pereira)	A atividade econômica atrai grandes fluxos populacionais e aumenta a demanda por moradias e serviços.	Edificações unifamiliares de no máximo 2 pavimentos.	Mineração.	Padrão construtivo médio e baixo.	Pouco presente.	Mesma referência de suscetibilidade e risco do quadro.	Mesmos equipamentos e centralidades listados no quadro.

ZA-1 (Vila Samarco)	Território em processo de reocupação a partir do início do processo de descomissionamento.	Adensamento médio.	Edificações unifamiliares têm no máximo 2 andares.	Residencial.	Comércio e serviços locais.	—	—

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 125 (p. 341).

Esse quadro mostra que Antônio Pereira está fortemente condicionado pela mineração, por riscos tecnológicos e por um padrão de ocupação que mistura áreas residenciais, comerciais, industriais e minerárias. A leitura indica que o zoneamento atual já enfrenta pressão da realidade territorial do distrito.

A comunidade e a leitura técnica concordam que o problema vai além das ocupações, envolvendo a continuidade de processos desordenados em regiões vulneráveis. O diagnóstico indica que o controle territorial deve ser contínuo, especialmente em locais com conflitos entre habitação, meio ambiente e crescimento urbano.

Figura 52: Síntese dos Aspectos de Uso e Ocupação do Solo - Expansão Urbana (leitura comunitária + leitura técnica) - Antônio Pereira.

Subtema	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/ Legislação
Zoneamento/ Parcelamento do solo/ocupação irregular	É preciso definir normas urbanísticas e ferramentas de regulação para núcleos urbanos descontínuos e áreas rurais, visando diversificar usos e impulsionar o desenvolvimento das centralidades locais. É essencial atualizar a dinâmica de ocupação, considerando parcelamentos legais e a reorganização do ordenamento territorial para diversificação econômica.	A falta de identificação das ruas e limites dos bairros em Antônio Pereira foi solicitada devido às dificuldades dos moradores em receber encomendas. Além disso, foi apontada a necessidade de mapear o solo para a criação de loteamentos e desmembramentos de lotes.	Plano Diretor; Zoneamento e Uso do Solo; Instrumentos do EC; Regularização fundiária.
Zoneamento/ Parcelamento do Solo/Ocupação Irregular	—	Destacou-se que a falta de planejamento urbano e a ausência de documentação de imóveis são problemas. As construções inadequadas em relação ao rio e à drenagem nas áreas de proteção ambiental dos corpos hídricos da região reforçam a problemática existente. Mediante isso, aborda-se a regulamentação do solo, aliada à fiscalização, como demanda para ordenar o uso do solo no distrito.	—

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 140 (p. 366).

Em Antônio Pereira, o quadro 140 revela a estrutura territorial e os riscos associados ao zoneamento, enquanto o 125 mostra a leitura comunitária sobre a desorganização do território e a necessidade de regularização. Juntos, eles sustentam a ideia de que o distrito precisa de planejamento mais preciso, fiscalização contínua, demarcação territorial e compatibilização entre ocupação, infraestrutura e mineração.

10 Habitação

Não consta no Caderno de Diagnóstico, na temática Habitação, quadro relacionado especificamente ao Distrito de Antônio Pereira. Por isso, qualquer texto sobre o distrito deve ser apresentado apenas como contexto derivado do diagnóstico geral, e não como conteúdo exclusivo do quadro local.

Em síntese, a habitação em Ouro Preto é marcada por déficit, irregularidade fundiária, pressão urbana e necessidade de maior integração institucional. Para Antônio Pereira, o ponto principal é reconhecer que o diagnóstico não traz quadro específico, mas o distrito participa do mesmo cenário de expansão urbana, risco e necessidade de ordenamento que estrutura a política municipal. Assim, o texto deve preservar a distinção entre o que é leitura geral do município e o que é aplicável ao distrito apenas de forma contextual.

11 Turismo

O turismo em Ouro Preto é tratado no diagnóstico como uma atividade com forte potencial de diversificação econômica, especialmente por meio do turismo de base comunitária. No caso de Antônio Pereira, o material destaca uma vocação própria, ligada ao turismo religioso, ao núcleo urbano original e às tradições locais, ao mesmo tempo em que aponta obstáculos como a mineração e a falta de investimento.

Esta seção do diagnóstico revela que o turismo não se restringe unicamente a atrativos naturais ou culturais. É imperativo que haja uma estrutura, um acesso e políticas públicas que possibilitem a conversão do potencial em uma atividade contínua.

Figura 53: Síntese do Turismo (leitura comunitária + leitura técnica) em Antônio Pereira.

Leitura técnica integrada	Leitura comunitária participativa	Instrumentos/Legislação

Antônio Pereira conta com atrativos turísticos notáveis, com destaque para sua vocação no Turismo Religioso. Merece destaque o núcleo urbano original do distrito ao longo do seu caminho-eixo, que inclui o Largo da Igreja Queimada, Rua Tabuleiro, Largo Santo Antônio, dentre outros. Dessa forma, ao longo da elaboração do estudo técnico, foi possível demonstrar que o distrito possui, ao mesmo tempo, um potencial turístico significativo e desafios no desenvolvimento do turismo devido à atividade de extração mineral. Assim, entende-se que é importante reconhecer a identidade, história e festividades tradicionais do distrito, e conectar os elementos da paisagem para mitigação dos efeitos negativos do turismo, como a descaracterização da história local e a gentrificação. A atualização do zoneamento turístico, realizada em 2023, é uma possibilidade significativa para destacar o distrito e suas potencialidades turísticas, visando incentivar o desenvolvimento do turismo sustentável de base comunitária. A dificuldade de acesso a este e a Antônio Pereira, que recentemente melhorou com a inauguração da estrada da Purificação, também é questão importante para o desenvolvimento turístico.	A falta de investimento para explorar os destinos apontados como potencial turístico da região foi apontada como o principal problema. Com isso, demanda-se que haja investimento para exploração e recuperação dos locais, como o Pico da Fazendia, Fazenda Pinguim, Tanque da Fazenda, Igreja Queimada, bem como as cachoeiras e festas tradicionais que ocorrem no distrito.	Plano Municipal de Turismo; Lei Municipal n.º 971/2015 – Estabelece a Política Municipal de Turismo e dá outras providências.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 161 (p. 401).

Esse quadro mostra que o turismo em Antônio Pereira é mais do que um setor econômico: ele está ligado à memória, à identidade religiosa e à preservação do núcleo histórico. Ao mesmo tempo, a comunidade enxerga a falta de investimento como o principal entrave para que os atrativos locais sejam efetivamente aproveitados.

O diagnóstico deixa claro que Antônio Pereira tem condições de se afirmar como destino de turismo religioso e cultural, mas isso depende de proteção do patrimônio, melhoria de acessibilidade e investimento em infraestrutura e divulgação. A atividade minerária aparece como fator que compete com esse potencial e impõe limites ao desenvolvimento turístico. Assim, o turismo no distrito precisa ser pensado de forma articulada com conservação, mobilidade e planejamento territorial.

Em síntese, o turismo em Antônio Pereira reúne identidade histórica, vocação religiosa e paisagem cultural, mas ainda carece de estrutura, investimento e proteção efetiva dos seus atrativos. O quadro específico do distrito é importante porque mostra que o principal desafio não é a ausência de potencial, e sim a dificuldade de transformar esse potencial em desenvolvimento sustentável e de base comunitária.

Cachoeira do Campo

Cachoeira do Campo está localizado a cerca de 18 km da Sede, às margens da BR-356, em posição estratégica no eixo de ligação entre Ouro Preto e a Região Metropolitana de Belo Horizonte. É o distrito com maior crescimento populacional absoluto do município: saiu de 8.923 habitantes em 2010 para 12.035 em 2022, acréscimo de 3.112 pessoas — expansão que reflete a pressão de urbanização e o avanço de loteamentos na área metropolitana. Responde por cerca de 16% da população municipal, sendo o segundo maior núcleo depois da Sede.

1 Meio físico

No tema Meio Físico, Cachoeira do Campo apresenta como principal questão a presença de riscos geológicos associados a grandes processos erosivos, especialmente voçorocas. O quadro mostra que o problema não está apenas na existência dessas feições, mas também na ocupação de suas imediações e no crescimento urbano recente em áreas sensíveis.

Figura 54: Síntese do Meio Físico (leitura comunitária + leitura técnica) do distrito de Cachoeira do Campo.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação
O principal problema geológico no distrito foi a presença de voçorocas. A maioria dos problemas dessas formas erosivas resulta da ocupação e uso recente do entorno e interior. Grandes áreas urbanizáveis já identificadas.	Na reunião participativa, os riscos representaram 5% das manifestações, mas não foram abordados nas outras contribuições e oficinas. Relataram voçorocas em diversos locais do distrito, especialmente em novas ocupações. Houve a necessidade de parceria com a UFOP e entidades técnicas para reduzir riscos.	O principal problema das voçorocas é a ocupação das áreas próximas, especialmente das últimas 1 a 1,5 décadas, mesmo que isso não seja evidente para a população. Isso indica a necessidade de atenção à distribuição dessas características no território durante o zoneamento e planejamento da expansão urbana do distrito.	Plano Municipal de Redução de Riscos-OP; Carta de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações; Carta de Aptidão à Urbanização; Zoneamento Urbano; Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 3 (p. 75).

A leitura técnica indica que o risco geológico mais relevante em Cachoeira do Campo é a erosão em grande porte, com destaque para as voçorocas. Isso mostra que o distrito tem uma fragilidade física importante, sobretudo em áreas que já passaram por ocupação recente ou que se encontram nas bordas desses processos erosivos.

Na leitura comunitária, o tema apareceu com menor peso nas manifestações, o que sugere que parte da população ainda não percebe o risco com a mesma intensidade com que ele é identificado tecnicamente. Mesmo assim, os relatos confirmam a existência das voçorocas e reforçam a preocupação com novas ocupações em áreas próximas.

Outro ponto importante é que o próprio quadro reconhece grandes áreas com aptidão à urbanização já mapeadas. Isso significa que o planejamento urbano precisa separar com cuidado o que pode ser ocupado com segurança do que deve ser evitado ou tratado com medidas específicas de controle e recuperação ambiental.

A referência à parceria com a UFOP e entidades técnicas mostra que a solução do problema depende de apoio especializado, não apenas de medidas pontuais. Em outras palavras, o enfrentamento desse risco exige estudo, monitoramento e integração entre planejamento urbano, controle ambiental e gestão territorial.

Em Cachoeira do Campo, o meio físico é marcado por risco erosivo relevante, principalmente pelas voçorocas. O quadro conclui que o desafio central é considerar essas áreas no zoneamento e na expansão urbana, para reduzir a ocupação em locais vulneráveis e prevenir novos danos.

2 Meio biótico e ambiental

No tema Meio Biótico e Aspectos Ambientais, Cachoeira do Campo apresenta um quadro de expressiva presença de áreas verdes, vegetação nativa e unidades de conservação. No entanto, também revela demandas claras por proteção ambiental, educação ambiental, manejo de áreas verdes e cuidado com animais em situação de rua.

> (...) Nesse contexto, torna-se crucial estabelecer políticas públicas efetivas, destinadas à questão dos animais encontrados em ruas, e desenvolver projetos de educação ambiental envolvendo o Distrito de Cachoeira do Campo, de forma a garantir o cumprimento das legislações vigentes. No tocante aos cuidados veterinários, ressalta-se que atualmente o município de Ouro Preto conta com o CATA – Centro de Acolhimento Transitório e Adoção, que institui o protocolo RED (Recolhimento, Esterilização e Devolução), e tem por finalidade a adoção de medidas efetivas para controle populacional de cães e

gatos em situação de rua, além da realização de procedimentos de esterilização, castração, vacinação, microchipagem (se necessário), entre outros cuidados básicos veterinários. Deste modo, é necessário que ações da CATA também contemplem o Distrito de Cachoeira do Campo.

Foi solicitada também a criação de um parque público no distrito, com finalidade de lazer e entretenimento para a população local. Além disso, foi requerido do Poder Público Municipal, a transformação do Parque Natural Municipal de Cachoeira do Campo em Parque Público Urbano, para a população usufruir melhor do espaço, já que se trata de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Nesse sentido, o Art. 6° da lei de criação do Parque Natural Municipal de Cachoeira do Campo (Lei N° 765/2012) ressalta que a "implementação desse parque compreende a implementação da respectiva Unidade de Conservação Municipal, incluindo o melhoramento paisagístico, a reforma das edificações, a preservação da fauna e da flora locais, bem como as medidas necessárias para a potencialização da capacidade ecoturística do parque". Informa também em seu parágrafo único que a utilização da Unidade de Conservação Municipal deverá ser voltada para fins educacionais, recreativos e turísticos, buscando a harmonia com o meio ambiente natural e cultural, proporcionando melhores condições de lazer à população circunvizinha e aos visitantes. Assim, essa justificativa de implementação que consta na lei supracitada poderá dar respaldo para a transformação dessa área em Parque Urbano. Entretanto, tal demanda deverá ser avaliada pela Prefeitura de Ouro Preto, já que se trata de uma unidade de conservação de gestão municipal (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 89, 90).

Figura 55: Síntese geral do meio ambiente e dos aspectos ambientais do distrito de Cachoeira do Campo.

% Fitofisionomias e demais usos	Grau de conservação da flora regional	Unidade de conservação — área (ha)	Áreas verdes urbanas	Projetos de educação ambiental

Áreas antropizadas (pastagem): 40,57%; áreas antropizadas (cultivo comercial de madeira – eucalipto): 0,37%; áreas antropizadas (cultivo comercial de madeira – pinus): 0,59%; outros usos: 15,96%; floresta estacional semidecidual (estágio inicial da vegetação nativa – montano): 1,54%; floresta estacional semidecidual (demais estágios da vegetação nativa – montano): 41,33%; refúgio vegetacional/associado a afloramento ferruginoso (demais estágios): 0,61%; campo sujo de cerrado: 14,14%; campo limpo de cerrado: 0,84%.	Mais de 46,13% da flora regional apresenta grau de conservação alto ou muito alto, 24,14% médio e 29,73% baixo.	O Parque Natural Municipal de Cachoeira do Campo tem área geográfica de 3,863 ha e encontra-se integrado ao distrito.	Cachoeira do Campo possui área total de 1580,25 ha inserida no perímetro urbano, com 79,59% de espaços verdes na cidade, incluindo cobertura vegetal, áreas de preservação permanente e uma unidade de conservação municipal.	O poder público municipal não possui projetos de educação ambiental direcionados para o distrito de Cachoeira do Campo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 21 (p. 115, 116).

Figura 56: Continuação da síntese geral do meio ambiente e dos aspectos ambientais do distrito de Cachoeira do Campo.

Área do distrito	**Uso, cobertura e/ou ocupação do solo**	**Percentual em relação às APPS hídricas do distrito.**	**ZPAM no distrito (ha)**	**Percentual da ZPAM do distrito em relação à área total do distrito**
5.736,444 ha	Formação florestal: 33,98%; silvicultura: 0,31%; formação campestre: 17,21%; pastagem: 15,51%; mosaico de usos: 25,52%; área urbana: 4,63%; outras áreas não vegetadas: 0,57%; mineração: 2,03%; lago: 0,19%; outras lavouras temporárias: 0,06%.	—	495,88 ha	8,64%
Percentual da ZPAM do distrito em relação à ZPAM do município.	**Reserva legal no distrito (ha)**	**Percentual da RL do distrito em relação à área total do distrito**	**Percentual da RL do distrito em relação ao total da RL do município.**	**Passivos ambientais**

9,29%	669,32 ha	11,67%	4,02%	O distrito não apresenta passivos ambientais registrados no inventário de áreas contaminadas de Minas Gerais.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 21 (p. 89-90).

A primeira tabela mostra que Cachoeira do Campo possui uma base ambiental importante, com grande presença de vegetação nativa, áreas verdes urbanas expressivas e uma unidade de conservação municipal integrada ao distrito. Ao mesmo tempo, a paisagem já sofreu forte transformação, pois as áreas antropizadas e os usos mistos ocupam parcela significativa do território.

O dado de que mais de 46% da flora regional possui grau de conservação alto ou muito alto reforça a relevância ecológica do distrito. Isso significa que a proteção ambiental não é apenas desejável, mas necessária para manter a qualidade ambiental e evitar a perda de áreas ainda preservadas.

A ausência de projetos de educação ambiental voltados especificamente para Cachoeira do Campo é um ponto frágil do diagnóstico. Esse vazio ajuda a explicar por que a população demanda mais controle, fiscalização e preservação das áreas verdes, especialmente em espaços urbanos e próximos a equipamentos públicos.

Figura 57: Diagnóstico consolidado (leitura técnica e comunitária), distrito de Cachoeira do Campo.

Oficina participativa	**Legislação correlata (federal/estadual/ municipal)**	**Parecer técnico**
Criação de um parque público no distrito de Cachoeira do Campo, com finalidade de lazer e entretenimento.	—	A demanda deverá ser avaliada pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto.
Implementação de programa de controle, fiscalização e preservação de áreas verdes ao lado da Escola Municipal Professora Haydée Antunes, localizada no Bairro Vila Alegre.	Lei Federal nº 12.651/2012	Estabelecer políticas públicas ambientais, que contemplem a implementação de programa de controle, fiscalização e preservação de áreas verdes urbanas no município de Ouro Preto.
Revitalização das lagoas e das áreas verdes do Bairro Metalúrgico, trazendo proposta de lazer e entretenimento para a comunidade.	—	A demanda deverá ser avaliada pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Relatos sobre a questão de animais soltos pelas ruas, sendo solicitado abrigo e cuidados veterinários para animais abandonados.	Lei Federal 9.605/1998; Lei Federal 14.064/2020; Lei Estadual 21.970/2016; Lei Estadual 24.313/2023; Lei Municipal Complementar 05/07; Lei Municipal 1.048/2017; Lei Municipal 1.193/2020; Lei Municipal 1.180/2020; Lei Municipal 1.233/2021; Lei Municipal 1.352/2023.	Criar políticas efetivas para animais em situação de rua e implementar projetos de educação ambiental sobre animais domésticos. O distrito possui o CATA – Centro de Acolhimento Transitório e Adoção, que utiliza o protocolo RED, incluindo recolhimento, esterilização, devolução, castração, vacinação, microchipagem e cuidados veterinários. É preciso que as ações do CATA incluam o distrito de Cachoeira do Campo.
Transformar o Parque Municipal de Cachoeira do Campo em Parque Urbano.	Lei Municipal n.º 765/2012	O art. 6º da lei do parque destaca que sua implementação inclui melhorias paisagísticas, reformas, preservação da fauna e flora e ações para aumentar a capacidade ecoturística. A unidade deve ser usada para educação, recreação e turismo, respeitando o meio ambiente. A demanda deve ser avaliada pela Prefeitura, já que se baseia na lei e é uma unidade de conservação de gestão municipal.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 22 (p. 116).

A segunda tabela apresenta propostas que conectam preservação ambiental ao uso social do território. O pedido por parque público, revitalização de lagoas, controle de áreas verdes e urbanização do parque natural demonstra que a comunidade quer mais espaços de lazer e convivência.

A questão dos animais soltos pelas ruas aparece como uma demanda relevante e recorrente. O parecer técnico responde a essa preocupação, apontando a necessidade de políticas públicas específicas e articulando a atuação do CATA com o distrito, o que mostra que o problema exige ação contínua e não apenas medidas pontuais.

Já a proposta de transformar o Parque Natural Municipal em parque urbano é apresentada com respaldo na própria lei de criação da unidade, que prevê uso educacional, recreativo e turístico. Ainda assim, o diagnóstico é cuidadoso ao lembrar que essa decisão depende de avaliação da Prefeitura, porque se trata de uma unidade de conservação de gestão municipal.

A questão dos animais soltos também aparece com bastante força e é tratada com base em legislação específica e no protocolo RED, ligado ao CATA, indicando uma necessidade clara de ação continuada do poder público. Já a proposta de transformar o parque natural em

parque urbano é apresentada como possibilidade condicionada à avaliação do município, porque envolve uma unidade de conservação de gestão municipal.

Em Cachoeira do Campo, o meio biótico e os aspectos ambientais revelam um distrito com forte potencial natural, mas ainda carente de políticas públicas mais estruturadas para educação ambiental, proteção de áreas verdes e cuidado com os animais em situação de rua. O diagnóstico aponta que a principal tarefa é converter esse potencial em ação pública concreta, com preservação, uso social qualificado e gestão ambiental mais ativa.

3 Saneamento

No tema saneamento, Cachoeira do Campo apresenta um quadro de avanços parciais e problemas persistentes, principalmente em esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem pluvial. A leitura técnica mostra que existem sistemas e projetos em andamento, mas a leitura comunitária revela demandas objetivas por melhorias imediatas no distrito.

Figura 58: Síntese da leitura técnica de Cachoeira do Campo.

Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Resíduos sólidos	Drenagem pluvial

Os residentes recebem água do Sistema de Abastecimento de Água Funil. O SAA Funil tem captação no Ribeirão Funil, com vazão de 42,20 L/s, três elevatórias de água tratada, uma ETA convencional com a mesma saída de 75 L/s e rede de distribuição. Em 2023, a Saneouro perfurou o poço Vila Alegre, com vazão de 200 m³/h, capaz de abastecer 9.600 pessoas. Na análise do uso do solo nas bacias acima dos pontos de captação da Saneouro, verificou-se que a do Ribeirão Funil pode ser impactada por ações humanas, como urbanização, mineração e agropecuária. O Condomínio Recanto Vale possui uma SAC para fornecimento de água. A Vigilância Sanitária e Ambiental da Saúde Municipal monitora a qualidade da água do Açude. Além do SAA Funil, há mais dois Sistemas de Abastecimento de Água no distrito. Os sistemas SAA Serra do Siqueira e SAA Tabuões fazem parte do abastecimento de água no distrito. O SAA Serra do Siqueira abastece o povoado de mesmo nome, captando água do Córrego da Serra, sem reservatório identificado. O SAA Povoado de Tabuões fornece água para Tabuões e Dr. Rocha Machado, por meio de captações superficiais, reservatórios e rede de distribuição.	Os moradores são atendidos com a coleta e o afastamento dos esgotos domésticos, mas não há tratamento do efluente gerado. Há trechos da rede de esgoto de tipo separador absoluto e há outros de tipo unitário. O esgoto doméstico é coletado e lançado posteriormente nos corpos hídricos do distrito.	A coleta convencional de resíduos sólidos ocorre de segunda a sábado em Cachoeira do Campo. Em 2023 foi criada a Associação de Catadores do Alto Rio das Velhas (ACARV), com sede em Cachoeira do Campo, inicialmente atendendo somente o Centro de Cachoeira do Campo, os Condomínios Jardins de Cachoeira e Recanto do Vale, e as localidades de Macaúra e Ratinho. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente identificou alguns bota-foras onde são descartados resíduos no distrito. Durante a elaboração do diagnóstico, foi constatado que alguns desses bota-foras estão localizados próximos a voçorocas existentes no distrito.	Assim como nos demais distritos, o sistema de drenagem pluvial é constituído por bocas de lobo, galerias, bueiros etc. O sistema de drenagem pluvial opera como separador absoluto em algumas redes distintas, com redes próprias para água pluvial e esgoto sanitário. Há processos erosivos intensos na região que corroboram para o assoreamento dos rios do distrito. Além disso, durante eventos chuvosos extremos, o rio Maracujá transborda e alaga a região central do distrito.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 47 (p.171).

Figura 59: Síntese da leitura comunitária com parecer técnico do distrito de Cachoeira do Campo.

Leitura comunitária participativa	Parecer técnico	Instrumentos/legislação

Esgotamento sanitário: os moradores levantaram como demanda a necessidade de execução do tratamento de esgoto adequado. Resíduos sólidos: durante a oficina participativa realizada no distrito, a coleta seletiva foi apontada como problema, pois não atende todo o distrito. Drenagem pluvial: os moradores descreveram o Rio Maracujá como um manancial do distrito, do entorno e do processo de assoreamento, apontando a necessidade de limpeza e desassoreamento do rio, além de evitar o lançamento de esgoto sem tratamento.	Esgotamento sanitário: o problema ocorre praticamente em todo o município, com exceção do distrito de São Bartolomeu; a Saneouro já conta com projetos executivos de esgotamento sanitário da sede e dos distritos, sendo necessária sua implementação. Resíduos sólidos: a Associação de Catadores do Alto Rio das Velhas foi criada em 2023 e a ampliação do serviço para todo o distrito será discutida no eixo de diretrizes e propostas do Plano Diretor. Drenagem e manejo de águas pluviais: o lançamento de esgoto na natureza é um problema recorrente; a necessidade de desassoreamento dos rios foi apontada em praticamente todas as oficinas, indicando a criação de um programa municipal específico.	Legislação correlata: Lei Federal n.º 14.026/2020; n.º 11.445/2007; n.º 12.305/2010; Estadual n.º 11.720/1994; n.º 18.031/2009; Municipal n.º 620/2010; n.º 684/2011; n.º 934/2014. Planos: Plano Diretor, Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Conselhos: CODEMA e COMUSA.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 48 (p. 172).

Na leitura técnica, o abastecimento de água aparece como o eixo mais estruturado do saneamento em Cachoeira do Campo, com destaque para o Sistema Funil, poços, captações superficiais e diferentes formas de atendimento ao território. Mesmo assim, o diagnóstico alerta para a vulnerabilidade das captações, que podem ser afetadas por urbanização, mineração e agropecuária na bacia de contribuição.

O esgotamento sanitário é o ponto mais crítico, porque existe coleta em parte do distrito, mas não há tratamento adequado do efluente antes do lançamento nos corpos hídricos. Isso mostra que o problema não é apenas de rede, mas de etapa final do sistema, o que torna a intervenção mais urgente.

Nos resíduos sólidos, a coleta regular acontece, mas o diagnóstico evidencia fragilidades na cobertura da coleta seletiva e na existência de bota-foras irregulares, inclusive próximos a voçorocas. Essa combinação amplia riscos ambientais e mostra que o gerenciamento de resíduos precisa ser integrado ao controle territorial e à fiscalização.

Quanto à drenagem pluvial, o quadro confirma que o distrito sofre com erosões intensas, assoreamento e alagamentos na área central em eventos de chuva forte. Assim, o problema de drenagem não é isolado: ele se relaciona com erosão, ocupação do solo, descarte irregular de resíduos e escoamento inadequado das águas.

A leitura comunitária reforça essa visão ao pedir tratamento de esgoto adequado, ampliação da coleta seletiva, limpeza e desassoreamento do Rio Maracujá. O parecer técnico, por sua vez, enquadra essas demandas como parte de uma agenda maior de saneamento básico, com base em marcos legais e em instrumentos de planejamento municipal e intermunicipal.

Em Cachoeira do Campo, o saneamento revela um distrito com abastecimento relativamente estruturado, mas com deficiências importantes em esgotamento, resíduos sólidos e drenagem pluvial. O diagnóstico aponta que a prioridade é ampliar a efetividade das soluções já existentes e enfrentar os pontos críticos com obras, gestão e fiscalização contínuas.

4 Mineração

A mineração é um tema central em Cachoeira do Campo porque envolve, ao mesmo tempo, atividade econômica, circulação de caminhões, conflitos urbanos e pressões sobre a mobilidade e o território. O diagnóstico mostra que a comunidade reconhece oportunidades, mas aponta com clareza os impactos sociais e ambientais associados à atividade.

> Na oficina participativa realizada em Cachoeira do Campo, as discussões sobre o eixo temático de mineração envolveram apenas problemas e demandas. Os problemas elencados foram: geração de empregos precários, problemas ambientais e sociais deixados ao fim da mineração e aumento do trânsito de carretas na BR-356. Nesse sentido, os participantes descreveram como demanda a necessidade de duplicação da rodovia federal (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 200).

Figura 60: Síntese da leitura comunitária e parecer técnico de Cachoeira do Campo.

Leitura comunitária participativa	Parecer técnico	Instrumentos/legislação

Problemas: geração de empregos precários; problemas ambientais e sociais deixados ao fim da mineração; aumento do trânsito de carretas na BR-356. Demanda: necessidade de duplicação da rodovia federal.	Há um projeto em elaboração para concessão e exploração da BR-356, visando duplicação e um contorno em Cachoeira do Campo, buscando diminuir o tráfego na área urbana do distrito. O Plano Diretor de Mobilidade está sendo revisto e pode sugerir soluções para o congestionamento da rodovia no distrito. Após a extração mineral, o poder público deve avaliar o Plano de Fechamento da Mina. O poder executivo pode supervisionar a execução do plano para evitar problemas ambientais e sociais.	Legislação federal e setorial sobre mineração e barragens, incluindo o Decreto-Lei n.º 227/1967, a Lei n.º 13.575/2017, a Lei n.º 14.066/2020, o Decreto n.º 9.406/2018, a Lei n.º 6.567/1978, a Lei n.º 12.334/2010, a Lei n.º 14.066/2020 e normas do Sistema Nacional de Segurança de Barragens e do licenciamento ambiental estadual.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 74 (p. 214).

No tema Mineração, Cachoeira do Campo apresenta problemas diretamente ligados à atividade minerária e ao tráfego pesado na BR-356. O quadro mostra que a comunidade associa a mineração a empregos precários, passivos ambientais e sociais, além do aumento de carretas no distrito.

Figura 61: Síntese técnica geral da mineração em Cachoeira do Campo.

Eixo	Conteúdo
Problemas	Geração de empregos precários; problemas ambientais e sociais deixados ao fim da mineração; aumento do trânsito de carretas na BR-356.
Demanda	A necessidade de duplicação da rodovia federal foi identificada no parecer técnico.
Parecer técnico	Há um projeto em estruturação para concessão e exploração da BR-356, com projeto de duplicação e contorno do distrito de Cachoeira do Campo, o que pode reduzir o tráfego de veículos na área urbana. O Plano Diretor de Mobilidade de Ouro Preto está em revisão e pode propor soluções para o estrangulamento da rodovia no distrito. Após o encerramento da extração mineral, o empreendimento deve elaborar o Plano de Fechamento de Mina, cuja execução pode ser fiscalizada pelo poder público para evitar problemas ambientais e sociais.
Instrumentos/legislação	Legislação federal: Decreto-Lei n.º 227/1967; Lei n.º 13.575/2017; Lei n.º 14.066/2020; Decreto n.º 9.406/2018; Lei n.º 12.334/2010; Resolução CONAMA n.º 237; Lei estadual n.º 21.972/2016; Lei estadual n.º 23.291/2019; Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.765/2019; Portaria FEAM n.º 699/2023.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 69 (p. 213).

A tabela evidencia que a mineração é percebida em Cachoeira do Campo não apenas como atividade econômica, mas também como fonte de impacto urbano e territorial. A

principal preocupação comunitária é o aumento do trânsito de carretas, que afeta a circulação e reforça a necessidade de intervenção viária.

O parecer técnico procura responder a essa pressão com uma visão de planejamento. Ele indica que a duplicação da BR-356 e o contorno do distrito podem reduzir o tráfego pesado na área urbana, enquanto o Plano Diretor de Mobilidade pode propor soluções mais amplas para o estrangulamento da rodovia.

Outro ponto importante é o fechamento de mina. O diagnóstico destaca que, após o fim da atividade, o empreendimento precisa elaborar um plano específico, e o poder público deve fiscalizar sua execução para evitar danos ambientais e sociais. Isso mostra que o problema não termina quando a extração acaba; ele continua na forma de passivos e necessidade de acompanhamento.

A lista de legislação confirma que o tema é fortemente regulado e exige atuação integrada entre normas federais e estaduais. Isso reforça que as soluções para Cachoeira do Campo dependem tanto de infraestrutura quanto de fiscalização e planejamento público.

Em Cachoeira do Campo, a mineração aparece associada a impactos sociais, ambientais e viários, com destaque para o trânsito de carretas na BR-356. O diagnóstico aponta que a resposta precisa combinar obras viárias, revisão da mobilidade e fiscalização do fechamento de minas, para reduzir conflitos e proteger o distrito.

5 Aspectos sociais e demográficos

O diagnóstico dos aspectos sociais e demográficos de Cachoeira do Campo evidencia um cenário de expressivo crescimento populacional no contexto do município de Ouro Preto. O distrito obteve o maior destaque no aumento demográfico da região, passando a acolher cerca de 16% da população municipal no ano de 2022 (mais de 12 mil habitantes), em comparação aos 12% registrados em 2010. Esse salto populacional, pautado por uma expansão urbana espraiada, reflete-se diretamente na crescente pressão sobre os serviços públicos essenciais, exigindo uma reavaliação das políticas de atendimento à comunidade local nas áreas de assistência social, educação e saúde.

Figura 62: Diagnóstico de Aspectos Sociais e Demográficos – Cachoeira do Campo

Temática	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa (Problemas e Demandas)	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos / Legislação
Assistência Social	• Existe demanda da comunidade por segurança alimentar, indicando que ações nesse sentido são feitas por entidades filantrópicas.	**Problemas:** • Atendimento alimentar a deficientes. A população e as entidades filantrópicas estão assumindo a responsabilidade pela assistência social. **Demandas:** • Assistência social aos vulneráveis; • Maior abrangência do atendimento social pelo poder público.	• É importante que a Secretaria avalie as questões levantadas, pois elas requerem urgência no atendimento à alimentação da população vulnerável.	-
Educação	• A comunidade aponta escolas insuficientes e também indica que elas devem ser mais bem distribuídas no espaço, o que merece atenção considerando a expansão urbana dispersa e radial presente em Cachoeira do Campo.	**Problemas:** • Quantidade insuficiente de escolas. **Demandas:** • Mais escolas e em locais diversos (descentralização); • Manutenção das escolas e creches (prédios) deficientes. Ampliação da oferta de vagas de creches e ensino fundamental I e II. Expansão do IF e da UFOP para o distrito.	• As demandas por manutenção e equipamento devem ser cuidadas. • A demanda por creches tem sua procedência considerando a carência desse equipamento em um distrito que hoje é maior que muitas cidades em MG – mais de 12 mil habitantes.	• Plano específico da educação.

Saúde	• O distrito conta com complexo sanitário com atendimentos diversos e unidade de urgência médica. Tem duas equipes de Saúde da Família, sendo que há carências apontadas, também, pela comunidade, como em Bom Viver e Alto Beleza, que demandam PSF.	**Problemas:** • Unidades de saúde: localizadas afastadas do centro e sem transporte direto. PSF não oferece pediatria (5 unidades). UBS não possui aparelho de raio-X. Atendimento sobrecarregado na UPA. Escassez de colaboradores nas equipes. Escassez de colaboradores nas equipes. Laboratórios escassos para a demanda. Laboratórios escassos para a demanda. A obra continua e há falta de especialistas. **Requisitos:** Pediatria (5 unidades). UBS não possui raio-X. Retorno dos PSFs aos bairros. Farmácias com horário estendido. A UPA 24 horas está equipada para atender a população. Especialidades médicas: pediatria, radiologia, fisioterapia, etc. Expansão das equipes de atenção básica. Retorno de médicos de família.	• As demandas por laboratórios e equipes devem ser avaliadas pela Secretaria para melhoria no atendimento.	• Plano setorial específico.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro da p. 262.

A análise do quadro demonstra que o vigoroso crescimento demográfico de Cachoeira do Campo não foi acompanhado pela expansão proporcional da infraestrutura de serviços sociais básicos. Na área de assistência social, identifica-se uma evidente lacuna governamental na garantia da segurança alimentar, cenário em que as demandas da população mais vulnerável vêm sendo supridas por ações de entidades filantrópicas. Esse fator expõe um nível de desassistência que exige intervenção direta e urgente da administração municipal.

No setor da educação, a morfologia da expansão urbana de Cachoeira do Campo — caracterizada por um crescimento disperso e radial — gerou um forte descompasso na distribuição territorial das escolas e creches. A comunidade sinaliza a necessidade premente de descentralização das unidades de ensino e de melhorias estruturais nos prédios existentes. A constatação técnica de que o distrito abriga uma população superior à de muitos municípios mineiros reforça a legitimidade da demanda local não apenas por mais vagas no ensino básico, mas também pela inserção de instituições de ensino federal (IF e UFOP).

A saúde apresenta desafios logísticos e operacionais igualmente complexos. Apesar de possuir um complexo sanitário e uma unidade de urgência (UPA), o sistema sofre com a sobrecarga de atendimentos e com a carência de recursos humanos e materiais essenciais, a exemplo da falta de médicos especialistas, equipamentos de Raio-X e laboratórios. O afastamento geográfico de algumas unidades em relação ao centro e aos bairros mais periféricos (como Bom Viver e Alto Beleza), somado à falta de transporte direto, dificulta o acesso da população. O retorno dos postos de saúde aos bairros e o aumento das equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) emergem como prioridades para capilarizar o atendimento preventivo e primário.

Em suma, o panorama sociodemográfico de Cachoeira do Campo é marcado pelo descompasso entre a vertiginosa evolução populacional e a capacidade de suporte dos equipamentos públicos atuais. Superar esses gargalos exigirá do poder público a formulação e aplicação de planos setoriais específicos para as áreas de saúde e educação, além de um amparo robusto na assistência social. A descentralização dos serviços e a modernização da infraestrutura existente são passos fundamentais para garantir aos cidadãos do distrito uma qualidade de vida condizente com a sua nova realidade urbana.

6 Aspectos econômicos

Nos aspectos econômicos, Cachoeira do Campo aparece como um distrito em expansão, mas com fragilidades na estrutura de serviços e no fortalecimento do comércio local. O diagnóstico geral mostra que o município enfrenta desafios mais amplos ligados à diversificação econômica, à ruralidade, à inovação e às finanças públicas, enquanto o recorte específico do distrito evidencia carências concretas de atendimento e centralidade econômica.

Figura 63: Síntese de aspectos econômicos (leitura comunitária + técnica) para Cachoeira do Campo.

Problemas	Demandas	Conclusões e perspectivas	Legislação

A falta de uma agência bancária da Caixa e do Banco do Brasil, o fechamento das lojas na Praça do Artesão e a descentralização do comércio são problemas enfrentados em Cachoeira do Campo.	Criação de uma subprefeitura.	Cachoeira do Campo é um distrito em franca expansão. Pelo porte, faz-se necessário pensar em ações que irão impactar a vida de todos os moradores e também dos distritos do entorno, uma vez que ele acaba por ser o que reúne moradores de áreas vizinhas em busca de serviços de prefeitura, comércio ou até mesmo bancários. A não existência de alguns desses serviços prejudica uma representativa população local.	O Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico é essencial para atender às necessidades da população local.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 95 (p.279).

A tabela geral ajuda a entender que Cachoeira do Campo não está isolada do contexto municipal. O diagnóstico de Ouro Preto mostra problemas estruturais ligados à desigualdade social, à precarização do trabalho, à necessidade de diversificação econômica e à dependência das receitas associadas à mineração. Isso importa porque o desempenho econômico do distrito depende também da forma como o município distribui investimentos e serviços.

No caso específico de Cachoeira do Campo, a principal fragilidade está na falta de serviços que sustentem sua função de centralidade regional. A ausência de agências bancárias é um exemplo claro de perda de autonomia e de dificuldade para atender à população local e à dos distritos vizinhos.

A Praça do Artesão, com lojas fechadas, também indica que o comércio e os espaços de economia local não estão sendo plenamente aproveitados. Isso enfraquece a vitalidade econômica do distrito e reduz as oportunidades de circulação de renda dentro do próprio território.

A demanda por criação de uma subprefeitura mostra que a população percebe o distrito como grande o suficiente para precisar de uma estrutura administrativa mais próxima. O parecer técnico confirma essa leitura ao dizer que Cachoeira do Campo está em franca expansão e já funciona como polo de atendimento para moradores do entorno.

Em termos de perspectiva, o ponto central é que o desenvolvimento econômico do distrito não depende apenas de ampliar comércio, mas de consolidar serviços públicos e privados que reforcem sua centralidade. O Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico aparece, assim, como instrumento importante para orientar essa organização territorial.

Cachoeira do Campo aparece como um distrito em crescimento, mas ainda com fragilidades econômicas importantes, sobretudo na oferta de serviços e na estruturação do comércio local. O diagnóstico aponta que sua expansão precisa ser acompanhada por ações

de descentralização administrativa, fortalecimento do comércio e melhor atendimento à população do distrito e do entorno.

7 Mobilidade urbana

No âmbito do município de Ouro Preto, a mobilidade urbana é condicionada por condicionantes geográficas e socioeconômicas complexas. O território é marcado por severas barreiras topográficas e físicas — incluindo rodovias, extensas áreas de mineração e zonas de proteção ambiental — que influenciam diretamente a conectividade da malha viária. Adicionalmente, o fluxo de deslocamentos na região é impactado pela demanda turística, pela circulação de estudantes atraídos pelo polo universitário e pelo tráfego intenso de veículos pesados vinculados à atividade minerária.

Em linhas gerais, o diagnóstico aponta inadequações na infraestrutura para pedestres e ciclistas, carência de vagas de estacionamento em áreas comerciais, deficiências na gestão e sinalização de trânsito, além de baixas frequências de viagens no sistema de transporte coletivo municipal e distrital. Diante desse panorama macro, evidencia-se a necessidade de que o Plano de Mobilidade Urbana — originalmente desenvolvido apenas para a sede — seja atualizado e ampliado para abranger de forma adequada as dinâmicas e demandas específicas dos distritos e de suas localidades.

Figura 64: Síntese de Mobilidade (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) Cachoeira do Campo.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação

• Distrito de grande importância, com atravessamento pela BR-356, significativa atividade comercial, de serviços e turística e em forte momento de expansão urbana. • Problema grave na BR-356 devido ao grande fluxo de veículos, caminhões, uso comercial, estacionamento e pedestres. Ruas estreitas para tráfego interno, ligando Santo Antônio do Leite, Glaura e São Bartolomeu. Há problemas na circulação de pedestres, falta de acessibilidade e a rede urbana precisa de melhorias, como calçadas e drenagem. Foi realizada uma análise da funcionalidade das vias de Cachoeira do Campo, focando nas rodovias federais, estaduais e acessos municipais que apoiam o transporte coletivo, a coleta de resíduos e as vias urbanas arteriais. Vias secundárias são rodovias municipais que possibilitam acesso às localidades e zonas do município, além das pistas coletoras. A Figura 14 apresenta o mapa da Rede Viária do Município. O mapa da Rede Viária do Município encontra-se na Figura 14.	**Problemas:** O distrito, em sua totalidade, precisa de intervenções: passeios, ruas, melhora nos horários de ônibus: - Ruas estreitas e sem calçadas, propiciando acidentes. - Falta de mobilidade para a sede aos fins de semana. - Transporte precário para a UFOP. - Transporte urbano deficitário. - Trânsito intenso na BR-356. - O trânsito interno é intenso e há falta de sinalização para os distritos próximos. - Estradas precárias. - A ponte existente na Rua João Bastos Filho caiu. **Demandas:** - Melhorar as vias, planejando melhor o trânsito, demolindo e desapropriando de forma que sejam minimamente aceitáveis; - Rever calçadas em geral; revitalização de vias e passeios; criar local para caminhada e socialização. - Melhorar o transporte urbano e entre localidades e distritos. - Oferta de transporte público em horários alternativos. - Melhorar acessibilidade para cadeirantes em pontos de ônibus. - BR-356: Solução para a rodovia (semáforo ou trincheira). - Rever/estudar o direcionamento das mãos e contramãos das ruas do centro. - Controle de velocidade nos bairros. - Melhoria na rodovia (020) que liga Cachoeira à Serra do Siqueira. - Encurtar distâncias e implantar ponte de ligação da rodovia até a rua João Bastos Filho.	• O grande desafio de mobilidade para Cachoeira do Campo refere-se ao atravessamento pela BR-356, objeto de proposta de concessão pelo Estado de MG (com DNIT). A proposta de construção de uma transposição de contorno não está sendo bem vista pela comunidade, por retirar turistas e impactar o comércio local. • Na oficina de leitura comunitária, foi reconhecida como potencialidade a sinalização viária recente.	• Gestão junto ao DNIT para melhorias da BR-356. • Plano de Circulação do Distrito; • Gestão e regulação do transporte coletivo; • Hierarquia Viária (parte do Plano Diretor e de Mobilidade); • Atualização e adequação do Plano de Mobilidade.

Fonte: Elaborado com base em dados do Caderno de Diagnóstico da Fundação Gorceix, 2024. Quadro 98 (p. 294).

Cachoeira do Campo enfrenta um crescimento urbano significativo, aumentando sua importância como centro comercial e turístico, o que gera pressão sobre a infraestrutura existente. O conflito do distrito ocorre no cruzamento da BR-356. O tráfego de caminhões de

longa distância se sobrepõe às atividades cotidianas de pedestres, lojas e carros estacionados. Propostas de transposição na rodovia enfrentam resistência da comunidade, preocupada com a diminuição do turismo e os impactos na economia local. As demandas locais procuram soluções rápidas, como semáforos ou trincheiras.

A malha viária urbana do distrito tem severas limitações geométricas. As ruas centrais são estreitas e devem acomodar a circulação interna e os tráfegos para os bairros próximos de Santo Antônio do Leite, Glaura e São Bartolomeu. O diagnóstico revela deficiências na infraestrutura viária, com estradas precárias, calçadas inadequadas que prejudicam a segurança de pedestres, e ausência de acessibilidade e drenagem adequada. A queda da ponte na Rua João Bastos Filho agrava os problemas de conectividade interna. A comunidade destacou como ponto positivo as novas sinalizações viárias no distrito.

O transporte público apresenta uma oferta insuficiente de serviços, prejudicando o deslocamento dos moradores. Deficiências no atendimento urbano e interdistrital foram identificadas, como a ausência de linhas para a sede municipal nos finais de semana e a precariedade no atendimento a estudantes da UFOP. As demandas da comunidade focam na adequação de horários, na oferta de turnos alternativos e em melhorias na acessibilidade para cadeirantes nos pontos de ônibus.

O diagnóstico de mobilidade de Cachoeira do Campo indica deficiências estruturais e a necessidade de integrar o tráfego rodoviário às dinâmicas urbanas locais. Superar esses desafios exige a colaboração entre governos para melhorar a BR-356, criar um Plano de Circulação para o distrito e ampliar o transporte coletivo, assegurando integração e segurança nos deslocamentos.

8 Patrimônio cultural

Conforme apontado no diagnóstico geral do município, a preservação e a valorização do acervo edificado e das referências identitárias mantêm-se como prioridades fundamentais nas comunidades locais, superando frequentemente o interesse imediato por outros serviços públicos básicos.

No caso de Cachoeira do Campo, o patrimônio se destaca tanto pela relevância de seus componentes remanescentes do período de fundação quanto pelos desafios gerados pela forte pressão urbana e pelo tráfego que impactam diretamente o distrito.

Figura 65: Síntese do Patrimônio Cultural (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Cachoeira do Campo.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos / Legislação
• Reformas dos imóveis; • Imóveis abandonados, fruto de espólio ou propositalmente para serem demolidos ao longo da rua Sete de Setembro; • Trepidações geradas por tráfego intenso e pesado; • Desconhecimento da importância histórica dos sítios históricos; • Eliminação dos quintais com suas tradicionais jabuticabeiras; • Expansão urbana desordenada; • Pedreira do Cumbe ameaçada de perda total; • Parcelamentos informais na área rural ao longo das vias e vilarejos.	**Problemas** Foi colocado como potencialidade o patrimônio histórico e cultural da região, além da existência de duas bandas tradicionais. Já como problemas, destacaram a desvalorização da história do distrito e a necessidade de maior apoio às entidades culturais. Dessa forma, como demandas, solicitaram o resgate e divulgação da história local, preservação das jabuticabeiras, manutenção e cuidados com o patrimônio histórico e a criação de um museu do distrito como contrapartida da construção do hotel (Vila Gallé), além da criação de atrativos culturais. **Demandas** • Fiscalização; implementação de uma subprefeitura que atenda também os distritos mais próximos; • Educação patrimonial de forma geral; • Valorização e conscientização da importância do patrimônio. **Potencialidades** • Mantém ainda o traçado e exemplares arquitetônicos da época da fundação; • Pedreira do Cumbe; • Revitalização do Colégio Dom Bosco para uso de hotelaria.	• LUOS • Plano Diretor • Tombamento Federal da Igreja Matriz de Nossa Sra. de Nazaré; • Tombamento Municipal da Capela de Nossa Senhora das Dores; • Afloramento de gnaisses - Patrimônio Geológico do Quadrilátero Ferrífero.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 113 (p. 322).

A leitura indica que Cachoeira do Campo enfrenta sérias ameaças à integridade de seu acervo histórico. Entre as principais vulnerabilidades estão as reformas inadequadas em imóveis, o abandono de edificações voltadas à demolição na Rua Sete de Setembro e o impacto das trepidações provocadas pelo tráfego pesado na BR-356. Somam-se a isso o crescimento urbano desordenado, os parcelamentos informais na área rural e o risco de perda definitiva de marcos como a Pedreira do Cumbe e os tradicionais quintais com jabuticabeiras.

A Leitura Técnica Integrada indica que Cachoeira do Campo enfrenta sérias ameaças à integridade de seu acervo histórico. Entre as principais vulnerabilidades estão as reformas inadequadas em imóveis, o abandono de edificações voltadas à demolição na Rua Sete de Setembro e o impacto das trepidações provocadas pelo tráfego pesado na BR-356. Somam-se a isso o crescimento urbano desordenado, os parcelamentos informais na área rural e o risco

de perda definitiva de marcos, como a Pedreira do Cumbe e os tradicionais quintais com jabuticabeiras.

A infraestrutura legal de proteção do distrito apoia-se em instâncias consolidadas, como o tombamento federal da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré e o municipal da Capela de Nossa Senhora das Dores, além do reconhecimento do patrimônio geológico nos afloramentos de gnaisses. O confronto entre os dados demonstra que, embora o distrito possua forte amparo legislativo (LUOS e Plano Diretor) e um traçado urbano original preservado, as ferramentas de controle necessitam de modernização operacional. Isso é necessário para conter os vetores de degradação decorrentes da expansão demográfica e do fluxo rodoviário comercial.

O diagnóstico de Cachoeira do Campo evidencia um patrimônio cultural de alta relevância, marcado pela coexistência de bens de valor nacional e tradições locais expressivas. Contudo, a integridade desse acervo depende diretamente da contenção da expansão urbana desordenada e do manejo do tráfego pesado. As propostas do novo Plano Diretor devem focar no fortalecimento da fiscalização e em parcerias com o setor privado para garantir contrapartidas culturais que atendam às demandas de preservação e memória apresentadas pela comunidade.

9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana

A dinâmica de uso, ocupação do solo e expansão urbana reflete os principais vetores de crescimento e as pressões imobiliárias incidentes sobre o território de Ouro Preto. Conforme o panorama geral do município, problemas como a ocupação irregular, os parcelamentos informais e a sobrecarga na infraestrutura urbana são recorrentes e demandam a reorganização espacial e a revisão de parâmetros urbanísticos. Nesse cenário, o distrito de Cachoeira do Campo se posiciona como uma centralidade regional estratégica, caracterizando-se como a unidade distrital mais populosa e estruturada do município, fortemente influenciada pelo eixo viário da BR-356.

Figura 66: Diretrizes Urbanísticas Intersetoriais do Diagnóstico Técnico – Cachoeira do Campo.

Localidades	Zoneamento (2011)	Ordenamento Territorial	Características e Usos do Solo	Tipologia Construtiva e Infraestrutura Urbana	Suscetibilidade e Risco	Centralidades e Equipamentos

Aldebaran	ZA-1, ZPAM	• Rediscutir o adensamento nas faixas lindeiras da BR-356, considerando os impactos cumulativos da circulação dentro do perímetro urbano.	• O distrito é uma centralidade regional de destino dos outros distritos; • É o distrito mais populoso e mais bem estruturado do município; • Vetor de indução: o eixo viário da BR-356, que secciona transversalmente a área urbana, trazendo ocupações diversas; • Possui grande oferta de equipamentos, serviços e transporte; • Destino das comunidades circunvizinhas (migração pendular); • Tendência à verticalização; • Política de HIS fora das ZEIS; • Projetos estruturantes (polo industrial e Vila Galé). Usos do solo: • Residencial unifamiliar e multifamiliar; • Comércio e serviço de pequeno e grande porte; • Industrial; • Equipamentos institucionais e interesse público.	Padrão construtivo médio (unifamiliar de 1 a 2 pavimentos). Infraestrutura: presente.	Suscetibilidade • Inundação: 6,8% • Movimento de massa: 0,04%	-
Alto da Beleza	ZAR-1, ZAR-2, ZAR-3	• Estabelecer parâmetros urbanísticos e instrumentos de regulação para os núcleos urbanos descontínuos e as áreas rurais.		Padrão construtivo médio a baixo (unifamiliar de 1 a 2 pavimentos). Infraestrutura: pouco presente.	Suscetibilidade • Enxurrada: 6,37% • Movimento de massa: 12,08%	• Assembleia de Deus • Capela de São Geraldo
Bela Vista	ZA-1, ZAR-2	(Mesmo ordenamento de Alto do Beleza)		Padrão construtivo médio a baixo (unifamiliar de 1 a 2 pavimentos). Infraestrutura: Pouco Presente.	Suscetibilidade • Inundação: 9,93%	• UBS Dom Bosco • Igreja do Evangelho Aliança com Deus
Centro	ZAR-2, ZAR-3, ZPE	• Fomentar a diversificação de usos e o desenvolvimento das centralidades locais.		Padrão construtivo médio a alto. Tipologia residencial multifamiliar de uso misto. Infraestrutura: presente.	Suscetibilidade • Inundação: 42,85% • Enxurrada: 0,04%	• Capela de N. Sra. do Bom Despacho • Capelas de Santo Antônio e Santa Rita de Cássia • Igreja Matriz de N. Sra. de Nazaré • Igreja N. Sra. das Mercês • Campo de Futebol do Progresso • Clube do Cavalo • Escola Estadual Padre Afonso de Lemos • Praças da Matriz e de Santo Antônio • Terminal Rodoviário • Praça do Artesão
Dom Bosco	ZPAM, ZAR-2, ZDE	• Rever os sobrezoneamentos propostos de ZEIS-1 e ZEIS-2 nos loteamentos Metalúrgicos e Dom Bosco, não correspondendo ao perfil de ocupação vigente.		Unifamiliar (1 a 2 pavimentos) - padrão construtivo alto a médio. Infraestrutura: pouco presente.	Risco • Grau de Risco: R3 (Nº de pessoas: 32). Vulnerabilidade: média e Alta. • Processo: Deslizamento translacional. Suscetibilidade • Enxurrada: 78,39% • Inundação: 0,48% • Movimento de Massa: 17,89%	-

Doutor Rocha / Lagoa	-			Padrão construtivo médio - Unifamiliar (1 a 2 Pavimentos). Infraestrutura: Presente.	Suscetibilidade • Movimento de Massa: 6,45%	• Capela de Nossa Senhora da Conceição
Metalúrgicos	ZAR-1, ZAR-2, ZPAM			(Mesma tipologia de Doutor Rocha)	Suscetibilidade • Movimento de Massa: 0,66%	• Igreja Cristã Evangélica
Nascente do Sol	ZA-1, ZAR-2			-	-	-
Parque da Lagoa / Recanto dos Pássaros	ZAR-2 (Parque), ZA-1 (Recanto).			Alto padrão construtivo unifamiliar. Infraestrutura: presente.	Suscetibilidade • Inundação: 4,90%	-
Residencial Alta Vila	ZAR-2	• Rever a Zona de Desenvolvimento Educacional – ZDE –, destinada à implantação de campus de instituição de ensino técnico e superior, sediaria o complexo de instalações do Colégio Dom Bosco, será submetido a um projeto de intervenção e restauro, para implantação do empreendimento turístico Vila Galé Collection Ouro Preto. • A necessidade de prever parâmetros de ocupação para aplicação da política de habitação e de diretrizes intersetoriais em âmbito social e ambiental.		Padrão construtivo médio. Infraestrutura: presente.	Risco • Grau de Risco: R3 (nº de pessoas: 20). Vulnerabilidade: alta. • Processo: Deslizamento translacional. Suscetibilidade • Movimento de massa: 0,51%	-
Residencial Campestre	ZIE, ZAR-2, ZA-1			Padrão construtivo médio. Infraestrutura: presente.	-	• Congregação Cristã no Brasil
Residencial CVRD	ZA-1			Padrão construtivo médio. Infraestrutura: presente.	-	• UPA • Parque Municipal Cachoeira do Campo • Distrito Industrial de Cachoeira do Campo
Residencial Sacramento	ZA-1, ZAR-2, ZAR-3, ZIE			Padrão construtivo médio. Infraestrutura: presente.	Suscetibilidade • Inundação: 5,44% • Movimento de massa: 8,53%	• Campo de futebol • Pré-escola Municipal Bonequinha Preta • Igreja Adventista do Sétimo Dia • Escola Municipal Professora Haydée Antunes
Residencial Soledade	ZAR-1, ZAR-2, ZAR-3			Padrão construtivo médio e alto. Infraestrutura: presente.	Suscetibilidade • Enxurrada: 91,09%	-

Revisão do Plano Diretor de Ouro Preto
Câmara Municipal de Ouro Preto

Santa Luzia	ZAR-2, ZAR-3, ZPE	• Restringir a ocupação das margens do Rio Maracujá (inundação) e incentivar a desocupação das áreas centrais a incidência de focos erosivos e voçorocas. -		Padrão construtivo médio e alto. Infraestrutura: presente.	Suscetibilidade • Inundação: 1,80% • Movimento de massa: 6,46%	• Primeira Igreja Batista • Igreja Nossa Senhora das Dores
São Francisco / São José	ZAR-2, ZAR-3, ZA-1 (S. Francisco), ZA-2, ZAR-2 (S. José)			Padrão construtivo médio e alto. Infraestrutura: presente.	Suscetibilidade • Inundação (S. Francisco): 3,63% • Inundação (S. José): 0,1%	• Igreja Lagoinha / Capela S. Francisco de Paula • Capela de São José / Nossa Sra. Auxiliadora • Escola Estadual Nossa Senhora Auxiliadora
Serra do Siqueira	ZAR-2, ZPAM			Padrão construtivo médio e alto. Território Periurbano e Rural – Ocupação espraiada. Infraestrutura: pouco presente.	Suscetibilidade • Enxurrada: 92,75% • Movimento de Massa: 40,21%	• Capela da Serra do Siqueira • Assembleia de Deus • Cruzeiro / Mirante da Serra do Siqueira • Campo de Futebol do Ideal Futebol Clube
Vila Alegre	ZIE, ZPAM, ZAR-2	Reafirmar as áreas de ZPE e instrumentos urbanísticos que possam efetivamente salvaguardar o patrimônio material.		Padrão construtivo médio a baixo (unifamiliar de 1 a 2 pavimentos). Infraestrutura: pouco presente.	**Risco:** Grau de risco R2 e R4, número de pessoas: 104. **Processo:** deslizamento translacional. **Suscetibilidade:** movimento de massa 16,41%.	Academia ao ar livre. CAIC Salão do Reino das Testemunhas de Jeová Capela de São Sebastião. Igreja Batista do Evangelho Pleno UBS CAIC Estação de tratamento de água Vila Alegre.
Vila Cruzeiro	ZAR-2				Suscetibilidade Movimento de massa: 18,01%	Ginásio Poliesportivo Vila do Cruzeiro Campo de Futebol do Cruzeiro Assembleia de Deus
Tabulões	ZAR-2			Padrão construtivo médio e alto: território periurbano e rural, ocupação espraiada. Infraestrutura: pouco presente.	-	Cruzeiro Santo Antônio de Tabulões Capela de Santo Antônio de Tabulões.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 140 (p. 342-344).

A análise dos dados específicos de Cachoeira do Campo revela a complexidade territorial do distrito, que se consolida como o mais habitado e dotado de infraestrutura de Ouro Preto. Essa condição confere à localidade o papel de centralidade regional e polo

gerador de empregos, atraindo fluxos diários de migração pendular provenientes de comunidades vizinhas. Contudo, esse dinamismo é impulsionado pelo traçado da rodovia BR-356. Ela atua como um forte vetor de indução para a expansão urbana, gerando ocupações diversas ao longo de suas margens. Isso gera a necessidade premente de se rediscutir os impactos cumulativos causados pelo adensamento lindeiro.

No aspecto urbanístico, o diagnóstico aponta disparidades internas na distribuição de serviços e infraestrutura. Enquanto localizações como o Centro e o bairro Aldebaran dispõem de infraestrutura consolidada e forte concentração de equipamentos institucionais, comerciais e religiosos, outras localidades como Alto do Beleza, Bela Vista e Dom Bosco encontram-se deficitárias, com registros de infraestrutura classificada como pouco presente. Essa desconexão territorial justifica as diretrizes técnicas voltadas ao estabelecimento de novos parâmetros urbanísticos para núcleos descontínuos e ao estímulo à diversificação de usos econômicos para descentralizar os serviços.

Outro ponto crítico diz respeito às inconsistências na aplicação das políticas habitacionais e de ordenamento. Constatou-se a necessidade de revisar os sobrezoneamentos propostos para as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS-1 e ZEIS-2) nos loteamentos Metalúrgicos e Dom Bosco, visto que os parâmetros delimitados não condizem com o perfil de ocupação atual. Adicionalmente, o distrito apresenta uma tendência à verticalização urbana e à implantação de habitações de interesse social fora das áreas originalmente demarcadas como ZEIS. Ao mesmo tempo, abriga projetos estruturantes de grande impacto indutor, como o novo distrito industrial e o complexo hoteleiro Vila Galé.

Por fim, os indicadores de suscetibilidade física e riscos geológicos impõem severas restrições ao planejamento da expansão. A área do Centro apresenta elevado índice de susceptibilidade à inundação, atingindo 42,85% do território lindeiro. O cenário mais alarmante, entretanto, localiza-se no bairro Dom Bosco, mapeado com nível de Risco R3 (Médio e Alto) para deslizamentos translacionais, afetando diretamente 32 pessoas, além de registrar alta suscetibilidade a enxurradas (78,39%) e movimentos de massa (17,89%). Esses dados reforçam a urgência na aplicação de instrumentos rígidos de controle de parcelamento do solo e medidas de mitigação em áreas consolidadas.

Em suma, Cachoeira do Campo reflete a complexidade de um distrito que cresceu além de suas normativas. Para que seu papel como centralidade regional se converta em qualidade de vida, é imperativa a atualização rigorosa do zoneamento urbano. O novo arcabouço do Plano Diretor deve focar não apenas na regularização e adequação dos usos do

solo e no fomento ao desenvolvimento econômico sustentável, mas prioritariamente na criação de parâmetros restritivos para as áreas de suscetibilidade e risco (deslizamentos e inundações), garantindo a proteção e a infraestrutura adequada para as populações locais.

10 Habitação

A análise da política habitacional no município de Ouro Preto revela pressões estruturais distintas entre a Sede e os seus distritos. O diagnóstico técnico indica que, embora as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS 1) do Plano Diretor vigente estejam concentradas majoritariamente na Sede, distritos como Cachoeira do Campo apresentam dinâmicas expressivas de expansão urbana e surgimento de novos assentamentos. Esse cenário gera demandas urgentes por Habitação de Interesse Social (HIS) e por ações estruturadas de regularização fundiária, uma vez que o crescimento periférico informal tem superado a capacidade de atendimento do mercado formal e das iniciativas do poder público.

Figura 67: Síntese técnica da áreas para HIS (leitura comunitária + leitura técnica)- Cachoeira do Campo.

Subtema	Leitura Técnica Integrada	Distrito/ Localidade	Problemas (Leitura Comunitária)	Demandas (Leitura Comunitária)	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislações
Produção Habitacional	• No atual Plano Diretor, grande parte das ZEIS 1 está na Sede, existindo algumas áreas em Antônio Dias e Cachoeira do Campo. • Novas áreas de interesse social e assentamentos precários foram identificados nos distritos.	Cachoeira do Campo (todo o distrito)	• Estradas precárias. • Crescimento desordenado. • Sobrecarga na infraestrutura existente, derivada de habitações de interesse social.	• Programas habitacionais voltados para a população de Cachoeira, com infraestrutura adequada para as moradias de interesse social.	• Rever a delimitação das áreas de interesse social, incluindo novas áreas levantadas. • Ampliar os programas habitacionais para atender maior número de famílias e garantir que a política atenda os distritos, considerando que atualmente as ações estão concentradas na Sede e em Cachoeira do Campo. • Propor medidas de ampliação de recursos para o Fundo Municipal de Habitação.	• Regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social. • Utilização de instrumentos urbanísticos, contrapartidas e parcerias que possam financiar projetos habitacionais. • Propor subsídios e incentivos para a produção habitacional a partir de iniciativas privadas.

Regularização Fundiária	• Identificado número considerável de áreas irregulares no município e áreas em processo de ocupação. • Nos distritos há núcleos irregulares, tanto de interesse social como de interesse específico. • As ações de regularização ocorrem atualmente na Sede, em Cachoeira do Campo e em Antônio Dias.	Cachoeira do Campo (todo o distrito).	• Estradas precárias. • Crescimento desordenado. • Sobrecarga na infraestrutura existente, derivada de habitações de interesse social.	• Regularização das áreas irregulares.	• Áreas ocupadas de interesse social: são os núcleos consolidados, aqueles de complicada reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos. • Assentamentos e ocupações espontâneas de interesse social: são áreas ocupadas de forma irregular, muitas vezes por populações de baixa renda que não possuem a posse legal do terreno.	• Programa Municipal de Regularização Fundiária que contemple ações de: melhoria de infraestrutura, garantia de serviços públicos, de remoção e reassentamento conforme normas estabelecidas na Lei Federal 13.465/2017.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 158 (p. 393).

A análise dos dados indica que Cachoeira do Campo enfrenta uma expansão urbana rápida e desorganizada. As principais preocupações da comunidade em relação à produção habitacional e à regularização fundiária incluem a má qualidade das estradas internas e a sobrecarga das redes de infraestrutura e serviços públicos. Esse contexto é resultado do surgimento espontâneo de habitações de interesse social sem um planejamento urbano adequado.

Diante do diagnóstico geral do município, fica claro que Cachoeira do Campo divide com a Sede o foco principal das pressões e das atuais ações de regularização fundiária da prefeitura. Contudo, as perspectivas técnicas apontam que o modelo de centralização de investimentos na sede precisa ser revisto. Há uma diretriz explícita para a redelimitação das ZEIS locais e para a ampliação dos programas habitacionais específicos para o distrito, de modo a frear a proliferação de novos núcleos informais. Os especialistas recomendam a descentralização da política de HIS e a criação de novas fontes de receita para o Fundo Municipal de Habitação, a fim de possibilitar a implementação de projetos nas periferias.

Os núcleos informais em Cachoeira do Campo são classificados pelo parecer urbanístico como de "difícil reversão". Isso indica que, pela permanência das famílias, características das construções e estrutura das ruas, a remoção é impraticável, cabendo ao

poder público regularizar juridicamente e urbanisticamente. O relatório propõe apoio por meio de parcerias privadas e mecanismos da Lei Federal n.º 13.465/2017. Ele garante não apenas o título de propriedade aos moradores de baixa renda, mas também planos de melhoria de infraestrutura e, quando estritamente necessário, ações de reassentamento seguro de famílias.

A habitação em Cachoeira do Campo precisa de uma mudança urgente, de uma atuação reativa do governo para um planejamento preventivo. A revisão do Plano Diretor deve conter a redefinição das áreas de ZEIS, garantir serviços básicos nos núcleos sociais e criar mecanismos que facilitem o acesso formal à terra urbanizada, visando controlar o crescimento desordenado e a sobrecarga da infraestrutura.

11 Turismo

O desenvolvimento do turismo no município de Ouro Preto fundamenta-se na diversificação de suas potencialidades, expandindo o foco histórico-cultural tradicional da Sede para as vertentes naturais e de serviços nos distritos. No contexto do planejamento municipal e das revisões do Plano Diretor, a articulação entre a preservação ambiental e a dinamização econômica ganha relevância em centralidades regionais como Cachoeira do Campo. O diagnóstico do setor no distrito aponta para a necessidade de estruturar novas frentes de atração, como o ecoturismo, e de integrar grandes empreendimentos privados à qualificação da mão de obra local, garantindo a sustentabilidade e a retenção de benefícios socioeconômicos na própria comunidade.

Figura 68: Síntese do Turismo, estruturada a partir do cruzamento entre as leituras técnicas e as demandas participativas da comunidade. Diretrizes e Demandas do Turismo – Cachoeira do Campo.

Subtemas	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação

Ecoturismo	• Fomentar a abertura das cachoeiras do distrito ao público é de suma importância para incentivar o ecoturismo na região. • Essas cachoeiras não apenas são preciosidades naturais, mas também representam um potencial significativo para atrair visitantes interessados em experiências ao ar livre e contato direto com a natureza. • Ao abrir essas áreas para o público, o distrito não só promove o turismo sustentável, que respeita e valoriza o meio ambiente, mas também diversifica as opções de atividades para os turistas. • O ecoturismo não apenas contribui para a economia local, gerando empregos e aumentando a demanda por serviços turísticos, como também estimula a conscientização ambiental.	• Como demanda, citou-se a abertura das cachoeiras da região para o público, incentivando o ecoturismo. • A Igreja central e seu casario ao entorno têm se perdido ao longo dos anos, evidenciando a necessidade de políticas efetivas de preservação e fomento.	• Plano Municipal de Turismo; • Lei Municipal n.º 971/2015 – Estabelece a Política Municipal de Turismo e dá outras providências.
Capacitação Profissional	• Diretrizes do Plano Municipal de Turismo (PMT), aprovado em 2017, enfatizam a qualificação profissional dos serviços e da produção associada, sendo essenciais para impulsionar o desenvolvimento do turismo no município. • A chegada do empreendimento Vila Galé em Cachoeira do Campo representa uma significativa oportunidade de desenvolvimento econômico, cultural e turístico para a região. • Para maximizar esse potencial, é crucial valorizar e priorizar a mão de obra local. Investir na capacitação de fornecedores e trabalhadores da região não apenas fortalece a economia local, mas também enriquece a experiência oferecida aos visitantes, garantindo um atendimento autêntico e personalizado baseado no profundo conhecimento da cultura e dos costumes regionais. • Seguir as diretrizes do PMT quanto à capacitação é fundamental para viabilizar essa colaboração, fortalecendo a economia local, gerando empregos e elevando o padrão dos serviços oferecidos, beneficiando tanto os visitantes quanto a comunidade local.	• A abertura do empreendimento Vila Galé foi tratada como uma potencialidade e, baseado nisso, identificou-se como problema a falta de mão de obra qualificada, sendo sugerida a capacitação de profissionais locais para a promoção de empregos para a população do distrito.	• Plano Municipal de Turismo; • Lei Municipal nº 971/2015 – Estabelece a Política Municipal de Turismo e dá outras providências.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 162 (p. 402).

Na verdade, é preciso referenciar que o turismo em Cachoeira do Campo se fundamenta em duas vertentes: a exploração sustentável dos recursos naturais e a formação do mercado de trabalho para serviços. O parecer da leitura técnica reflete os desejos da população local, evidenciando que o planejamento estratégico está alinhado com a realidade do distrito.

As cachoeiras se destacam como os principais atrativos ambientais do ecoturismo na região. A avaliação técnica destaca que abrir esses espaços ao público é essencial para diversificar a oferta turística do município, que sempre se concentrou no patrimônio da Sede. Técnicos e moradores veem essa abertura como uma oportunidade de geração de empregos e estímulo ao comércio local, sustentada pelo turismo sustentável e pela consciência ecológica.

A comunidade expressa preocupação com seu patrimônio histórico. Ela indica a deterioração da igreja central e das construções ao redor. Isso destaca a necessidade de políticas públicas que integrem o incentivo à natureza com a preservação da memória urbana.

A capacitação profissional é impactada pela instalação do hotel Vila Galé no distrito. Esse investimento privado é amplamente considerado um marco para a economia regional. A leitura comunitária destacou um desafio: a escassez de mão de obra qualificada no distrito para as vagas disponíveis.

Para abordar essa questão e evitar a perda de receita, é aconselhável seguir as diretrizes do Plano Municipal de Turismo de 2017. Investir na capacitação técnica de trabalhadores e fornecedores locais promove a inclusão socioeconômica e retém a riqueza na região. O diagnóstico do turismo em Cachoeira do Campo indica que o distrito possui os elementos necessários para se estabelecer como um importante polo receptivo em Ouro Preto. Para converter esse potencial em desenvolvimento real, o planejamento municipal deve garantir a regulamentação do acesso público sustentável às cachoeiras e a implementação imediata de programas de qualificação profissional voltados à comunidade local, assegurando que os grandes investimentos privados resultem em emprego, preservação patrimonial e distribuição de renda na própria localidade, polo receptivo em Ouro Preto. Para transformar esse potencial em desenvolvimento real, o planejamento municipal deve assegurar a regulamentação do acesso público sustentável às cachoeiras e a execução imediata de programas de qualificação profissional direcionados à comunidade local, garantindo que os grandes investimentos privados gerem emprego, preservação patrimonial e distribuição de renda na própria localidade.

Engenheiro Corrêa

Engenheiro Corrêa está localizado a aproximadamente 35 km da Sede e desenvolveu-se no século XIX associado à presença da ferrovia, o que lhe conferiu características arquitetônicas e urbanísticas ligadas à ocupação ferroviária. É o distrito de menor contingente populacional do município: registrava 403 habitantes em 2010 e apresentou queda para 306 em 2022, com perda de 97 pessoas — tendência que reflete o esvaziamento de núcleos historicamente dependentes de atividades em declínio.

1 Aspectos Físicos

A análise das condições físicas e geológicas de Ouro Preto é essencial para um planejamento urbano seguro e sustentável na revisão do Plano Diretor. Entender a suscetibilidade a riscos e a qualidade do solo orienta o uso da terra. Embora o cenário geral do município indique a falta de uma Política de Gestão de Riscos estável, as realidades dos distritos apresentam situações bastante diversas. O distrito de Engenheiro Correia apresenta características geobiofísicas que garantem estabilidade frente a ameaças, possibilitando um planejamento urbano adequado, sem as pressões de expansão de outras áreas do município.

Figura 69: Síntese do Meio Físico (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) do distrito de Engenheiro Correia.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação
• Não foram encontrados problemas com riscos geológicos no distrito, segundo a carta de suscetibilidade a deslizamentos e inundações. Existem áreas adequadas para a expansão urbana.	• Na Reunião Participativa, os riscos foram mencionados em 3% das manifestações; nas outras contribuições e oficinas, não houve abordagens sobre o tema. • Foi registrada a necessidade de "arrumar onde foi danificado pela chuva". • Foi notificada a ocorrência de movimentos de massa, deslizamentos, sem indicação da localização.	O distrito sofre um esvaziamento populacional que se reflete na reduzida pressão para sua expansão urbana. Os riscos geológicos não representam problemas no distrito.	• Carta de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações • Zoneamento Urbano • Lei de Uso e Ocupação do Solo

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 4 (p. 76).

A combinação dos dados da Leitura Técnica com os relatos da Leitura Comunitária indica que o distrito de Engenheiro Correia é mais seguro fisicamente do que outras regiões

perigosas de Ouro Preto. Avaliações em engenharia e geotecnia indicam que não existem problemas geológicos relevantes no distrito, conforme a Carta de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações. O diagnóstico técnico indica terrenos adequados à urbanização, com tamanho para futuras expansões.

Essa estabilidade física e geológica é confirmada pelo comportamento da população na escuta participativa. Os riscos ambientais receberam pouca atenção da comunidade, com 3% das manifestações em reuniões e oficinas. Nos outros canais de consulta e contribuição, como formulários físicos, redes sociais e online, a pauta não recebeu atenção significativa dos moradores. As solicitações comunitárias limitaram-se a pedidos específicos de manutenção, como reparos em áreas danificadas por chuvas e relatos de deslizamentos, sem localizar os pontos.

A combinação desses fatores gera uma condição urbana singular para o Plano Diretor. O diagnóstico técnico aponta que o distrito de Engenheiro Correia enfrenta um esvaziamento populacional, resultando em baixa pressão por expansão urbana. Assim, os riscos geológicos e as limitações do solo não representam um obstáculo para a área. As políticas públicas locais devem priorizar o manejo preventivo e a consolidação territorial, usando instrumentos regulatórios, como o Zoneamento Urbano e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, assegurando que o crescimento ocorra em áreas identificadas como seguras.

O diagnóstico físico de Engenheiro Correia indica um território seguro, onde os riscos geológicos não representam um problema para o desenvolvimento local. Diante de uma demografia estagnada e solo adequado, o Plano Diretor deve focar na manutenção da infraestrutura atual e na aplicação rigorosa do zoneamento urbano para garantir a segurança territorial.

2 Meio biótico e ambiental

A análise do meio biótico e ambiental no processo de revisão do Plano Diretor de Ouro Preto permite compreender como a cobertura vegetal, a biodiversidade e a interação humana com o ecossistema impactam a sustentabilidade das unidades de planejamento. Para o distrito de Engenheiro Corrêa, o diagnóstico consolida dados fundamentais sobre o elevado grau de conservação da sua flora nativa regional e, paralelamente, mapeia conflitos

socioambientais urbanos específicos, como a gestão e o manejo da fauna doméstica nas vias públicas.

Figura 70: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais – Distrito de Engenheiro Corrêa.

Área do distrito (ha)	% Fitofisionomia* e demais usos*	Grau de Conservação da Flora Regional	Unidade de Conservação – Área (ha)	Áreas Verdes Urbanas	Projetos de Educação Ambiental
4558,716	* Áreas antropizadas (pastagem): 32,21% * Floresta Estacional Semidecidual (estágios médios a avançados de regeneração da vegetação nativa - Montana): 1,61% * Áreas antropizadas (cultivo comercial de madeira/eucalipto): 1,56%. * Floresta Estacional Semidecidual (demais estágios da vegetação nativa - Montana): 53,45% * Outros usos: 10,75%. * Campo Sujo de Cerrado: 0,42% * Campo Limpo de Cerrado: 0,00%	> 31,61% da flora regional apresenta um grau de conservação alto ou muito alto; 30,39% um grau médio e 38,00% um grau baixo de conservação.	O distrito não possui Unidades de Conservação.	Engenheiro Corrêa possui uma área total de 64,88 ha inserida no perímetro urbano, com 98,95% de áreas verdes urbanas, incluindo cobertura vegetal e áreas de preservação permanente.	O poder público municipal não possui projetos de Educação Ambiental direcionados para o distrito de Engenheiro Corrêa.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 23 (p. 117, 118).

Figura 71: Áreas de Proteção Permanente – APP, ZPAM e Reserva Legal (continuação).

Áreas de Proteção Permanente – APP Hídricas (Uso, Cobertura e/ou Ocupação do Solo)	Zonas Especiais de Proteção Ambiental – ZPAM	Reserva Legal – RL	Passivos Ambientais (Inventário de Áreas Contaminadas do Estado)

Formação Florestal: 54% Formação Savânica: 0,01% Formação Rural: 2,15% Silvicultura: 8,16% Pastagem: 12,94% Mosaico de Usos: 22,49% Área Urbana: 0,02% Outros Usos: 0,11% Mineração: 0,03%. Corpos d'água: 0,07%.	* Área de ZPAM no distrito (ha): 41,10. * Percentual de área de ZPAM do distrito em relação à área total de ZPAM do município: município%. * Percentual de área de ZPAM do distrito em relação à área total do município: 0,77%.	* Área de RL no distrito (ha): 625,39. * Percentual de área de RL do distrito em relação à área total de RL do município: 13,72%. * Percentual de área de RL do distrito em relação à sua área total: 3,76%.	O distrito não apresenta passivos ambientais registrados no Inventário de Áreas Contaminadas de Minas Gerais e na Lista de Áreas Contaminadas e Reabilitadas de Minas Gerais referentes ao ano de 2022.

*Nota do Quadro 23: Área total de ZPAM no Município = 4.545,417 ha; de RL = 16.643,831 ha. % em relação à cobertura vegetal do Distrito;
**% em relação à área do distrito.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 23 (p. 117, 118).

Figura 72: Diagnóstico Consolidado (Leitura Técnica e Comunitária) – Distrito de Engenheiro Corrêa.

Oficina Participativa	Legislação Correlata (Federal/Estadual/Municipal)	Parecer Técnico
Oficina Comunitária: relatos sobre a questão de animais soltos pelas ruas.	Lei Federal: n.º 9.605/98, 4.064/20. Lei Estadual: n.º 21.970/2016 Lei Municipal: n.º 765/2012, n.º 1.046/2017, n.º 1.193/2020, n.º 1.201/2020, n.º 1.233/2021, n.º 1.352/2023. Lei Complementar Municipal: n.º 05/07	Nesse contexto, torna-se crucial estabelecer políticas públicas efetivas, destinadas à questão dos animais encontrados em ruas no distrito de Engenheiro Corrêa, e desenvolver projetos de educação ambiental envolvendo fauna doméstica, de forma a garantir o cumprimento das legislações vigentes.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 24 (p. 118).

Os dados mostram que Engenheiro Corrêa é ambientalmente significativo para Ouro Preto, com áreas naturais protegidas e densa vegetação nativa. A análise fitofisionômica mostra que a Floresta Estacional Semidecidual, em seus estágios de regeneração, ocupa mais de 55% do território do distrito. A leitura indica que mais de 31% da flora nativa da região tem conservação alta ou muito alta, destacando a integridade biótica local.

Essa vocação conservacionista é também evidenciada no mapeamento das Áreas de Preservação Permanente (APPs) hídricas, em que a formação florestal cobre 54,02% desse ecossistema protegido. A expressiva participação da Reserva Legal de Engenheiro Corrêa, que representa 13,72% de toda a área legalmente averbada sob essa categoria no município de Ouro Preto, consolida o papel do distrito na manutenção dos serviços ecossistêmicos regionais. Destaca-se ainda a situação favorável quanto à ausência de passivos ambientais registrados no Inventário de Áreas Contaminadas do Estado de Minas Gerais até o ano de 2022.

No entanto, em contraste com o patrimônio natural preservado, o diagnóstico identifica fragilidades na gestão e no ordenamento do meio ambiente urbano e na infraestrutura programática. A leitura comunitária evidenciou o descontentamento e a preocupação da população local com a presença recorrente de animais soltos e abandonados pelas vias públicas. A resolução desse conflito, conforme apontado pelo parecer técnico, demanda a articulação de políticas públicas voltadas ao controle populacional e ao bem-estar da fauna doméstica. Isso deve ser feito com base em um amplo arcabouço normativo federal, estadual e municipal que coíbe os maus-tratos e regulamenta a guarda responsável.

A persistência desse problema urbano está ligada à falta de projetos de educação ambiental específicos para o distrito de Engenheiro Corrêa por parte do poder público. A ausência de ações educativas impede a plena integração do potencial ecológico do distrito à conscientização da comunidade. Isso dificulta o enfrentamento de problemas diários, como o manejo inadequado da fauna e a expansão de atividades humanas (como pastagens e silvicultura de eucalipto) em áreas ambientalmente frágeis.

O distrito de Engenheiro Corrêa destaca-se pela excelente qualidade de seu patrimônio natural, caracterizado pela ausência de contaminações industriais históricas, por uma expressiva reserva legal e por uma cobertura vegetal nativa de alto valor ecológico. Contudo, para que essa sustentabilidade biótica se reflita no ambiente urbano, faz-se necessária a intervenção do Plano Diretor na correção das carências institucionais vigentes, por meio da implementação de projetos de educação ambiental e do estabelecimento de políticas públicas eficazes voltadas ao manejo e proteção da fauna doméstica nas vias das cidades.

3 Saneamento

O diagnóstico dos serviços de saneamento básico constitui uma etapa fundamental para a revisão do Plano Diretor de Ouro Preto, pois reflete diretamente as condições de salubridade ambiental e a qualidade de vida da população nos distritos. A avaliação integrada compreende os eixos estruturantes de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, gerenciamento de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. Para o distrito de Engenheiro Corrêa, o cruzamento entre as vistorias técnicas e as percepções manifestadas pela comunidade nas oficinas participativas revela gargalos históricos de infraestrutura que demandam compatibilização com as metas legais de universalização.

Figura 73: Síntese da Leitura Técnica do Saneamento Básico – Distrito de Engenheiro Corrêa.

Eixo estruturante	Diagnóstico consolidado (leitura técnica)
Abastecimento de água	* O distrito conta com um Sistema de Abastecimento de Água (SAA) composto por dois poços de captação, uma estação elevatória de água tratada, rede de distribuição e um reservatório com capacidade de 140m². * Segundo os moradores, a localidade sofre com desabastecimentos crônicos, especialmente nos finais de semana, causados pela capacidade insuficiente do atual reservatório para suprir a demanda local.
Esgotamento sanitário	* Os domicílios são atendidos por rede de coleta e afastamento dos esgotos domésticos; contudo, não há nenhum tipo de tratamento para os efluentes gerados. * A rede de coleta apresenta configuração mista ao longo do território, contando com trechos do tipo separador absoluto e trechos operando como sistema unitário. * O esgoto bruto coletado é lançado diretamente nos corpos hídricos que cortam o distrito.
Resíduos Sólidos	* O atendimento por coleta convencional ocorre de forma regular, com frequência de duas vezes por semana. * O distrito não conta com serviços de coleta seletiva de resíduos.
Drenagem Pluvial	* O sistema de drenagem pluvial é constituído por elementos tradicionais como bocas de lobo, galerias e bueiros. * A infraestrutura de escoamento opera de maneira consorciada com a rede de esgoto, alternando-se entre o formato separador absoluto (redes independentes) e o sistema unitário (redes unificadas).

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 49 (p. 141).

Figura 74: Matriz de Diagnóstico Participativo e Deliberação Técnica – Distrito de Engenheiro Corrêa.

Leitura Comunitária Participativa	Parecer Técnico da Equipe Multidisciplinar	Instrumentos Legais e Normativos
Demandas de água: * Relatos de odor característico de esgoto e indícios de contaminação in natura próximo a um dos pontos de captação de água. * Exigência de instalação de sistema de tratamento de água, monitoramento contínuo das fontes e melhoria geral da qualidade do serviço. **Demandas de esgoto:** * Reclamações sobre lançamentos a céu aberto, vazamentos na rede próximos a captações e poluição dos rios locais. * Solicitação de execução do tratamento dos efluentes e despoluição hídrica. **Demandas de resíduos:** * Apontamento de que apenas a via principal permanece limpa; falta varrição nas demais ruas. * Descarte irregular de entulhos na faixa de domínio da linha férrea desativada e coleta seletiva inexistente. * Relato de que os coletores recolhem apenas resíduos ensacados, deixando detritos soltos nas lixeiras.	**Parecer sobre água:** * A qualidade da água está diretamente comprometida pela ausência de tratamento de esgoto. É urgente adequar o SAA com tratamento completo e monitoramento pela Vigilância Ambiental e Sanitária e pela concessionária Saneouro. Conforme a Portaria GM/MS nº 888/2021, águas subterrâneas exigem no mínimo desinfecção, e superficiais demandam filtração e desinfecção. Parecer sobre resíduos proibidos em encostas, corpos d'água, vias e áreas protegidas. Diretrizes para a coleta seletiva serão debatidas na etapa de proposições do Plano Diretor. É necessário conscientizar a população sobre o ensacamento correto antes da coleta.	**Leis relacionadas:** Lei Federal nº 14.026/2020, que estabelece o Novo Marco do Saneamento. Lei Federal n.º 11.445/2007 (Política de Saneamento). Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Portaria GM/MS nº 888/2021 (Padrão de Potabilidade). Lei Estadual n.º 11.720/1994 (Saneamento em MG). Lei Estadual nº 13.317/1999 (Código de Saúde de MG). * Lei Estadual nº 18.031/2009 (Resíduos Sólidos de MG). * Lei Municipal nº 178/1980 (Código de Posturas). * Estatuto Municipal. Lei Municipal nº 214/2006 (Saúde Pública). Lei Municipal nº 620/2010 sobre Educação Ambiental. * Lei Municipal nº 684/2011 (Coleta Seletiva). * Lei Municipal nº 824/2012 (Gestão de Resíduos de Construção). Lei Municipal n.º 934/2014 (Conselho e Fundo de Saneamento). **Planos de Estudo:** * Plano Diretor, Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos. **Conselhos Reguladores:** * CODEMA e COMUSA.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 50 (p. 174).

A análise detalhada dos dados técnicos em confronto com as manifestações da comunidade evidencia que o distrito de Engenheiro Corrêa enfrenta um cenário de vulnerabilidade ambiental e sanitária decorrente da falta de investimentos estruturais e de fiscalização nos serviços públicos. O principal ponto crítico identificado reside na íntima correlação negativa entre o manejo dos esgotos domésticos e a segurança hídrica da população local. Embora o distrito conte com uma rede de coleta que atende os moradores, a ausência completa de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) faz com que a totalidade dos efluentes gerados seja despejada diretamente nos corpos d'água locais, comprometendo a qualidade ambiental dos rios.

Esse panorama torna-se ainda mais alarmante diante das denúncias comunitárias que apontam o vazamento de esgoto bruto e a ocorrência de lançamentos a céu aberto nas proximidades de um dos poços subterrâneos responsáveis pelo abastecimento de água do distrito. O parecer técnico corrobora a gravidade da situação. Ressalta que, para além da infraestrutura física de distribuição — que hoje se mostra insuficiente em termos de reservação (140m²), gerando desabastecimentos intermitentes nos finais de semana —, há uma necessidade urgente de readequação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA). Para assegurar a potabilidade e o cumprimento dos parâmetros da Portaria GM/MS n.º 888/2021, o poder público e a concessionária Saneouro devem implementar processos rigorosos de desinfecção e filtragem, amparados por um monitoramento contínuo da Vigilância Ambiental e Sanitária.

No tocante aos resíduos sólidos, observa-se uma dissociação entre a zeladoria da via principal e o atendimento às ruas secundárias do distrito, gerando um padrão desigual de limpeza urbana. A carência de serviços de varrição e capina periférica fomenta práticas irregulares de descarte por parte de terceiros, como o acúmulo inadequado de entulhos e resíduos volumosos de construção civil na faixa da linha férrea desativada. Essa prática configura infração direta ao disposto na Lei Municipal nº 824/2012 e exige ação fiscalizatória ativa baseada no Código de Posturas Municipal.

Ademais, o lixo urbano sofre com a ausência total de coleta seletiva segregada, limitando o reaproveitamento de materiais recicláveis. Por fim, o sistema de drenagem pluvial opera de forma unitária e consorciada em diversos trechos com a rede de esgoto. Isso eleva os riscos de refluxo de águas contaminadas e alagamentos em períodos de alta

precipitação, demandando a separação progressiva das redes pluviais e sanitárias. Todas essas ações devem ser planejadas de modo a atender às metas do Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal n.º 14.026/2020), que estipula a obrigatoriedade de atendimento de 90% da população com tratamento de esgoto até o fim do ano de 2033.

O diagnóstico do saneamento básico em Engenheiro Corrêa revela a urgência de intervenções coordenadas para solucionar o desabastecimento de água e a falta de tratamento de esgoto, fatores que geram riscos iminentes de contaminação dos recursos hídricos locais. Para alinhar o distrito às diretrizes modernas de sustentabilidade urbana e às metas de universalização da legislação federal, o futuro Plano Diretor deverá priorizar a ampliação da capacidade de reservação de água. Além disso, deve incluir a implantação de uma estação de tratamento de efluentes, a descentralização dos serviços de varrição e a introdução de programas estruturados de coleta seletiva de resíduos.

4 Mineração

A atividade minerária é um dos principais pilares socioeconômicos e territoriais do município de Ouro Preto, concentrando um total expressivo de 534 processos minerários ativos e 18 barragens de rejeitos cadastradas junto à Agência Nacional de Mineração (ANM). Embora o maior impacto direto da extração de recursos (como o minério de ferro e o ouro) e o volume de concessões de lavra estejam historicamente concentrados na sede e em distritos como Antônio Pereira, Miguel Burnier e Rodrigo Silva. A complexidade da malha de infraestrutura e a extensão das áreas de segurança são mapeadas pelos estudos de Dam Break (análise de mancha de inundação por rompimento). Essas áreas expandem significativamente os efeitos socioambientais dessa atividade para outras localidades do território ouro-pretano.

Figura 75: Síntese Técnica da Mineração em Engenheiro Corrêa – Diagnóstico Consolidado.

Processos em fase de concessão de lavra	Estudos de Dam Break	Conflitos

* Não há processos registrados nesta fase diretamente no distrito.	Dados georreferenciados do estudo da barragem Alemães indicaram que a inundação afetaria Engenheiro Corrêa e Santo Antônio do Leite, causando danos em Itabirito. O rio mais atingido é o do Mango. A análise dos dados georreferenciados mostra que a área rural do distrito pode ser impactada pelo rompimento das barragens Forquilhas I, II, III, IV, V, Grupo, Dique de Pedras e Área IX. Imagens de satélite (2024) mostraram a construção de um muro de contenção no oeste do distrito para reter materiais em caso de ruptura das barragens.	* Nenhum conflito direto listado nesta seção técnica.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 69 (p. 194).

Figura 76: Síntese das Leituras Técnica e Comunitária da Mineração em Engenheiro Corrêa.

Leitura Comunitária Participativa	Parecer Técnico da Equipe Multidisciplinar	Instrumentos / Legislação

Plano Diretor de Ouro Preto
Câmara Municipal de Ouro Preto

Potencialidades: * Aumento da arrecadação do município; * Geração de empregos; * Possível aumento do movimento do comércio local. **Problemas:** * Aumento do tráfego de caminhões; * A suspensão de poeira nas estradas; * A infraestrutura local é inadequada para o porte minerário; * O desmatamento que ocorre no distrito; * Danos nas edificações em decorrência do tráfego intenso; e * Poluição sonora e a falta de empregos. **Demanda:** * Aumento da oferta de empregos e novas oportunidades; * Fornecimento de caminhão-pipa para lançar água e abaixar a poeira; * Aproveitar a MG-030 para promover o desenvolvimento de todos os distritos e cidades por onde ela passa, servindo de rodovia de integração regional.	Poluição e Crimes Ambientais: segundo o art. 54 da Lei Federal n.º 9.605/1998, poluir de forma que cause danos à saúde humana, morte de animais ou destruição da flora resulta em pena de reclusão (1 a 4 anos) e multa. O art. 38-A estabelece que danificar vegetação do Bioma Mata Atlântica em regeneração acarreta detenção (1 a 3 anos) ou multa (ou ambas). Se o crime for culposo, a pena é reduzida pela metade. A Resolução CONAMA n.º 1/1990 determina que a medição de poluição sonora deve seguir a NBR 10.151. O poder público municipal deve fiscalizar e punir quando necessário, garantindo o sossego e o bem-estar da população. Minimização de Impactos: as ações a serem descritas no próximo documento incluirão diretrizes e Minimização de Impactos: o próximo documento trará diretrizes e propostas. O Plano Diretor de Mobilidade de Ouro Preto está sendo revisado para propor soluções para a MG-030 no distrito. Ele está sendo revisado, sendo que nele possivelmente serão propostas soluções para resolver o problema da rodovia MG-030 no distrito. Medidas Imediatas: O pedido de caminhão-pipa para reduzir a poeira será enviado ao poder executivo municipal. Desenvolvimento Econômico: na fase de diretrizes, serão analisadas soluções para aumentar a geração de empregos e renda.	**Legislação Federal:** * Decreto-Lei n.º 227/1967 (Código de Mineração). * Lei n.º 13.575/2017 (cria a ANM e extingue o DNPM). * Lei n.º 14.066/2020 (altera a PNSB, instituindo novas obrigações, sanções e valores de multas para empreendedores de barragens). * Decreto n.º 9.406/2018 (regulamenta o Código de Mineração e legislações correlatas). * Lei n.º 12.334/2010 (estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens). * Resolução CONAMA n.º 237 (define conceitos, competências e etapas do licenciamento ambiental). **Legislação Estadual:** * Lei Estadual n.º 21.972/2016 (institui o SISEMA e dispõe sobre as normas gerais de licenciamento em MG). * Decreto Estadual n.º 44.844/2008 (regulamenta o licenciamento ambiental e competências em MG). * Lei Estadual nº 23.291/2019 (Institui a Política Estadual de Segurança de Barragens - PESB). * Decreto Estadual nº 47.383/2018 (estabelece normas e critérios para fiscalização e auditoria de segurança de barragens em MG). * Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.765/2019 (estabelece procedimentos para licenciamento ambiental de barragens de rejeitos e define critérios para o PAEBM). * Portaria FEAM nº 699/2023 (formaliza os procedimentos do Programa de Gestão de Barragens da FEAM).

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 77 (p. 220, 221).

A análise integrada dos dados demonstra que o distrito de Engenheiro Corrêa possui uma relação particular e de alta complexidade com a atividade mineral. Ao contrário de distritos vizinhos que sediam diretamente as cavas e frentes de extração ativa, Engenheiro

Corrêa não apresenta processos minerários em fase de concessão de lavra delimitados dentro de seu perímetro urbano central. No entanto, a localidade é profundamente impactada pelas externalidades logísticas da atividade e, de forma crítica, está inserida nas manchas de risco georreferenciadas de segurança de grandes estruturas de contenção de rejeitos localizadas na região.

A vulnerabilidade física do distrito se deve ao risco de colapso de estruturas a montante. Pesquisas de Dam Break indicam que o colapso da barragem Alemães impactaria o distrito de Engenheiro Corrêa e Santo Antônio do Leite, com o Rio do Mango sendo o principal afetado por possíveis rejeitos. As áreas rurais do distrito estão na mancha de inundação simulada de várias grandes estruturas: barragens Forquilhas I, II, III, IV e V, barragem Grupo, Dique de Pedras e Área IX. O risco identificado levou à construção de um muro de contenção na parte oeste do distrito, feito para conter materiais e reduzir perdas em caso de colapso.

No âmbito cotidiano e socioeconômico, as oficinas participativas coletaram uma percepção ambivalente da comunidade. Se, por um lado, os moradores reconhecem o setor mineral como um indutor potencial para o aumento da arrecadação municipal, geração de postos de trabalho e dinamização do comércio local, por outro, convivem diretamente com severos impactos negativos de vizinhança. A população relata danos estruturais em edificações residenciais e comerciais decorrentes do tráfego intenso de caminhões pesados, além de poluição sonora contínua e incômodo gerado pela suspensão de poeira nas estradas de terra. Há também relatos de desmatamento ambiental no entorno do distrito para abertura e expansão de infraestruturas logísticas.

O parecer técnico responde de forma incisiva a essas demandas comunitárias a partir de amparos legais rígidos. A poluição do ar e o desmatamento ilegal do bioma Mata Atlântica configuram infrações ambientais passíveis de reclusão e sanções administrativas, conforme a Lei Federal de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998). Os níveis de ruído associados ao transporte e operação devem obedecer estritamente aos parâmetros da NBR 10.151, cabendo fiscalização ativa e aplicação de multas pelo poder público. Os gargalos viários causados pela rodovia estadual MG-030 são apontados pelos moradores como um eixo saturado pelo fluxo mineral, mas também apresentam grande potencial para a integração regional. As soluções de engenharia de tráfego, sinalização e contornos viários estão sendo articuladas no âmbito da revisão do Plano Diretor de Mobilidade Urbana de Ouro Preto. Medidas paliativas mitigadoras imediatas, como a destinação rotineira de caminhões-pipa para umectação das

vias e controle de poeira suspensa foram formalizados para encaminhamento urgente ao poder executivo municipal.

O diagnóstico do distrito de Engenheiro Corrêa demonstra de maneira clara que, mesmo sem frentes de lavra mineral diretas em seu núcleo urbano, a localidade assume um papel crítico de vulnerabilidade no Plano Diretor devido à sua inserção nas manchas de inundação de múltiplas barragens da região, exigindo fiscalização contínua das estruturas de contenção e do muro de proteção instalado a oeste. Para além da segurança física, o plano futuro deverá propor ações de mitigação logística e ambiental para o eixo da rodovia MG-030. Além disso, deve incluir instrumentos que garantam a reversão da riqueza mineral regional em emprego local qualificado e melhoria da infraestrutura urbana para a comunidade afetada.

5 Aspectos sociais e demográficos

A análise dos aspectos sociais e demográficos do distrito de Engenheiro Corrêa insere-se em um contexto desafiador para a localidade. Dados demográficos recentes apontam o distrito como um dos espaços do município de Ouro Preto que apresentam perda absoluta de moradores ao longo dos últimos anos. Esse esvaziamento populacional está intrinsecamente ligado à qualidade e à disponibilidade da infraestrutura social básica. O diagnóstico a seguir detalha o cenário local quanto à assistência social, educação e saúde. Ele evidencia que a garantia de qualidade de vida e a fixação da população no território dependem diretamente de melhorias estruturais, ampliação de equipes profissionais e, sobretudo, de soluções eficientes de mobilidade interdistrital.

Figura 77: Síntese de Aspectos Sociais e Demográficos – Engenheiro Corrêa

Distrito / Eixo	Leitura técnica integrada	Leitura comunitária participativa	Conclusões e perspectivas	Instrumentos /Legislação

Engenheiro Corrêa - ASSISTÊNCIA SOCIAL	• A demanda pelo CRAS existe em vários distritos; entretanto, a Secretaria está estruturando políticas múltiplas de atendimento social, que podem ser ampliadas para outras localidades e distritos, como a Casa da Juventude, o programa Jovens de Ouro, a atenção à diversidade, LGBT, a Família Acolhedora e os abrigos Casa Lar e Abrigo de Adolescentes.	**Problemas:** • CRAS, programas e projetos assistenciais; **Demandas:** • CRAS, programas e projetos assistenciais;	-	-
Engenheiro Corrêa - EDUCAÇÃO	• A demanda por transporte nos distritos é uma constante para acessar equipamentos públicos de educação em outros locais. • A comunidade de Engenheiro Corrêa demanda EJA. • Quadras escolares devem ser ampliadas e ajustadas para reuniões comunitárias. A comunidade solicita acesso à internet para modernizar e ampliar a educação.	**Problemas:** • Mobilidade prejudicada com a falta de transporte público para o município de Ouro Preto e Itabirito; **Demandas:** • Ensino de qualidade; professoras são boas; merenda escolar muito boa; • EJA; Entrada independente para a quadra, assim como banheiros; Tomadas na quadra para reuniões; Colocar o ensino até o nono ano; • Acesso para Ouro Preto, Miguel Burnier, Itabirito, Santo Antônio do Leite; • Escola ter mais turnos; melhorar a acessibilidade escolar (informática).	• As demandas são relacionadas aos acessos, como transporte e pela internet, de modo a ampliar as possibilidades de formação educacional.	-

Engenheiro Corrêa - SAÚDE	• A unidade de saúde em Engenheiro Corrêa funciona em prédio próprio. • Existem algumas demandas na unidade de saúde, como a necessidade de SAMU, ambulância, médicos, rampa de acesso e farmácia, que requerem a equipe de saúde completa.	**Problemas:** • Ausência de ambulância na comunidade/transporte; marcação de consulta; comunicação do sistema com as populações; falta de atendimento do SAMU; • Falta médicos e ambulância; saúde péssima; • Rampa de acesso; falta de profissionais; SAMU; • Falta de mercados e farmácias; • Equipe de saúde completa; • Contratação de auxiliar de limpeza, auxiliar administrativo; bebedouro, telefone fixo para realizar as ligações (somente atende); ambulância sanitária; **Demandas:** • Médicos com maior frequência; • Atendimento odontológico.	• As demandas apontadas devem ser avaliadas pela secretaria, que deve responder à comunidade sobre as possibilidades de atendimento em Cachoeira do Campo ou na Sede.	• Plano setorial específico, pois são demandas de atendimento de curto prazo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro p. 263.

A leitura do quadro evidencia que a oferta de serviços essenciais em Engenheiro Corrêa sofre com lacunas significativas, muitas vezes agravadas pela distância e pela deficiência em mobilidade. Na Assistência Social, há um pleito comunitário direto pela implantação de um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e programas assistenciais locais. A leitura técnica reconhece essa demanda como comum a vários distritos e aponta como alternativa a expansão das políticas sociais múltiplas já em estruturação pela Secretaria municipal (como os programas Casa da Juventude, Família Acolhedora, entre outros) para alcançar o território.

No eixo da Educação, a satisfação com a qualidade do ensino e da merenda convive com graves carências de infraestrutura e níveis de ensino ofertados. A comunidade solicita a ampliação do ensino até o nono ano e a implementação da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O espaço físico da escola carece de modernização, destacando-se a necessidade de inclusão digital (acesso à internet) e a adaptação da quadra esportiva (com entrada independente e banheiros) para que funcione adequadamente também como um polo de

reuniões comunitárias. O diagnóstico ressalta que a busca por níveis educacionais mais avançados expõe a forte dependência do distrito em relação ao transporte público intermunicipal (para Itabirito) e interdistrital (Ouro Preto Sede, Miguel Burnier, Santo Antônio do Leite).

A saúde é o setor com os apontamentos mais críticos. Apesar de a Unidade de Saúde operar em prédio próprio, a operação é severamente limitada pela ausência de uma equipe completa, com relatos de escassez de médicos, profissionais de apoio (limpeza e administrativo) e atendimento odontológico. As questões de urgência e emergência são pontos de vulnerabilidade grave, evidenciadas pela falta de atendimento do SAMU e de uma ambulância fixa na comunidade. Soma-se a isso a necessidade de adequações físicas básicas no prédio (rampas de acesso) e a ausência de farmácias na localidade. A avaliação técnica conclui que estas são demandas de curto prazo que devem ser abarcadas por um plano setorial específico, prevendo inclusive o direcionamento do suporte complementar à Sede ou ao distrito de Cachoeira do Campo.

O diagnóstico social e demográfico de Engenheiro Corrêa demonstra um distrito que, apesar de contar com infraestruturas físicas instaladas (como o prédio do posto de saúde e a escola local), carece urgentemente da alocação de recursos humanos, modernização tecnológica e suporte logístico. A dificuldade de fixação de profissionais e a insuficiência do transporte público limitam o acesso a direitos básicos, configurando desafios de curto prazo. A reversão deste quadro exige políticas públicas intersetoriais que integrem melhorias na mobilidade urbana com o fortalecimento local das redes de saúde, educação e assistência social.

6 Aspectos econômicos

O cenário econômico do município de Ouro Preto caracteriza-se por uma elevada arrecadação orçamentária, impulsionada de forma predominante pela atividade da indústria extrativa mineral. Esse perfil produtivo gera uma forte relação de dependência econômica e mercadológica nos demais setores. Além disso, expõe desafios estruturais comuns a todo o território municipal, tais como a informalidade, a precarização das relações de trabalho no comércio e no setor de serviços, a necessidade de diversificação da matriz econômica e a carência de serviços básicos descentralizados nos distritos.

Enquanto a sede e os polos mineradores concentram os maiores volumes de recursos e postos de trabalho formais, localidades periféricas e distritos como Engenheiro Corrêa vivenciam dinâmicas próprias, marcadas pela escassez de emprego local e pela dependência de centralidades vizinhas para o acesso a bens, consumo e capacitação profissional.

Figura 78: Síntese de Aspectos Econômicos (Leitura Comunitária + Técnica) – Distrito de Engenheiro Corrêa.

REGIÃO	PROBLEMAS	DEMANDAS	CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS	LEGISLAÇÃO
Engenheiro Corrêa	* Falta de emprego; * Falta de farmácia; * Falta de financiamento para atividades culturais.	* Investimento na cultura local; * Oferecimento de formação para a mão de obra.	O acesso ao emprego formal e o fortalecimento da economia criativa e solidária são abordados na leitura técnica. Esses caminhos atendem às necessidades da população.	* Plano Municipal de Desenvolvimento Rural; * Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico; * Plano Municipal de Desenvolvimento da Economia Criativa; * Plano Municipal de Turismo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 95 (p. 279).

A análise entre o contexto de Ouro Preto e os dados de Engenheiro Corrêa mostra que o distrito sofre os efeitos negativos da dependência econômica da mineração. Isso acontece sem aproveitar completamente os benefícios dessa receita na infraestrutura comercial diária. A falta de empregos formais na região é o principal fator de vulnerabilidade socioeconômica, forçando trabalhadores a se deslocarem e gerando perda de renda para outros centros urbanos.

A fraqueza no mercado de trabalho local é intensificada pela escassez crônica de comércios essenciais para a população, evidenciada no relatório pela ausência de uma farmácia no distrito. Esse contexto corresponde ao diagnóstico do município, que revela a necessidade urgente de implementar ou ampliar serviços básicos e atendimentos descentralizados em áreas periféricas para reduzir desigualdades de acesso.

A leitura comunitária e o parecer técnico apontam a economia criativa, a cultura e a formação da mão de obra como os principais vetores para reverter a estagnação e informalidade do distrito. A procura por investimentos e financiamentos para a cultura local, junto à necessidade de programas de qualificação, está alinhada com as análises do Plano Diretor. A consolidação e convergência dessas propostas devem ter respaldo jurídico e seguir as diretrizes setoriais já definidas. Destacam-se as metas do Plano Municipal de

Desenvolvimento Econômico e da Economia Criativa, além das diretrizes para o desenvolvimento rural e o turismo na região.

O diagnóstico do distrito de Engenheiro Corrêa revela a necessidade urgente de descentralização econômica e de fomento produtivo local para combater o desemprego e suprir a falta de serviços essenciais na comunidade. A revisão do Plano Diretor deverá focar em ações que estimulem a atração de pequenos negócios varejistas, viabilizem o financiamento de projetos da economia criativa e cultural e instituam programas contínuos de capacitação profissional, promovendo a autonomia e a sustentabilidade econômica do distrito.

7 Mobilidade

O sistema de mobilidade e a infraestrutura viária no município de Ouro Preto são diretamente condicionados pela topografia acidentada e pela configuração histórica de seu território. Conforme o panorama geral do município, os principais desafios estruturais envolvem a precariedade dos passeios públicos, a escassez de elementos de acessibilidade universal e a baixa oferta de horários no transporte coletivo distrital. Isso prejudica o deslocamento dos moradores para o acesso a serviços básicos na Sede. No caso de Engenheiro Corrêa, o isolamento geográfico e a baixa pressão demográfica moldam uma realidade viária local de baixo fluxo interno, mas com forte dependência de conexões regionais seguras.

Figura 79: Síntese de Mobilidade (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Engenheiro Corrêa.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação

* Distrito com menor volume de viagens e fluxos de transporte, reflexo do seu esvaziamento populacional e isolamento no município. * Destaca-se o acesso precário ao distrito, feito por rodovia sem pavimentação e em condições inadequadas de conservação. * O transporte coletivo possui pouca oferta de horários, dificultando o deslocamento para a Sede e outros distritos. * Ruas internas estreitas, típicas dos distritos de Ouro Preto, mas com baixo fluxo de veículos. * Calçadas e passeios inexistentes ou precários, sem garantir a acessibilidade e segurança dos pedestres. * Falta conexão asfaltada para Itabirito e Santo Antônio do Leite. * A circulação de veículos de carga é pontual, ligada à atividade mineral e agrícola da região lindeira.	Estrada de acesso ao distrito em péssimas condições, com poeira no seco e lama no chuvoso. Poucos ônibus isolam o distrito em alguns períodos do dia e nos finais de semana. * Falta de manutenção nas ruas internas do distrito e ausência de calçadas seguras. * Necessidade de sinalização e controle de velocidade perto da área urbana. **Requisitos:** Pavimentação da estrada de acesso ao distrito. * Ampliação dos horários e melhoria dos ônibus, Saritur. Criação de transporte coletivo municipal e melhora das linhas intermunicipais. * Construção e reforma de calçadas acessíveis. * Implantação de redutores de velocidade e sinalização indicativa.	A pavimentação da MG-030 beneficiará a região. O grande desafio de mobilidade em Engenheiro Corrêa é assegurar acessibilidade, dependendo da melhora da estrada de acesso e da readequação do transporte coletivo. * A baixa demanda interna não justifica grandes intervenções de engenharia de tráfego, mas exige ações de manutenção e segurança para os pedestres.	* Atualização do Plano Diretor de Mobilidade Urbana de Ouro Preto. * Regulamentação e fiscalização do contrato de concessão do transporte coletivo municipal. * Plano Municipal de Manutenção de Estradas Vicinais.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 103 (p. 303, 304).

A análise integrada das leituras técnicas e comunitárias aponta que o distrito de Engenheiro Corrêa possui uma dinâmica de mobilidade caracterizada pelo isolamento territorial e pelo baixo volume de deslocamentos internos. De acordo com os dados apresentados, esse cenário é um reflexo direto do processo de esvaziamento populacional pelo qual a localidade passa. Ao contrário de centralidades mais adensadas do município, o fluxo viário dentro do núcleo urbano é reduzido, fazendo com que as ruas estreitas características do traçado local não sofram com problemas crônicos de congestionamento ou saturação por veículos particulares.

Por outro lado, o diagnóstico indica que a principal vulnerabilidade do distrito reside na precariedade de suas conexões externas e na insuficiência do transporte público. Tanto os técnicos quanto os moradores destacam que as condições de conservação da estrada vicinal de acesso são muito ruins, gerando problemas severos de poeira nos períodos de seca e lama nas épocas de chuva. Essa deficiência na infraestrutura viária é agravada pela pouca oferta de horários do transporte coletivo, o que, segundo os relatos participativos, deixa a comunidade

isolada em determinados momentos do dia e durante os finais de semana. A população local demanda a pavimentação asfáltica desse acesso e a ampliação das linhas de ônibus como medidas urgentes para viabilizar o deslocamento seguro até a Sede e garantir o acesso a bens e serviços essenciais.

No âmbito do espaço urbano interno, o relatório aponta para a carência de infraestrutura voltada à segurança do pedestre. O documento registra que os passeios públicos são precários ou inexistentes, impossibilitando a circulação acessível e segura de pessoas com mobilidade reduzida, o que corrobora as fragilidades gerais mapeadas no município. Adicionalmente, a comunidade manifesta preocupação com a segurança viária nas proximidades da área urbana consolidada. Ela reivindica a instalação de sinalização indicativa e redutores de velocidade para mitigar os riscos associados ao tráfego de passagem. Isso inclui a circulação pontual de veículos de carga vinculados às atividades agrícolas e minerárias da região. Conforme as diretrizes apontadas, essas demandas devem ser balizadas pela revisão do Plano Diretor de Mobilidade Urbana e por instrumentos específicos de manutenção de estradas e fiscalização dos contratos de transporte.

O diagnóstico de mobilidade de Engenheiro Corrêa demonstra que os maiores entraves locais não se encontram no tráfego interno, mas sim no isolamento físico provocado pelas condições precárias da estrada de acesso e pela escassez de transporte coletivo. Para promover a integração efetiva do distrito ao restante do município, as diretrizes do Plano Diretor deverão priorizar a pavimentação e a manutenção permanente da via de acesso regional. Além disso, deve-se considerar a readequação dos horários de ônibus e a execução de intervenções básicas de acessibilidade nas calçadas internas da localidade.

8 Patrimônio Cultural

A preservação do patrimônio cultural material, imaterial e natural em Ouro Preto é essencial para um ordenamento territorial sustentável e para a proteção da identidade local. O diagnóstico do patrimônio, na revisão do Plano Diretor, visa equilibrar a proteção dos bens históricos com o desenvolvimento econômico e as dinâmicas atuais que impactam as comunidades distritais. No distrito de Engenheiro Corrêa, o patrimônio está ligado à memória ferroviária, à arquitetura religiosa e aos recursos naturais locais. Esses elementos têm

potencial para o turismo sustentável, mas enfrentam desafios devido a impactos industriais e à necessidade de conservar suas estruturas.

Figura 80: Síntese do Patrimônio Cultural (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Engenheiro Corrêa.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação
* Tráfego pesado; * Evasão da população local; * Ampliação do número de habitantes relativo aos trabalhadores das mineradoras; * Via principal utilizada como estacionamento de caminhões; * Implantação de torres de transmissão elétrica nas proximidades da Igreja de Santo Antônio do Monte.	**Problemas:** Moradores apontaram várias potencialidades, como um ambiente tranquilo, acolhedor, com pessoas bondosas, festas religiosas, artesanato, cachoeiras e trilhas, além da Capela de Santo Antônio e da Estação. Destacaram problemas, como igrejas abandonadas, a ausência da Capela Velório e a ruína da estação. Solicitaram melhorias no acesso à Igreja Santo Antônio, revitalização da Estação e conservação das igrejas locais. **Demandas:** Acompanhamento pela gestão pública das intervenções e orientações técnicas de forma a estabelecer um menor impacto na comunidade pelas atividades contemporâneas. **Potencialidades:** * Ecoturismo; * Parcelamentos do solo; * Restauração da Estação Ferroviária para uso comunitário; * Tombamento do Conjunto da Capela de Santo Antônio do Monte; * Reconhecimento e acesso às diversas ruínas existentes.	* LUOS * Plano Diretor

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 114 (p. 323).

A análise de dados de Engenheiro Corrêa mostra um contraste entre o rico patrimônio identitário da comunidade e os impactos das mudanças econômicas e de infraestrutura. A Leitura Comunitária mostra que a população valoriza suas tradições, destacando o artesanato, as festas religiosas, as trilhas e cachoeiras, e o ambiente acolhedor. Esse cenário tranquilo é ameaçado por pressões externas mencionadas na Leitura Técnica.

O crescimento das indústrias e da logística reflete-se no tráfego intenso e no uso da via principal do distrito como estacionamento de caminhões, prejudicando a ambiência urbana e as referências culturais locais. As torres de transmissão de energia elétrica perto da Igreja de Santo Antônio do Monte geram impacto visual e patrimonial na área, afetando um local importante para a comunidade. O distrito passa por uma transição demográfica complicada: enfrenta a saída da população nativa e, ao mesmo tempo, um aumento temporário devido à chegada de trabalhadores das mineradoras, alterando a dinâmica social de Engenheiro Corrêa.

No aspecto material, os moradores expressam forte preocupação com o abandono de templos religiosos e com o avançado estado de degradação da antiga Estação Ferroviária, que se encontra em ruínas. Diante disso, a comunidade reivindica ações concretas do Poder Público, que incluem a melhoria do acesso e a conservação das igrejas, a restauração da Estação para fins de uso comunitário e o tombamento formal do Conjunto da Capela de Santo Antônio do Monte. Para viabilizar essas potencialidades de ecoturismo e preservação, a população demanda que a gestão pública atue de forma fiscalizatória e normativa. Ela deve fornecer orientações técnicas adequadas para que o parcelamento do solo e as atividades econômicas contemporâneas gerem o menor impacto possível na memória coletiva e na integridade cultural do distrito. Como suporte regulatório, essas ações devem se amparar nas diretrizes do Plano Diretor e nos parâmetros da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).

O diagnóstico do patrimônio cultural de Engenheiro Corrêa evidencia a necessidade urgente de compatibilizar o desenvolvimento econômico regional com a preservação de sua identidade histórica e ferroviária. As estratégias de planejamento urbano para o distrito devem priorizar a mitigação dos impactos do tráfego de veículos pesados. Além disso, devem proteger o entorno das igrejas contra interferências de infraestruturas agressivas. Além disso, devem incluir a implementação de projetos de restauro e tombamento que devolvam os edifícios históricos ao uso público da comunidade.

9 Uso e Ocupação do Solo e Expansão Urbana

O ordenamento territorial e a regulação da expansão urbana no município de Ouro Preto envolvem o enfrentamento de carências estruturais históricas e pressões contemporâneas associadas ao crescimento demográfico e às atividades econômicas. De forma geral, o município apresenta cenários de ocupação irregular em áreas de restrição geológica e ambiental, além de uma histórica fragilidade na infraestrutura de saneamento básico, drenagem pluvial e conectividade por transporte público entre as suas localidades. No contexto macro do planejamento municipal, distritos periféricos ou de menor densidade, como Engenheiro Corrêa, demandam atenção direcionada para reverter a estagnação econômica. Além disso, devem suprir a escassez de equipamentos de lazer e regularizar a situação fundiária e edilícia de suas edificações. Isso garante segurança jurídica e qualidade de vida à população local.

Figura 81: Quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Engenheiro Corrêa

Localidades	Zoneamento (2011)	Ordenamento Territorial	Características	Usos do solo	Infraestrutura Urbana*	Suscetibilidade e Risco**	Centralidades e Equipamentos
Engenheiro Corrêa	* ZPAM * ZPE * ZAR-1 * ZAR-2	* Atualização da mancha urbana e dos territórios; * Revisão das áreas de proteção; * Rever os parâmetros urbanísticos das áreas contíguas ao núcleo urbano, especialmente nas áreas às margens do Ribeirão Mango com características periurbanas; * Fomentar a criação de centralidades locais para diversificação de usos.	* Baixo adensamento populacional; * Bens culturais em estado precário de conservação; * Baixa oferta de equipamentos e espaços públicos de lazer e convivência; * Estagnação da mancha urbana; * Incidência de migração pendular em busca de acesso a serviços e alternativas de empregabilidade e renda.	* Residência unifamiliar. * Comércios de pequeno porte. * Rural	Pouco presente (acessos viários precários, problemas decorrentes da falta de infraestrutura urbana de saneamento).	Suscetibilidade Movimento de massa 0,48% Locais: Engenheiro Corrêa.	* Igreja de Santo Antônio do Monte; * Capela de São José; * Igreja de Nossa Senhora da Conceição; * UBS de Engenheiro Corrêa; * Escola Municipal José Estevam Braga; * Agência dos Correios.

Quadro 142 – Síntese dos aspectos de Uso e Ocupação do Solo – Expansão Urbana (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Engenheiro Corrêa

Subtemas	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação

Regularização Edilícia	É essencial atualizar a ocupação atual para regularizar imóveis irregulares. Essa medida busca assegurar a conformidade legal e oferecer segurança jurídica aos proprietários e à comunidade. A atualização da ocupação pode ajudar no desenvolvimento urbano organizado e na gestão eficiente dos recursos municipais. O processo de revisão do Plano Diretor de Ouro Preto é essencial, pois inclui a atualização de várias leis e códigos, como o de Parcelamento, Uso do Solo e Edificações, visando garantir diretrizes claras.	* Necessidade de conexão com a sede do município; * Problemas de infraestrutura urbana nos acessos viários e abastecimento no distrito; * A ausência de titulação e documentação dos imóveis foi a problemática elencada durante a oficina em Engenheiro Corrêa, trazendo como demanda a regularização desses imóveis.	* Plano Diretor; * Zoneamento e parcelamento, ocupação e uso do solo; * Instrumentos diversos previstos no EC; * Regularização fundiária e edilícia;

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 23 (p. 117, 118).

A análise integrada dos dados do distrito de Engenheiro Corrêa revela um território marcado pela estagnação do crescimento urbano e por uma dependência estrutural externa, características que se diferenciam dos processos de adensamento acelerado ou gentrificação observados na sede municipal e em distritos de forte apelo turístico. O diagnóstico técnico aponta para um cenário de baixo adensamento populacional e estagnação da mancha urbana, acompanhado pelo fenômeno da migração pendular. Esse movimento diário da população local ocorre devido à necessidade de buscar postos de trabalho, geração de renda e serviços básicos em outras localidades ou na sede, evidenciando a insuficiência de dinamismo econômico interno e de oportunidades no próprio distrito.

Do ponto de vista morfológico e de uso do solo, o distrito caracteriza-se predominantemente pelo uso residencial unifamiliar, atividades rurais e comércios de pequeno porte, estruturados sob um padrão construtivo médio. Embora o mapeamento de riscos indique um índice baixo de suscetibilidade a movimentos de massa (0,48%), a infraestrutura urbana geral é classificada como "pouco presente". As principais deficiências técnicas concentram-se na precariedade dos acessos viários e nas falhas crônicas no sistema

de saneamento básico, realidade que compromete a salubridade local e corrobora as queixas trazidas pela população durante os processos de leitura participativa.

A leitura comunitária ratifica os apontamentos técnicos e acrescenta a dimensão da exclusão documental e da carência de espaços públicos. A falta de titulação formal e de documentação dos imóveis foi destacada como uma das maiores problemáticas pelos moradores de Engenheiro Corrêa, o que limita a segurança jurídica da posse e impede a inserção plena dessas propriedades na legalidade urbanística. Complementarmente, há uma demanda latente por áreas de lazer e convivência. Haja vista que a centralidade do distrito se restringe a equipamentos institucionais básicos — como a Unidade Básica de Saúde (UBS), a Escola Municipal José Estevam Braga e a agência dos Correios. Além disso, há o patrimônio religioso composto pelas igrejas de Santo Antônio do Monte, Nossa Senhora da Conceição e a Capela de São José. Esses bens, inclusive, apresentam estado precário de conservação.

Para reverter esse quadro, o planejamento territorial propõe uma série de revisões normativas integradas. No âmbito do ordenamento e zoneamento (atualmente composto por sobreposições de ZPAM, ZPE, ZAR-1 e ZAR-2), faz-se necessária a atualização da mancha urbana e a revisão das regras para as áreas adjacentes ao núcleo consolidado, especialmente nas margens do Ribeirão Mango. O objetivo técnico é fomentar novas centralidades locais para diversificar os usos permitidos e incentivar o desenvolvimento econômico de Engenheiro Corrêa. Essas ações estão atreladas à aplicação de instrumentos previstos na revisão do Plano Diretor, tais como a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, o Código de Obras e os programas institucionais de regularização fundiária e edilícia.

O diagnóstico do uso e ocupação do solo em Engenheiro Corrêa demonstra que o futuro desenvolvimento do distrito depende diretamente de intervenções voltadas para a regularização jurídica da propriedade imobiliária e para o aporte de infraestrutura viária e de saneamento. A superação da estagnação socioeconômica local requer a flexibilização e diversificação dos usos do solo urbano. Além disso, é necessária a preservação do patrimônio histórico-religioso remanescente e a criação de espaços públicos voltados ao lazer. Isso assegura a permanência da população e reduz a dependência da migração pendular em direção à sede e regiões vizinhas.

10 Habitação

No contexto geral do município de Ouro Preto, a política habitacional e as ações de regularização fundiária encontram-se historicamente concentradas na Sede e em distritos maiores, como Cachoeira do Campo e Antônio Dias. A leitura técnica municipal aponta que a maior parte das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS 1) e das intervenções do poder público está centralizada nessas áreas, deixando lacunas no atendimento aos demais distritos. Diante desse cenário, localidades como Engenheiro Corrêa enfrentam o desafio de acessar programas de habitação de interesse social e de regularização. Isso evidencia a necessidade de descentralização das políticas públicas para garantir o direito à moradia digna e à segurança jurídica em todo o território municipal.

Figura 82: Síntese de Habitação – Engenheiro Corrêa.

Subtema	Leitura Técnica Integrada (Contexto Municipal)	Problemas apontados pela comunidade	Demandas comunitárias	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos / Legislações
Produção Habitacional	Grande parte das ZEIS 1 definidas no atual Plano Diretor está localizada na Sede. Novas áreas de interesse social em núcleos urbanos localizados nos distritos foram identificadas no levantamento.	(Não relatado especificamente para o distrito nas oficinas)	• Moradia popular para necessitados.	Rever a delimitação das áreas de interesse social; ampliar os programas habitacionais para atender aos demais distritos (saindo da concentração na Sede/Cachoeira do Campo); garantir maiores recursos financeiros para o Fundo Municipal de Habitação.	• Regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social; • Utilização de instrumentos urbanísticos, contrapartidas e parcerias; • Subsídios e incentivos para a iniciativa privada.
Regularização Fundiária	Identificado número considerável de áreas irregulares e em processo de ocupação no município. As ações de regularização fundiária ocorrem principalmente na Sede, Cachoeira do Campo e Antônio Dias.	Ausência de registros imobiliários.	Homologar.	Classificação da irregularidade fundiária; criação de programa de regularização fundiária e urbanística; identificação de áreas adequadas para moradia e garantia de infraestrutura essencial.	Programa Municipal de Regularização Fundiária (melhoria de infraestrutura, serviços, remoção/reassentamento); • Lei Federal n.º 13.465/2017.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado nos quadros 156 e 158 (p. 391, 393).

A análise do quadro referente a Engenheiro Corrêa demonstra que as carências habitacionais do distrito refletem diretamente a defasagem da cobertura das políticas públicas municipais. No que tange à Produção Habitacional, a comunidade local manifesta uma demanda clara e direta por "moradias populares para necessitados". Como a leitura técnica aponta que os esforços e as delimitações de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) vigentes estão concentrados na Sede e em áreas de maior densidade, populações vulneráveis em distritos menores acabam desassistidas. Isso restringe o acesso das famílias de baixa renda à casa própria e a financiamentos subsidiados.

No eixo da Regularização Fundiária, a principal vulnerabilidade identificada pela população de Engenheiro Corrêa é a "falta de registros de imóveis". A ausência de documentação legal de posse gera insegurança jurídica para os moradores, impedindo que tenham acesso a linhas formais de crédito para reforma e limitando o próprio desenvolvimento urbano ordenado da localidade. A leitura técnica confirma que as ações de regularização em curso no município não alcançam o distrito, reforçando a necessidade de uma intervenção direta por meio de programas estruturados de regularização. A superação desse problema passa pela aplicação contínua da Lei Federal nº 13.465/2017 (Reurb), que oferece o respaldo jurídico necessário para integrar essas propriedades à cidade formal.

A situação habitacional em Engenheiro Corrêa é marcada pela carência de novas unidades de interesse social e pela forte insegurança de posse devido à informalidade imobiliária. Para reverter esse quadro, é imperativo que o poder público municipal promova a descentralização do Fundo Municipal de Habitação e expanda a atuação do Programa Municipal de Regularização Fundiária. Apenas com a inclusão efetiva do distrito no mapeamento de novas ZEIS e com a entrega de títulos de propriedade será possível garantir o direito constitucional à moradia adequada e fomentar o desenvolvimento socioespacial seguro em Engenheiro Corrêa.

11 Turismo

O desenvolvimento da atividade turística no município de Ouro Preto e em seus distritos possui uma forte correlação com as condições da infraestrutura urbana e a preservação das matrizes ambientais locais. De forma geral, o avanço equilibrado do setor

econômico do turismo — focado no ecoturismo, turismo de aventura e turismo de base comunitária — necessita de investimentos fundamentais em saneamento básico, despoluição de cursos d'água e programas de educação ambiental. No âmbito do planejamento territorial contido na revisão do Plano Diretor, o aproveitamento pleno do patrimônio natural e edificado dos distritos depende do enfrentamento de passivos de infraestrutura para que a atividade turística se consolide como alternativa sustentável de geração de emprego e renda.

Figura 83: Síntese do Turismo (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) em Engenheiro Corrêa.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação
A falta de saneamento básico no município prejudica o desenvolvimento do turismo. A Saneouro informou que concluiu os projetos de esgotamento sanitário para a sede e os distritos, faltando apenas a implantação. A promoção do turismo sustentável deve incluir ações de educação ambiental para aumentar a conscientização sobre a proteção do meio ambiente entre turistas e moradores. * O Plano Municipal de Turismo tem como uma de suas metas a estruturação, normatização e roteirização da prática do ecoturismo, com um horizonte de até 2027.	As cachoeiras da região foram vistas como o principal atrativo turístico. A poluição causada pela falta de saneamento e efluentes domésticos próximos a essas áreas foi vista como um problema pelos moradores. A despoluição dos rios, o monitoramento e a criação de uma ETE são necessidades citadas para valorizar o turismo no distrito. A estação ferroviária é um marco histórico local que precisa de reforma e restauração para impulsionar o turismo.	* Lei Estadual n.º 13.317/1999 – Contém o Código de Saúde do estado de Minas Gerais; * Lei Municipal n.º 214/2006 – Estabelece normas de higiene pública e dá outras providências; * Lei Municipal n.º 620/2010 – Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental; * Lei Municipal n.º 934/2014 – Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, reformula o Conselho e cria o Fundo Municipal de Saneamento e dá outras providências.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 163 (p. 402).

A leitura técnica e comunitária de Engenheiro Corrêa expõe uma situação na qual o potencial turístico local encontra-se diretamente condicionado e limitado pela ausência de infraestrutura sanitária adequada. A população identifica as cachoeiras da região como o principal vetor atrativo de ecoturismo do território. Todavia, o uso sustentável desse patrimônio ambiental está gravemente prejudicado pelo lançamento contínuo de efluentes domésticos sem tratamento nos corpos hídricos vizinhos. Diante disso, a comunidade manifesta demandas urgentes que envolvem a despoluição dos rios e o monitoramento ambiental permanente, além da efetiva implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no distrito para estancar a contaminação desses locais.

Pelo prisma técnico, a carência em saneamento básico constitui um entrave macro que afeta negativamente o desenvolvimento e o fomento turístico de todo o município. Embora a

concessionária responsável pelos serviços de água e esgoto (Saneouro) tenha comunicado que os projetos executivos para a sede e distritos estão prontos e concluídos, as intervenções físicas de implantação ainda não foram efetivadas. Para dar suporte a essas estruturas, o planejamento reforça a urgência de programas integrados de educação ambiental que alcancem tanto os turistas quanto os moradores. Ele estabelece práticas de conservação que garantam as metas do Plano Municipal de Turismo, voltadas à estruturação e roteirização do ecoturismo municipal, com vigência estipulada até o ano de 2027.

Além das fragilidades na área do ecoturismo e meio ambiente, o diagnóstico aponta demandas voltadas para o patrimônio histórico-cultural de Engenheiro Corrêa. A estação ferroviária local é reconhecida pelos moradores como um marco da identidade histórico-social e territorial do distrito, possuindo expressivo valor para a dinamização do turismo se atrelada a outras rotas integradas. No entanto, por se encontrar degradada, necessita de projetos de reforma e restauração edilícia. O direcionamento legal para tais ações ampara-se no cumprimento de legislações estaduais e municipais específicas que regulam a higiene pública, a saúde, a política de saneamento básico (com apoio do Fundo Municipal de Saneamento) e as diretrizes de educação ambiental.

O diagnóstico do distrito de Engenheiro Corrêa evidencia que o aproveitamento sustentável do seu potencial ecoturístico e cultural depende de ações estruturantes imediatas na área de saneamento. A efetiva despoluição e proteção das cachoeiras por meio da execução física da rede e da ETE, associada à recuperação física e restauro do patrimônio ferroviário histórico, configuram condicionantes obrigatórias para que a atividade turística se consolide formalmente no plano de desenvolvimento do distrito.

Glaura

Situado a cerca de 26 km da Sede, Glaura — também conhecido como Casa Branca — é um dos distritos de origem colonial, com vocação turística e paisagística. Seu perímetro está inserido em área de topografia irregular, com acesso viário limitado: apenas dois acessos chegam ao núcleo urbano, sendo somente um deles pavimentado. Sua população cresceu de forma discreta, passando de 1.418 para 1.515 habitantes entre 2010 e 2022, acréscimo de 97 pessoas.

1 Meio físico

No tema Meio Físico, Glaura apresenta um quadro marcado pela presença de feições erosivas de grande porte, especialmente voçorocas, que afetam áreas próximas à zona urbana e impõem limites claros à ocupação do território. A análise técnica e a leitura comunitária mostram que o crescimento do distrito precisa ser acompanhado por regras de uso e ocupação do solo que protejam áreas frágeis e orientem a expansão para setores mais adequados.

Figura 84: Síntese do meio físico (leitura comunitária + leitura técnica) do distrito de Glaura.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação
O principal problema diagnosticado no distrito foi a ocorrência de feições erosivas de grande porte, como voçorocas, nas proximidades da área urbana e em boa parte do território. A ocupação em direção às voçorocas é apontada como a principal causa dos problemas existentes. Há áreas com aptidão à urbanização suficientes para a expansão da zona urbana, mas a ocupação em áreas frágeis e inadequadas deve ser alvo de ações restritivas no âmbito do Plano Diretor.	Na reunião participativa, a questão dos riscos foi apenas 3% das manifestações; porém, nas contribuições formais, midiáticas, sociais e no formulário online, houve uma ênfase maior. Foi relatada a existência de voçorocas nas ruas Teodomiro César e Cachoeira do Campo, sem maiores detalhes.	Tal como nos distritos de Santo Antônio do Leite e Cachoeira do Campo, o crescimento urbano em direção às feições erosivas acaba por reiterar processos já estabilizados nestas feições, provocando desestabilizações e outros problemas. Essas áreas devem ser protegidas da ação humana predatória por meio de zoneamento que restrinja o uso e a ocupação de seu entorno.	Carta de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações; Carta de Aptidão à Urbanização; Zoneamento urbano; Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 5 (p. 77).

A tabela evidencia que o principal desafio físico de Glaura está relacionado ao conflito entre expansão urbana e áreas de risco erosivo. As voçorocas aparecem como feições

sensíveis, e a ocupação em seu entorno tende a ampliar a instabilidade e os impactos no território.

A leitura técnica destaca que existem áreas com aptidão à urbanização, o que é importante porque mostra que o distrito pode crescer sem depender da ocupação de áreas frágeis. Esse ponto é central para o planejamento, porque permite separar o que pode ser urbanizado do que deve ser preservado ou restringido.

A leitura comunitária reforça que o problema é percebido pela população, ainda que com menor destaque nas oficinas. As menções às ruas Teodomiro César e Cachoeira do Campo indicam que os moradores reconhecem a presença dessas feições erosivas e seus efeitos no cotidiano.

O parecer técnico é claro ao indicar que a solução passa por zoneamento e controle do uso do solo, de modo a impedir a ocupação predatória do entorno das voçorocas. Em outras palavras, o planejamento urbano precisa atuar antes que o problema avance.

Em Glaura, o meio físico exige atenção especial às áreas de risco erosivo e à forma como a expansão urbana vem se aproximando dessas feições. O diagnóstico mostra que o distrito pode crescer, mas esse crescimento precisa ser orientado por critérios técnicos que preservem as áreas mais frágeis e evitem a repetição dos problemas já existentes.

2 Meio biótico e ambiental.

No tema Meio Biótico e Aspectos Ambientais, Glaura se destaca pela presença de áreas com vegetação nativa em diferentes estágios de conservação e pela ausência de unidades de conservação formalmente implantadas no distrito. O diagnóstico mostra que a população reconhece a importância da preservação ambiental, especialmente na Serra do Capanema, enquanto a leitura técnica aponta a necessidade de programas de conservação e de cuidado com áreas sensíveis.

> A oficina comunitária de Glaura foi realizada no dia 3 de agosto de 2023, das 18h às 21h, no Centro Comunitário de Glaura, na Rua Padre Manoel Maria, n.º 18.
>
> Durante a oficina, houve demanda em relação à temática “Meio Ambiente”, sobre a necessidade de incentivos à preservação ambiental no distrito de Glaura. Nesse sentido, essa requisição possui fundamento, uma vez que grande parte das áreas de floresta desse distrito possui estágios médios a avançados de recuperação da

vegetação nativa, com 40,20% da flora regional nativa apresentando um grau de conservação alto ou muito alto, sendo fundamental desenvolver programas/ações de conservação, já que o Distrito de Glaura não possui Unidades de Conservação que possam oferecer proteção integral ou uso sustentável para essas áreas.

Importante enfatizar que o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica foi finalizado recentemente (junho/2024) no município de Ouro Preto. Tal plano recebe fundos de restauração do bioma Mata Atlântica, como preconizado no Art. 38 da Lei Federal Nº 11.428/2006. Nesse sentido, é esperado que as ações/programas desse plano também contemplem o Distrito de Glaura.

Outra questão abordada foi a Serra do Capanema. Esse local é contemplado por áreas com estágios de Floresta Estacional Semidecidual, com estágios médios a avançados de recuperação ambiental, além de outras áreas com cobertura de refúgios vegetacionais. Ressalta-se que esta serra possui áreas inseridas na APA Cachoeira das Andorinhas e no Parque Nacional da Serra do Gandarela. Segundo relatos da Oficina Participativa, há necessidade de regularizar áreas da Serra do Capanema, com potencial econômico e ambiental. Contudo, salienta-se que áreas inseridas dentro do Parque Nacional da Serra do Gandarela possuem proteção integral, destinadas à conservação. E que áreas inseridas na APA Cachoeira das Andorinhas, com potencial econômico, terão que ser vistas com cautela, visto que tal unidade de conservação possui plano de manejo em fase de elaboração e, portanto, ainda não possui zoneamento específico" (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 91, 92).

Figura 85: Síntese do meio biótico e dos aspectos ambientais do distrito de Glaura.

% Fitofisionomias e demais usos	Grau de conservação da flora regional	Unidade de conservação - área (ha)	Áreas verdes urbanas	Projetos de educação ambiental
Pastagem: 41,41%; eucaliptos: 2,29%; pinus: 0,74%; outros: 7,01%; floresta semidecidual inicial: 0,86%; floresta semidecidual desenvolvida: 52,20%; savana arborizada: 0,52%; campo sujo: 1,47%; campo limpo: 0,51%.	Mais de 40,2% da flora local tem alta conservação, 31,03% média e 28,77% baixa.	O distrito não possui unidades de conservação.	Glaura tem 1.432,17 ha no perímetro urbano, com 98,57% de áreas verdes urbanas, englobando vegetação e áreas de preservação.	O poder público municipal não tem projetos de educação ambiental para o distrito permanente.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 25 (p. 91, 92).

Figura 86: Síntese do meio biótico e dos aspectos ambientais do distrito de Glaura (continuação).

Indicador	Valor

Uso, cobertura e/ou ocupação do solo.	Formação Florestal: 53,66%; Formação Savânica: 0,16%; Silvicultura: 0,65%; Formação Campestre: 3,23%; Pastagem: 21,80%; Mosaico de Usos: 20,37%; Área Urbana: 0,01%; Outras áreas não vegetadas: 0,03%.
Percentual em relação às APP hídricas do distrito.	20,08
ZPAM no distrito (ha)	20,08
Percentual da ZPAM do distrito em relação à área total do distrito.	0,28%
Percentual da ZPAM do distrito em relação à ZPAM do município.	0,38%
Área de RL no distrito (ha)	964,69
Percentual da RL do distrito em relação à área total do distrito.	13,34%
Percentual da RL do distrito em relação ao total de RL do município.	5,80%
Passivos ambientais	O distrito não apresenta passivos ambientais registrados no Inventário de Áreas Contaminadas de Minas Gerais e na Lista de Áreas Contaminadas e Reabilitadas de Minas Gerais.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 25 (p. 91, 92).

Figura 87: Diagnóstico consolidado (leitura técnica e comunitária) do distrito de Glaura.

Oficina participativa	Legislação correlata	Parecer técnico
Os relatos destacam a necessidade de incentivos à preservação ambiental no distrito de Glaura.	Lei Federal n.º 11.428/2006.	O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica foi finalizado em junho de 2024 em Ouro Preto. O plano recebe recursos de restauração do bioma Mata Atlântica e, conforme a lei, deve contemplar também Glaura, já que boa parte de suas áreas florestais possui estágios médios a avançados de recuperação, com predominância de conservação alta ou muito alta da flora nativa.
A população manifestou a necessidade de regularizar áreas da Serra do Capanema, com potencial econômico e ambiental.	—.	A Serra do Capanema possui áreas inseridas no Parque Nacional da Serra do Gandarela e na APA Cachoeira das Andorinhas. As áreas no Parque Nacional têm proteção integral e as áreas na APA devem ser tratadas com cautela, pois o plano de manejo ainda está em elaboração e não há zoneamento específico.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 26 (p. 91, 92).

A tabela geral mostra que Glaura possui uma base ambiental expressiva, com predominância de formações florestais em recuperação e um percentual elevado de áreas

verdes urbanas. Isso reforça o valor ecológico do distrito e explica por que a população demanda mais incentivos à preservação ambiental.

Ao mesmo tempo, o diagnóstico revela uma fragilidade importante: o distrito não possui unidades de conservação próprias nem projetos de educação ambiental voltados ao seu território. Isso indica que há vegetação relevante, mas ainda falta estrutura pública permanente para proteção, orientação e manejo ambiental.

A leitura comunitária destaca a Serra do Capanema como área sensível e potencialmente estratégica, tanto do ponto de vista ecológico quanto econômico. O parecer técnico, porém, faz uma distinção necessária: áreas inseridas no Parque Nacional da Serra do Gandarela têm proteção integral, enquanto áreas da APA Cachoeira das Andorinhas exigem mais cautela, justamente porque o zoneamento específico ainda não está definido.

O texto também mostra a importância do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, concluído recentemente, como instrumento capaz de apoiar ações em Glaura. Isso é relevante porque conecta a demanda local à política ambiental mais ampla do município.

Em Glaura, o meio biótico revela um território com forte presença de vegetação nativa, excelente cobertura de áreas verdes e alto potencial de conservação. O desafio principal é transformar esse potencial em proteção efetiva, com preservação ambiental, orientação para áreas sensíveis e políticas públicas compatíveis com a realidade do distrito.

3 Saneamento

No tema Saneamento, Glaura apresenta desafios importantes em abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem pluvial, com destaque para a necessidade de adequações estruturais e de maior cobertura dos serviços públicos. A leitura comunitária mostra demandas objetivas da população, enquanto a leitura técnica confirma fragilidades que ainda precisam ser enfrentadas com planejamento e fiscalização.

Figura 88: Síntese da leitura com parecer técnico do distrito de Glaura.

Tema	Leitura comunitária participativa	Parecer técnico	Instrumentos/legislação

Abastecimento de água	Durante a oficina participativa, os participantes levantaram como demanda a necessidade de adequação do SAA de Glaura, Soares e Engenho D'Água. Também foi apontado como problema o lançamento de esgoto em um córrego próximo a um dos reservatórios do sistema.	Não se sabe ao certo o tipo de adequação solicitada pelos moradores para os SAAs de Glaura, Soares e Engenho D'Água. Durante o diagnóstico, não foi possível identificar qual tipo de tratamento é empregado em cada um desses sistemas. A Portaria do Ministério da Saúde n.º 888/2021 determina que a água destinada ao consumo humano deve ser submetida, no mínimo, a desinfecção e, em alguns casos, a tratamento mais completo. Assim, o parecer indica a necessidade de adequação do tratamento de água do distrito, se ainda não estiver sendo feito.	Lei 14.026/2020; Lei 11.445/2007; Lei 12.305/2010; Portaria 888/2021; Lei 11.720/1994; Lei 18.031/2009; Lei 684/2011; Lei 934/2014; Plano Diretor; Plano de Saneamento Básico; Plano Intermunicipal de Gestão de Resíduos; CODEMA; COMUSA.
Esgotamento sanitário	Moradores relataram problemas de esgoto, mau cheiro nos córregos e uso impróprio de fossas em Glaura, Vale do Tirope, Ponte Ana de Sá e Soares. Por isso, foi apontada a necessidade de implantação de um sistema de esgotamento sanitário no distrito e nas localidades, com rede coletora e tratamento do esgoto.	O problema ocorre praticamente em todo o município, com exceção de São Bartolomeu. A Saneouro já tem projetos de esgoto para a sede e distritos, faltando apenas a implementação. O art. 11-B da Lei 14.026/2020 estabelece metas de universalização do saneamento, o que reforça a necessidade de atendimento adequado até 31 de dezembro de 2033.	A implantação do sistema é urgente, pois o esgoto sem tratamento afeta a qualidade ambiental e a saúde pública, e a universalização é uma exigência legal.
Resíduos sólidos	Os moradores solicitaram a implantação da coleta seletiva, a instalação de ecopontos de recicláveis e o aumento da frequência da coleta convencional.	A coleta seletiva foi criada recentemente em Cachoeira do Campo por meio da associação de catadores, que inicialmente atende alguns bairros e localidades. Para Glaura, seria possível realizar coleta seletiva, mas são necessários estudos para viabilidade e planejamento. A frequência da coleta convencional deve ser discutida com a empresa terceirizada e com a Prefeitura.	É necessário ampliar o serviço e estruturar melhor a coleta, com mais frequência, separação adequada dos resíduos e organização logística compatível com a realidade do distrito.
Drenagem pluvial	Os participantes afirmaram que o distrito possui boa disponibilidade de recursos hídricos; no entanto, as áreas verdes e a ocupação do solo favorecem uma maior retenção de água no lençol freático, o que pode contribuir para a redução de processos erosivos. Também relataram problemas com voçorocas, erosão e assoreamento, além da necessidade de limpeza das calhas dos córregos e preservação do Rio das Velhas.	As voçorocas são um processo erosivo natural presente na região de Amarantina, Glaura, Cachoeira do Campo e Santo Antônio do Leite. Em Glaura, há trechos desse tipo de erosão e carreamento de sedimentos para os cursos d'água. Como se trata de processo natural, não é possível intervir para eliminar totalmente o fenômeno, mas é necessário atuar sobre a infraestrutura e o assoreamento, com programas de desassoreamento dos rios.	A drenagem precisa ser tratada de forma integrada com erosão, limpeza dos córregos e controle do assoreamento, para reduzir impactos sobre a drenagem urbana e a qualidade ambiental.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 51 (p. 175, 176).

Figura 89: Síntese técnica da leitura comunitária com parecer técnico do distrito de Glaura.

Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Resíduos sólidos	Drenagem pluvial

O distrito de Glaura é fornecido com água via seu próprio Sistema de Abastecimento, composto por dois poços, uma elevatória de água tratada, rede de distribuição e quatro reservatórios. Esse sistema recebe reforço do SAA Funil. O povoado de Soares também é atendido por um SAA próprio, com captação superficial, elevatória, dois reservatórios e rede de distribuição. O departamento de Vigilância Sanitária e Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde monitora a qualidade da água do Chafariz de Glaura.	Os moradores são atendidos com coleta e afastamento dos esgotos domésticos, mas não há tratamento do efluente. Assim como nos demais distritos, há trechos de rede de esgoto do tipo separador absoluto e outros do tipo unitário. O esgoto doméstico é coletado e lançado posteriormente nos corpos hídricos do distrito.	A coleta convencional de resíduos sólidos é feita uma vez por semana em Glaura, o que foi considerado insuficiente. O distrito não é atendido com coleta seletiva. Os moradores solicitaram a implantação da coleta seletiva, a instalação de ecopontos de recicláveis e o aumento da frequência da coleta convencional.	O sistema de drenagem pluvial em Glaura é constituído por bocas de lobo, galerias, bueiros etc. Ele opera como sistema separador absoluto em algumas redes e como sistema unitário em outras.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 52 (p. 175, 176).

O saneamento indica que o abastecimento de água é o serviço mais desenvolvido em Glaura, com sistema próprio para o distrito e outro para Soares, além do suporte do SAA Funil. A leitura comunitária demonstra preocupação com a adequação dos sistemas e a qualidade do uso da água, indicando que o serviço existe, mas requer acompanhamento e melhoria.

O esgotamento sanitário é a principal fragilidade do assunto. Apesar da coleta e remoção dos esgotos, o diagnóstico indica que o efluente não é tratado, resultando no seu descarte em corpos d'água. Isso indica um problema ambiental e de saúde, pois a universalização do saneamento é uma obrigação legal.

Na gestão de resíduos sólidos, o quadro mostra um distrito que ainda depende de coleta semanal e não possui coleta seletiva. A demanda por ecopontos e ampliação da frequência da coleta demonstra que a população quer um serviço mais completo e compatível com a realidade local.

O diagnóstico técnico sobre drenagem pluvial aponta que as voçorocas são parte da dinâmica do território, mas seus efeitos, como erosão e assoreamento, demandam ações de contenção e desassoreamento. A leitura comunitária destaca a necessidade de limpar as calhas dos córregos e preservar o Rio das Velhas.

Em Glaura, o saneamento mostra desigualdade: há abastecimento, mas falhas em esgoto, coleta seletiva e manejo das águas pluviais persistem. O diagnóstico aponta que é prioritário aumentar a eficiência dos sistemas e avançar na universalização dos serviços, focando no tratamento de esgoto e na proteção dos rios.

4 Mineração

No município de Ouro Preto, a mineração constitui uma atividade amplamente disseminada e estruturalmente relevante, com 534 processos minerários ativos, além de dezenas de atividades em diferentes fases de pesquisa, requerimento e concessão de lavra. Esse cenário é acompanhado por barragens de empreendimentos minerários, estudos de segurança e forte presença de grandes empresas do setor, o que evidencia a dimensão territorial e os riscos associados à atividade. Em Glaura, esse contexto municipal serve como base para compreender que a discussão local sobre mineração não se restringe à produção econômica, mas envolve também impactos ambientais, controle territorial e preservação de áreas sensíveis, como a Serra de Capanema.

Figura 90: Síntese da leitura comunitária com parecer técnico do distrito de Glaura.

Leitura comunitária participativa	Parecer técnico	Legislação e diretrizes
A população apontou a preservação da Serra de Capanema como uma potencialidade. Também destacou que as mineradoras causam impactos negativos, apesar da movimentação na economia da região. Como demanda, foi solicitado o aumento da fiscalização e do controle sobre os impactos das atividades minerárias.	O parecer técnico informa que devem ser solicitadas a cada etapa do Plano Diretor propostas alternativas que foquem a fiscalização da atividade minerária no município, visando à proteção do meio ambiente e do bem-estar social e econômico.	Decreto-Lei n.º 227/1967; Lei n.º 13.575/2017; Lei n.º 14.066/2020; Decreto n.º 9.406/2018; Lei n.º 12.334/2010; Resolução CONAMA n.º 237; Lei Estadual n.º 21.972/2016; Decreto Estadual n.º 44.844/2008; Lei Estadual n.º 23.291/2019; Decreto Estadual n.º 47.383/2018; Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.765/2019; Portaria FEAM n.º 699/2023.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 25 (p. 222).

O quadro geral mostra que Ouro Preto tem uma atividade minerária altamente estruturada e extensa, com muitos processos ativos, diferentes fases de licenciamento e presença de barragens em várias bacias hidrográficas. Isso ajuda a entender por que a mineração é um tema tão sensível no planejamento municipal.

No caso de Glaura, a leitura comunitária não rejeita a mineração de forma absoluta, mas demonstra preocupação com seus impactos e com a necessidade de proteção territorial. A Serra de Capanema aparece como um ponto estratégico, ao mesmo tempo ambiental e econômico, o que exige cuidado para que eventual exploração não comprometa áreas sensíveis.

O parecer técnico reforça essa necessidade ao indicar que a atividade minerária deve ser acompanhada por fiscalização contínua e por propostas que priorizem proteção ambiental e bem-estar social. Em outras palavras, o foco não está só em permitir ou restringir mineração, mas em controlar seus efeitos e compatibilizá-la com os interesses do distrito.

Em Glaura, a mineração é tratada como um tema de equilíbrio entre potencial econômico e proteção ambiental. O diagnóstico deixa claro que a prioridade deve ser ampliar a fiscalização, controlar impactos e preservar áreas como a Serra de Capanema, sem perder de vista os limites impostos pela legislação e pela condição ambiental do território.

5 Aspectos econômicos

A análise dos aspectos econômicos do município de Ouro Preto revela dinâmicas bastante distintas e particulares entre os seus distritos. No contexto geral, o município busca equilibrar o desenvolvimento comercial e a prestação de serviços com as potencialidades do meio rural e do turismo sustentável. No caso específico do distrito de Glaura, o diagnóstico socioeconômico evidencia um cenário fortemente influenciado pela sua proximidade com centralidades maiores na região. Essa configuração geográfica impacta diretamente o desenvolvimento autônomo de seu comércio e serviços locais, ao mesmo tempo em que aponta para vocações específicas ligadas à sua ruralidade e aos saberes tradicionais.

Figura 91: Síntese de Aspectos Econômicos – Glaura

Problemas	Demandas	Conclusões e Perspectivas	Legislação
• Poucas opções de comércio; CEP único; • Falta de acesso a serviços públicos.	-	• O distrito é próximo a Cachoeira do Campo e, por ser próximo, os seus moradores acabam ficando dependentes de alguns serviços no distrito vizinho. Isso interfere na composição do comércio local e na oferta de serviços. Por outro lado, Glaura demonstra potencial para o turismo, agricultura familiar e trabalhos de economias criativa e solidária.	• Plano Municipal de Desenvolvimento Rural; • Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico; • Plano Municipal de Desenvolvimento da Economia Criativa

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 95 (p. 279).

A leitura do quadro técnico demonstra que a dinâmica econômica de Glaura enfrenta desafios estruturais consideráveis. A comunidade local aponta problemas básicos de

infraestrutura e atendimento, destacando a falta de acesso a serviços públicos, a limitação de possuir um CEP único para toda a localidade e, especialmente, a escassez de opções de comércio.

A análise das perspectivas indica que o principal entrave para a consolidação de um comércio local forte é a contiguidade com o distrito de Cachoeira do Campo. Por ser uma centralidade muito mais robusta, Cachoeira do Campo acaba absorvendo a demanda dos moradores de Glaura, gerando uma relação de forte dependência para o consumo de bens e a utilização de serviços. Esse fenômeno desestimula a fixação e a diversificação de novos empreendimentos comerciais dentro do próprio distrito de Glaura.

Apesar dessas barreiras, o diagnóstico revela que o distrito possui alternativas econômicas bastante viáveis e promissoras, que não dependem diretamente do comércio varejista tradicional. Glaura apresenta uma forte vocação para a agricultura familiar, para o turismo e para atividades ligadas à economia criativa e solidária. O desenvolvimento desses setores representa uma oportunidade valiosa para a geração de renda local e para a valorização dos recursos e tradições da comunidade.

Em resumo, a economia de Glaura encontra-se em uma posição de dependência em relação à infraestrutura de serviços e comércio de Cachoeira do Campo, o que restringe o seu dinamismo local. Para superar essa estagnação e promover a geração de emprego e renda, é fundamental que as políticas públicas apliquem os instrumentos já previstos. Isso inclui os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural, Econômico e de Economia Criativa. Elas devem fomentar as verdadeiras potencialidades do distrito: o turismo integrado, a economia solidária e o fortalecimento da agricultura familiar.

6 Aspectos sociais e demográficos

A análise dos aspectos sociais e demográficos no âmbito da revisão do Plano Diretor de Ouro Preto permite compreender a dinâmica de crescimento e o perfil de atendimento às demandas básicas da população nos distritos. De acordo com os dados populacionais consolidados entre os anos de 2010 e 2022, o município registrou um incremento populacional geral. Nesse cenário regional, o distrito de Glaura apresenta uma característica de crescimento demográfico moderado e contínuo, tendo sua população residente saltado de 1.418 habitantes em 2010 para 1.515 habitantes em 2022, o que representa um acréscimo de

97 pessoas. Esse adensamento progressivo reforça a necessidade de adequação das políticas públicas locais voltadas para as áreas de assistência social, educação e saúde.

Figura 92: Síntese de aspectos — principais questões técnicas e comunitárias — Distrito: Glaura.

Leitura técnica integrada	Leitura comunitária participativa	Conclusões e perspectivas
ASSISTÊNCIA SOCIAL * Os pontos levantados mostram uma busca de acesso a diversos serviços em Cachoeira do Campo e reclamam a presença de uma subprefeitura no distrito-polo para atender suas necessidades.	ASSISTÊNCIA SOCIAL **Problemas:** * Falta de acesso a serviços básicos, como banco, cartórios, subprefeitura, hospitais. Grande deslocamento para chegar em OP na base de apoio; **Demandas:** * População grande busca mais autonomia no distrito maior e mais próximo, que seria Cachoeira do Campo.	ASSISTÊNCIA SOCIAL * Ações de forma integrada às outras áreas administrativas devem ser encaminhadas.
EDUCAÇÃO * Na área de educação, demandam ensinamento sobre meio ambiente a ser pensada de forma integrada à Secretaria de Meio Ambiente e de Cultura e Turismo, considerando as características ambientais, culturais e o potencial do turismo do núcleo e entorno.	EDUCAÇÃO **Problemas:** * Organização. Sinalização. Melhoria dos acessos. Fundamental para acesso aos equipamentos; **Demandas:** * Materiais descartáveis como fonte de renda. Moradores colaboram com a limpeza. * Implantar coleta seletiva. Programa de educação ambiental. * Capacitação para o turismo. * Creches;	EDUCAÇÃO * As demandas devem ser avaliadas pela Secretaria para melhoria no atendimento.
SAÚDE * A unidade de saúde em Glaura está em reforma e será ampliada.	SAÚDE **Problemas:** * Falta de medicamentos. * Falta de atendimento médico. **Demandas:** * Melhoria no atendimento de saúde.	SAÚDE * Glaura apresentou demanda por melhoria, o que deve ser sanado com a ampliação da unidade.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro p.264.

A integração entre os dados populacionais gerais e os apontamentos setoriais de Glaura demonstra que o crescimento demográfico do distrito, embora moderado, acentua carências estruturais históricas ligadas à descentralização administrativa e ao atendimento

básico. No eixo da Assistência Social, fica evidente a dependência de Glaura em relação a polos urbanos maiores. A comunidade relata dificuldades severas de acesso a serviços de natureza bancária, cartorial e hospitalar, o que exige longos deslocamentos até a sede do município. Como reflexo dessa condição, a leitura comunitária aponta o desejo por maior autonomia e manifesta o pleito pela instalação de uma subprefeitura no distrito-polo vizinho, Cachoeira do Campo, facilitando o suporte institucional de proximidade. Tecnicamente, a orientação indica que as soluções administrativas devem ser encaminhadas de maneira integrada com as demais pastas governamentais.

No campo da educação, as análises revelam que o ambiente escolar e formativo está diretamente vinculado às características geográficas e econômicas de Glaura. A população identifica falhas na organização, sinalização e acessibilidade viária aos equipamentos escolares existentes. Por outro lado, há uma forte sinergia com temas ecológicos e de desenvolvimento local: os moradores demandam creches, programas de capacitação para o turismo local e a estruturação de um sistema de coleta seletiva que transforme resíduos recicláveis em fonte de renda. A leitura técnica endossa essa percepção ao sugerir que a educação ambiental seja planejada em conjunto com as secretarias de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, potencializando a preservação do núcleo histórico e seu entorno.

Na saúde, o diagnóstico revela deficiências imediatas no cotidiano da população, marcadas pela escassez de medicamentos essenciais e pela falta de atendimento médico regular na localidade. Como contrapartida institucional, a leitura técnica pontua que a unidade de saúde de Glaura encontra-se em fase de reforma e passará por uma ampliação física. De acordo com os pareceres do relatório, essa intervenção estrutural na edificação é considerada a principal via para sanar as demandas reprimidas e restabelecer a qualidade do atendimento básico de saúde diretamente no distrito.

O diagnóstico social e demográfico de Glaura indica que a fixação e o bem-estar da população local dependem diretamente da descentralização de serviços e da melhoria da infraestrutura comunitária. A resolução das demandas prioritárias aponta para a necessária conclusão das obras de ampliação da unidade de saúde e a implementação de rotinas pedagógicas voltadas ao turismo e à preservação ambiental. Além disso, destaca a articulação logística de serviços públicos integrados, consolidando o distrito como uma localidade autônoma e estruturada frente ao crescimento regional.

7 Mobilidade

A análise da mobilidade urbana no município de Ouro Preto revela um cenário complexo, marcado por desafios topográficos expressivos e uma infraestrutura viária que precisa conciliar o fluxo de moradores, estudantes e turistas. De forma geral, o diagnóstico municipal aponta sérias inadequações na mobilidade ativa, como calçadas insuficientes na área histórica e ausência de infraestrutura cicloviária adequada. Além disso, o sistema de transporte coletivo distrital e regional enfrenta limitações de oferta e conectividade, operando com linhas que muitas vezes não oferecem serviço direto à Sede. Esse panorama macroestrutural reflete diretamente nas dinâmicas locais dos distritos, como se observa de maneira detalhada no caso de Glaura.

Figura 93: Síntese de Mobilidade (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Glaura

Geral	Problemas	Demandas	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação
Distrito de relevante vocação turística, sem conexão direta à Sede e com potencial de expansão. Vias estreitas em alguns de seus bairros internos. Há problemas na circulação de pedestres, falta de elementos de acessibilidade e uma rede viária urbana que necessita de melhorias, como calçadas, drenagem etc. Foi realizada uma análise da funcionalidade das vias de Glaura, considerando como vias principais as rodovias federais, estaduais e municipais de apoio à rede de transporte coletivo, à circulação de caminhões de coleta de resíduos e às vias que promovem integração do território; as vias secundárias são rodovias municipais que promovem acesso às localidades e áreas do município, além das coletoras. O mapa da rede viária do município está apresentado na Figura 17.	Transporte público pouco ou ausente. Falta de transporte coletivo que se conecta com a Sede de Ouro Preto e demais localidades. Pavimentação das estradas. Apenas dois acessos para chegar a Glaura, sendo que apenas um é pavimentado. Qualquer intervenção de obra atrapalha a entrada. Carretas não conseguem passar pela estrada de terra, gerando grande deslocamento para chegar em Ouro Preto na base de apoio. Superlotação das vias em horários de pico. Pontes e estradas danificadas. Ponte precisa de reforma (histórica) e o acesso das ruas só é calçado na via principal, em Soares .	Mais transporte público e mais vias alternadas. Mais opções de transporte público. Linha de ônibus entre Glaura e Vale do Tropeiro. Adequar as estradas de acordo com a necessidade da população. Colocar asfalto. Calçamento de Glaura à Ponte Ana de Sá. Restauro das estradas e pontes, especialmente na localidade Ponte Ana de Sá. Reforma da ponte de Soares. Calçamento nas vias. Manutenção das vias e pavimentação. Regularização.	Foram registradas muitas demandas pontuais relacionadas à manutenção das vias e pavimentação. Trata-se de região estratégica na expansão urbana e metropolitana, com implantação de loteamentos e atividades turísticas. Há necessidade de hierarquia viária adequada como parte do Plano Diretor e de Mobilidade. O Plano de Mobilidade precisa ser atualizado e adequado para contemplar melhor o distrito.	Hierarquia viária. Plano Diretor. Plano de Mobilidade. Atualização e adequação do Plano de Mobilidade.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 25 (p. 91, 92).

Os dados consolidados de Glaura evidenciam que o distrito vivencia de forma acentuada os gargalos estruturais identificados no plano macro do município. Sob a ótica técnica, Glaura destaca-se pela forte vocação turística e pelo potencial de crescimento, mas esbarra na falta de uma conexão direta com a sede urbana de Ouro Preto e no estreitamento

de suas vias internas. Esse isolamento relativo e as deficiências físicas da malha urbana prejudicam severamente a mobilidade ativa interna, gerando sérios problemas para a circulação de pedestres devido à falta de calçadas, drenagem adequada e elementos básicos de acessibilidade.

A leitura comunitária participativa valida e detalha essas limitações técnicas ao qualificar o transporte público como escasso ou ausente, reforçando a insatisfação com a falta de linhas diretas para a Sede e outras localidades. A infraestrutura viária é o ponto mais crítico relatado pelos moradores, que apontam a existência de apenas dois acessos ao distrito — dos quais somente um é pavimentado. Esta fragilidade faz com que qualquer intervenção ou obra comprometa completamente a entrada da localidade. Há queixas explícitas sobre estradas e pontes danificadas, como a necessidade urgente de reforma da ponte histórica e da ponte de Soares, além do fato de que o calçamento se restringe praticamente à rua principal. A precariedade das vias de terra impede inclusive o tráfego de veículos pesados, como carretas, forçando deslocamentos longos e desgastantes em busca de serviços básicos na base de apoio.

Diante disso, as demandas da população convergem para a exigência de melhorias operacionais e estruturais. Isso inclui o aumento da oferta de transporte coletivo, com menção à criação de uma linha específica ligando Glaura ao Vale do Tropeiro. Além disso, há um amplo programa de pavimentação, calçamento e manutenção asfáltica, estendendo-se até a localidade da Ponte Ana de Sá.

Em termos de planejamento territorial, o diagnóstico conclui que Glaura ocupa uma posição altamente estratégica na expansão urbana e metropolitana, atraindo novos loteamentos e impulsionando o turismo. No entanto, a sustentabilidade desse crescimento depende diretamente da aplicação de instrumentos normativos previstos na revisão do Plano Diretor. Tais como a definição clara da hierarquia viária local e a atualização e adequação do Plano de Mobilidade Urbana. Isso é necessário para garantir o ordenamento do sistema de tráfego e o atendimento logístico das demandas comunitárias.

O diagnóstico de mobilidade do distrito de Glaura revela um descompasso entre a relevância estratégica e turística da localidade e as condições reais de sua infraestrutura viária e de transporte. A superação desses obstáculos requer investimentos urgentes na pavimentação dos acessos, na reforma das pontes locais e na reestruturação das linhas de transporte coletivo. Tais ações devem ser conduzidas sob as diretrizes de atualização do Plano

de Mobilidade e da Hierarquia Viária, assegurando que o vetor de expansão urbana do distrito seja acompanhado por condições dignas e eficientes de deslocamento.

8 Patrimônio Cultural

A preservação do patrimônio cultural no município de Ouro Preto constitui um dos pilares estruturais para o desenvolvimento sustentável e a manutenção da identidade local nos distritos. Conforme apontado pelas diretrizes gerais do caderno de diagnóstico, o patrimônio edificado e natural permeia diretamente diversas áreas setoriais, tais como o uso e ocupação do solo, o meio ambiente, a economia e o turismo. No caso específico do distrito de Glaura, a gestão desse acervo enfrenta o desafio de conciliar a integridade de seus bens históricos com as pressões decorrentes da expansão urbana e das dinâmicas contemporâneas de habitação e turismo.

Figura 94: Síntese do Patrimônio Cultural (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Glaura.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação
* Reformas inadequadas nos imóveis inventariados; * Desmembramentos dos lotes; * Condomínios no entorno da Conurbação com Cachoeira do Campo.	**Problemas** Não apresentou comentários. **Demandas** Acompanhamento pela gestão pública das intervenções e orientações técnicas de forma a estabelecer um menor impacto na comunidade pelas atividades contemporâneas. **Potencialidades** * Monumentos históricos/gastronomia. * Projeto ROOTS. * Sítios arqueológicos históricos. * Tombamento das pontes Ana de Sá.	* LUOS * PD * Tombamento federal da Matriz de Santo Antônio; * Tombamento Municipal das Pontes Ana de Sá;

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 115 (p. 323).

A análise dos dados específicos de Glaura indica que, embora o distrito possua um acervo cultural e histórico de grande relevância, a integridade física e a configuração morfológica desse patrimônio encontram-se sob pressões urbanísticas evidentes. Pelo lado da leitura técnica integrada, foram diagnosticados problemas críticos relacionados à descaracterização arquitetônica e fundiária, consubstanciados na ocorrência de reformas inadequadas em imóveis já inventariados e no desmembramento irregular ou excessivo de lotes tradicionais. Adicionalmente, o corpo técnico identificou que a proliferação de novos

condomínios no entorno da área de conurbação com o distrito vizinho de Cachoeira do Campo gera uma forte interferência na paisagem cultural e no ordenamento do solo local.

No âmbito da participação social, a leitura comunitária não registrou queixas diretas no item de problemas, mas manifestou uma preocupação clara quanto ao futuro do núcleo histórico diante das transformações urbanas. A principal demanda da população consiste na exigência de uma atuação mais presente do Poder Público, por meio do acompanhamento efetivo das intervenções e do fornecimento de orientações técnicas adequadas. O objetivo da comunidade com essa medida é mitigar os impactos negativos provocados pelas atividades econômicas e imobiliárias contemporâneas sobre o tecido tradicional do distrito.

Em contrapartida a esses riscos, o diagnóstico listou potencialidades culturais significativas que funcionam como vetores de valorização e atratividade para Glaura. Foram destacados os monumentos históricos locais, a culinária tradicional e gastronômica, a presença de sítios arqueológicos históricos e iniciativas culturais como o Projeto ROOTS. No campo da proteção legal, o patrimônio do distrito conta com o respaldo de normativas fundamentais, incluindo as diretrizes do Plano Diretor (PD) e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). A proteção jurídica de maior relevância se consolida por meio do tombamento federal da Matriz de Santo Antônio e do tombamento municipal das Pontes Ana de Sá, os quais representam os marcos legais para a salvaguarda e fiscalização desses bens de interesse público.

O diagnóstico do patrimônio cultural de Glaura evidencia a necessidade urgente de equilibrar o avanço imobiliário periférico com a preservação de seu núcleo histórico e de suas potencialidades identitárias. Para assegurar a permanência de seus valores arquitetônicos e paisagísticos, o planejamento municipal deve fortalecer os mecanismos de fiscalização baseados na LUOS e no Plano Diretor. Além disso, deve estruturar canais de assistência técnica governamental para orientar as reformas particulares. Isso garante que a modernização do distrito ocorra sem prejuízo à sua memória material.

9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana

O ordenamento do território e a regulação da expansão urbana no município de Ouro Preto envolvem a superação de carências infraestruturais históricas e o controle de pressões contemporâneas associadas ao crescimento imobiliário e ao turismo. Conforme o diagnóstico

macroestrutural do município, as principais fragilidades urbanas envolvem a ocorrência de ocupações irregulares em áreas com restrições geológicas e ambientais, a insuficiência das redes de saneamento básico e drenagem pluvial, e as limitações na oferta de transporte público coletivo entre as localidades. Nos distritos que apresentam forte vetor de atratividade residencial e turística, como Glaura, torna-se imprescindível a atualização das ferramentas normativas de zoneamento para ordenar o crescimento e mitigar impactos sobre o núcleo histórico e o meio ambiente.

O quadro a seguir consiste na transcrição fiel das informações contidas no diagnóstico intersetorial e participativo específico para o distrito de Glaura, detalhando a leitura técnica e as percepções da comunidade.

Figura 95: Quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Glaura.

Zoneamento (2011)	Ordenamento Territorial	Características	Usos do solo	Tipologia Construtiva	Infraestrutura Urbana*	Suscetibilidade e Risco**	Centralidade e Equipamentos
* ZPAM * ZPE * ZCH * ZAR-1 * ZAR-2	* Atualização da mancha urbana e dos territórios; * Revisão das áreas de proteção; * Revisão dos parâmetros urbanísticos do núcleo histórico e entorno de forma a preservar as características paisagísticas e culturais.	* Expansão urbana ligada a segundas residências e loteamentos; * Processo de conurbação com Cachoeira do Campo; * Bens culturais necessitam de ações de salvaguarda e conservação; * Infraestrutura de lazer pouco presente.	* Residencial Unifamiliar * Comercial local * Turismo	Padrão construtivo médio a alto	Pouco presente (gargalos no saneamento básico e infraestrutura rodoviária de acesso)	Suscetibilidade Inundação 0,37% Locais: Glaura	* Igreja Matriz de Santo Antônio; * Unidade Básica de Saúde (UBS); * Escola Municipal;

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 127 (p. 346).

A análise dos dados do distrito de Glaura revela uma dinâmica territorial complexa e acelerada, que se diferencia significativamente do cenário de estagnação observado em outras localidades periféricas do município. O diagnóstico técnico aponta que a expansão urbana em Glaura está fortemente vinculada ao surgimento de loteamentos voltados para segundas residências (chácaras de lazer e casas de fim de semana), atraindo um perfil socioeconômico com padrão construtivo classificado de médio a alto. Esse vetor de crescimento imobiliário impulsiona um processo de conurbação com o distrito vizinho de Cachoeira do Campo, o que

tende a unificar progressivamente as malhas urbanas e a transferir pressões de adensamento para Glaura.

Apesar de o mapeamento de riscos indicar uma suscetibilidade muito baixa, restrita a 0,37% de áreas propensas a eventos de inundação no núcleo, o distrito enfrenta um descompasso acentuado entre o ritmo de crescimento edilício e a provisão de serviços básicos. A infraestrutura urbana geral é classificada como "pouco presente", sendo penalizada principalmente por gargalos históricos no sistema de saneamento básico e pelas deficiências estruturais na pavimentação e manutenção de suas estradas e acessos viários. Esse cenário de carência compromete a salubridade local e afeta diretamente a qualidade ambiental do entorno, gerando preocupações quanto à sustentabilidade do crescimento urbano a longo prazo.

Ademais, o ordenamento do solo em Glaura esbarra na escassez de espaços públicos estruturados para o lazer e a convivência comunitária. A centralidade institucional da localidade apoia-se em equipamentos fundamentais, como a Escola Municipal, a Unidade Básica de Saúde (UBS) e o expressivo patrimônio religioso representado pela Igreja Matriz de Santo Antônio. No entanto, o relatório técnico adverte que os bens culturais locais necessitam de ações urgentes de salvaguarda e conservação. Para conter os riscos de descaracterização morfológica decorrentes da expansão imobiliária e do turismo, faz-se necessária uma revisão profunda no zoneamento vigente (atualmente sobreposto por ZPAM, ZPE, ZCH, ZAR-1 e ZAR-2). O parecer técnico propõe a atualização formal da mancha urbana e a readequação dos parâmetros urbanísticos para o núcleo histórico e seu entorno, visando proteger e blindar as características paisagísticas, históricas e culturais que conferem identidade ao distrito.

O diagnóstico do uso e ocupação do solo em Glaura demonstra que o principal desafio do distrito reside no ordenamento do seu vetor de expansão imobiliária e de turismo de segunda residência. A revisão do Plano Diretor e das normativas urbanísticas complementares deverá priorizar o estabelecimento de parâmetros edilícios rígidos para preservar a escala horizontal e a paisagem do núcleo histórico. Isso condicionará a aprovação de novos loteamentos e a conurbação com Cachoeira do Campo ao aporte prévio de infraestrutura completa de saneamento, acessibilidade e áreas de lazer público para a comunidade.

10 Habitação

O acesso à moradia digna e a regularização jurídica dos assentamentos urbanos constituem pilares fundamentais da política habitacional no município de Ouro Preto. Historicamente, o diagnóstico macroestrutural do município aponta que as maiores concentrações de áreas informais, núcleos precários e ocupações espontâneas de baixa renda estão situadas no distrito da sede municipal.

Contudo, essa problemática expande-se de maneira heterogênea para as áreas distritais. Nos territórios em que o crescimento populacional é mais contido ou direcionado para frentes específicas, como o distrito de Glaura, as principais carências habitacionais afastam-se do perfil de favelização crônica. Elas se concentram na ausência de regularização jurídica de propriedades já consolidadas e em gargalos operacionais e institucionais que dificultam a aplicação de instrumentos voltados para Habitações de Interesse Social (HIS).

Figura 96: Síntese da Produção Habitacional no Distrito de Glaura.

Problemas	Demandas	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislações
* Não apresentou comentários.	* Não apresentou comentários.	* Diferente dos demais distritos, em Glaura não foram registradas demandas ou áreas com potencialidade para HIS; no entanto, a política municipal de habitação deve abranger todo o território municipal.	* Regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social; * Utilização de instrumentos urbanísticos, contrapartidas e parcerias que possam financiar projetos habitacionais; * Propor subsídios e incentivos para a produção habitacional a partir de iniciativas privadas.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 157 (p. 392).

Quadro 97: Síntese da Regularização Fundiária no Distrito de Glaura.

Problemas	Demandas	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos / Legislações
* Não apresentou comentários.	* Não apresentou comentários.	* O município de Ouro Preto possui demandas em todo o seu território; o programa municipal de regularização fundiária deve considerar as realidades locais de modo a priorizar os núcleos consolidados de interesse social.	* Programa Municipal de Regularização Fundiária que contemple ações de melhoria de infraestrutura, garantia de serviços públicos, remoção e reassentamento, conforme normas estabelecidas na Lei Federal 13.465/2017.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 158 (p. 393).

A leitura técnica e o distanciamento analítico dos quadros de Glaura expõem uma realidade peculiar no contexto habitacional de Ouro Preto. Ao contrário das centralidades urbanas e de distritos com forte expansão habitacional espontânea, Glaura destaca-se pela completa ausência de manifestações, queixas ou registros de problemas e demandas por parte dos moradores durante as oficinas participativas e consultas públicas da Leitura Comunitária, tanto no subtema da Produção Habitacional quanto no de Regularização Fundiária.

Sob o aspecto técnico do planejamento urbano, o relatório adverte que essa falta de dados pontuais ou comunitários locais não deve ser interpretada como uma inexistência total de carências ou como uma justificativa para a exclusão do distrito das políticas públicas. No eixo da Produção Habitacional, o documento salienta que, embora não tenham sido delimitadas frentes prioritárias ou mapeadas áreas com potencialidade imediata para a implantação de Habitações de Interesse Social (HIS), as diretrizes habitacionais municipais devem atuar sob um princípio de universalidade. Elas devem abranger todo o território de Ouro Preto. Para viabilizar futuras intervenções ordenadas no distrito, o parecer técnico orienta a utilização de instrumentos normativos. Tais como a regulamentação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), contrapartidas urbanísticas por novas construções, consórcios e concessões, além de subsídios públicos direcionados a incentivar a iniciativa privada.

De modo análogo, o diagnóstico para a Regularização Fundiária adota uma abordagem institucional integrada. O relatório ressalta que as carências na titulação de imóveis e na consolidação jurídica da posse são latentes em todo o município de Ouro Preto. Nesse sentido, os parâmetros para o distrito de Glaura devem ser incorporados às metas gerais do Programa Municipal de Regularização Fundiária, estruturado em conformidade com as diretrizes e normas estabelecidas pela Lei Federal nº 13.465/2017. O documento conclui que a atuação governamental no distrito deve se pautar pela avaliação das realidades locais, definindo prioridades técnicas para os núcleos urbanos consolidados que demandem melhorias na infraestrutura urbana, garantia de serviços públicos essenciais ou medidas específicas de ordenamento territorial.

O diagnóstico habitacional e fundiário de Glaura evidencia um cenário de estabilidade aparente, no qual a ausência de demandas comunitárias espontâneas exige do Plano Diretor uma postura preventiva e universal. O direcionamento futuro das ações institucionais para o distrito deve se concentrar na inclusão preventiva da localidade nas metas de regularização

fundiária baseadas na legislação federal. Além disso, deve haver a manutenção de instrumentos urbanísticos regulamentados, garantindo que qualquer demanda habitacional futura seja absorvida de forma planejada, legalizada e integrada à infraestrutura existente.

11 Turismo

O turismo em Ouro Preto é estratégico para diversificar a economia e valorizar as identidades locais. Os dados municipais indicam que o crescimento sustentável do setor, focando no ecoturismo e turismo cultural, depende da melhoria da infraestrutura urbana. Entre as carências estão a falta de sistemas de esgoto e a inadequação das vias de acesso. No planejamento do Plano Diretor, distritos turísticos como Glaura necessitam de normas rigorosas para evitar impactos negativos no patrimônio e recursos naturais devido ao fluxo de visitantes e ao desenvolvimento imobiliário.

Figura 98: Síntese do Turismo (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) em Glaura.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação
A falta de saneamento básico no município prejudica o desenvolvimento do turismo. A concessionária Saneouro informou que concluiu os projetos executivos de esgotamento sanitário para a sede e os distritos, faltando apenas a implantação. A promoção do turismo sustentável deve incluir iniciativas de educação ambiental, para aumentar a consciência sobre práticas de preservação entre turistas e moradores. O Plano Municipal de Turismo visa estruturar, normatizar e roteirizar o ecoturismo até 2027.	* A população não apresentou reclamações ou sugestões. O distrito tem grande potencial turístico, atraindo muitos visitantes e pessoas que buscam construir uma segunda residência. Ressaltam-se as festas religiosas, o artesanato local e a gastronomia como atrativos a serem valorizados.	* Lei Estadual n.º 13.317/1999 – Contém o Código de Saúde do estado de Minas Gerais; * Lei Municipal n.º 214/2006 – Estabelece normas de higiene pública e dá outras providências; * Lei Municipal n.º 620/2010 – Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental; * Lei Municipal n.º 934/2014 – Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, reformula o Conselho Municipal de Saneamento, cria o Fundo Municipal de Saneamento e dá outras providências.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 164 (p. 403).

A análise dos indicadores específicos de Glaura demonstra uma configuração peculiar, na qual o forte potencial indutor da atividade turística coexiste com uma postura de estabilidade comunitária e com desafios estruturais compartilhados em nível municipal.

Diferente de outras localidades em que os processos consultivos da Leitura Comunitária registraram queixas imediatas, a população de Glaura não formalizou reclamações ou sugestões diretas neste eixo. O relatório ressalta, contudo, que o distrito atua como um polo consolidado de atratividade regional, caracterizado por um fluxo expressivo de visitantes temporários e por um mercado imobiliário dinâmico voltado para a construção de segundas residências, como sítios e chácaras de lazer. Esse cenário é reforçado por ativos do patrimônio imaterial, com destaque para as festas religiosas tradicionais, a produção artesanal e a culinária gastronômica local, elementos descritos como vetores essenciais que demandam fomento e valorização institucional.

Por outro lado, o distanciamento analítico do parecer técnico adverte que a sustentabilidade desse modelo econômico depende diretamente da resolução de passivos de infraestrutura urbana. O documento aponta que as deficiências no saneamento básico verificadas em Ouro Preto limitam o aproveitamento pleno das potencialidades turísticas dos distritos. Embora a concessionária Saneouro tenha reportado a finalização dos projetos executivos de esgotamento sanitário para o território, a execução e a implantação física das redes permanecem pendentes. Conforme os parâmetros técnicos indicados, a consolidação de um turismo ecológico e sustentável em Glaura exige o aporte concomitante de ações de educação ambiental direcionadas a moradores e turistas. Isso deve alinhar as práticas locais às metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Turismo. Este plano prevê a estruturação, normatização e roteirização do ecoturismo regional até o ano de 2027.

Para dar sustentação jurídica a esse ordenamento, o diagnóstico se ampara em um conjunto normativo que vincula a saúde pública, o meio ambiente e a regulação urbana. O avanço das atividades turísticas e imobiliárias no distrito deve obedecer aos parâmetros fixados pelo Código de Saúde do Estado de Minas Gerais (Lei Estadual nº 13.317/1999) e pelas leis municipais de higiene pública (Lei nº 214/2006) e de educação ambiental (Lei nº 620/2010). Além disso, a captação de recursos e a execução das obras de infraestrutura sanitária necessárias para proteger a ambiência do distrito encontram respaldo nos mecanismos previstos pela Política Municipal de Saneamento Básico (Lei Municipal n.º 934/2014). Além disso, são apoiados pelas instâncias do Fundo e do Conselho Municipal de Saneamento.

O diagnóstico do turismo em Glaura confirma a relevância do distrito como um importante destino cultural, gastronômico e de segundas residências, evidenciando um cenário de expansão que demanda ordenamento preventivo. Para assegurar que o fluxo de

visitantes e o crescimento imobiliário não descaracterizem a localidade, as diretrizes da revisão do Plano Diretor deverão priorizar a execução física dos projetos de esgotamento sanitário. Além disso, deve-se considerar a aplicação de programas de educação ambiental e a normatização das rotas de ecoturismo. Isso garante a conservação do meio ambiente e a salvaguarda da identidade comunitária.

Revisão do
Plano Diretor
de Ouro Preto
Câmara Municipal de Ouro Preto

Lavras Novas

Lavras Novas dista cerca de 13 km da Sede de Ouro Preto, situando-se em área de altitude elevada, com paisagem de chapada e forte identidade turística e cultural. É o único distrito cuja principal fonte de renda da comunidade é o turismo, impactando diretamente também os núcleos limítrofes. A população cresceu de 929 para 1.002 habitantes entre 2010 e 2022, acréscimo de 73 pessoas.

1 Aspectos físicos

A análise dos aspectos físicos territoriais é elemento fundamental para o planejamento urbano municipal e a revisão do Plano Diretor. O entendimento das características geográficas locais engloba estudos de clima, topografia, áreas de risco geológico, risco de barragens e aptidão ou restrição à urbanização. Isso permite identificar as potencialidades e, principalmente, os limites para a expansão urbana de forma segura. Isso garante a preservação ambiental e a integridade da população frente a possíveis riscos naturais.

Figura 99: Síntese do Meio Físico (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) do distrito de Lavras Novas.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação
• A leitura técnica registrou a análise de clima, topografia, áreas de risco geológico, risco de barragens e aptidão/restrição à urbanização; • Concluiu que o distrito urbano não apresenta, no momento, risco geológico de maior monta, sendo isento de processos naturais expressivos que tragam riscos à população; • A zona urbana já encontra restrições nos terrenos livres para sua expansão.	• Na Reunião Participativa realizada no distrito não houve manifestações a respeito da temática, assim como nas contribuições (formulário físico, mídias sociais e formulário online) e nas oficinas participativas.	No momento, o distrito não tem a questão dos riscos geológicos como problema ao seu desenvolvimento e expansão urbana. Porém, a dinâmica de ocupação do território e expansão do núcleo urbano deve ser alvo de preocupação, uma vez que a escassa disponibilidade de terrenos com maior aptidão à urbanização pode acabar por gerar situações de risco.	• Carta de suscetibilidade a movimentos de massa e inundações. • Zoneamento Urbano • Lei de Uso e Ocupação do Solo

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 06 (p. 77).

A avaliação integrada do meio físico para o distrito de Lavras Novas aponta para um cenário de estabilidade no perímetro urbano consolidado. A leitura técnica detalhada englobou aspectos determinantes como o clima, a topografia local, a presença de barragens e o mapeamento de aptidão e restrição à urbanização. Ela concluiu que a área urbana estruturada está livre de processos naturais de maior monta ou riscos geológicos imediatos. Essa tranquilidade técnica é diretamente refletida no cotidiano dos moradores. A leitura comunitária participativa — realizada por meio de reuniões presenciais, oficinas e canais de escuta físicos e digitais — não registrou nenhuma queixa ou manifestação da população sobre o tema. Isso evidencia que não há uma percepção local de problema ou perigo iminente.

Por outro lado, o diagnóstico emite um alerta preventivo indispensável para o crescimento ordenado do distrito. Embora o núcleo atual seja seguro, os terrenos livres e desimpedidos que possuem apreciável aptidão natural para receber novas construções estão se esgotando, gerando fortes restrições físicas para a expansão urbana.

O risco futuro reside justamente no avanço desordenado sobre essas áreas restritivas. Caso a ocupação do solo continue a avançar sem o devido controle, a escassez de terrenos adequados poderá empurrar o vetor de crescimento para encostas íngremes ou setores vulneráveis, criando cenários de risco que hoje não existem. Para mitigar essa tendência, o município deve aplicar de maneira rígida os instrumentos técnicos e normativos disponíveis. Entre eles estão a Carta de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações, o Zoneamento Urbano e os parâmetros restritivos da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Isso garante que o desenvolvimento econômico e turístico de Lavras Novas não comprometa a segurança física do distrito.

O distrito de Lavras Novas apresenta condição geomorfológica favorável e segura em sua ocupação atual, sem o registro de riscos geológicos de maior monta e sem preocupações manifestadas pela comunidade. Contudo, diante da escassez crescente de áreas livres com aptidão à urbanização, o Plano Diretor deve atuar de forma preventiva. Ele deve utilizar o zoneamento e as leis de uso do solo como instrumentos de contenção. Isso é necessário a fim de impedir o avanço da urbanização sobre terrenos restritivos e potencialmente perigosos e assegurar o desenvolvimento ordenado e seguro do distrito.

2 Meio biótico e ambiental

No escopo da revisão do Plano Diretor de Ouro Preto, a análise do meio biótico e ambiental evidencia a necessidade contínua de implementação de ações para mitigar impactos como ocupação irregular, queimadas, desmatamento e assoreamento de nascentes. O distrito de Lavras Novas, em especial, apresenta um cenário em que a alta relevância de sua biodiversidade e conservação natural contrasta com queixas diretas da comunidade sobre degradação ambiental e poluição sonora. O diagnóstico integrado entre a leitura técnica e a percepção comunitária fornece a base para o direcionamento de políticas públicas de fiscalização e recuperação ambiental na região.

> Em relação à leitura comunitária da oficina realizada no dia 20 de julho de 2023 no distrito de Lavras Novas, no local: Escola Municipal de Lavras Novas, na Rua Nossa Senhora dos Prazeres, s/n, Centro, das 18h às 21h, entre os principais problemas relacionados ao meio biótico e demais aspectos ambientais, foi relatado que nesse distrito as nascentes são atingidas por queimadas, necessitando de uma fiscalização ambiental mais efetiva, bem como a recuperação ambiental das áreas de preservação permanente (APP).
> (...) Desta forma, o Poder Público Municipal deverá apurar a denúncia de queimadas em nascentes do Distrito de Lavras Novas e aplicar as medidas corretivas e punitivas cabíveis. Concomitante, torna-se necessário desenvolver programas/ações ambientais direcionadas para o controle das queimadas e incêndios nesse distrito, além de estabelecer políticas ambientais com fiscalização ostensiva, reprimindo essas práticas criminosas, de acordo com a Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais).
> No que se refere à recuperação ambiental das nascentes do distrito de Lavras Novas, o Poder Público Municipal poderá utilizar o mapeamento preliminar das Áreas de Preservação Permanente apresentado no Diagnóstico da Leitura Técnica do processo de revisão do Plano Diretor de Ouro Preto para elencar as nascentes que possuem prioridade de recuperação nesse distrito.
> De acordo com o parágrafo único do art. 2.º da Lei n.º 14.653/2023, as áreas de preservação permanente, com preferência para aquelas localizadas no entorno de nascentes, serão elegíveis como áreas prioritárias a se beneficiarem de pagamentos por serviços ambientais com uso de recursos públicos.
> No que concerne à outra questão abordada, foi a quantidade de desmatamento na região, com pouca ou nenhuma fiscalização ambiental no distrito. Em se tratando desse problema, a região da Chapada foi enfatizada durante a oficina, sendo solicitado um aumento na fiscalização ambiental nessa localidade e, se necessário, a aplicação de condutas da Lei de Crimes Ambientais (9.605/98).
> Houveram também relatos da população presente sobre a degradação ambiental na localidade de Venda Nova. A fim de se avaliar essa questão, o Poder Público Municipal deverá realizar uma fiscalização na localidade de Venda Nova, para averiguar se há processos de

degradação ambiental ocorrendo nessa região, e tomar as medidas corretivas e punitivas cabíveis.

Também foi dada atenção à poluição sonora provocada pelos quadriciclos em Lavras Novas. Desta forma, a população sugere que sejam criadas rotas alternativas, que não comprometam a comunidade local. Ainda em relação à poluição sonora, a população presente fez várias queixas sobre os eventos (shows) ocorridos frequentemente no distrito de Lavras Novas, que tiram o sossego da população, principalmente dos mais idosos, com som alto durante a noite. Mediante o exposto, as questões abordadas poderão ser encaminhadas à Comissão Municipal de Educação e Controle da Poluição Sonora, estabelecida no município, para que seja realizada uma avaliação local, obedecendo aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos na Lei Complementar n.º 16, de 17 de julho de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 111, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o controle e o combate à poluição sonora no âmbito do município de Ouro Preto." (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2006, p. 92-94).

Figura 00: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais.

% Fitofisionomias e demais usos	Grau de Conservação da Flora Regional	Unidade de Conservação - Área (ha)	Áreas Verdes Urbanas	Projetos de Educação Ambiental
Áreas antropizadas (pastagem): 2,92% Áreas antropizadas (cultivo comercial de madeira - eucaliptos): 1,36%. Áreas antropizadas (cultivo comercial de madeira - pinus): 3,18%. Outros usos: 3,84%. Refúgio vegetacional/associado a afloramento quartzítico/arenítico (estágio inicial – montano): 0,22%. Refúgio vegetacional/associado a afloramento quartzítico/arenítico (demais estágios – montano): 10,43%. Floresta Estacional Semidecidual (demais estágios da vegetação nativa - Montano): 56,62% Campo Sujo de Cerrado: 25,28%	> 85,96% da flora regional apresenta um grau de conservação alto ou muito alto; 9,96% é um grau médio e 4,07%, um baixo grau de conservação.	> 10,82% da área do Parque Estadual do Itacolomi está inserida no Distrito de Lavras Novas, sendo que 28,18% da área dessa Unidade de Conservação está inserida no Município de Ouro Preto. > Na região oeste do Distrito de Lavras Novas, há pequenas sobreposições de áreas pertencentes ao Monumento Natural Estadual de Itatiaia.	> Lavras Novas possui uma área total de 829,94ha inserida no perímetro urbano, com 95,04% de áreas verdes urbanas, incluindo: cobertura vegetal e Áreas de Preservação Permanente.	> O poder público municipal não possui projetos de Educação ambiental direcionados para o Distrito de Lavras Novas.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 27 (p. 92, 94).

Figura 100: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais (continuação).

Áreas de Proteção Permanente – APP Hídricas (Uso/Cobertura)	Percentual em relação às APP Hídricas do Distrito	Zonas Especiais de Proteção Ambiental – ZPAM	Reserva Legal – RL	Passivos ambientais

Formação Florestal	62,44%	Área de ZPAM no distrito: 829,94 ha. % em relação à área total do distrito: 19,42%. % em relação à ZPAM do Município: 15,56%	Área de RL no distrito: 467,80. % em relação à área total do distrito: 10,94%. A área de RL no distrito representa 2,81% em relação à RL do Município.	O distrito não apresenta passivos ambientais registrados no Inventário de Áreas Contaminadas de Minas Gerais e na Lista de Áreas Contaminadas e Reabilitadas do estado referentes ao ano de 2022.
Formação Savânica	0,26%			
Silvicultura	5,07%			
Formação Campestre	20,41%			
Pastagem	0,50%			
Mosaico de Usos	6,75%			
Área Urbana	0,10%			
Outras áreas não vegetadas	0,57%			
Afloramento Rochoso	3,60%			
Lago	0,29%			

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 27 (p. 92, 94).

Figura 101: Diagnóstico Consolidado (Leitura Técnica e Comunitária)

Oficina Participativa	**Legislação Correlata (Federal/Estadual/Municipal)**	**Parecer Técnico**
Oficina Comunitária: relatos sobre a poluição sonora provocada pelos quadriciclos. A população sugere que sejam criadas rotas alternativas, que não comprometam a população local. Ainda sobre poluição sonora, houve também queixas sobre as Festas Eventuais (shows).	Lei Municipal Complementar n.º 16/2006; Lei Municipal Complementar n.º 111/2011.	As questões abordadas na oficina comunitária do distrito de Lavras Novas poderão ser encaminhadas à Comissão Municipal de Educação e Controle da Poluição Sonora estabelecida no município, para que seja realizada uma avaliação local, obedecendo aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos na legislação.
Relatos na Oficina Comunitária: degradação ambiental na localidade de Venda Nova.	-	Mediante o exposto pela população presente na oficina de Lavras Novas, há processos de degradação ambiental ocorrendo na localidade de Venda Nova. Para avaliar a degradação ambiental, o Poder Público Municipal deverá realizar uma fiscalização na localidade de Venda Nova e tomar as medidas corretivas e punitivas cabíveis.

Oficina Comunitária: foi mencionada a ocorrência de queimadas nas nascentes do distrito de Lavras Novas.	Lei Federal n.º 9.605/98.	O Poder Público Municipal deverá investigar a denúncia de queimadas nas nascentes do Distrito de Lavras Novas, aplicar as medidas corretivas e punitivas cabíveis, e estabelecer políticas ambientais com fiscalização rigorosa, reprimindo essas práticas criminosas.
Oficina Comunitária - Solicitado: promover a recuperação ambiental das nascentes do Distrito de Lavras Novas e aumentar a fiscalização ambiental nessa região.	Lei Federal n.º 14.653/2023	O Poder Público Municipal poderá utilizar o mapeamento preliminar das Áreas de Preservação Permanente apresentado no Diagnóstico da Leitura Técnica... para elencar as nascentes que possuem prioridade de recuperação em Lavras Novas. As Áreas de Preservação Permanente no entorno de nascentes são elegíveis como áreas prioritárias a se beneficiarem de pagamentos por serviços ambientais.
Oficina Comunitária: A população presente na região da Chapada enfatizou a ocorrência de desmatamento e pouca fiscalização ambiental nessa localidade.	Lei Federal n.º 9.605/98	De acordo com a notificação de desmatamento na localidade da Chapada, torna-se imprescindível um aumento da fiscalização ambiental pelo Poder Público Municipal nessa região e, se necessário, a aplicação de condutas da lei de crimes ambientais.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 28 (p. 94).

A análise dos dados de Lavras Novas mostra um grande contraste entre sua rica natureza e a crescente pressão humana percebida pelos habitantes. O distrito possui 4.274,745 hectares e apresenta excelente conservação ambiental, com mais de 85,96% da flora regional em grau alto ou muito alto. A vegetação é predominantemente composta pela Floresta Estacional Semidecidual (56,62%) e pelo Campo Sujo de Cerrado (25,28%), além de incluir áreas do Parque Estadual do Itacolomi e do Monumento Natural Estadual de Itatiaia. Cerca de 19,42% do distrito é Zona Especial de Proteção Ambiental (ZPAM), e as Áreas de Proteção Permanente (APP) hídricas consistem principalmente em formação florestal (62,44%).

Embora a leitura técnica mostre um forte quadro de preservação, a leitura comunitária revelou graves falhas no controle e na gestão do território. A população denunciou a degradação ambiental em Venda Nova, o desmatamento na Chapada e, de forma crítica, as queimadas em nascentes. O parecer técnico confirma as denúncias e ressalta a necessidade de o Poder Público Municipal aumentar a fiscalização e aplicar as penalidades da Lei de Crimes Ambientais. Recomenda-se mapear APPs para definir prioridades de recuperação das nascentes, com inserção em programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) (Lei n.º 14.653/2023).

A dinâmica do turismo e lazer tem gerado conflitos de convivência, além das questões bióticas. Moradores relataram problemas significativos de poluição sonora devido à circulação de quadriciclos e festas constantes, exigindo a intervenção da Comissão Municipal de Educação e Controle da Poluição Sonora para fiscalização conforme as leis da cidade. A falta de projetos de educação ambiental geridos pelo poder público no distrito dificulta a resolução de muitos desses conflitos, conforme indicado no diagnóstico técnico.

O distrito de Lavras Novas possui um patrimônio natural amplamente preservado e protegido por importantes unidades de conservação e zonas de proteção. No entanto, a integridade desse bioma encontra-se ameaçada pela insuficiência de fiscalização, que permite a proliferação de crimes ambientais, como queimadas em nascentes e desmatamentos. Faz-se imprescindível a atuação rigorosa do município tanto na regulação das atividades turísticas (como o controle de quadriciclos e poluição sonora) quanto na implementação ativa de projetos de educação e recuperação ambiental, garantindo a sustentabilidade em longo prazo da região.

3 Saneamento

No processo de diagnóstico do Plano Diretor de Ouro Preto, a temática do Saneamento Básico engloba o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem pluvial, a limpeza urbana e o manejo de resíduos. As oficinas participativas demonstraram ser fundamentais para compreender como a população vivencia esses problemas no dia a dia, apontando necessidades de ajustes e melhorias na segurança hídrica e na infraestrutura. Essas informações são essenciais para direcionar as políticas públicas que buscam garantir a universalização dos serviços e a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Figura 102: Síntese da Leitura Técnica de Lavras Novas.

Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Resíduos Sólidos	Drenagem Pluvial
• Em Lavras Novas, o Sistema de Abastecimento de Água – Lavras Novas é o responsável por fornecer água para a área urbana do distrito. Este sistema é composto por uma captação superficial, três captações subterrâneas, uma elevatória de água tratada, três reservatórios e a rede de distribuição. • Em 2023, a Saneouro inaugurou o sistema de filtros, que passou a tratar a água captada. • Com relação ao povoado de Chapada de Ouro Preto, a comunidade conta com seu próprio Sistema de Abastecimento de Água. O SAA Chapada é composto por uma captação superficial e um reservatório de 34 m³. • O departamento de Vigilância Sanitária e Ambiental executa o monitoramento da qualidade da água da Fonte Rosa, localizada em Lavras Novas.	• Os moradores do distrito de Lavras Novas são atendidos com a coleta e o afastamento dos esgotos domésticos. Contudo, não é feito o tratamento do efluente. • Assim como nos demais distritos, em Lavras Novas há trechos da rede de esgoto que são do tipo separador absoluto e outros do tipo unitário. • O esgoto doméstico é coletado e lançado posteriormente nos corpos hídricos do distrito.	• A coleta convencional de resíduos sólidos em Lavras Novas ocorre três vezes na semana. • O distrito é atendido pela coleta seletiva duas vezes na semana. Os moradores solicitaram durante a oficina participativa que seja aumentada a frequência da coleta seletiva em Lavras Novas.	• Assim como nos demais distritos, o sistema de drenagem pluvial em Lavras Novas é constituído por bocas de lobo, galerias, bueiros etc. • O sistema de drenagem pluvial ora opera como separador absoluto (existem redes distintas para água pluvial e esgoto sanitário), ora opera como sistema unitário (redes unidas).

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 53 (p. 177).

Figura 103: Síntese da Leitura Comunitária com Parecer Técnico de Lavras Novas.

Leitura Comunitária Participativa	Parecer Técnico	Instrumentos/Legislação

Abastecimento de água: • Conforme relatos dos moradores durante a oficina participativa realizada no distrito, no Bairro Centro há falta de água. **Esgotamento Sanitário:** • Durante a oficina participativa, os moradores relataram que o esgoto escorre a céu aberto, sendo lançado nos rios. • Ademais, na Rua do Campo, foi relatado que há o extravasamento da rede de esgoto (possivelmente durante eventos chuvosos), e a infraestrutura está comprometida. • Por fim, não é feito o tratamento de esgoto e falta rede de esgoto no Bairro Centro. • Com isso, as demandas referem-se à necessidade de implantar/adequar o sistema de esgotamento sanitário em todo o distrito de Lavras Novas. **Resíduos Sólidos:** • Conforme os relatos da oficina participativa, ocorre o descarte de resíduos em pontos turísticos naturais do distrito, como em cachoeiras e trilhas. • Além do aumento na frequência da coleta seletiva, outras demandas dos moradores de Lavras Novas são: instalação de mais lixeiras, execução de podas de árvores e conscientização de moradores e turistas quanto à coleta seletiva. **Drenagem Pluvial:** • No que tange à drenagem e ao manejo de águas pluviais, os participantes/moradores de Lavras Novas relataram um problema e uma demanda. • Na Rua Dois, o sistema de drenagem pluvial não está funcionando plenamente, tendo em vista que a água da chuva não está escoando para as bocas de lobo que foram instaladas na via após o calçamento. • O resultado disso é a invasão da água da chuva nas residências situadas abaixo do nível da via. • Com isso, a demanda dos moradores refere-se à necessidade de construir/adequar a rede de drenagem pluvial.	**Abastecimento de água:** • A Organização das Nações Unidas (ONU) define em sua Resolução n.º 64/292 de 2010 que "o direito à água potável e ao saneamento é um direito humano essencial para o pleno desfrute da vida e de todos os direitos humanos". • Nesse sentido, ela deve ser fornecida com qualidade e quantidade suficientes para suprir as necessidades humanas. • Por esse motivo, a ocorrência de intermitência em sistemas de abastecimento de água deve ser evitada. • Desta forma, este assunto será discutido na etapa de Diretrizes e Propostas do Plano Diretor. **Esgotamento Sanitário:** • O problema apontado na oficina participativa de Lavras Novas é algo que ocorre em praticamente todo o município de Ouro Preto. • A Saneouro atualmente já conta com os projetos executivos de esgotamento sanitário da sede e dos distritos prontos, sendo necessária agora a implementação. • Tais projetos incluem rede coletora e o tratamento do esgoto sanitário. • É importante ressaltar que o art. 11-B da Lei 14.026/2020 estabelece que os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização. Essas metas devem garantir o atendimento de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033. **Resíduos Sólidos:** • Os assuntos abordados no eixo de resíduos sólidos permeiam a temática de educação ambiental. • Por esse motivo, serão discutidas e apresentadas na próxima etapa do Plano Diretor propostas que englobem a educação ambiental quanto ao descarte adequado de resíduos. • Com relação ao aumento da frequência da coleta seletiva, instalação de lixeiras e execução de podas, esses assuntos têm caráter de resolução imediata e, por isso, cabe à Prefeitura de Ouro Preto atender a tais solicitações. **Drenagem Pluvial:** • Conforme já apontado pelos participantes da oficina participativa, a solução para o sistema de drenagem pluvial é realizar a sua readequação, separando a rede de esgoto da drenagem de águas de chuva. • Essa adequação deve ser feita em praticamente todo o território ouro-pretano.	**Legislações correlatas:** • Lei Federal n.º 14.026/2020 – Atualiza o marco legal do saneamento básico. • Lei Federal n.º 11.445/2007 – Política Nacional de Saneamento Básico. • Lei Federal n.º 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos. • Lei Estadual n.º 11.720/1994 – Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências. • Lei Estadual n.º 18.031/2009 – Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos de Minas Gerais. • Lei Municipal n.º 178/1980 – Institui o Código de Posturas de Ouro Preto. • Lei Municipal n.º 620/2010 – Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental. • Lei Municipal n.º 934/2014 – Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, reformula o Conselho Municipal de Saneamento, cria o Fundo Municipal de Saneamento e dá outras providências. **Planos:** • Plano Diretor, Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Conselhos que podem deliberar sobre questões de meio ambiente e saneamento básico: • CODEMA e COMUSA.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 54 (p. 178).

O diagnóstico de saneamento em Lavras Novas revela desafios estruturais que afetam a qualidade de vida e o turismo do distrito. A comunidade de Chapada de Ouro Preto, apesar da infraestrutura da Saneouro e de um sistema independente, enfrenta falta d'água, especialmente no Bairro Centro. O parecer técnico ressalta que essa privação fere os princípios da ONU sobre direitos humanos, mostrando a urgência de soluções para garantir o fornecimento contínuo.

O estado do esgotamento sanitário é alarmante. A leitura técnica indica que, embora haja coleta, não ocorre tratamento do efluente, que é despejado diretamente nos corpos d'água. A população relata esgoto a céu aberto, transbordamentos na Rua do Campo nas chuvas e falta de rede no Bairro Centro. O parecer técnico indica que esse déficit é comum na maior parte do município. A concessionária já tem projetos executivos prontos para execução. Os projetos são essenciais para atingir as metas do Novo Marco Legal do Saneamento, que demanda 90% de coleta e tratamento até 2033.

O manejo de águas pluviais evidencia um problema de integração de infraestrutura. Em vários trechos, a drenagem está ligada à rede de esgoto, sobrecarregando a infraestrutura e gerando extravasamentos. Moradores da Rua Dois relataram que o nivelamento inadequado do calçamento novo impede que a água da chuva escoe para as bocas de lobo, resultando em alagamentos nas casas. A recomendação principal é a separação total das redes de drenagem e esgoto em todo o distrito.

A gestão de resíduos sólidos é afetada pela intensa atividade turística. A comunidade reclama do lixo descartado irregularmente em trilhas e cachoeiras, pedindo mais lixeiras, coleta seletiva mais frequente e ações de conscientização. O parecer técnico propõe duas frentes: ações imediatas da Prefeitura, como instalação de lixeiras e podas, e diretrizes de educação ambiental no novo Plano Diretor.

Lavras Novas necessita urgentemente de melhorias em saneamento básico para lidar com o crescimento urbano e a alta demanda turística. A falta de tratamento de esgoto e a ineficácia das drenagens afetam gravemente os rios e a saúde dos moradores. A resolução dos conflitos requer a rápida execução dos projetos de universalização do saneamento e o fortalecimento das ações de zeladoria e educação ambiental do município.

4 Mineração

A mineração é uma das principais atividades econômicas e históricas de Ouro Preto, influenciando a organização do território. Há 534 processos minerários ativos no município, destacando-se a extração de minério de ferro, ouro, topázio e areia. Essas operações têm supervisão de várias barragens industriais e de mineração nas bacias locais, necessitando de rigorosos estudos de rompimento. Entretanto, a distribuição dessa atividade é desigual. Distritos como Miguel Burnier e Antônio Pereira têm mais impactos e concessões de grandes empresas, enquanto Lavras Novas tem uma realidade mais específica e menos voltada à extração de ferro. Possui dinâmicas e riscos específicos relacionados ao seu contexto geográfico.

A análise da mineração em Lavras Novas mostra um nível de interferência direta bem menor em relação a Ouro Preto. A falta de relatos sobre a mineração nas oficinas com a comunidade do distrito reflete a baixa percepção de impacto no cotidiano local.

Figura 104: Síntese da Leitura Técnica da Mineração em Lavras Novas.

Processos em fase de concessão de lavra	Estudos de Dam Break	Conflitos
• A partir da leitura técnica, constatou-se que o distrito de Lavras Novas tem um processo em fase de concessão de lavra para a substância bauxita, sendo tal concessão da empresa Novelis do Brasil Ltda.	• A análise dos dados georreferenciados do estudo da Barragem do Custódio indicou que a área urbana do distrito provavelmente não seria afetada em um rompimento. O rompimento poderia impactar comunidades a jusante da barragem, especialmente as das margens do rio Gualaxo do Sul.	-

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 79 (p. 202).

A partir do levantamento técnico, identifica-se que a atividade minerária no distrito se restringe, no momento, a um único processo em fase de concessão de lavra, destinado à extração de bauxita sob a responsabilidade da empresa Novelis do Brasil Ltda. Esse dado contrasta com a predominância do minério de ferro observada na maior parte do município e demonstra uma exploração de menor capilaridade no território de Lavras Novas. A ausência de registros na coluna de "Conflitos" do quadro diagnóstico reforça a hipótese de que a mineração, atualmente, não é o principal vetor de tensões sociais ou urbanas na localidade.

Apesar da baixa atividade extrativa direta na área urbana, a questão da segurança de barragens — uma preocupação crônica em Ouro Preto — também se faz presente. O estudo de Dam Break referente à Barragem do Custódio indica que o núcleo urbano de Lavras Novas encontra-se em uma zona segura quanto ao risco de inundação por um eventual

rompimento. No entanto, o diagnóstico emite um alerta ambiental e social importante: a mancha de inundação afetaria as comunidades localizadas a jusante (abaixo) da estrutura, colocando em risco, sobretudo, as populações e ecossistemas situados ao longo das margens do rio Gualaxo do Sul.

O distrito de Lavras Novas apresenta uma relação periférica com a grande mineração de Ouro Preto, abrigando apenas um processo de concessão voltado para a extração de bauxita. A ausência de queixas comunitárias reflete o baixo impacto direto da atividade no núcleo urbano. Contudo, a presença da Barragem do Custódio demanda atenção do planejamento territorial. Pois, embora a sede do distrito esteja a salvo de um possível rompimento, há um risco latente para a bacia do rio Gualaxo do Sul e para as comunidades a jusante. Isso exige ações preventivas e de monitoramento por parte da Defesa Civil e dos órgãos ambientais.

5 Aspectos sociais e demográficos

A análise dos aspectos sociais e demográficos é fundamental para o direcionamento das políticas públicas no município de Ouro Preto. De acordo com os dados do censo populacional (2010 a 2022), o distrito de Lavras Novas apresentou um leve crescimento demográfico, passando de 929 para 1.002 habitantes (um acréscimo de 73 pessoas). Embora represente uma parcela reduzida da população total do município (cerca de 1,3%), o distrito possui uma dinâmica socioeconômica muito particular, fortemente influenciada pela atividade turística. Esse cenário de crescimento e intensa movimentação exige a estruturação adequada dos serviços básicos locais nas áreas de assistência social, educação e saúde, conforme detalhado no diagnóstico a seguir.

Figura 105: diagnóstico das questões técnicas e comunitárias de Lavras Novas.

Eixo	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa (Problemas e Demandas)	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos / Legislação

Assistência Social	• O atendimento é pelo CRAS móvel e pelo serviço na sede de Ouro Preto. • Conforme apontado pela comunidade e constatado, faltam espaços de expressão das artes e fazeres, valorizando a história local da população.	**Problemas:** • Não foram apontados problemas específicos de atendimento da assistência social no distrito. O tema não apareceu explicitamente como discussão na oficina participativa. **Demandas:** • Quanto às demandas, estão implícitas em questões de formação de mão de obra e valorização da cultura e identidade local. Espaços para encontros e valorização da produção de artes e de artesãos locais.	• Conforme manifestação da comunidade, apoio à população idosa é para ser avaliado pela Secretaria. • O distrito tem atraído empreendedores de fora, sendo que a população tem tido oportunidade de emprego, mas existe a demanda por formação e capacitação. • Ações integradas de valorização da cultura, reforço da identidade local, busca de formação de mão de obra, apreciação das habilidades e fazeres da região e ampliação do empreendedorismo integrado à cadeia turística são possibilidades de desenvolvimento social da comunidade.	-
Educação	• A escola municipal existente no distrito é a Nossa Senhora dos Prazeres, que funciona atendendo à população em prédio próprio. • Falta qualificação de professores e equipamentos para modernizar o acesso ao conhecimento de forma ampliada e orientada.	**Problemas:** • Falta de atualização dos professores; • Falta professores. **Demandas:** • Incentivo às crianças; • Valorização do professor da comunidade; • Aumentar o número de professores; • Sala de informática.	• As demandas por equipamentos de informática e equipes devem ser avaliadas pela Secretaria para melhoria no atendimento no curto prazo.	-
Saúde	• Lavras Novas conta com unidade em prédio próprio que precisa de reforma. • Demandam atendimento odontológico, especialidades e maior frequência no atendimento médico.	**Problemas:** • Demora do SAMU; falta de remédio; não é todo dia que tem médico; falta de médicos especializados; falta de médico; falta de dentista no posto de saúde; falta de medicamento; • Não funciona final de semana – UBS. **Demandas:** • Remédios nos postos; farmácia popular; • Dentistas e médicos especializados; • Reforma e ampliação; • Ambulância.	• A secretaria deve avaliar as demandas que necessitam de melhoria imediata.	• Plano setorial específico.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro da p. 265, 266.

O diagnóstico social de Lavras Novas revela um contraste claro entre o potencial econômico gerado pelo turismo e a precariedade de parte dos serviços básicos oferecidos à população residente. Na Assistência Social, identifica-se que o atendimento depende do CRAS móvel ou de deslocamentos até a Sede. Embora não tenham surgido queixas graves de desassistência na oficina participativa, ficou evidente a necessidade de apoio à população idosa e a urgência de criar espaços físicos para a valorização da cultura e do artesanato local. O distrito atrai muitos empreendedores externos, o que gera empregos, mas expõe uma

lacuna na qualificação da mão de obra local. O desenvolvimento de habilidades e a integração do morador à cadeia turística são passos fundamentais para garantir um crescimento socialmente justo.

Na Educação, a Escola Municipal Nossa Senhora dos Prazeres garante o atendimento em prédio próprio, mas enfrenta desafios qualitativos apontados tanto pela leitura técnica quanto pela comunidade. Há um déficit de professores e uma carência na atualização desses profissionais. Além disso, a infraestrutura pedagógica precisa de modernização urgente, sendo a implantação de uma sala de informática uma das principais reivindicações, o que reforça a necessidade de inserir os alunos no contexto tecnológico atual.

O eixo da Saúde é o que apresenta as queixas comunitárias mais incisivas. Apesar de possuir uma Unidade Básica de Saúde (UBS) em prédio próprio, a estrutura necessita de reformas e ampliações. O atendimento médico atual é insuficiente: faltam profissionais em tempo integral, especialistas, atendimento odontológico e fornecimento regular de medicamentos. Outro ponto crítico é a ausência de funcionamento da UBS aos finais de semana — período em que a população do distrito flutua significativamente devido ao turismo —, somada à demora no socorro via SAMU. Isso motiva o pedido direto da população por uma ambulância local e pela implantação de uma farmácia popular.

Embora possua uma base demográfica residente reduzida, o distrito de Lavras Novas exige uma reestruturação imediata de seus equipamentos públicos devido à sua intensa dinâmica turística. A ausência de assistência contínua em saúde (especialmente aos finais de semana), a necessidade de modernização tecnológica nas escolas e a falta de espaços para a afirmação da identidade cultural local são gargalos expressivos. As perspectivas apontam para a necessidade de que as secretarias municipais realizem intervenções de curto prazo em infraestrutura e recursos humanos, garantindo que o desenvolvimento econômico do distrito se reverta em verdadeira melhoria na qualidade de vida dos moradores.

6 Aspectos econômicos

Embora o documento técnico não apresente uma tabela específica com os problemas, demandas e conclusões econômicas delineadas exclusivamente para Lavras Novas, a compreensão de sua realidade deve ser ancorada na leitura do quadro geral do município.

O diagnóstico macro de Ouro Preto alerta para a forte relação de dependência da mineração e destaca um ponto de atenção crucial: a informalidade e a precarização do trabalho nos setores de comércio e serviços, com ênfase na área do turismo. Sabe-se que Lavras Novas possui uma vocação natural e uma economia local fortemente impulsionada pela atividade turística. Portanto, as demandas gerais levantadas para o município refletem diretamente as necessidades latentes do distrito.

Nesse contexto, as diretrizes propostas no quadro geral, como a criação de mecanismos para diminuir a precarização do trabalho, o investimento massivo na formação e qualificação da mão de obra local e o fomento à formalização, são políticas públicas. Elas se enquadram perfeitamente nas necessidades de Lavras Novas. Além disso, o fortalecimento da "Economia Criativa e Solidária", voltada para a geração de renda descentralizada, mostra-se como um caminho natural para potencializar o comércio local, o artesanato e os serviços de hospitalidade no distrito, garantindo que os moradores locais capturem o valor econômico gerado pelos visitantes.

A ausência de informações específicas sobre Lavras Novas neste eixo no diagnóstico aponta, contudo, para uma lacuna na territorialização dos dados, demandando que as futuras políticas públicas realizem um mapeamento mais direcionado às particularidades econômicas desse distrito.

7 Mobilidade

O diagnóstico geral de mobilidade do município de Ouro Preto aponta desafios estruturais associados à topografia acidentada e à infraestrutura viária histórica. No contexto geral, o sistema viário frequentemente apresenta deficiências de sinalização, acessibilidade e pavimentação, impactando a mobilidade a pé e motorizada. O quadro diagnóstico municipal destaca, de forma explícita, que há sérios problemas de conflitos e carência de vagas de estacionamento em distritos específicos, com ênfase para Lavras Novas e São Bartolomeu. Essa incompatibilidade estrutural entre a infraestrutura existente e a demanda de circulação local e turística é detalhada na leitura específica do distrito a seguir.

Figura 106: Síntese de Mobilidade – Lavras Novas.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação

• Distrito com forte atividade turística consolidada e em expansão, acessível por uma estrada estreita que atravessa uma área de pedras. • Muitos conflitos de estacionamento de turistas aos finais de semana. • Há muitos conflitos de acesso devido ao grande número de pessoas durante eventos e shows. • Possui problemas na circulação de pedestres, falta de elementos de acessibilidade e uma rede viária urbana que necessita de melhorias, como calçadas, drenagem, etc. • Foi realizada uma análise da funcionalidade das vias de Lavras Novas, sendo consideradas como importantes as rodovias federais, estaduais e municipais de apoio à rede de transporte coletivo, à circulação de caminhões de coleta de resíduos e as vias que promovem integração do território, além das vias urbanas com vocação para arterial. As vias secundárias consistem em rodovias municipais que promovem o acesso às localidades e áreas-pro do município, além de incluir as vias coletoras. O mapa da Rede Viária do Município está apresentado na Figura 21.	**Problemas:** • Sem ônibus todos os dias; • Falta de local para estacionar; • Estacionando no passeio; • Trânsito ineficaz; • Obstrução de vias; • Locomoção complicada (Rua N.S. dos Prazeres, Rua do Campo, Rua Chá). • Estacionar os carros dos dois lados da rua, que é estreita e possui um desvio, é um desafio. • Muitos buracos na estrada. **Demandas:** • Ônibus todo dia; tarifa zero. • Aumentar a quantidade de ônibus e os horários (Chapada, Lavras Novas, Venda do Campo); • Desvios de trânsito; • Colocar sinalização/fiscalização. • Novos acessos; melhorar o trânsito do centro; interligar Rua do Campo com a Rua Nossa Senhora dos Prazeres (fazer estudo geotécnico e de viabilidade). • Reorganização do trânsito; local de estacionamento (ao redor do campo de futebol); • Um estacionamento monitorado, inclusive, pode ter um valor simbólico para ajudar Lavras Novas. • Mobilidade: falta de fiscalização de trânsito (existem placas de proibido estacionar e, ainda assim, estacionam); • Obstrução das vias • Melhoria das estradas.	• Distrito com forte atração turística em crescimento nos últimos anos, gerando uma expansão incompatível com as condições de acesso e circulação interna. • Importantes ações imediatas de gestão de conflitos e melhorias pontuais, mas indicando necessidade de um plano de acesso mais amplo.	• Plano de Circulação do Distrito; • Gestão e regulação do transporte coletivo; • Hierarquia Viária (parte do Plano Diretor e de Mobilidade); • Atualização e adequação do Plano de Mobilidade.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 105 (p. 307, 308).

A análise da mobilidade no distrito de Lavras Novas evidencia o impacto direto da intensa e crescente atividade turística sobre uma infraestrutura viária historicamente restrita. A leitura técnica aponta que o acesso ao distrito ocorre por estradas estreitas com calçamento de pedras, o que intensifica os gargalos de circulação, especialmente aos finais de semana e em dias de eventos que atraem grande público. Além da malha viária voltada aos veículos, o

diagnóstico aponta sérias deficiências na circulação de pedestres, com falta de elementos básicos de acessibilidade, calçadas adequadas e drenagem.

Essa realidade é amplamente corroborada pela percepção da comunidade local, que relata dificuldades severas de locomoção em vias específicas, como as ruas Nossa Senhora dos Prazeres, do Campo e Chá. Os moradores destacam a ineficácia geral do trânsito, agravada pelo comportamento de motoristas que estacionam nos passeios ou em ambos os lados de ruas já muito estreitas, resultando em frequente obstrução das vias. A falta de fiscalização efetiva também é um ponto de frustração comunitária, visto que o desrespeito às placas de "proibido estacionar" é rotineiro.

Outro ponto crítico é a precarização do transporte coletivo. A comunidade reivindica a oferta diária de ônibus, a ampliação de horários e rotas (abrangendo Chapada e Venda do Campo), além de sugerir a implementação da política de tarifa zero.

Para solucionar os conflitos, as demandas da população convergem com a necessidade de gestão técnica, propondo a criação de desvios, novos acessos e a interligação estratégica de vias, mediante estudos geotécnicos e de viabilidade. Propõe-se ainda a estruturação de bolsões de estacionamento, como no entorno do campo de futebol. A comunidade sugere, de forma proativa, a adoção de estacionamentos monitorados com cobrança de valor simbólico, cuja arrecadação seria revertida para melhorias no próprio distrito de Lavras Novas.

Em suma, a expansão da atividade turística em Lavras Novas tornou-se significativamente incompatível com suas condições atuais de acesso e circulação interna. A mitigação desse cenário exige ações imediatas de fiscalização de trânsito, gestão de conflitos viários e melhorias pontuais de infraestrutura, como o reparo de estradas. Contudo, a estabilidade a médio e longo prazo dependerá intrinsecamente da elaboração de um plano de acesso mais amplo e da aplicação rigorosa de instrumentos de planejamento, como o Plano de Circulação do Distrito e a atualização do Plano de Mobilidade.

8 Patrimônio cultural

O patrimônio cultural de Ouro Preto é um eixo de relevância transversal, permeando aspectos fundamentais como ocupação do solo, meio ambiente e desenvolvimento econômico. Embora o tema tenha sido manifestado de forma tímida em algumas oficinas comunitárias, ele se consolidou entre as cinco principais áreas de atenção na maioria dos distritos. É válido destacar que cada um dos 13 distritos possui características singulares,

contribuindo ativamente para a diversidade e a riqueza cultural de toda a região. O diagnóstico ressalta, no entanto, a preocupação com o baixo interesse comunitário demonstrado no distrito Sede — que concentra a maior área tombada e o título de Patrimônio Mundial — em contraste com o forte engajamento cívico observado em outras localidades.

Figura 107: Síntese de Mobilidade (leitura comunitária + leitura técnica) - Lavras Novas.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação
• Destaca-se a imagem de Santana da Chapada, que foi o primeiro bem móvel tombado pelo IPHAN. • Em relação aos núcleos urbanos, a expansão urbana desordenada, população sem vínculo de pertencimento ao local, trânsito caótico e eventos (shows) são os maiores responsáveis pela descaracterização e queda de índices de qualidade de vida.	**Problemas** • O comprometimento com a preservação do patrimônio é evidente, pois o tombamento do núcleo urbano, incluindo a Igreja Nossa Senhora dos Prazeres, foi feito pela PMOP em resposta aos anseios da comunidade. Como demanda, apontaram a restauração das igrejas. Por outro lado, reivindicaram a valorização das tradições, da cultura e das necessidades da população ao reclamarem dos conflitos que o turismo traz em datas que conflitam com festas tradicionais religiosas. **Demandas** • Acompanhamento e orientações para a comunidade das diretrizes do tombamento; • Educação Patrimonial. **Potencialidades** • Preservação do Núcleo Histórico; • Processo de conscientização/educação patrimonial.	Consulte a tabela no final, que abrange todo o território.	• LUOS • PD • Tombamento Federal da Matriz de Lavras Novas; • Tombamento municipal da Capela de Santana da Chapada.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 116 (p. 116).

A análise da tabela evidencia que a preservação do patrimônio em Lavras Novas está sob forte pressão devido à exploração turística intensiva e à dinâmica habitacional recente. A leitura técnica aponta que a expansão urbana desordenada e o afluxo de novos moradores e visitantes sem vínculo de pertencimento histórico com a localidade têm gerado impactos severos. O trânsito caótico e a realização de eventos de grande porte (como shows) são

identificados tecnicamente como os principais vetores de descaracterização do distrito e de queda na qualidade de vida dos moradores.

Apesar dessas ameaças, a Leitura Comunitária demonstra um forte engajamento da população local na defesa de sua história. Esse comprometimento cívico foi determinante para o tombamento do núcleo urbano e da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres, efetivado pelo poder público municipal em resposta direta às reivindicações da comunidade.

Os problemas atuais se concentram no choque entre a vocação turística e a cultura tradicional. Os moradores relatam conflitos diretos gerados pelo turismo, especialmente quando a movimentação de visitantes desrespeita ou interfere no calendário de festas religiosas históricas. Para mitigar esse cenário, a população demanda a restauração dos templos, maior orientação técnica do poder público sobre as regras e diretrizes de tombamento, e a implantação de programas contínuos de educação patrimonial. O marco legal e os instrumentos de proteção da região, incluindo tombamentos federais e municipais – como o da Capela de Santana da Chapada, que abriga o primeiro bem móvel tombado pelo IPHAN – atestam a riqueza histórica do distrito e fundamentam a urgência dessas políticas.

O patrimônio cultural de Lavras Novas vive um conflito latente entre a força de suas tradições locais e os impactos da expansão urbana e do turismo massificado. Para assegurar que o desenvolvimento econômico não culmine na descaracterização do distrito, é crucial promover uma gestão do turismo que respeite a cultura local, priorizando o fomento à educação patrimonial e o cumprimento rigoroso da legislação de preservação e tombamento.

9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana

O eixo de Uso e Ocupação do Solo e Expansão Urbana analisa em especificidade as dinâmicas que conformaram a evolução do território, integrando fatores históricos, urbanísticos e os conflitos socioespaciais presentes no município. Em termos gerais, Ouro Preto enfrenta o desafio de equilibrar a intensa pressão sobre sua infraestrutura — impulsionada por atividades como o turismo, a mineração e a expansão urbana — com a necessidade de preservação de seu patrimônio cultural e natural. No distrito de Lavras Novas, essa dinâmica se manifesta de maneira singular e crítica. A localidade vivencia uma forte vocação turística que, embora represente a maior fonte de renda local, tem gerado um processo acelerado de gentrificação, ocupação desordenada e sobrecarga na infraestrutura

existente. O diagnóstico a seguir detalha essas condicionantes, contrapondo a leitura técnica rigorosa aos anseios e percepções da comunidade residente.

Figura 108: Quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Lavras Novas.

Zoneamento (2011)	Condicionantes a serem observadas na revisão do ordenamento territorial.	Características	Usos do solo	Tipologia: construtivista	Infraestrutura Urbana*	Suscetibilidade de Risco**	Centralidade e Equipamentos
ZPAM ZAR-2 ZAR-3 ZPE	Ajustar a ZPE, de acordo com o perímetro de tombamento do núcleo urbano de Lavras Novas, concluído em 2022. Desenvolve ações que garantam a preservação da ZPAM, que abrange todo o distrito, assegurando que seus usos (cachoeiras, trilhas, esportes etc.) ocorram de forma sustentável e em consonância com os desejos da comunidade local.	Incidência recorrente de eventos de grande porte geradores de impacto de circulação e geração de ruído e resíduos. Concentração de pousadas e conversão das unidades familiares em residências de aluguéis temporários voltados para turistas. Conjunto histórico de importante relevância patrimonial. Tendência à gentrificação.	• Comércios e serviços (especialmente voltados para o turismo); • Residencial	Padrão construtivo médio a alto.	Pouco presente.	Suscetibilidade Corrida de Massa 14,90 Locais: Lavras Novas. Enxurrada 28,29% Locais: Chapada e Lavras Novas.	• Escola Municipal de Lavras Novas • Campo de futebol • Igreja Nossa Senhora dos Prazeres • Cruzeiro • Cruzeiro Nossa Senhora dos Prazeres • Agência dos Correios • Mirante do Buieié Baixo • Mirante do Teleférico • UBS Lavras Novas • Represa do Custódio
ZPAM ZAR-1 ZAR-2 ZPE	Definir zoneamento de transição para manutenção da ambiência local.	Tendência à repetição do padrão de ocupação de Lavras Novas.	Residencial	Padrão construtivo médio a baixo.	Pouco Presente	Movimento de massa 2,68% Locais: Lavras Novas.	• Capela Santana

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 128 (p. 347).

Figura 109: Síntese dos Aspectos de Uso e Ocupação do Solo – Expansão Urbana (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Lavras Novas.

Subtemas	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação

Fiscalização	• É necessário intensificar a fiscalização no distrito para assegurar o cumprimento da lei vigente, promovendo uma melhor organização do espaço, facilitando a mobilidade dos moradores locais e garantindo a utilização adequada para suas atividades cotidianas. A revisão do Código de Posturas, a ser feita no processo de revisão do Plano Diretor, deve tratar da normatização do crescimento do comércio no distrito, minimizando os problemas de uso dos espaços públicos para este fim.	• A ocupação irregular das calçadas pelo comércio foi tratada como uma das problemáticas no distrito, demandando-se a fiscalização por parte da prefeitura para cumprimento da lei que já existe.	• Plano Diretor; • Zoneamento e parcelamento, ocupação e uso do solo; • Instrumentos diversos previstos no EC; • Regularização fundiária e edilícia.
EIV / Eventos	• É imprescindível avaliar a capacidade operacional do distrito para receber um grande número de pessoas e veículos em eventos como shows e festivais de grande porte. Essa avaliação visa mitigar conflitos entre os visitantes e os moradores devido aos impactos adversos, como aumento na geração de resíduos, níveis de ruído elevados e sobrecarga da infraestrutura viária.	• O distrito vem recebendo muitos eventos de grande porte, sendo necessário fiscalizar a exigência do estudo de impacto de vizinhança.	(Refere-se aos mesmos instrumentos da célula acima)
Zoneamento / Ocupação Irregular / Infraestrutura / Acesso	• Diante das recentes tendências de ocupação do distrito de Lavras Novas, é evidente a necessidade de uma reorganização espacial que considere o ordenamento territorial. Isso inclui ajustar a Zona de Proteção Especial (ZPE) e estabelecer diretrizes específicas para o núcleo urbano de Lavras Novas, destacando sua vocação para o desenvolvimento turístico. É crucial desenvolver essas diretrizes com base em princípios sustentáveis que beneficiem a comunidade residente, incluindo parâmetros para a capacidade de carga do distrito, gestão apropriada de eventos, infraestrutura adequada e regulamentações para preservar as vivências e ambientes comunitários. A fiscalização também é essencial para evitar a construção de edificações irregulares e garantir o ordenamento urbano adequado.	• O crescimento do distrito no ramo do turismo resultou em uma ocupação desordenada e irregular do solo pelos empreendedores e novos moradores. Como demanda, elencou-se a mudança de zoneamento, fazendo com que certas áreas deixem de ser rurais, a regulação e proteção das áreas públicas ocupadas, melhoria da infraestrutura de acesso ao distrito e fiscalização para ocupação ordenada do solo.	(Refere-se aos mesmos instrumentos da célula acima).

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 144 (p. 370).

A análise conjugada da leitura técnica e participativa revela que o distrito de Lavras Novas encontra-se em um ponto de saturação quanto ao seu modelo atual de desenvolvimento turístico. No contexto geral do município, a expansão desordenada pressiona a infraestrutura existente, mas em Lavras Novas essa pressão ganha contornos específicos devido à rápida conversão de unidades habitacionais tradicionais em hospedagens e aluguéis temporários. Esse fenômeno resulta em uma forte tendência de gentrificação, elevando o custo de vida local e descaracterizando o uso predominantemente residencial para um padrão focado em comércio e serviços turísticos.

A infraestrutura urbana, classificada como "pouco presente" pela leitura técnica em áreas com padrão construtivo "médio a alto", demonstra uma grave dissonância entre o investimento privado nas edificações e a provisão de serviços públicos adequados. Este cenário é agravado pela ocorrência de eventos de grande porte, que sobrecarregam o sistema

viário, geram poluição sonora e aumentam abruptamente a produção de resíduos. Há um consenso evidente entre a avaliação técnica e o clamor popular quanto à urgência na aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para mitigar esses transtornos e proteger o cotidiano da comunidade.

Outro ponto crítico é o processo de expansão em direção à localidade da Chapada. O diagnóstico aponta que essa área tende a replicar o padrão de ocupação de Lavras Novas, necessitando da definição de um zoneamento de transição para proteger sua ambiência local e conter irregularidades antes que se consolidem. A comunidade demanda, de forma uníssona, maior rigor na fiscalização por parte do Poder Executivo, seja para coibir o uso irregular das calçadas pelo comércio, seja para disciplinar as novas construções e garantir a preservação do solo e das áreas públicas.

O diagnóstico de Lavras Novas evidencia a necessidade premente de atualização e aplicação rigorosa dos instrumentos de planejamento territorial, como o Plano Diretor, o Zoneamento e o Código de Posturas. A vocação turística do distrito e de seu entorno deve ser disciplinada por parâmetros claros de capacidade de carga, garantindo que o desenvolvimento econômico não ocorra em detrimento da infraestrutura, da preservação ambiental (ZPAM) e da qualidade de vida dos moradores. A fiscalização ostensiva e a readequação da Zona de Proteção Especial (ZPE) ao novo perímetro de tombamento emergem como passos fundamentais para promover uma ordenação espacial equilibrada e sustentável.

10 Habitação

A política habitacional e a regularização fundiária no município de Ouro Preto enfrentam o desafio de lidar com um passivo considerável de áreas irregulares e em processo de ocupação. O diagnóstico técnico geral aponta que essas ocupações ocorrem tanto na sede quanto nos distritos, englobando assentamentos de interesse social, de interesse específico e áreas precárias, o que exige intervenções estruturadas e planejamento governamental. A seguir, o foco recai sobre o distrito de Lavras Novas (conforme imagem de referência enviada), avaliando as demandas relatadas pela comunidade frente aos apontamentos técnicos para a formulação de diretrizes habitacionais e fundiárias na revisão do Plano Diretor.

Figura 110: Quadro-síntese das áreas para HIS (leitura comunitária + leitura técnica) para o município de Ouro Preto — recorte: Lavras Novas.

Leitura Técnica Integrada (Contexto Municipal)	Localidades	Problemas (Leitura Comunitária)	Demandas (Leitura Comunitária)	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos / Legislações
No levantamento, foram identificadas um número considerável de áreas irregulares no município e áreas em processo de ocupação. Na sede estão concentrada a grande maioria das áreas irregulares e os núcleos mais consolidados; nos distritos há também núcleos irregulares, tanto de interesse social como de interesse específico. Também foram levantados os assentamentos precários. As ações de regularização fundiária atualmente acontecem na sede, em Cachoeira do Campo e em Antônio Dias.	• Rua Joel Afonso • Venda do Campo	• Ocupação irregular de pessoas de fora e falta de regularização fundiária;	• Regularização fundiária;	Classificação da irregularidade fundiária por tipologia das ocupações e proposição de ações específicas. • Ocupação remanescente de processos antigos [...]; • Áreas ocupadas de interesse social [...]; • Assentamentos e ocupações espontâneas de interesse social [...]; • Conjunto habitacional de interesse social [...]; • Assentamentos em processo de consolidação da ocupação: são aqueles assentamentos mais recentes, com a ocupação ainda em processo de solicitação; trata-se de desmembramentos de glebas, loteamentos e chacreamento irregulares.	Programa Municipal de Regularização Fundiária que contemple ações de melhoria de infraestrutura, garantia de serviços públicos, remoção e reassentamento, conforme normas estabelecidas na Lei Federal 13.465/2017.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 158 (p. 386-390).

A análise do quadro revela que a questão fundiária no distrito de Lavras Novas, com queixas concentradas nas localidades da Rua Joel Afonso e de Venda do Campo, é fortemente impulsionada pela ocupação irregular promovida por indivíduos vindos de fora da comunidade. Este fenômeno é um reflexo direto da pressão imobiliária e turística sobre o território, e a população local apontou expressamente a ausência de controle urbano e a necessidade de regularização fundiária como demandas prioritárias para conter o avanço do problema.

Sob a ótica da leitura técnica, observa-se um descompasso prático: embora o município de Ouro Preto possua ferramentas para atuar e haja áreas irregulares em constante expansão no distrito, as ações efetivas de regularização fundiária concentram-se atualmente

na sede, em Cachoeira do Campo e em Antônio Dias. Isso evidencia que Lavras Novas encontra-se momentaneamente desassistida das intervenções ativas do poder público neste setor específico, requerendo a descentralização dessas políticas.

As perspectivas do diagnóstico indicam a necessidade de mapear e classificar a irregularidade por tipologia. O contexto de Lavras Novas se enquadra perfeitamente na categoria de "assentamentos em processo de consolidação", que são as ocupações mais recentes caracterizadas por desmembramentos, loteamentos e chacreamentos à margem da lei. Para solucionar essa distorção, a aplicação contínua do Programa Municipal de Regularização Fundiária, amparado pelas diretrizes da Lei Federal n.º 13.465/2017 (REURB), mostra-se imperativa não apenas para conceder titularidade, mas primordialmente para garantir a implantação de infraestrutura básica, serviços públicos adequados e preservar a ambiência comunitária.

A regularização fundiária em Lavras Novas transcende a simples emissão de documentos de posse; ela se consolida como uma ferramenta indispensável de controle da expansão urbana. A inclusão efetiva do distrito nos programas governamentais de regularização e fiscalização é uma medida urgente e estrutural para resguardar os moradores locais, coibir a ocupação desordenada de novas áreas por terceiros e garantir o desenvolvimento sustentável da infraestrutura distrital.

11 Turismo

Em Lavras Novas, o turismo consolida-se como a principal fonte de renda da comunidade, exercendo impacto direto na economia local e nos distritos vizinhos. No entanto, a exploração dessas potencialidades exige planejamento. Tanto a análise técnica quanto a percepção comunitária evidenciam a necessidade premente de dotar a localidade de infraestrutura adequada para suportar as demandas crescentes do setor. Isso evita que a atividade turística ocorra sem diretrizes claras e acabe por prejudicar a própria região. Abaixo, os dados consolidados referentes ao diagnóstico das questões técnicas e comunitárias sobre o turismo no distrito.

Figura 111: Síntese do Turismo (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) em Lavras Novas.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação

Lavras Novas depende do turismo e precisa de boa infraestrutura para atender as demandas do setor, afetando a economia local e dos distritos próximos. A exploração de potencialidades locais sem diretrizes e infraestrutura pode gerar conflitos e afetar o turismo. O Plano Municipal de Turismo ressalta a relevância de edifícios públicos para o turismo, como centros de apoio, e a qualificação da demanda profissional e empresarial. Uma meta do Plano Municipal de Turismo é aprimorar a infraestrutura turística e a mobilidade urbana até 2027. Os órgãos competentes, como o COMTUR, fiscalizam o cumprimento das diretrizes e a execução de projetos para alcançar a meta estabelecida.	O distrito de Lavras Novas é um importante ponto turístico de Ouro Preto, e tem sido cada vez mais visitado por turistas. Porém, não existem pontos turísticos para guiar os visitantes, o que é uma solicitação frequente dos moradores da região. Como o distrito possui um potencial turístico significativo, ressalta-se que as vias, por serem de acesso complicado, acabam sendo uma problemática dentro desse eixo temático, podendo prejudicar a exploração turística local.	• Plano Municipal de Turismo; • Lei Municipal n.º 971/2015 — Estabelece a Política Municipal de Turismo e dá outras providências.
As metas do Plano Municipal de Turismo tratam das questões mencionadas. Para melhorar a infraestrutura, além da meta mencionada, busca-se valorizar a infraestrutura turística e urbana de acesso e mobilidade, conforme as Políticas de Preservação do Patrimônio e o Plano de Mobilidade em revisão. É essencial que órgãos responsáveis fiscalizem a ocupação desordenada do solo relacionada ao distrito turístico-cultural, garantindo o cumprimento das diretrizes legais, como Código de Posturas, Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo.	Algumas demandas relacionadas à regulamentação e fiscalização das legislações foram apontadas como problemáticas dentro do eixo de turismo. A ocupação desordenada do solo, resultante do crescimento turístico da região, e o aumento do número de eventos de grande porte realizados no distrito foram citados, demandando-se regulamentação das suas datas, exigência do estudo de impacto de vizinhança e de carga e melhoria da infraestrutura das estradas vicinais que dão acesso ao distrito.	• Plano Municipal de Turismo; — • Lei Municipal n.º 971/2015 — Estabelece a Política Municipal de Turismo e dá outras providências; • Lei Complementar n.º 29/2006 - Estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto; • Lei Complementar n.º 93/2011 — Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto; • Lei Municipal n.º 178/1980 — Institui o Código de Posturas de Ouro Preto.

A prática do ecoturismo é abordada significativamente dentro do Plano Municipal de Turismo, nas diretrizes, metas e objetivos específicos, além de estabelecer programas e ações exclusivas para fomentar o turismo sustentável em destinos naturais. O estudo de viabilidade para implementação dessas práticas tem um prazo médio estipulado, enquanto o desenvolvimento de projetos destinados à prática do ecoturismo é previsto a longo prazo. O horizonte da meta que rege tais programas e ações está definido para 2027.	As belezas naturais encontradas no distrito de Lavras Novas são potenciais turísticos, sendo demandada a exploração do ecoturismo na região para fortalecê-la como destino de turismo ecológico.	• Plano Municipal de Turismo; • Lei Municipal n.º 971/2015 — Estabelece a Política Municipal de Turismo e dá outras providências; • Lei Complementar n.º 29/2006 — Estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 165 (p. 404).

A leitura integrada do diagnóstico de Lavras Novas revela um descompasso claro entre a alta atratividade do distrito e a capacidade atual de sua infraestrutura urbana. No eixo dos Serviços Turísticos, a comunidade ressalta o aumento expressivo de visitantes, mas aponta falhas básicas que comprometem a experiência e o dia a dia, como a ausência de centros de orientação ao turista e a precariedade das vias de acesso. A análise técnica corrobora essa percepção, alertando que a falta de qualificação profissional e de edificações de apoio pode gerar conflitos que enfraquecem a economia local. Como horizonte de solução, o Plano Municipal de Turismo projeta metas de melhoria na acessibilidade e mobilidade urbana até o ano de 2027, dependendo da atuação de órgãos como o COMTUR para sua concretização.

No que tange à infraestrutura, eventos e uso e ocupação, os desafios tornam-se mais complexos. A população relata que o crescimento desordenado e a ocorrência frequente de eventos de grande porte geram sobrecarga no distrito. Isso levanta demandas urgentes por regulamentação de calendário, exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), análise de capacidade de carga e manutenção das estradas vicinais. O diagnóstico técnico enfatiza que resolver essa problemática exige uma postura ativa e fiscalização rigorosa do poder público para fazer valer os instrumentos legais já existentes, como o Código de Posturas, o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Por fim, no aspecto do ecoturismo, há um alinhamento positivo. A comunidade reconhece as belezas naturais como um patrimônio a ser explorado de forma sustentável para consolidar Lavras Novas como um destino ecológico. A leitura técnica confirma que o Plano

Municipal de Turismo já prevê diretrizes e programas específicos para fomentar essa prática, com estudos de viabilidade em médio prazo e desenvolvimento de projetos a longo prazo, também visando o horizonte de 2027.

O desenvolvimento pleno de Lavras Novas depende da transição de um modelo de turismo espontâneo e desordenado para uma atividade estruturada, normatizada e sustentável. Para garantir que a principal força econômica local não degrade a qualidade de vida dos moradores e os recursos naturais, é imprescindível alinhar a execução das metas do Plano Municipal de Turismo com uma fiscalização urbana incisiva. Isso deve promover o ordenamento territorial, a adequação viária e o fortalecimento do ecoturismo.

Revisão do Plano Diretor de Ouro Preto
Câmara Municipal de Ouro Preto

Miguel Burnier

Miguel Burnier é o maior distrito de Ouro Preto em extensão territorial, localizado a aproximadamente 40 km da Sede, a uma altitude de 1.772 metros. Desenvolvido no século XIX em função da exploração de recursos naturais — ouro e minério de ferro — mantém, ainda hoje, forte ligação com a atividade minerária da região. Entretanto, o distrito vem registrando declínio populacional: de 809 habitantes em 2010 caiu para 643 em 2022, perda de 166 pessoas.

1 Aspectos físicos

A análise do meio físico de Ouro Preto revela uma preocupante falta: um Sistema de Defesa Civil Municipal autônomo e uma Política de Gestão de Riscos eficaz para mitigar riscos geológicos. No recorte distrital de Miguel Burnier, as dinâmicas físicas são influenciadas por características locais severas. A mineração altera a paisagem e desloca a atenção de problemas estruturais para riscos tecnológicos. Isso requer atenção ao que os dados técnicos indicam e ao que a comunidade percebe.

Figura 112: Síntese do Meio Físico (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) do distrito de Miguel Burnier.

Subtema	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação
Riscos Naturais	• A leitura técnica não abordou a área urbana de Miguel Burnier pela sua peculiaridade locacional e alteração da paisagem natural pela mineração. • Há áreas suficientes para a expansão urbana, inclusive na localidade de Mota.	• Na Reunião Participativa realizada no distrito, não houve manifestações a respeito da temática, assim como nas contribuições (formulário físico, mídias sociais e formulário online) e nas oficinas participativas.	O distrito sofre um esvaziamento populacional que se reflete na escassa pressão para sua expansão urbana. Os riscos geológicos não representam problemas no distrito. Para a população, a questão dos riscos tecnológicos não faz parte da realidade do distrito, apesar de o distrito viver a mineração em todo seu território.	• Carta de suscetibilidade a movimentos de massa e inundações; • Zoneamento urbano; • Lei de uso e ocupação do solo.

Riscos Tecnológicos	• Os estudos de ruptura de barragens indicam zonas de inundação do córrego do Mango em Miguel Burnier.	• Não foi abordada a questão de riscos tecnológicos nem na reunião participativa nem nos canais disponíveis.	(Abrangido na conclusão acima)	• Lei n.º 12.334, de 20 de setembro de 2010, Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB); • Lei Estadual nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que institui a Política Estadual de Segurança de Barragens - PESB.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 7 (p. 78).

A leitura integrada do meio físico de Miguel Burnier mostra um cenário incomum em relação à dinâmica urbana típica. A avaliação técnica indica que a malha urbana do distrito é muito influenciada por sua localização e pelas mudanças na paisagem causadas pela mineração. Apesar de haver áreas adequadas para expansão urbana, como em Mota, esse potencial não gera pressão por ocupação do solo. Isso acontece porque o distrito passa por um esvaziamento populacional, reduzindo a urgência do crescimento urbano e, assim, diminuindo a exposição a riscos geológicos naturais.

O foco principal identificado são os riscos tecnológicos. As análises técnicas identificam claramente áreas de inundação no córrego do Mango devido a possíveis rupturas de barragens. O principal desafio neste contexto é a falta de percepção da comunidade: nas reuniões e canais de contribuição, a população não mostrou preocupações com desastres naturais ou ameaças tecnológicas. O risco das barragens não é visto como uma ameaça imediata na região, apesar da forte presença das operações minerárias.

O diagnóstico de Miguel Burnier aponta que o maior desafio do território não é o planejamento urbano, devido ao esvaziamento demográfico, mas sim lidar com os riscos da mineração. A falta de consciência da comunidade sobre os riscos tecnológicos, apesar da identificação de áreas inundáveis, como o córrego do Mango, demanda ação proativa do poder público. É crucial aplicar rigorosamente os instrumentos de segurança de barragens e o zoneamento preventivo, compensando a baixa percepção de risco local com uma governança territorial técnica e protetiva.

2 Meio biótico e ambiental

O diagnóstico do meio biótico e ambiental do distrito de Miguel Burnier revela um território com expressiva relevância ecológica, caracterizado pela presença de fragmentos significativos de vegetação nativa e pela sobreposição de importantes unidades de

conservação. A análise integra os dados quantitativos de uso e ocupação do solo com as percepções e denúncias levantadas pela comunidade local, evidenciando as dinâmicas de pressão antrópica — sobretudo da mineração e do desmatamento — sobre os recursos naturais e hídricos da região.

Figura 113: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais (Parte 1).

Área do distrito (ha)	% Fitofisionomias e demais usos	Grau de Conservação da Flora Regional	Unidade de Conservação - Área (ha)	Áreas Verdes Urbanas	Projetos de Educação Ambiental
19.649,068	• Áreas antropizadas (pastagem): 9,02% • Áreas antropizadas (eucaliptos): 2,24%. • Áreas antropizadas (Pinus): 2,36% • Outros Usos: 12,04% • Floresta Estacional Semidecidual (estágio inicial): 1,94% • Floresta Estacional Semidecidual (demais estágios): 32,36% • Refúgio vegetacional (estágio inicial): 0,01% • Refúgio vegetacional (demais estágios): 0,05% • Savana Arborizada: 6,11% • Campo Sujo de Cerrado: 18,76% • Campo Limpo de Cerrado: 27,15%	• >39,68% da flora regional apresenta um grau de conservação alto ou muito alto; • 27,85% um grau médio; • 32,48%: um grau baixo de conservação.	• 10,85% do Parque Estadual Serra do Ouro Branco estão inseridos no Distrito de Miguel Burnier; • A RPPN Vale Verde encontra-se inserida no Distrito de Miguel Burnier.	• Miguel Burnier possui uma área total de 304,66 ha inserida no perímetro urbano, com 81,68% de espaços verdes citadinos, incluindo cobertura vegetal e áreas de preservação permanente.	• O poder público municipal não possui projetos de educação ambiental direcionados para o distrito de Miguel Burnier.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 29 (p. 123, 124).

Figura 114: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais (continuação)

Áreas de Proteção Permanente – APP Hídricas (uso/cobertura)	Zonas Especiais de Proteção Ambiental – ZPAM	Reserva Legal – RL	Passivos ambientais
• Formação Florestal: 44,33% • Formação Savânica: 0,10% • Silvicultura: 0,24% • Formação Campestre: 31,37% • Pastagem: 2,47% • Mosaico de Usos: 6,81% • Outras áreas não vegetadas: 0,65% • Afloramento Rochoso: 0,06% • Mineração: 13,61% • Lago: 0,36%	Não se aplica, pois não há áreas de ZPAM no distrito.	• Área no distrito: 3.484,62 ha. • Percentual em relação à área total do distrito: 81,52%. • Percentual em relação à área total de RL do município: 20,94%.	O distrito não apresenta passivos ambientais registrados no Inventário de Áreas e na Lista de Contaminadas e Reabilitadas de Minas Gerais referentes ao ano de 2022.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 29 (p. 123, 124).

Figura 00: Diagnóstico Consolidado (Leitura Técnica e Comunitária).

Oficina Participativa	Legislação Correlata	Parecer Técnico
Oficina de Meio Ambiente (Online) — Foi informada a ocorrência de desmatamento em matas nativas do distrito de Miguel Burnier durante a noite.	Lei Federal n.º 9.605/98.	A partir dessa informação, torna-se prudente que essa denúncia seja avaliada pela fiscalização ambiental municipal, fazendo-se cumprir, se necessário, a aplicação de condutas da Lei de Crimes Ambientais (9605/98).

Oficina Comunitária — Na localidade do Mota (subdistrito de Miguel Burnier), foi informado que há nas nascentes um acúmulo de sedimentos oriundos da atividade minerária. Foi solicitado de imediato um monitoramento da qualidade da água dessas nascentes, e que esse resultado seja apresentado para a comunidade local.	-	Durante esse relato, foi apresentada uma grande preocupação em relação à qualidade e quantidade de água das nascentes locais. Sendo assim, é necessário que o Poder Público Municipal faça uma fiscalização ambiental em áreas de nascentes da localidade do Mota, e que atenda à demanda da população sobre o monitoramento da qualidade da água dessas nascentes, mantendo a comunidade local informada.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 30 (p. 124).

A análise do meio biótico de Miguel Burnier mostra que mais de 39,68% da flora local está em alta ou muito alta conservação. A paisagem apresenta transição de biomas, com destaque para a Floresta Estacional Semidecidual (32,36% da área em estágios avançados) e formações de Cerrado, como Campo Limpo (27,15%) e Campo Sujo (18,76%). O território é estratégico para a preservação, contendo 10,85% do Parque Estadual Serra do Ouro Branco e a RPPN Vale Verde, além de dedicar 81,52% de sua área como Reserva Legal.

As Áreas de Preservação Permanente (APP) têm cobertura hídrica principalmente conservada, com 44,33% de Formação Florestal e 31,37% de Formação Campestre. Os dados técnicos mostram a pressão das atividades econômicas locais, sendo que a mineração ocupa 13,61% das APPs Hídricas do distrito. O distrito não tem registros de passivos ambientais no inventário estadual de áreas contaminadas (2022).

Apesar dos indicadores técnicos favoráveis em termos de conservação oficial, a leitura comunitária expõe conflitos socioambientais graves e latentes. A população denunciou ativamente a ocorrência de desmatamento noturno nas matas nativas locais, o que exige a intervenção imediata da fiscalização municipal sob as diretrizes da Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal n.º 9.605/98). Outro fator de alerta extremo provém da localidade de Mota, onde os moradores relatam o acúmulo de sedimentos nas nascentes, diretamente associado à atividade minerária. Esse cenário gera profunda insegurança hídrica (tanto em qualidade quanto em quantidade), culminando na demanda urgente por monitoramento contínuo das águas e transparência nos resultados. Agrava-se a esse contexto de vulnerabilidade social e ambiental a constatação de que o poder público municipal não desenvolve nenhum projeto de educação ambiental direcionado ao distrito.

Miguel Burnier enfrenta um paradoxo ambiental: possui um valioso patrimônio ecológico protegido, mas sofre com pressões e degradações não registradas nos inventários oficiais. A falta de áreas contaminadas e as denúncias de assoreamento por mineração e desmatamento mostram que os recursos naturais locais estão em risco. É essencial que o município implemente ações preventivas e educativas com um plano rigoroso de fiscalização e monitoramento da água, assegurando a proteção da biodiversidade e a segurança das comunidades.

3 Saneamento

O acesso adequado aos serviços de saneamento básico é um pilar fundamental para a garantia da saúde pública e da qualidade de vida da população. No processo de diagnóstico do Plano Diretor, as oficinas participativas realizadas no distrito de Miguel Burnier demonstraram como a vivência dos moradores é indispensável para identificar falhas estruturais e apontar os ajustes necessários nas políticas públicas do setor. O levantamento a seguir confronta os dados técnicos da infraestrutura local com a realidade percebida pela comunidade, evidenciando os desafios relacionados à água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem pluvial.

Figura 115: Síntese da Leitura Técnica de Saneamento Básico em Miguel Burnier.

Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Resíduos Sólidos	Drenagem Pluvial
• O sistema de água de Miguel Burnier atende à sede do distrito com captação subterrânea, elevatória e dois reservatórios. Em Mota tem água do SAA local. O SAA Mota tem duas captações superficiais, uma rede de distribuição e um reservatório de 48 m³. Partes da Bacia do Rio Paraopeba em Miguel Burnier são classificadas como especiais.	• Os moradores de Mota e de Miguel Burnier fazem uso de soluções individuais, em especial os biodigestores. Esse tipo de solução também é utilizado na escola e no posto de saúde do distrito.	• O distrito de Miguel Burnier é atendido com a coleta convencional de resíduos sólidos duas vezes na semana. • Além disso, segundo os moradores, o distrito também é atendido com coleta seletiva.	• A infraestrutura de drenagem em Miguel Burnier é precária.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 55 (p. 179, 180).

Figura 116: Síntese da Leitura Comunitária com Parecer Técnico de Miguel Burnier.

Eixo Temático	Leitura Comunitária Participativa	Parecer Técnico	Instrumentos/Legislação
Abastecimento de Água	• Durante a oficina participativa, os moradores do povoado de Mota alegaram que o abastecimento de água é ineficiente, sendo que a água encaminhada para consumo não passa por tratamento e tem um aspecto barrento. • Foi relatada a necessidade de monitorar as nascentes e suas imediações.	• A Portaria do Ministério da Saúde n.º 888/2021 define que águas de manancial subterrâneo exigem desinfecção, e as de mananciais superficiais, filtração e desinfecção. É necessário executar a adequação do tratamento no distrito e a implantação de um tratamento convencional no povoado, dadas as condições precárias relatadas.	**Legislações correlatas:** • Lei Federal nº 14.026/2020, 11.445/2007, 12.305/2010 • Portaria de Consolidação GM/MS nº 888/2021 • Lei Estadual n.º 11.720/1994, 18.031/2009, 934/2014. **Planos:** • Plano Diretor, Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
Esgotamento Sanitário	• Ocorre o lançamento de esgoto in natura nos cursos d'água. Segundo os moradores, esse problema também ocorre em Chrockatt de Sá.	• O problema é comum em praticamente todo o município. Entende-se que é necessária a adequação do tratamento de esgoto, seja com a instalação de biodigestores nas residências sem estrutura ou a implementação de um sistema de esgotamento sanitário.	
Resíduos Sólidos	• Os moradores do Mota relataram que não é feita a coleta seletiva no povoado. Demandam a ampliação da coleta seletiva para os povoados e o aumento da frequência da coleta convencional no Mota.	• Por ser questão de caráter imediato, a ampliação da coleta seletiva e o aumento da frequência da convencional serão repassados à Prefeitura Municipal. O tema será incluído nas diretrizes do Plano Diretor.	
Drenagem Pluvial	• No Mota, há acúmulo de sedimentos em nascentes e lançamento de dejetos no rio pela mineradora Gerdau.	• A respeito do lançamento de dejetos no rio pela mineradora Gerdau, cabe ao órgão competente da Prefeitura Municipal realizar o processo de fiscalizar, punir e notificar o órgão estadual sobre tal situação.	

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 55 (p. 179, 180).

A análise cruzada entre os dados técnicos e a percepção dos moradores de Miguel Burnier e seus povoados revela distorções significativas entre a infraestrutura oficialmente instalada e a eficácia dos serviços prestados.

No quesito abastecimento de água, embora a leitura técnica aponte a existência de sistemas de captação e reservatórios (como o SAA Mota), a comunidade relata que a água chega às torneiras com aspecto barrento e sem o devido tratamento. O parecer técnico corrobora essa denúncia, alertando para o descumprimento dos parâmetros de potabilidade exigidos pelo Ministério da Saúde (Portaria n.º 888/2021) e recomendando a urgência na implantação de um sistema de tratamento convencional, além do monitoramento das nascentes locais.

Em relação ao esgotamento sanitário, a solução técnica oficial baseia-se no uso de biodigestores individuais. Contudo, a leitura comunitária evidencia que essa medida é insuficiente ou mal distribuída, resultando no lançamento de esgoto cru (in natura) diretamente nos cursos d'água, afetando também localidades como Chrockatt de Sá. O parecer aponta a necessidade de expansão maciça dos biodigestores ou da construção de uma rede de esgotamento adequada.

Na gestão de resíduos sólidos, há um conflito de cobertura. Enquanto os dados gerais indicam o atendimento por coleta convencional (duas vezes por semana) e a seletiva no distrito, os moradores de Mota relatam que a coleta seletiva não chega ao povoado e que a frequência da coleta convencional é insuficiente. A recomendação técnica é o repasse imediato dessa demanda à Prefeitura para ajustes na logística de recolhimento.

Por fim, o eixo de drenagem pluvial e impactos ambientais traz o cenário mais alarmante. A rede de drenagem é reconhecidamente precária. Piorando a situação, a comunidade denuncia o acúmulo de sedimentos nas nascentes e o lançamento direto de dejetos industriais no rio por parte da atividade mineradora (Gerdau). O parecer técnico exige uma postura rígida de fiscalização e punição por parte da gestão municipal, além da notificação aos órgãos estaduais competentes.

O diagnóstico de saneamento básico de Miguel Burnier demonstra que a infraestrutura existente não atende plenamente às necessidades da população, gerando riscos diretos à saúde pública e ao meio ambiente. A ausência de tratamento adequado da água, o lançamento de esgoto sem tratamento nos rios, a deficiência na coleta de lixo nos povoados e os graves impactos da atividade mineradora nos recursos hídricos exigem intervenções imediatas. É imperativa a atuação enérgica do poder público, tanto na execução de obras estruturantes de saneamento quanto na fiscalização rigorosa das infrações ambientais.

4 Mineração

A mineração é uma das atividades mais expressivas e estruturantes no município de Ouro Preto, que contabiliza 534 processos minerários ativos em diferentes fases. O setor é liderado por grandes empresas, destacando-se a Vale S/A e a Gerdau, que concentram grande parte de suas concessões de lavra no distrito de Miguel Burnier. Por conta dessa alta concentração de atividades e infraestruturas associadas, Miguel Burnier configura-se como um dos distritos que sofrem os maiores impactos da mineração no território municipal. O levantamento a seguir detalha a realidade específica deste distrito, abordando os processos ativos, os riscos associados às barragens e os conflitos territoriais gerados.

Figura 117: Síntese Técnica da Mineração em Miguel Burnier – Diagnóstico Consolidado.

Processos em fase de concessão de lavra	Estudos de Dam Break	Conflitos

• Existem 33 processos em fase de concessão de lavra para a extração dos seguintes minérios: ferro, topázio, calcário, mármore, calcário dolomítico, bauxita, manganês, minério de ferro e ocre. • Grande parte dos processos em fase de concessão de lavra de ferro foram concedidos às empresas Vale S.A. e Gerdau Açominas S/A. • Outros empreendimentos que têm processo em fase de concessão para a extração deste minério são: Maciço Mineração Ltda. (processo 448/1952), Mineração Geral do Brasil S/A (processo 4620/1946) e Espólio de Serafim da Silva Gomes (processo 2918/1936). • Os processos em fase de concessão de lavra para topázio foram concedidos a Espólio de Serafim da Silva Gomes (processo 2916/1935), Topázio Imperial Mineração Comércio e Indústria Ltda. (processo 800645/1971) e Mineração Santa Cruz Ltda. (processo 830046/1985). • Com relação ao calcário, as empresas mencionadas incluem a Mineração Rodeio de Baixo Ltda. (processos 5886/1940, 2844/1943 e 2565/1956) e Antônio Marcello de Borges Nunes – Firma Individual (processo 7436/1944). • Outros processos em fase de concessão de lavra são: - Enrico Guarneri Ltda. (processo 1389/1942); - Ferro + Mineração S.A. (processo 2700/1936); - Gerdau Açominas S/A (processo 724/1942); - Minérios Nacional S.A. (processo 2871/1936).	• Com relação aos estudos de Dam Break, Miguel Burnier apresenta seis análises de mancha de inundação por rompimento de barragem, sendo elas: Dam Break da Barragem Freitas; Dam Break das Barragens Forquilhas I, II, III e IV, além das Barragens Grupo e Dique de Pedra; Dam Break da Barragem Área IX; Dam Break da Barragem Forquilha V; Dam Break das Baias da UTM II; e Dam Break da Barragem Alemães. • Os dados georreferenciados sobre a mancha de inundação por rompimento da Barragem Freitas indicam que o impacto de um possível rompimento ficaria restrito à área da mineradora, afetando o pátio e outras infraestruturas. • No estudo de Dam Break das Barragens Forquilha, Forquilhas I, II, III e IV, além das do Grupo e do Dique de Pedra, a análise dos dados georreferenciados indicou que a mancha de inundação por rompimento poderia causar um grande impacto. Isso poderia afetar a área rural de Miguel Burnier. • Em menores proporções, as manchas de inundação por rompimento das barragens Área IX e Forquilha V impactaram a mesma região onde estão os reservatórios Forquilhas I, II, III e IV, Grupo e Dique de Pedra, conforme a análise dos dados georreferenciados dos estudos de Dam Break. • Com relação à mancha de inundação por rompimento da barragem Baias da UTM II, observou-se, por meio dos dados georreferenciados, que, apesar de atravessar a área rural de Miguel Burnier, ela não causaria impactos a estruturas e residências, produzindo somente efeitos ambientais. • Por fim, a análise dos dados georreferenciados da mancha de inundação por rompimento da barragem Alemães indica que a ruptura poderia afetar áreas ocupadas nos distritos de Engenheiro Correa e Santo Antônio do Leite, além de causar prejuízos na cidade de Itabirito. • O principal corpo hídrico que seria afetado é o Rio do Mango.	**Os conflitos:** • A proximidade das operações com as moradias e estruturas urbanas de Miguel Burnier acarreta sérias consequências para a população, e a extensão da presença da atividade minerária nas terras do distrito eleva a frequência e o impacto das operações do setor na vida da população. **Mobilidade:** • O distrito é afetado pelo intenso tráfego de caminhões de carga; • A atividade minerária afeta fortemente o território local, com o escoamento realizado principalmente na ferrovia, mas com impactos nos fluxos na direção de Ouro Branco/Congonhas/BR-040; • Registram-se também os fluxos de caminhonetes de serviço em direção a Ouro Preto (pela MG-129), para Rodrigo Silva (estrada municipal) e para Engenheiro Correa e Itabirito (pela MG-030), sendo demandada a pavimentação desta última rodovia.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 80 (p. 224, 225).

A análise dos dados específicos de Miguel Burnier evidencia que a proeminência do distrito no cenário minerário municipal (conforme visto no contexto geral de Ouro Preto) se traduz em uma vasta ocupação territorial e em múltiplos desafios operacionais, logísticos e de segurança. O distrito abriga 33 processos em fase de concessão de lavra, explorando uma ampla diversidade mineral, como ferro, topázio, calcário, mármore e bauxita, com forte dominância corporativa da Vale S.A. e da Gerdau Açominas S/A no setor de minério de ferro. Essa intensa apropriação do solo reflete-se diretamente no cotidiano da comunidade.

Um dos pontos mais críticos do diagnóstico é a gestão de riscos associada às barragens. Foram identificados seis estudos de Dam Break incidentes no distrito, revelando cenários de danos variados. Enquanto algumas estruturas, como a Barragem Freitas, projetam manchas de inundação restritas às áreas industriais da própria mineradora, outras impõem riscos severos ao território. Destaca-se o complexo das Barragens Forquilhas (I a IV), Grupo e Dique de Pedra, cuja ruptura causaria grande impacto na área rural de Miguel Burnier. Além disso, os riscos transcendem os limites do distrito: o rompimento da barragem Alemães, por exemplo, afetaria o Rio do Mango e atingiria os distritos de Engenheiro Correa e Santo Antônio do Leite, além do município vizinho de Itabirito.

Paralelamente ao risco ambiental e de segurança, a sobreposição das atividades minerárias com o núcleo urbano gera conflitos diretos de habitabilidade e mobilidade. A proximidade física entre as frentes de operação e as moradias compromete a qualidade de vida da população. O escoamento da produção, embora utilize o modal ferroviário, satura a infraestrutura viária com um tráfego intenso de caminhões de carga em direção a Ouro Branco, Congonhas e à BR-040, além de um fluxo constante de veículos leves de serviço circulando entre distritos. Esse cenário culmina em demandas urgentes por infraestrutura, como a necessidade de pavimentação da rodovia MG-030 no sentido Engenheiro Correa e Itabirito.

O diagnóstico de Miguel Burnier retrata um território intrinsecamente ligado e severamente pressionado pela mineração. A coexistência de 33 concessões de lavra e múltiplos complexos de barragens impõe à região altos riscos ambientais, ilustrados por extensas manchas de inundação projetadas em áreas rurais e corpos hídricos. Somado a isso, o intenso impacto na mobilidade e a proximidade das operações com o núcleo habitado configuram um cenário de conflito crônico. Torna-se imprescindível que o Plano Diretor estabeleça diretrizes rigorosas para a mitigação desses impactos, focando na segurança das infraestruturas de rejeitos, na adequação da malha viária e na criação de zonas de amortecimento efetivas para proteger a comunidade local.

5 Aspectos sociais e demográficos

A análise dos aspectos sociais e demográficos do distrito de Miguel Burnier revela um cenário desafiador e de grande vulnerabilidade. Dados demográficos recentes apontam que o

distrito integra o grupo de localidades do município de Ouro Preto que apresentam perda absoluta de moradores, refletindo um processo de esvaziamento populacional contínuo. Esse declínio demográfico está profundamente associado aos impactos das atividades econômicas locais e à necessidade urgente de fortalecimento das políticas públicas de assistência social, educação e saúde. O diagnóstico a seguir detalha essas questões, evidenciando que a garantia da qualidade de vida e a fixação da comunidade no território dependem de ações integradas e do resgate do sentimento de pertencimento local.

Figura 118: síntese de Aspectos Sociais e Demográficos – Miguel Burnier

Critérios de Análise	Assistência Social	Educação	Saúde
Leitura Técnica Integrada	• A vida associativa local precisa de estímulo, liderança e de ligações com a vizinhança (sede ou cidades mais próximas). • Intensificar as ações do município de modo a aumentar o sentimento de pertencimento. • Carece de presença das ações públicas de forma integrada e que possibilite escuta e participação da comunidade.	• Miguel Burnier precisa de avaliação do serviço e discussão com a comunidade, considerando o esvaziamento do distrito. • Atenção especial deve ser dada a Mota, onde a população cresceu muito com o aumento da mineração e transferência de moradores de Burnier.	• Tanto em Miguel Burnier quanto em Mota as unidades de saúde foram reformadas. • Sobre o atendimento, existe a demanda por melhora em Miguel Burnier.
Leitura Comunitária (Problemas)	• Transtornos com ruídos, poeira, trânsito de carretas e muito movimento. • Falta tudo na educação, segurança e lazer. • Risco na proximidade das casas com as atividades mineradoras. • Falta de água com frequência na área da Gerdau.	• Não há pessoa para atender as crianças na biblioteca e nem outras atividades extras. • Número pequeno de alunos (turmas multisseriadas e falta de times de esporte); alunos precisam se deslocar para estudar após a 5ª série. • Escola não atende todos os períodos e não expande.	• Falta de ambulância e falta de atendimento de urgência. • Atendimento médico ineficiente pela baixa frequência. • Falta de transporte de emergência; veículo doado pela Gerdau foi desviado para outras áreas.

Leitura Comunitária (Demandas)	• Geração de emprego em diversos setores. • Contrapartidas para a população (ex.: programa jovem aprendiz). • Melhorar o relacionamento com a comunidade com renda de compensação. • Aplicação do recurso para a comunidade e cobertura da quadra.	• Há potencialidade na área da educação. • Reforma da escola e melhoria dos projetos elétricos, hidráulicos, estruturais e civis. • Consultar a população. • Implantação do ensino fundamental e médio.	• Consultório dentário. • Aumentar a frequência do atendimento por médicos. • Atendimento à família por equipes de saúde. • Ter veículo à disposição para emergências.
Conclusões e Perspectivas	• Miguel Burnier sofre empobrecimento e diminuição da população residente. • A pesquisa evidenciou o peso da mineração com implicações e rupturas no tecido urbano (ex: acesso restrito a igreja e cemitério). • O núcleo de Mota funciona como polo dinâmico que cresce, mas tende para a centralidade de Congonhas do Campo. • Atendimentos públicos devem ser reforçados para minimizar conflitos e preservar laços sociais.	• A secretaria deve avaliar as demandas e buscar implementar ações integradas no atendimento à população. • Priorizar e buscar a otimização e racionalização no atendimento, considerando os impactos e o esvaziamento do núcleo urbano.	-
Instrumentos / Legislação	• Lei de parcelamento, ocupação e uso do solo. • Zoneamento.	-	-

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro p. 266 e 267.

Na Assistência Social, o diagnóstico aponta uma profunda ruptura no tecido urbano e social, diretamente associada ao peso da atividade mineradora na região. Relatos de transtornos com poeira, ruído e tráfego pesado de carretas convivem com perdas de direitos básicos, como o livre acesso à igreja e ao cemitério local, que agora exigem autorização por estarem em áreas de mineração. A leitura técnica destaca um fenômeno de dualidade no território: enquanto o núcleo principal de Miguel Burnier sofre empobrecimento e perda de habitantes, o núcleo de Mota apresenta crescimento, porém com uma tendência de polarização voltada para o município vizinho de Congonhas. Isso demanda ações urgentes de integração, fomento ao sentimento de pertencimento e geração de emprego alternativo (como programas de jovem aprendiz).

No eixo da Educação, o quadro é reflexo direto da redução populacional. A comunidade sofre com o baixo número de alunos, o que resulta em turmas multisseriadas e na incapacidade de formar classes de anos finais (como o 9.º ano). A interrupção do ensino local após a 5.ª série obriga os jovens a se deslocarem para regiões distantes, inibindo o desenvolvimento comunitário e desestimulando a fixação das famílias. Embora a infraestrutura demande reformas elétricas e civis, a avaliação técnica conclui que a principal necessidade é a otimização e a racionalização do atendimento escolar, adaptando a oferta à complexa realidade de esvaziamento do distrito.

A saúde apresenta um contraste evidente entre a infraestrutura física e a operação do serviço. Embora a leitura técnica reconheça que as unidades de saúde de Miguel Burnier e Mota foram reformadas, a população relata graves deficiências operacionais. O atendimento médico é considerado ineficiente devido à baixa frequência, e há uma crítica severa falta de suporte para urgências e emergências. A ausência de uma ambulância fixa na localidade e relatos de desvio de veículos doados para outras áreas evidenciam a necessidade de melhorias na gestão de recursos e na garantia de equipes multidisciplinares completas (incluindo atendimento odontológico).

O diagnóstico social e demográfico de Miguel Burnier descreve um distrito marcado por conflitos territoriais e por um forte esvaziamento demográfico. A sobreposição das atividades minerárias sobre a malha urbana tem gerado rupturas sociais significativas, comprometendo a qualidade de vida e o acesso a equipamentos públicos de saúde, educação e lazer. Para reverter o quadro de empobrecimento e o distanciamento do núcleo de Mota em relação a Ouro Preto, o poder público necessita promover intervenções integradas que otimizem os serviços essenciais. Isso inclui a garantia de profissionais de saúde e educação continuada. Além disso, é necessário fortalecer a identidade, a segurança e a participação comunitária local.

6 Aspectos econômicos

O município de Ouro Preto apresenta alta arrecadação, impulsionada primordialmente pela indústria extrativa mineral, o que gera uma forte dependência econômica desse setor. O diagnóstico geral aponta desafios como a precarização do trabalho em outras áreas, a necessidade de diversificação econômica e a urgência de investimentos na formação da mão de obra local e em infraestrutura, visando à inclusão produtiva e social. Inserido nesse

contexto, o distrito de Miguel Burnier reflete as contradições dessa dinâmica econômica, apresentando demandas diretas para a melhoria da qualidade de vida e para a integração econômica de seus moradores.

Figura 119: Síntese de Aspectos Econômicos (Leitura Comunitária + Técnica) - Miguel Burnier.

Região	Problemas	Demandas	Conclusões e perspectivas	Legislação
Miguel Burnier	• Falta de acesso à educação; • Falta de oportunidade para os moradores; • Muita poeira nas estradas e ruas.	• Finalizar a reforma do posto dos Correios; • Formação para a população local conseguir emprego nas oportunidades ofertadas no distrito.	• Problemas com atividades minerárias estão relatados no relatório. • O desafio, não só nesse distrito, é criar condições para que a população local tenha acesso aos empregos ofertados ao seu entorno. • O melhor direcionamento de recursos pode solucionar essas demandas apresentadas.	• Plano Municipal de Desenvolvimento Rural; • Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico; • Plano Municipal de Desenvolvimento da Economia Criativa; • Lei de uso e ocupação do solo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro p. 253.

A análise do quadro específico de Miguel Burnier evidencia que o distrito sofre com os impactos diretos da principal atividade econômica do município, a mineração. Entre os problemas cotidianos relatados estão a falta de acesso à educação e a escassez de oportunidades de trabalho para os próprios moradores. Além disso, a presença de muita poeira nas estradas e ruas é um indicativo claro das externalidades ambientais e de infraestrutura geradas pelas atividades minerárias na região.

Diante desse cenário, as demandas da comunidade concentram-se em duas frentes principais. A primeira é a melhoria da infraestrutura básica e de serviços, exemplificada pelo pedido para finalizar a reforma do posto dos Correios. A segunda, e mais estrutural, é a oferta de cursos de formação profissional. Essa capacitação é vista como essencial para que a população local consiga preencher as vagas de emprego geradas pelas grandes oportunidades ofertadas no próprio distrito e em seu entorno.

As conclusões técnicas reforçam que o grande desafio de Miguel Burnier é criar condições efetivas para essa integração econômica local, sugerindo que um melhor direcionamento dos recursos públicos e privados pode solucionar as carências apresentadas.

Para garantir que essas ações tenham amparo e continuidade, a superação desses gargalos deve ser pautada pelos instrumentos legais vigentes. Isso inclui a ação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, o Plano Municipal de Desenvolvimento da Economia Criativa e as diretrizes da Lei de uso e ocupação do solo.

Em resumo, o panorama econômico de Miguel Burnier é marcado por um forte descompasso territorial. A região sedia atividades de alto impacto e geração de riqueza, mas sofre com a carência de desenvolvimento social local e transtornos ambientais, como o excesso de poeira nas vias. O Plano Diretor deve, portanto, estruturar diretrizes que mitiguem esses impactos diretos e garantam investimentos robustos em capacitação profissional, assegurando que as oportunidades econômicas geradas no território se convertam em empregos reais e melhoria na qualidade de vida para a comunidade do distrito.

7 Mobilidade

A mobilidade urbana no município de Ouro Preto é desafiada por sua topografia, grande extensão territorial e pela diversidade de dinâmicas econômicas entre a Sede e seus distritos. O sistema viário, além de lidar com as necessidades de locomoção de moradores e turistas, sofre forte impacto do trânsito de veículos de carga vinculados à indústria. Conforme o diagnóstico municipal geral, um dos gargalos mais críticos da mobilidade coletiva regional é a prestação desigual do serviço viário: enquanto alguns distritos possuem atendimento, outros sofrem com a ausência total de conexão por transporte coletivo municipal com a Sede. É exatamente nesta realidade de isolamento viário e de conflitos com o tráfego pesado que se insere o distrito de Miguel Burnier.

Figura 120: Síntese de Mobilidade (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Miguel Burnier

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação

• Distrito minerário sem acesso direto por estrada adequada ou transporte público à Sede e à MG-129. Ausência de pavimentação. Há problemas na circulação de pedestres, ausência de acessibilidade e a rede viária urbana requer melhorias, como calçadas e drenagem. Ruas desconectadas internamente. • Muito atravessamento de caminhões. • Foi realizada uma análise da funcionalidade das vias de Miguel Burnier, sendo consideradas como vias principais as Rodovias Federais, Estaduais e as Municipais de apoio à rede de transporte coletivo, à circulação de caminhões de coleta de resíduos e as vias que promovem integração do território, além das vias urbanas com vocação para arterial. As vias secundárias consistem em rodovias municipais que promovem acesso às localidades e áreas do município, além das vias coletoras. O mapa da Rede Viária do Município está apresentado na Figura 20.	**Problemas** • Estrada cheia de buracos, muita poeira e, em período de chuva, muito barro. • Não temos horários estendidos do transporte público. • Acesso para Lafaiete, Itabirito, Ouro Branco e para a Sede de Ouro Preto: existem apenas dois horários, que saem às 07:10 e retornam às 13:10. **Demandas** • Pavimentação do trecho de Itabirito a Lobo Leite. • Mais linhas e mais horários — linhas de ônibus e melhoria das estradas.	• A parte urbana do distrito é minúscula e fortemente impactada pela mineração, necessitando de ações imediatas para melhorar o acesso (pavimentação).	• Gestão junto ao DER para pavimentação da MG-030. • Plano de Circulação do Distrito; • Gestão e regulação do transporte coletivo; • Atualização e adequação do Plano de Mobilidade.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 104 (p. 305).

A análise do diagnóstico de mobilidade de Miguel Burnier revela um cenário em que a dinâmica local é severamente condicionada e prejudicada pela intensa atividade minerária do entorno. A leitura técnica é clara ao caracterizar o distrito pela falta de acesso asfaltado, pela baixa conectividade interna de suas ruas e pelo constante e intenso atravessamento de caminhões de carga. Essa realidade estrutural reflete-se no cotidiano da população, que relata nas oficinas comunitárias o convívio diário com estradas repletas de buracos, excesso de poeira nos períodos de seca e formação intensa de barro durante as chuvas. Além disso, a mobilidade ativa (a pé) é dificultada pela ausência de infraestrutura básica, como calçadas e sistemas de drenagem adequados.

Outro ponto crítico evidenciado pela tabela é o extremo isolamento geográfico e logístico dos moradores. Não há conexão direta por estradas de boa capacidade, tampouco

acesso à rede de transporte coletivo municipal gerida pela Sede. A comunidade depende de linhas de ônibus intermunicipais ou regionais que atendem locais como Conselheiro Lafaiete, Itabirito e Ouro Branco, operando em horários extremamente limitados (apenas dois horários diários, com saída pela manhã e retorno no início da tarde). Consequentemente, a principal demanda social é a ampliação da oferta de transporte público (mais linhas e horários estendidos) e a melhoria imediata das vias de acesso.

Diante desses conflitos, as conclusões técnicas apontam para a necessidade de ações emergenciais de pavimentação, justificadas pelo forte impacto que a mineração exerce sobre a pequena mancha urbana do distrito. Para viabilizar essas soluções, os instrumentos legais e institucionais recomendam não apenas a atualização do Plano de Mobilidade municipal e a criação de um Plano de Circulação específico para o distrito, mas também a articulação política externa. Destaca-se a necessidade de gestão junto ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem (DER) para garantir a pavimentação de rodovias estaduais estratégicas, como a MG-030 e o trecho de ligação entre Itabirito e Lobo Leite.

Em suma, a mobilidade no distrito de Miguel Burnier é marcada pela precariedade da infraestrutura viária e por um grave déficit na oferta de transporte coletivo, fatores que isolam a comunidade de centros urbanos maiores, incluindo a Sede de Ouro Preto. O impacto direto da atividade minerária agrava a degradação das vias (gerando buracos, poeira e barro) e compromete a segurança da circulação local. Torna-se imprescindível e prioritária a atuação do poder público para articular o asfaltamento dos acessos junto aos órgãos estaduais (DER), regulamentar o transporte coletivo para garantir maior oferta de horários e implementar melhorias básicas de acessibilidade e drenagem no núcleo urbano do distrito.

8 Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural do município de Ouro Preto é vasto e diversificado, abrangendo dinâmicas singulares em cada um de seus distritos. No contexto específico de Miguel Burnier, a gestão do patrimônio histórico e cultural enfrenta um cenário desafiador, marcado pelo nítido contraste entre a acelerada degradação física das estruturas históricas e o forte reconhecimento dessas potencialidades pela comunidade local. A compreensão dessa realidade é fundamental para direcionar as políticas de preservação e desenvolvimento no âmbito do Plano Diretor.

Figura 121: Síntese do Patrimônio Cultural (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Miguel Burnier.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação
• Redução populacional; imóveis inventariados demolidos ou em processo de arruinamento (sem uso); falta de uso; • Bens contemplados com tombamento pelo município sem receber serviços de manutenção/restauração, entrando em processo de arruinamento total; • Ausência no processo de conservação nos bens tombados de propriedade da Igreja Católica; acesso ao distrito dificultado pelas estradas em péssimo estado de conservação.	**Problemas** Os moradores apontaram como potencialidades o patrimônio histórico e cultural. Em Miguel Burnier, mencionaram o conjunto das edificações, ruínas, Capela dos Alemães e Chiqueiro dos Alemães. Já em Mota, indicaram como potencial a Pedra do Vigia e como demanda a preservação, cercamento e valorização desta. Em Crokatt de Sá, foram identificados como potenciais a Estação do Trem e a Fazenda Vila Ema, ambas abandonadas e necessitando de recuperação e uma nova finalidade para uso. Solicitaram também a construção de um centro comunitário para incentivar manifestações culturais locais, como danças, festas juninas, a Festa do Congado do Sr. Xisto e a banda musical Sagrado Coração de Jesus. **Demandas** • Processo de conscientização. • Educação Patrimonial **Potencialidades** • A mineradora Gerdau tem investido em bens culturais por meio do programa "Patrimônio Vivo", com obras e processo de Educação Patrimonial. • A Estação de Chrockatt de Sá está sendo restaurada com recursos da Plataforma Semente, resultado de iniciativa de morador local.	Consulte o final da tabela que abrange todo o território para mais informações.	• LUOS • PD • Tombamentos municipais

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 117 (p. 324).

A análise dos dados referentes ao patrimônio cultural de Miguel Burnier revela um cenário preocupante sob a ótica da leitura técnica. Constata-se uma relação direta entre a redução populacional do distrito e o abandono de suas estruturas históricas. Imóveis inventariados e bens tombados — incluindo propriedades sob a responsabilidade do município e da Igreja Católica — encontram-se subutilizados ou em avançado processo de arruinamento devido à ausência sistêmica de serviços de manutenção e conservação. Essa vulnerabilidade do acervo físico é severamente agravada pelo isolamento logístico do distrito, provocado pelo péssimo estado de conservação das estradas de acesso.

Em contrapartida, a leitura comunitária demonstra que a população local possui uma forte identidade cultural e reconhece com clareza o valor de seu patrimônio, tanto material

quanto imaterial. Os moradores não apenas identificam problemas de abandono, mas apontam potencialidades territoriais específicas. Eles mencionam o conjunto de edificações e a Capela dos Alemães no núcleo de Miguel Burnier, a Pedra do Vigia na localidade de Mota, e a Estação de Trem e a Fazenda Vila Ema em Crokatt de Sá. A comunidade demanda ativamente a recuperação física e a destinação de uso para esses espaços. Além do patrimônio edificado, há um forte apelo pela salvaguarda do patrimônio imaterial, evidenciado pela solicitação de um centro comunitário capaz de abrigar e fomentar manifestações vivas, como o Congado, festas juninas e as atividades da banda musical local.

Apesar da negligência estrutural apontada no diagnóstico técnico, o quadro destaca movimentações positivas e potencialidades reais oriundas da iniciativa privada e da sociedade civil. Atores como a mineradora Gerdau, por meio do programa "Patrimônio Vivo", e iniciativas locais apoiadas pela Plataforma Semente (que viabiliza a restauração da Estação de Chrockatt de Sá) representam caminhos concretos para a recuperação do acervo aliado à educação patrimonial demandada pela população.

Em suma, o distrito de Miguel Burnier vivencia uma urgência de conservação de seu patrimônio edificado, que se encontra em estágio crítico de degradação. No entanto, o forte engajamento da comunidade e a presença de iniciativas de fomento privado demonstram um alto potencial de regeneração. É imprescindível que o poder público atue como articulador, aplicando os instrumentos legais vigentes (LUOS, Plano Diretor e Tombamentos Municipais) para garantir a restauração dos bens, viabilizar acessos adequados ao distrito e prover os espaços comunitários necessários para a manutenção das ricas manifestações culturais imateriais da região.

9 Uso e ocupação do solo

O município de Ouro Preto enfrenta desafios complexos em relação ao uso e ocupação do solo, marcados por um crescimento urbano muitas vezes desordenado, ocupações irregulares em áreas de risco geológico e carência de infraestrutura adequada. A necessidade de ordenamento territorial esbarra em conflitos de uso, especialmente entre áreas residenciais, comerciais, turísticas e atividades minerárias.

No contexto específico de Miguel Burnier, esses conflitos ganham contornos agudos. A expansão da atividade mineradora dentro do núcleo urbano do distrito criou restrições

severas de acesso a logradouros públicos, inclusive com o uso de cancelas de monitoramento operadas por empresas extrativas. Além disso, o distrito sofre com isolamento logístico e ausência de conexão por linha de transporte coletivo municipal para a sede de Ouro Preto, limitando severamente a mobilidade e o acesso a serviços essenciais.

Figura 122: Síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Miguel Burnier.

Zoneamento (2011)	Ordenamento Territorial	Características	Usos do Solo	Suscetibilidade e risco	Centralidade e Equipamentos
ZIM	Reavaliar impactos e reverberações das atividades extrativas dentro do núcleo urbano do distrito, considerando impactos diretos e indiretos nas ZIM.	Esvaziamento populacional. Atividade minerária inserida dentro da centralidade urbana.	Residencial. Minerário. Industrial.	Risco Tecnológico: proximidade da mancha urbana em relação à envoltória de inundação da barragem de Forquilha. Suscetibilidade: enxurrada (38,10%). O risco de movimento de massa é de 0,31%, considerando a localidade de Mota.	Os locais mencionados incluem a Antiga Estação Hargreaves, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, a Igreja N. Sra. Auxiliadora de Calastróis, a Capela de Dom Bosco e as Capelas de N. Sra. da Conceição do Chiqueiro dos Alemães, a Capela de N. Sra. da Conceição, a Capela de N. Sra. do Perpétuo Socorro e a Escola Mun. Monsenhor Rafael; Campo de Futebol; Estação Ferroviária de Miguel Burnier; Praça Getúlio Vargas; Espaço Saúde; Usina Wigg.
ZPE	Necessidade de estabelecer parâmetros urbanísticos e instrumentos de regulação para os núcleos urbanos descontínuos e as áreas rurais.	Baixa oferta de equipamentos e espaços de lazer e convivência.		(Omitido/agrupado no item acima)	(Omitido/agrupado no item acima)
ZAR-2	Necessidade de estabelecer parâmetros urbanísticos e instrumentos de regulação para os núcleos urbanos descontínuos e as áreas rurais.	Expansão da planta industrial de mineração dentro do núcleo urbano do distrito em direção a bens protegidos. Desconexão do distrito com a Sede do Município.		(Omitido/agrupado no item acima)	(Omitido/agrupado no item acima)
-	Necessidade de estabelecer parâmetros urbanísticos e instrumentos de regulação para os núcleos urbanos descontínuos e as áreas rurais.	Desconexão do distrito com a sede do município.		(Omitido/agrupado no item acima)	Estação Chrockatt de Sá; Capela de São Sebastião.
ZAR-2	Necessidade de estabelecer parâmetros urbanísticos e instrumentos de regulação para os núcleos urbanos descontínuos e as áreas rurais.	Desconexão do distrito com a do município.		Movimento de massa (0,31% somado à localidade de Miguel Burnier).	Escola Professora Celina Cruz; campo de futebol; Igreja de São Sebastião; UBS.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 129 (p. 348).

Figura 123: Síntese dos Aspectos de Uso e Ocupação do Solo – Expansão Urbana (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Miguel Burnier.

Subtemas	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação
Ocupação irregular / falta de equipamentos de lazer.	• Atualmente, Miguel Burnier enfrenta desafios relacionados à expansão das atividades mineradoras, que modificaram a paisagem e dividem a opinião da comunidade entre os benefícios econômicos e as preocupações ambientais. • Identidade e Relações Sociais: os moradores têm uma ligação mais forte com Ouro Branco e Congonhas do que com Ouro Preto, refletindo em mobilidade limitada e uma conexão frágil com a sede do município. • O distrito necessita rediscutir a estruturação do território por meio da reorganização do ordenamento territorial, considerando o esvaziamento populacional, os impactos das atividades extrativas e promovendo a diversificação econômica para melhorar a qualidade de vida da população local.	• Necessidade de conexão com a sede do município. • Problemas de infraestrutura urbana nos acessos viários e abastecimento no distrito. • Conflitos de usos nas cidades em virtude da expansão da atividade minerária dentro do núcleo urbano do distrito. • Criação de equipamentos comunitários com eventos e atividades culturais. • Instalação de academia ao ar livre, melhoria no campo de futebol, reforma da praça, instalação do parquinho infantil. • Cobertura da quadra de esportes.	• Plano Diretor. • Zoneamento e parcelamento, ocupação e uso do solo. • Instrumentos diversos previstos no EC. • Regularização fundiária e edilícia.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 145 (p. 371).

A análise da situação fundiária, urbanística e de usos do solo no distrito de Miguel Burnier revela um cenário crítico, fortemente moldado pela presença da indústria extrativista. Observa-se que a atividade mineradora está profundamente inserida no núcleo da centralidade urbana, expandindo suas instalações industriais diretamente em direção a bens culturais protegidos e áreas residenciais. Esta sobreposição de usos (residencial, minerário e industrial) gera intensos conflitos territoriais, alterando drasticamente a paisagem local e induzindo a um progressivo esvaziamento populacional.

A leitura técnica aponta que o distrito possui um padrão construtivo classificado como "médio a baixo" e sofre com grave vulnerabilidade. O núcleo urbano convive com a suscetibilidade a enxurradas e movimentos de massa, além do contínuo risco tecnológico

atrelado à proximidade da mancha urbana com a envoltória de inundação da barragem de rejeitos de Forquilha.

Essas condições físicas e econômicas transbordam para a dimensão social e de identidade do distrito. A comunidade relata uma desconexão crônica com a Sede de Ouro Preto, refletida na precariedade dos acessos viários, problemas no abastecimento de água e na ausência de infraestrutura. Como consequência dessa mobilidade limitada e fragilidade institucional, os moradores desenvolveram laços sociais e econômicos mais estreitos com os municípios vizinhos de Ouro Branco e Congonhas do que com a própria sede municipal.

Durante o diagnóstico participativo, a população sinalizou fortemente a carência de equipamentos comunitários voltados ao esporte, lazer e cultura. Foram registradas demandas claras para a reforma de praças, instalação de academias ao ar livre, parquinhos infantis, melhorias em campos de futebol e cobertura de quadras esportivas. Para reverter o quadro de degradação, torna-se imperativa a revisão do ordenamento territorial, especialmente nas Zonas de Interesse Mineral (ZIM) e de Proteção Especial (ZPE), estabelecendo condicionantes rigorosos que minimizem os impactos das atividades extrativas diretas e indiretas.

O diagnóstico de Miguel Burnier revela um espaço fragmentado pela mineração na área urbana, aumentando a vulnerabilidade a riscos ambientais e tecnológicos e contribuindo para a fuga da população. O novo Plano Diretor deve priorizar a regulação dos limites de expansão industrial para assegurar a sustentabilidade e a qualidade de vida. Deve investir em infraestrutura básica para integrar com a sede e atender a demanda de equipamentos públicos de lazer e convivência comunitária.

10 Habitação

A política habitacional em Ouro Preto enfrenta o desafio contínuo de conciliar o desenvolvimento urbano com a rígida preservação de seu patrimônio histórico e ambiental. Na sede do município, as restrições de tombamento e a forte valorização das propriedades limitam a capacidade de expansão e encarecem o acesso à moradia. Esse cenário empurra a pressão demográfica e a demanda por habitação para a periferia e para os distritos, gerando sobrecarga na infraestrutura existente, proliferação de ocupações irregulares e vulnerabilidade socioambiental para a população de baixa renda. A análise da atual fase de diagnóstico, entretanto, não produziu informações quanto à dinâmica habitacional de Miguel Burnier.

11 Turismo

O município de Ouro Preto e seus distritos têm um valioso patrimônio cultural, com grande potencial para rotas turísticas e turismo comunitário. É vital criar infraestrutura básica, melhorar acessos e restaurar o patrimônio para que esse setor se torne uma real opção de emprego e renda. O distrito de Miguel Burnier enfrenta um intenso conflito territorial: apesar de sua riqueza religiosa e do acervo da estação ferroviária, a conservação desses bens está ameaçada pela perda da identidade local e pelas atividades de mineração.

> Miguel Burnier, além da riqueza também religiosa de suas igrejas, possui um vasto acervo da estação ferroviária onde o distrito se desenvolveu. Contudo, o patrimônio desses locais encontra-se ameaçado pela falta de investimentos para sua conservação, pela descaracterização da identidade local e pela incompatibilidade entre o turismo sustentável e as constantes atividades de mineração". (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 397).

Figura 124: Síntese do Turismo (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) em Miguel Burnier.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação

Miguel Burnier tem um potencial turístico significativo, com patrimônios materiais e ruínas que refletem o desenvolvimento de Ouro Preto, como os restos da Usina Wigg e o patrimônio ferroviário tombado, localizado em seu núcleo urbano. Corta a Estrada Real e é rota para trilheiros e motociclistas. A mineração atualmente invadiu o centro urbano do distrito, tornando-se parte do cotidiano de moradores e visitantes. A entrada no distrito é controlada por cancelas da mineração, requerendo liberação. Apesar de o território ser um vastíssimo campo de exploração turística no patrimônio histórico e no ecoturismo, a fragilidade e a insegurança do distrito em relação à exploração minerária, assim como os acessos e riscos, só poderiam ser abordados com novos paradigmas e políticas públicas. Essas políticas devem ser voltadas ao bem-estar social, à economia e à segurança, que garantissem o futuro da pequena e escassa população local. Há, na população, um sentimento de desesperança quanto ao futuro do distrito, e muitas famílias deixaram Burnier devido à precariedade das condições de vida no local.	Os moradores apontaram como potencialidades em Miguel Burnier o patrimônio histórico e cultural e as festividades culturais e religiosas como potencialidades turísticas e da riqueza do distrito: conjunto das edificações, ruínas, Capela dos Alemães, Chiqueiro dos Alemães. Já em Mota, indicaram como potencial a Pedra do Vigia, com a demanda pela sua preservação, cercamento e valorização. Em Crokatt de Sá, foram identificados como potenciais turísticos a Estação do Trem e a Fazenda Vila Ema, que se encontram abandonadas e necessitam de recuperação e uma nova finalidade para uso. As danças, festas juninas, incentivo à festa do Congado do Sr. Xisto e a banda musical Sagrado Coração de Jesus também foram apontados como potencialidades locais.	• Plano Municipal de Turismo; • Lei Municipal n.º 971/2015: Estabelece a Política Municipal de Turismo e dá outras providências.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 166 (p. 397).

O diagnóstico do distrito de Miguel Burnier evidencia um profundo contraste entre a riqueza de seu potencial turístico e a extrema vulnerabilidade de seu território. A leitura comunitária e a técnica convergem ao identificar um acervo valioso. Este acervo inclui as ruínas da Usina Wigg, a Capela e o Chiqueiro dos Alemães. Além disso, há atrativos naturais e históricos em localidades vizinhas, como a Pedra do Vigia (Mota) e a Estação de Trem e Fazenda Vila Ema (Crokatt de Sá). O patrimônio imaterial também é expressivo, sendo sustentado por festejos populares, festas juninas, o Congado do Sr. Xisto e a atuação da banda Sagrado Coração de Jesus.

Apesar desse vasto cenário propício ao ecoturismo e ao turismo histórico — potencializado por estar na rota da Estrada Real —, a leitura técnica aponta que a exploração turística é duramente inviabilizada pela expansão das atividades minerárias. A mineração sobrepôs-se ao núcleo urbano a ponto de restringir a liberdade de ir e vir, com acessos ao distrito sendo controlados e monitorados por cancelas de mineradoras.

Para a população, essa "invasão" minerária resultou em um cenário de riscos contínuos, precariedade nas condições de vida e degradação de atrativos que hoje se encontram abandonados e demandam recuperação urgente. O impacto social desse isolamento forçado é severo: instalou-se um sentimento de desesperança entre os moradores, provocando o êxodo de diversas famílias. Dessa forma, as demandas locais por preservação, cercamento e destinação de uso aos bens históricos tornam-se impossíveis de serem atendidas. Isso ocorre sem que haja, primeiramente, uma alteração de paradigma na gestão do território. Essa mudança deve ser pautada por políticas públicas que garantam a segurança, a livre circulação e o bem-estar da comunidade.

Miguel Burnier detém um patrimônio material, imaterial e paisagístico com forte vocação para o turismo de base comunitária, mas que se encontra atualmente sufocado pelos impactos da mineração. Para transformar o turismo em uma alternativa real de desenvolvimento econômico e resgate identitário, é indispensável a criação de políticas públicas que recuperem os equipamentos históricos degradados, restabeleçam o acesso livre e seguro ao distrito e devolvam a perspectiva de futuro aos seus moradores.

Revisão do Plano Diretor de Ouro Preto
Câmara Municipal de Ouro Preto

Rodrigo Silva

Rodrigo Silva está localizado a cerca de 18 km da Sede e, assim como Engenheiro Corrêa e Miguel Burnier, desenvolveu-se no século XIX a partir da chegada da ferrovia. Apresenta estabilidade populacional: registrou 1.080 habitantes em 2010 e 1.082 em 2022, acréscimo de apenas 2 pessoas — o menor crescimento absoluto entre todos os distritos.

1 Aspectos físicos

O diagnóstico dos aspectos físicos no distrito de Rodrigo Silva integra as perspectivas técnica e comunitária para a compreensão das dinâmicas territoriais, com foco na avaliação de riscos naturais e na aptidão do solo para a ocupação. Este levantamento subsidia as diretrizes para o planejamento urbano e o zoneamento local, visando à segurança e ao desenvolvimento ordenado da região.

Figura 125: Síntese de Aspectos Físicos – Rodrigo Silva.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação
Não foram verificados problemas significativos de riscos geológicos na área urbana. Na zona rural, predominam erosões por ravinas causadas por águas superficiais e ação antrópica. Há registros de deslizamentos de taludes e plataforma na estrada de ligação à BR-356. Existem áreas degradadas por mineração, mas também vastas áreas com aptidão à urbanização.	A questão dos riscos geológicos foi mencionada em 3% das manifestações na Reunião Participativa, não sendo um tema recorrente em outras formas de participação. O foco comunitário recai, especificamente, nos problemas de deslizamentos nas estradas.	A área urbana não apresenta riscos geológicos críticos. É necessária atenção às áreas degradadas por mineração de topázio (abandonadas) devido ao risco de erosão por ravinamento. O monitoramento das vias de acesso e das encostas é essencial.	Carta de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações; Carta de Aptidão à Urbanização; Zoneamento Urbano; Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 08 (p. 78).

A análise dos aspectos físicos de Rodrigo Silva indica que, de maneira geral, a área urbana do distrito apresenta estabilidade geológica, não sendo uma região de risco acentuado para habitação. A preocupação central, tanto técnica quanto comunitária, desloca-se para a infraestrutura de acesso, especificamente a estrada que conecta o distrito à BR-356, onde a ocorrência de deslizamentos de taludes e plataforma compromete a mobilidade.

Na zona rural, o cenário demanda atenção devido aos processos erosivos, tipificados principalmente como ravinas, que são potencializados por águas superficiais e pela intervenção humana. Adicionalmente, as áreas remanescentes de atividades de mineração de topázio — hoje desativadas — representam um passivo ambiental que exige monitoramento, uma vez que o abandono dessas áreas favorece o ravinamento. Por outro lado, o diagnóstico aponta um potencial positivo para o desenvolvimento do distrito, ao identificar extensas áreas com aptidão à urbanização que, se devidamente zoneadas, podem absorver a expansão territorial de forma segura e ordenada.

O distrito de Rodrigo Silva apresenta condições geológicas favoráveis à ocupação urbana, com desafios pontuais relacionados à estabilidade de estradas e à recuperação de áreas degradadas pela mineração histórica. O planejamento futuro deve priorizar o controle de processos erosivos e a utilização das áreas com aptidão à urbanização, assegurando a integração entre o zoneamento urbano e a mitigação de riscos nas vias de acesso e zonas rurais.

2 Aspectos ambientais

O diagnóstico do meio biótico e ambiental no distrito de Rodrigo Silva busca integrar informações sobre a cobertura vegetal, o status de conservação e a gestão de recursos naturais. Com uma extensão territorial de 9.035,878 hectares, o distrito apresenta uma diversidade de fitofisionomias e áreas protegidas que demandam diretrizes específicas de uso e ocupação para garantir a sustentabilidade ecológica da região.

> A oficina comunitária do Distrito de Rodrigo Silva ocorreu no dia 10 de agosto de 2023, das 18h às 21h, na Escola Municipal Doutor Alves de Brito, na Rua do Campo, n.º 26.
> Em relação aos aspectos ambientais, foi destacada pela população presente a quantidade de nascentes expressivas nesse distrito e o potencial da grande produção de água dessa localidade.” (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 95)

Figura 126: Síntese do Meio Biótico e Aspectos Ambientais – Distrito de Rodrigo Silva.

Categoria	Detalhamento
Fitofisionomias	Predomínio de Floresta Estacional Semidecidual (35,10%), seguida por Campo Sujo de Cerrado (22,22%) e Refúgio Vegetacional Quartzítico/Arenítico (17,05%).

Conservação	61,13% da flora regional possui alto ou muito alto grau de conservação.
Unidades de Conservação	86,82% do Monumento Natural Estadual de Itatiaia está inserido no distrito.
Áreas Verdes Urbanas	O perímetro urbano possui 290,00 ha, sendo 90,33% compostos por áreas verdes e de preservação.
Áreas de Proteção Permanente (APP)	A cobertura florestal representa 48,65% das APPs hídricas; a formação campestre compõe 32,24%.
Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAM)	Área de 98,77 ha, correspondendo a 1,09% da área total do distrito.
Reserva Legal (RL)	Área de 1.277,03 ha, representando 14,13% do território do distrito.
Passivos Ambientais	Não há registros no Inventário de Áreas Contaminadas e Reabilitadas de Minas Gerais (ano 2022).
Educação Ambiental	Ausência de projetos de educação ambiental direcionados especificamente pelo poder público municipal para o distrito.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 31 (p. 125, 126).

Os dados revelam que Rodrigo Silva possui uma cobertura vegetal significativa e diversificada, com destaque para a Floresta Estacional Semidecidual e áreas de Cerrado. A relevância ambiental é corroborada pela inserção de grande parte do Monumento Natural Estadual de Itatiaia em seu território, o que confere à região um importante papel na conservação da flora regional, dado que a maior parte da vegetação apresenta níveis elevados de preservação.

No âmbito hídrico, as Áreas de Proteção Permanente (APPs) apresentam predominância de cobertura florestal, o que é um indicador positivo para a manutenção da qualidade e quantidade de água. Essa característica técnica converge com a leitura comunitária, que aponta a existência de uma quantidade expressiva de nascentes na região, reconhecendo-as como uma potencialidade ambiental estratégica para o distrito.

Por outro lado, o diagnóstico aponta carências na gestão municipal direta, notadamente na ausência de projetos de educação ambiental voltados para a localidade. Embora não existam passivos ambientais registrados, a proteção das ZEPAMs e das Reservas Legais permanece como um pilar fundamental para garantir a manutenção dos serviços ecossistêmicos que sustentam tanto a biodiversidade quanto as demandas hídricas locais.

Rodrigo Silva detém um patrimônio ambiental robusto, com elevada aptidão à conservação e presença de recursos hídricos significativos reconhecidos pela população. O desafio estratégico para o planejamento urbano reside na implementação de políticas públicas de educação ambiental e no fortalecimento da fiscalização e gestão das áreas protegidas

(ZEPAM e Reserva Legal). Isso assegura que o desenvolvimento do distrito ocorra em harmonia com a preservação de seus ecossistemas naturais.

3 Saneamento

O diagnóstico do saneamento básico em Rodrigo Silva abrange os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem pluvial. A análise integra a infraestrutura atualmente instalada com as demandas e percepções da população local, permitindo identificar as vulnerabilidades do sistema e as necessidades de investimentos para garantir a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental no distrito.

Figura 127: Saneamento Básico em Rodrigo Silva – Síntese Consolidada.

Temática	Leitura Técnica	Leitura Comunitária e Parecer Técnico
Abastecimento de água	Realizado pelo SAA Rodrigo Silva, com captações superficiais e subterrâneas, duas elevatórias, rede de distribuição e três reservatórios.	A população relata falta de tratamento adequado da água e alto custo das tarifas. O parecer técnico indica a necessidade de verificação quanto à execução do tratamento e debate sobre valores tarifários.
Esgotamento sanitário	Coleta de esgotos domésticos, sem tratamento. Rede composta por trechos separadores absolutos e unitários; lançamento in natura nos corpos hídricos.	Moradores apontam pontos críticos de lançamento de esgoto (Buraco de Areia, Prainha, Quilombo). O parecer aponta a necessidade de implementar projetos de rede coletora e tratamento conforme metas de universalização.
Resíduos Sólidos	Coleta convencional realizada duas vezes por semana. O distrito não dispõe de coleta seletiva.	Reclamação sobre a ausência de lixeiras e coleta seletiva. O parecer sugere estudar a viabilidade de expandir a coleta seletiva de Cachoeira do Campo para o distrito.
Drenagem Pluvial	Sistema composto por bocas de lobo, galerias e bueiros. Opera tanto como sistema separador absoluto quanto unitário.	Relatos de enchentes frequentes em hortas e no povoado de Fundão. O parecer técnico propõe medidas estruturais, como barraginhas e jardins drenantes, para mitigar os impactos.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 166 (p. 397).

A análise do saneamento de Rodrigo Silva mostra desafios estruturais comuns em distritos com infraestrutura em consolidação. No abastecimento de água, há uma diferença entre a percepção da comunidade sobre a qualidade do tratamento e a clareza institucional necessária, apesar da estrutura de captação e reservação. Há também a questão tarifária, que exige mediação com a concessionária e órgãos reguladores.

Quanto ao esgotamento sanitário, a ausência de tratamento dos efluentes antes do lançamento nos corpos hídricos representa um passivo ambiental significativo. A leitura comunitária identificou locais específicos de descarte irregular, o que reforça a urgência da implementação dos projetos executivos de rede coletora e estações de tratamento. De forma análoga, o manejo de resíduos sólidos apresenta fragilidades na ausência de coleta seletiva e na precariedade de equipamentos públicos, como lixeiras, demandando soluções de curto prazo e a integração regional com experiências de sucesso de distritos vizinhos.

Por fim, o sistema de drenagem pluvial enfrenta problemas de inundações localizadas, afetando áreas produtivas (hortas) e povoados. As soluções propostas, que envolvem tanto a manutenção da rede existente quanto a adoção de medidas compensatórias de drenagem sustentável, demonstram que a questão hídrica do distrito deve ser tratada com foco na resiliência e no controle de cheias.

O diagnóstico de saneamento de Rodrigo Silva aponta para a necessidade premente de modernização da infraestrutura de esgotamento e resíduos, além de melhorias na gestão e fiscalização dos serviços de água e drenagem. A articulação entre a Prefeitura, a concessionária e a comunidade é essencial para que as diretrizes do Plano Diretor possam viabilizar investimentos estratégicos e o atendimento às demandas sociais identificadas.

4 Mineração

A mineração em Ouro Preto é uma atividade de relevância nacional, com 534 processos minerários ativos no município, dos quais 74 encontram-se em fase de concessão de lavra. No distrito de Rodrigo Silva, essa atividade é expressiva, apresentando não apenas potencial econômico, mas também gerando significativos conflitos socioambientais com a população local, que necessitam de acompanhamento do poder público.

Figura 128: Síntese da Mineração em Rodrigo Silva.

Processos em fase de concessão de lavra	Estudos de Dam Break	Conflitos identificados
Dois processos na região do Botafogo: extração de ferro, calcário, topázio e manganês por empresas como BEMIL, Topázio Imperial, Enrico Guarneri e Mineração Carrilho.	-	Poluição atmosférica (poeira/particulados), vibrações por explosivos, trincas em imóveis e danos à infraestrutura.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 84 (p. 228, 229).

A realidade do distrito de Rodrigo Silva, conforme apontado na leitura técnica e corroborado pela leitura comunitária, revela uma convivência conflituosa entre a extração mineral e o bem-estar da comunidade. Do ponto de vista técnico, a presença de múltiplos processos minerários em fase de concessão demonstra a alta pressão sobre o território para a exploração de diversos minerais, como ferro e manganês.

A população local, durante as oficinas participativas, relatou impactos severos, incluindo poluição atmosférica, assoreamento de cursos d'água e danos físicos às edificações decorrentes das vibrações causadas pelos explosivos e pelo tráfego intenso de caminhões. Existe uma percepção clara de assimetria nos benefícios, em que os impactos negativos são retidos localmente, enquanto os retornos econômicos da atividade são vistos pela população como insuficientes para compensar os danos patrimoniais e ambientais causados.

O parecer técnico destaca a importância da aplicação rigorosa da legislação ambiental, incluindo a Lei Federal n.º 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e a Resolução CONAMA n.º 01/1990, que estabelece critérios de avaliação de ruído. O diagnóstico reforça a necessidade de o poder público municipal exercer maior controle e fiscalização, visando proteger a integridade das nascentes e o sossego da população. Além disso, destaca que alternativas de fiscalização e de diversificação econômica deverão ser aprofundadas nas etapas subsequentes do Plano Diretor.

O distrito de Rodrigo Silva encontra-se em uma área de intensa pressão minerária, demandando ações imediatas de fiscalização municipal para mitigar os danos à saúde, à segurança habitacional e aos recursos hídricos. A mitigação desses impactos e a busca por uma maior justiça socioambiental no setor minerário constituem eixos centrais para a revisão das políticas urbanas e econômicas do município.

5 Aspectos sociais e demográficos

A dinâmica demográfica do município de Ouro Preto entre 2010 e 2022 demonstra um crescimento populacional total de 4.566 habitantes. Enquanto distritos como Cachoeira do Campo e Amarantina apresentaram crescimento expressivo, Rodrigo Silva manteve uma população praticamente constante no período, com 1.080 habitantes em 2010 e 1.082 em

2022. Este cenário de estabilidade, contudo, convive com demandas latentes por serviços públicos essenciais, conforme detalhado no diagnóstico participativo.

Figura 129: diagnóstico de aspectos sociais – Distrito de Rodrigo Silva.

Área	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos
Assistência Social	Necessidade de avaliação sobre a implementação de CRAS, considerando o atendimento via CRAS móvel ou centralizado.	Problemas: ausência de assistência local e de CRAS. Demandas: criação de CRAS, assistência no posto de saúde, farmácia, restaurante e projeto de engenharia/arquitetura.	Projeto social de arquitetura e engenharia deve ser avaliado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.	-
Educação	Necessidade de reformas e manutenção das unidades escolares.	Problemas: falta de manutenção nas escolas N. Sra. das Graças e Dr. Alves de Brito, ônibus precários e estradas perigosas/esburacadas. Demandas: escola técnica, ampliação de séries e manutenção escolar.	Modernização das instalações, manutenção de equipamentos e melhoria do transporte/estrada de acesso são vitais.	Plano específico.
Saúde	O distrito conta com unidade de saúde e unidade em Bocaina; demanda-se mais atendimentos, incluindo odontologia.	Problemas: ausência de farmácias e de veículo de transporte para doentes. Demandas: farmácia popular, laboratório, ampliação do posto, mais insumos, consultório odontológico e médico de apoio.	Demandas de funcionamento e equipe devem ser avaliadas pela Secretaria de Saúde.	Plano específico.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadrop. 267,268.

Os dados socioeconômicos de Rodrigo Silva indicam um distrito que, apesar de sua estabilidade demográfica, enfrenta vulnerabilidades significativas no acesso a direitos básicos. A ausência de uma estrutura local de assistência social é um ponto crítico, gerando um efeito cascata que sobrecarrega a busca da população por serviços na sede ou em distritos vizinhos.

No eixo da educação, a leitura comunitária é enfática ao relacionar a precariedade das estradas de acesso com a evasão e a interrupção das atividades escolares em períodos chuvosos, evidenciando que a qualidade do ensino está diretamente atrelada à infraestrutura de mobilidade. Na saúde, a demanda por insumos básicos, como farmácia e transporte para doentes, aponta para uma lacuna na descentralização da rede de atenção básica. As propostas de solução, como a modernização das instalações e a criação de planos setoriais específicos, alinham-se à necessidade de uma gestão que considere as particularidades geográficas e as distâncias enfrentadas pelos moradores de Rodrigo Silva.

O diagnóstico de Rodrigo Silva revela a urgência de fortalecer a rede de proteção social e a infraestrutura básica de educação e saúde. A estabilidade populacional observada deve ser acompanhada por investimentos que garantam a dignidade dos residentes locais,

especialmente no que tange à manutenção das estradas escolares e à descentralização de serviços de atendimento médico e social.

6 Aspectos econômicos

O desenvolvimento econômico do município de Ouro Preto é marcado por uma forte dependência da indústria extrativa mineral, o que impõe o desafio de promover a diversificação das receitas e a descentralização das oportunidades para os distritos. A estratégia de crescimento sustentável, conforme estabelecido no Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, busca integrar a infraestrutura local às necessidades das populações rurais e urbanas periféricas, visando mitigar a desigualdade e fortalecer o comércio de serviços de proximidade.

Figura 130: Diagnóstico: Aspectos Econômicos – Distrito de Rodrigo Silva

Problemas	Demandas	Conclusões e Perspectivas	Legislação
Falta de comércio e serviços no distrito.	Criar uma farmácia popular; ampliação do posto de saúde.	Os moradores do distrito ficam reféns dos serviços oferecidos em Ouro Preto ou Cachoeira do Campo. O melhor direcionamento de recursos pode solucionar essas demandas apresentadas.	Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 95 (p. 228).

A análise econômica de Rodrigo Silva revela um cenário de carência estrutural no setor de comércio e serviços essenciais. A dependência direta dos moradores em relação à sede do município ou ao distrito de Cachoeira do Campo para acessar itens básicos — como medicamentos e atendimento de saúde — evidencia uma fragilidade que desestimula a permanência e a qualidade de vida local.

Essa configuração econômica obriga a população a realizar deslocamentos constantes, retirando o fluxo financeiro do próprio distrito e centralizando-o em núcleos administrativos maiores. A demanda por uma farmácia popular e pela ampliação do posto de saúde não se restringe apenas ao bem-estar social; trata-se de um gargalo econômico que impede o distrito de desenvolver sua própria rede de serviços, essencial para qualquer planejamento de desenvolvimento territorial que pretenda ser inclusivo. O "melhor direcionamento de recursos", conforme aponta a conclusão do diagnóstico, refere-se à necessidade de investir na

descentralização desses serviços, permitindo que Rodrigo Silva tenha autonomia mínima para atender sua população.

O distrito de Rodrigo Silva apresenta uma clara lacuna na oferta local de bens e serviços básicos. A superação desse quadro depende da implementação de políticas públicas que incentivem a fixação de comércios essenciais e a melhoria da infraestrutura de saúde. Isso integra o distrito à dinâmica econômica do município de forma a reduzir a dependência externa e promover o desenvolvimento econômico local sustentável.

7 Mobilidade

A mobilidade urbana em Ouro Preto é desafiada por barreiras topográficas, físicas e pela necessidade de conectar a sede a 12 distritos e mais de 80 localidades. O diagnóstico técnico geral aponta a urgência de atualizar o Plano de Mobilidade Municipal, que atualmente abrange apenas a sede, para incluir a totalidade do território. No distrito de Rodrigo Silva, essa necessidade se traduz em demandas por melhorias na infraestrutura viária e na frequência do transporte coletivo.

Figura 131: Mobilidade Urbana – Distrito de Rodrigo Silva.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação
Distrito de menor porte, próximo à BR-356, com tráfego de caminhões e necessidade de melhorias na rede viária e acessibilidade.	**Problemas:** Falta de transporte (rural e sábados); estradas precárias em Morais; tráfego intenso de carretas; pavimento insuficiente na Bocaina. **Demandas:** Aumento de horários e frequência de ônibus; transporte circular; manutenção de estradas e pavimentação em pontos críticos.	Além de soluções pontuais para o distrito, é necessário planejar a conexão das localidades próximas.	Gestão e regulação do transporte coletivo; atualização e adequação do Plano de Mobilidade.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 106 (p. 309).

Os apontamentos para Rodrigo Silva demonstram um distrito que sofre diretamente com os impactos do tráfego pesado associado à mineração, evidenciado pelo relato de carretas que sobrecarregam o asfalto local. A fragilidade da rede viária, especialmente em

pontos como Morais e Bocaina, compromete a segurança de pedestres e usuários de transporte escolar e ambulâncias.

A leitura comunitária revela um isolamento severo em relação ao transporte público, com carências notáveis aos finais de semana e na conexão com outras localidades rurais. A demanda por um sistema de transporte circular com tarifa única e maior frequência para a sede e distritos vizinhos, como Cachoeira do Campo, é um indicativo de que a estrutura atual de mobilidade não atende às necessidades básicas de deslocamento da população. Isso restringe o acesso a serviços essenciais.

O cenário de Rodrigo Silva reforça a necessidade de descentralizar o planejamento de mobilidade em Ouro Preto. A integração das demandas locais, como a pavimentação de trevos estratégicos e a ampliação dos horários de transporte público, é fundamental para garantir a segurança viária e a conectividade dos moradores. Isso supera o atual estresse sobre a infraestrutura existente, provocado pelo fluxo de veículos pesados.

8 Patrimônio Cultural

O Patrimônio Cultural em Ouro Preto é um dos eixos fundamentais para a identidade municipal, permeando diversas esferas do planejamento urbano e ambiental. No distrito de Rodrigo Silva, o diagnóstico combina a leitura técnica sobre a fragilidade da preservação dos bens inventariados com a percepção da comunidade local. Esta comunidade valoriza suas manifestações culturais, festas e edificações históricas, embora aponte um cenário de degradação que exige intervenções urgentes do poder público.

Figura 132: Patrimônio Cultural – Distrito de Rodrigo Silva

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação
Demolição de bens inventariados; mineração nas áreas da Bocaina; destruição de sítios arqueológicos, conforme relatos dos moradores.	**Problemas:** Falta de manutenção/restauração das igrejas (Santo Antônio, Santa Quitéria) e da Estação Ferroviária. Demandas: Educação Patrimonial; Plano de Preservação; Tombamentos e áreas de proteção. **Potencialidades:** Gastronomia, artesanato, festas locais, Sociedade Musical Santa Cecília e sítios arqueológicos (Bocaina, Botafogo, Morais, Quilombo).	A definição das estratégias de preservação deve ser consolidada no quadro geral de diretrizes para todo o território.	LUOS; Plano Diretor; Diretrizes de Tombamento do Núcleo Histórico.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 118 (p. 325).

Os dados revelam um conflito entre o rico acervo histórico-cultural do distrito e a pressão exercida por atividades como a mineração, que tem provocado a destruição de sítios arqueológicos na região da Bocaina. A leitura comunitária demonstra que a população reconhece o valor do patrimônio — citando a gastronomia, o artesanato e a música como pilares —, mas lamenta o estado de abandono de estruturas cruciais, como a Estação Ferroviária e os templos religiosos locais.

A ausência de políticas efetivas de educação patrimonial e de um plano de preservação integrado resulta em uma descaracterização gradual do distrito. A demanda por reconhecimento oficial desses sítios arqueológicos por meio do zoneamento municipal é um ponto-chave. Isso indica que a comunidade percebe o patrimônio não apenas como bens isolados, mas como parte de um território histórico maior. Este território está localizado em áreas como Botafogo, Morais e Quilombo, que hoje carecem de proteção jurídica e fiscalização.

Como diretriz apontada no diagnóstico, pretende-se ampliar a valorização da cultura dos afrodescendentes e povos originários, incluindo reconhecimento de possíveis comunidades quilombolas na região. Até o momento, há apenas uma área de quilombo reconhecida próximo à Rodrigo Silva, conhecida como “Quilombo”.

O cenário do Patrimônio Cultural em Rodrigo Silva exige uma ação coordenada entre a requalificação urbana e a proteção legal. A transição da Capela de Santa Quitéria de um processo de tombamento para a proteção efetiva, somada à necessidade de proteger sítios arqueológicos sob risco de mineração, configura-se como a prioridade para garantir que a identidade do distrito seja preservada para as futuras gerações.

9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana

O planejamento do uso e ocupação do solo em Ouro Preto enfrenta desafios complexos devido à heterogeneidade do seu território e às pressões de crescimento urbano desordenado, que muitas vezes ocorre sem a devida infraestrutura e planejamento. A análise intersetorial realizada pela Fundação Gorceix aponta a necessidade urgente de revisão dos parâmetros urbanísticos e a regularização fundiária como eixos centrais para o

desenvolvimento sustentável, visando conciliar a expansão urbana com a preservação ambiental e patrimonial.

Figura 133: síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Rodrigo Silva.

Zoneamento (2011)	Ordenamento Territorial	Características	Usos do solo	Tipologia Construtiva	Infraestrutura Urbana*	Suscetibilidade e Risco**	Centralidades e Equipamentos
ZAR-2, ZAR-3, ZIM, ZPE, ZPAM	Estabelecer parâmetros urbanísticos e instrumentos de regulação para núcleos urbanos descontínuos e regiões rurais; revisão das zonas de ZIM.	Baixo adensamento; comunidades e localidades espessas; sítios arqueológicos não registrados; bens culturais em precariedade; áreas de mineração antropizadas.	Residência individual; pequenos negócios; área rural.	Padrão construtivo médio.	Pouco presente.	Enxurrada (42,16%); movimento de massa (1,17%).	Escola Municipal Doutor Alves de Brito; UBS Topázio; igrejas; estação ferroviária; coreto.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 123 (p. 335-338).

A análise do distrito de Rodrigo Silva, conforme indicado no quadro de síntese técnica, revela um território de baixo adensamento, com características predominantemente rurais e ocupações espessas. A fragilidade observada na infraestrutura urbana — classificada como "pouco presente" — reflete a dificuldade de articulação com a sede municipal, um fator que, no contexto geral de Ouro Preto, atua como promotor do crescimento urbano desordenado.

Um ponto crítico da análise é a vulnerabilidade geológica, com riscos de enxurrada (42,16%) e movimentos de massa (1,17%). A ocupação acontece em áreas sem registro de bens culturais ou sítios arqueológicos, que ficam vulneráveis a atividades impactantes. A falta de demarcação dos sítios arqueológicos no zoneamento atual prejudica a preservação do patrimônio histórico-cultural local. O Plano Diretor deve revisar essas áreas. Ele deve criar diretrizes claras para regular núcleos urbanos e proteger áreas arqueológicas. Deve equilibrar o uso do solo, a segurança da população e a preservação do patrimônio.

O diagnóstico aponta que Rodrigo Silva necessita de uma revisão estrutural em seu ordenamento, focando na regularização dos núcleos descontínuos e na implementação de instrumentos urbanísticos que protejam seu patrimônio cultural e arqueológico. O fortalecimento da infraestrutura e controle do uso do solo são medidas imperativas para mitigar os riscos geológicos e ordenar o crescimento do distrito de forma resiliente e sustentável.

10 Habitação

Não foi apresentado quadro síntese com o tema habitação para o Distrito de Rodrigo Silva. Essa ausência de análise pontual e de dados consolidados em quadros síntese enfatiza que o planejamento para o distrito, neste momento, apoia-se estritamente nas diretrizes macro do município. A indicação geral de descentralizar o atendimento habitacional — garantindo que a política de habitação inclua os diversos núcleos urbanos distritais — sugere que intervenções em Rodrigo Silva dependerão da aplicação abrangente dos programas em andamento pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Contudo, a falta de uma leitura específica demanda cautela e indica a necessidade de futuros mapeamentos locais para identificar as reais vulnerabilidades e demandas de regularização fundiária da comunidade.

A gestão habitacional em Ouro Preto é pautada pelo desafio de ofertar moradia digna e regularizada frente às limitações de expansão e à preservação patrimonial. Destaca-se, entretanto, a ausência total de quadros de leitura técnica ou comunitária referentes à habitação no distrito de Rodrigo Silva. Esta falta de dados específicos exige que o poder público dedique atenção posterior ao levantamento das dinâmicas de ocupação local, garantindo que o distrito não seja negligenciado na distribuição de políticas habitacionais e na prevenção de irregularidades construtivas no futuro.

11 Turismo

Ouro Preto e seus distritos possuem um rico patrimônio cultural, histórico e natural, com grande potencial para diversificação econômica e fortalecimento da economia criativa por meio do turismo comunitário. A exploração sustentável no município exige infraestrutura adequada, incluindo saneamento básico, acessos e conservação do patrimônio. O desenvolvimento turístico nos distritos surge como uma viável alternativa para emprego e renda, se respeitar as potencialidades e desejos das comunidades locais.

Figura 134: Diagnóstico - Principais Questões Técnicas e Comunitárias. Distrito: Rodrigo Silva.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação
Rodrigo Silva é um distrito com rico patrimônio natural e histórico, possuindo grande potencial para o turismo sustentável. Os recursos naturais incluem grutas e minas, como a Gruta Sete Salões e jazidas de topázio imperial, além do Parque Natural da Caveira. O uso sustentável desses recursos pode beneficiar a comunidade, gerando empregos, aumentando a renda, preservando a cultura e a natureza e promovendo o desenvolvimento local.	Demanda-se que seja incentivada a exploração turística dos recursos naturais encontrados no distrito, como grutas e minas locais.	• Plano Municipal de Turismo; • Lei Municipal nº 971/2015 - Estabelece a Política Municipal de Turismo e dá outras providências.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 167 (p. 405).

A análise da síntese diagnóstica do distrito de Rodrigo Silva destaca o ecoturismo como o principal aspecto de sua vocação turística. A Leitura Técnica Integrada ressalta um patrimônio natural e histórico único, evidenciado por atrativos espeleológicos e geológicos como a Gruta Sete Salões, as jazidas de topázio imperial e o Parque Natural da Caveira. Esse levantamento técnico se alinha aos desejos da Leitura Comunitária Participativa, onde a população pede incentivos para a exploração turística dos recursos naturais.

Em Ouro Preto, onde o turismo precisa de melhorias para se tornar uma fonte de renda, Rodrigo Silva propõe uma iniciativa voltada para a sustentabilidade. A integração dessas visões mostra que o ecoturismo, quando bem planejado e respaldado por leis como o Plano Municipal de Turismo e a Lei n.º 971/2015, pode ser um vetor de desenvolvimento viável. Essa transformação gerará empregos, aumentará a renda local e valorização do meio ambiente e da cultura do distrito.

Rodrigo Silva tem potencial para o ecoturismo, baseado em seus recursos naturais e histórico mineral. Rodrigo Silva tem potencial para ecoturismo, com base em seus recursos naturais e história mineral. A concordância entre o potencial técnico e a demanda por incentivos à exploração de grutas e minas evidencia a necessidade de seguir as diretrizes da Política Municipal de Turismo. Essas ações são essenciais para o uso sustentável da região, garantindo economia, empregos e preservação para a comunidade.

Santa Rita de Ouro Preto

Santa Rita de Ouro Preto localiza-se a 30 km da Sede e é reconhecida como importante centro de produção de pedra-sabão, matéria-prima fundamental para a expressão criativa do barroco mineiro e para o artesanato comercializado nacional e internacionalmente. É, contudo, o único distrito que apresentou queda expressiva no total de habitantes: de 4.243 em 2010 para 3.511 em 2022, perda de 732 pessoas — o maior declínio absoluto do município.

1 Aspectos físicos

A análise do meio físico no âmbito do município de Ouro Preto evidencia desafios estruturais significativos no que diz respeito ao ordenamento e à segurança territorial. O diagnóstico geral aponta que o município carece de um Sistema de Defesa Civil Municipal mais abrangente, bem como de uma Política de Gestão de Riscos que atue de forma contínua na mitigação e erradicação das vulnerabilidades geológicas. No distrito de Santa Rita de Ouro Preto, essa realidade se manifesta de forma contundente por meio de fragilidades hidrológicas e geotécnicas, o que demanda intervenções urgentes do planejamento urbano e uma maior integração com a população local.

Figura 135: síntese do Meio Físico (leitura comunitária + leitura técnica) do distrito de Santa Rita do Ouro Preto.

Critérios de Análise	Riscos Naturais
Leitura Técnica Integrada	• Os principais problemas referem-se a enxurradas e alagamentos durante fortes chuvas, afetando diretamente o centro da zona urbana. • O PMRR delimitou vários setores de risco hidrológico ao longo da área urbana. • O problema se deve, na maioria das vezes, à ocupação desordenada nas margens do curso d'água. • Foram delimitados setores de risco a deslizamentos, gerados sempre pela execução de cortes ousados no terreno e sem critérios técnicos.
Leitura Comunitária Participativa	• Na reunião participativa realizada no distrito, não houve manifestações a respeito da temática, assim como nas demais contribuições (formulário físico, mídias sociais e formulário online) e nas oficinas participativas.
Conclusões e Perspectivas	• A leitura comunitária demonstra um certo esquecimento por parte da comunidade em relação aos acontecimentos das chuvas de janeiro de 2022, o que reforça a necessidade de conscientização da população. • O zoneamento da área urbana do Distrito deve focar na categorização destas áreas marginais de rios, de forma a evitar a repetição dos mesmos problemas.

Instrumentos / Legislação	• Carta de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações. • Zoneamento Urbano. • Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 79 (p. 79).

A avaliação sobre os aspectos físicos de Santa Rita de Ouro Preto revela um contraste acentuado e preocupante entre as evidências técnicas e a percepção atual da comunidade local. A leitura técnica aponta para um cenário de risco iminente: o centro urbano sofre rotineiramente com enxurradas e alagamentos em períodos de chuvas intensas, consequência direta da ocupação desordenada nas margens dos corpos hídricos. Além dos eventos hidrológicos, o diagnóstico técnico alerta para o risco geológico de deslizamentos de terra, desencadeado pela intervenção inadequada no relevo (cortes ousados de terraplenagem sem os devidos critérios de engenharia).

Apesar da materialidade desses riscos — documentados pelo Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) —, a Leitura Comunitária registrou um completo silêncio sobre a temática de riscos naturais. Não houve qualquer menção ao assunto nas oficinas, reuniões ou meios digitais de contribuição. Essa ausência de demandas sugere que a população pode estar normalizando o perigo ou ter sofrido um "apagamento" de memória recente em relação aos severos impactos vivenciados nas chuvas de janeiro de 2022.

Essa dissonância atesta que a deficiência apontada no contexto geral do município — a falta de uma Política de Gestão de Riscos sólida — também passa por uma lacuna na educação ambiental e na conscientização preventiva. A gestão municipal precisa atuar ativamente para reavivar a percepção de risco na comunidade, ao mesmo tempo em que aprimora o arcabouço normativo para conter a ocupação irregular de encostas e várzeas.

Em suma, o meio físico de Santa Rita de Ouro Preto exige intervenções rigorosas de ordenamento e monitoramento. A mitigação dos riscos de inundação e deslizamento depende não apenas de obras de contenção, mas sobretudo do foco em categorizar e proteger as áreas marginais aos cursos d'água por meio do Zoneamento Urbano. Garantir a segurança da população requer a aplicação irrestrita da Lei de Uso e Ocupação do Solo e ações contínuas de conscientização comunitária sobre a importância de respeitar os limites ambientais e geológicos do território.

2 Meio biótico e ambiental

O diagnóstico do meio biótico e ambiental de Ouro Preto revela desafios sistêmicos em todo o território, como o desmatamento em áreas de nascentes, ocupações irregulares em zonas de preservação e a necessidade de controle das áreas verdes urbanas. No distrito de Santa Rita de Ouro Preto, esse cenário ganha contornos específicos devido à sua vasta extensão territorial e à forte presença de atividades agropecuárias e silviculturais. A análise a seguir detalha o uso do solo, o grau de conservação da flora e os principais conflitos ambientais levantados pela comunidade, fornecendo bases para a gestão ambiental local.

> Durante a oficina comunitária realizada no distrito de Santa Rita de Ouro Preto, no dia 10 de agosto de 2023, das 18h às 21h (local: Salão Paroquial, Rua São Vicente, n° 2), foi requisitada pelos presentes a retirada de eucaliptos de matas nativas desse distrito e o reflorestamento dessas áreas, por meio de meios oriundos de processo de compensação ambiental. Foi abordada também a falta de fiscalização nessa região e o seu potencial ambiental, em se tratando de matas nativas, rios, nascentes etc.
>
> A oficina também salientou as queixas e preocupações da população presente na localidade de Malta/Campestre sobre os impactos na saúde provocados pela produção de carvão próxima às residências dessa região. (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 95-96)

Figura 136: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais – Santa Rita de Ouro Preto.

Indicador	Caracterização / Dados
Área do distrito	18.569,391 ha.
Principais fitofisionomias e usos	• Floresta Estacional Semidecidual (demais estágios): 48,53% • Áreas antropizadas (pastagem): 29,87% • Áreas antropizadas (eucalipto): 19,18% • Floresta Estacional Semidecidual (estágio inicial): 1,66% • Áreas antropizadas (Pinus): 0,58%.
Grau de Conservação da Flora	• 39,30% com grau alto/muito alto. • 29,83% com grau médio. • 30,86% com grau baixo.
Unidades de Conservação (UC)	• O distrito não possui UCs internas. • A porção noroeste faz limite com o Monumento Natural Estadual de Itatiaia.

Áreas Verdes Urbanas	Possui 1.402,21 ha inseridos no perímetro urbano, com 97,81% de áreas verdes (cobertura vegetal e APPs).
Projetos de Educação Ambiental	O poder público municipal não possui projetos direcionados especificamente para o distrito.
Áreas de Proteção Permanente (APP)	Cobertura nas APPs: Formação Florestal (48,39%), Pastagem (25,30%), Mosaico de Usos (13,43%), Silvicultura (10,92%).
Passivos Ambientais	O distrito não apresenta passivos registrados no Inventário de Áreas Contaminadas de Minas Gerais (2022).

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 33 (p. 127, 128).

Figura 137: Diagnóstico Consolidado (Leitura Comunitária e Técnica) – Santa Rita de Ouro Preto.

Demandas da Oficina Comunitária	**Legislação Correlata**	**Parecer Técnico**
Falta de fiscalização ambiental: relatos sobre a necessidade de proteger o potencial de matas nativas, rios e nascentes.	-	A comunidade solicitou presença mais efetiva da fiscalização. A participação popular via denúncias contribui para chamar a atenção do Poder Público.
Silvicultura em áreas nativas: requerida a retirada de eucaliptos de matas nativas e o reflorestamento com recursos de compensação ambiental.	-	O recém-finalizado Plano Municipal da Mata Atlântica (junho/2024) será o norteador das ações e programas para recuperar e preservar essas áreas.
Impactos na saúde: produção de carvão próxima às residências na localidade de Malta/Campestre.	Lei Municipal n.º 178/1980 (Código de Posturas).	É necessária uma avaliação local para medir os poluentes atmosféricos conforme o Código de Posturas, mantendo a população informada e aplicando medidas de controle.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 34 (p. 128).

A análise dos dados de Santa Rita de Ouro Preto demonstra um território dividido entre uma expressiva preservação natural e uma forte pressão antrópica. Quase metade do distrito (48,53%) é coberta por Floresta Estacional Semidecidual em estágios avançados de regeneração, o que justifica o fato de 39,30% da flora regional apresentar um grau de conservação alto ou muito alto. No entanto, as áreas modificadas pela ação humana também são vastas, somando cerca de 50% do território, com destaque para as pastagens (29,87%) e o cultivo comercial de eucalipto (19,18%).

Esse avanço da silvicultura e das pastagens reflete-se diretamente nas queixas da população. Durante a Leitura Comunitária, os moradores denunciaram a invasão de eucaliptos em áreas de mata nativa e exigiram a aplicação de recursos de compensação ambiental para o reflorestamento. O parecer técnico indica que o recém-aprovado Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) será o instrumento

norteador para corrigir essas distorções ecológicas. Outro conflito ambiental grave apontado pela comunidade ocorre na localidade de Malta/Campestre, onde a produção de carvão próxima a áreas residenciais tem causado impactos à saúde. A solução técnica aponta para a aplicação rigorosa do Código de Posturas municipal, visando o monitoramento e o controle da qualidade do ar.

Apesar de abrigar recursos hídricos significativos, o distrito sofre com a ausência de Unidades de Conservação próprias (apenas faz fronteira com o Monumento Natural Estadual de Itatiaia) e com a falta de projetos municipais de educação ambiental. Por outro lado, a área urbana do distrito destaca-se positivamente, possuindo mais de 97% de cobertura de áreas verdes em seu perímetro, o que favorece a qualidade de vida local.

Santa Rita de Ouro Preto possui um capital natural robusto, mas que se encontra ameaçado pela expansão desordenada da silvicultura (eucalipto) e por atividades potencialmente poluidoras, como a produção de carvão próximo a moradias. A estruturação da gestão ambiental no distrito depende urgentemente da intensificação da fiscalização e da aplicação prática das diretrizes do Plano Municipal da Mata Atlântica e do Código de Posturas. Isso garante que o desenvolvimento econômico local não comprometa a saúde da população e a integridade de suas nascentes e matas nativas.

3 Saneamento

A análise do saneamento básico no município de Ouro Preto fundamenta-se na compreensão de que as políticas públicas do setor são determinantes para a melhoria da qualidade de vida da população. O diagnóstico participativo demonstrou que a abordagem das pessoas que vivenciam os problemas cotidianamente é essencial para apontar ajustes e direcionar as ações de forma adequada. No distrito de Santa Rita de Ouro Preto, a discussão sobre abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem pluvial revela desafios estruturais e ambientais significativos, evidenciando o descompasso entre a infraestrutura existente e as demandas por universalização e sustentabilidade.

Figura 138: Síntese da leitura técnica de Santa Rita de Ouro Preto.

Eixo do Saneamento	Leitura Técnica	Leitura Comunitária Participativa	Parecer Técnico / Instrumentos

Abastecimento de água	• O distrito é abastecido pelo Sistema de Abastecimento de Água (SAA) Santa Rita, composto por 4 captações subterrâneas e 9 reservatórios (613 m³ de volume). • Em 2023, a Saneouro desativou as captações superficiais devido a alterações na qualidade da água bruta. • O PSF Santa Rita possui Solução Alternativa Coletiva (SAC). • O Departamento de Vigilância Sanitária e Ambiental monitora a água da fonte da Mina São José.	(Não houve apontamentos específicos destacados na síntese para este eixo)	-
Esgotamento sanitário	• Parte dos moradores é atendida com coleta e afastamento, porém não é feito o tratamento do efluente. • Há trechos de rede do tipo separador absoluto e trechos do tipo unitário. • O esgoto é coletado e lançado nos corpos hídricos do distrito. • Na zona rural, há uso de soluções individuais.	• Relato de falta de todo o sistema de esgotamento sanitário, lançamento de esgoto a céu aberto e ausência de tratamento. • Demandas: implantar o sistema completo (incluindo tratamento) e utilizar biodigestores em imóveis rurais.	• O problema é comum a todo o município. A Saneouro possui projetos executivos prontos, aguardando implementação. • A Lei 14.026/2020 (Marco do Saneamento) estabelece a meta de 90% de coleta e tratamento até 2033. • A implantação de biodigestores em áreas menos adensadas é uma solução adequada e será inserida nas propostas do Plano Diretor.
Resíduos Sólidos	• A coleta convencional ocorre três vezes na semana. • O distrito não é atendido com coleta seletiva.	• Reclamações sobre a falta de coleta seletiva, ausência de tratamento adequado e frequência insuficiente da coleta convencional. • Demandas: tornar a coleta diária e implementar a coleta seletiva no distrito.	• A demanda por coleta seletiva é pertinente e será inserida na etapa de propostas do Plano Diretor. • A frequência da coleta deve ser discutida entre a Prefeitura e a empresa contratada. • Quanto ao tratamento, o governo municipal já se adequou, encaminhando os resíduos para um aterro sanitário licenciado.

Drenagem Pluvial	• O sistema é constituído por bocas de lobo, galerias e bueiros, operando tanto como separador absoluto quanto como sistema unitário (redes unidas). • O mapa de suscetibilidade a inundação indica que residências e comércios próximos à calha do rio estão sujeitos a inundações.	• O principal problema apontado foram os recorrentes eventos de inundação. • A comunidade aponta que a causa é o sistema deficitário de drenagem pluvial existente.	• As inundações são confirmadas pelo Plano Municipal de Redução de Riscos. • O problema é agravado pela ocupação ilegal de Áreas de Preservação Permanente (APP) nas margens do córrego. • A deficiência do sistema de drenagem é crônica e precisará de adequações a serem propostas no Plano Diretor.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 34 (p. 128).

A avaliação do saneamento em Santa Rita de Ouro Preto indica que, apesar da presença de infraestruturas básicas, elas funcionam com sérios passivos ambientais e de saúde pública. Em relação ao fornecimento de água, a leitura técnica aponta que a desativação das captações superficiais em 2023 demonstra um compromisso constante com a qualidade da água bruta. Isso requer a mudança para captações subterrâneas e a supervisão contínua da Vigilância Sanitária para assegurar a potabilidade.

A situação do esgotamento sanitário é crítica e representa a principal reclamação da comunidade. A falta de tratamento para o esgoto coletado leva ao despejo in natura de efluentes nos corpos hídricos locais e ao escoamento a céu aberto. O parecer técnico explica que esse é um déficit estrutural de toda a cidade, mas indica uma possibilidade de solução: os projetos executivos da concessionária já foram criados e devem ser postos em prática para atender às exigências do Marco Legal do Saneamento (Lei Federal n.º 14.026/2020), que demanda 90% de cobertura até 2033. Ademais, a proposta da comunidade de implementar biodigestores na zona rural é tecnicamente confirmada como uma opção sustentável para regiões com menor densidade populacional.

No que diz respeito aos resíduos sólidos, a insatisfação da população com a regularidade da coleta convencional (realizada atualmente três vezes por semana) e a ausência de coleta seletiva evidencia a necessidade de maior eficácia e sustentabilidade nas cidades. O governo reconhece essa demanda e se compromete a incorporar orientações para a coleta seletiva nas etapas futuras do planejamento, além de já ter garantido a destinação final dos resíduos em um aterro licenciado.

Por fim, a drenagem pluvial é marcada por um elevado risco de inundações. O cruzamento entre a percepção dos moradores e os dados do Plano Municipal de Redução de Riscos confirma que a infraestrutura deficitária (operando em parte como rede unitária, misturando águas pluviais e esgoto) não suporta os eventos climáticos. Esse quadro é severamente agravado por uma questão de uso e ocupação do solo: a presença de residências e comércios em Áreas de Preservação Permanente (APP) ao longo da calha do córrego que atravessa a sede do distrito.

Santa Rita de Ouro Preto está em uma fase de transição importante na sua infraestrutura de saneamento. A eliminação do esgoto a céu aberto, a redução de inundações urbanas e a modernização da gestão de resíduos requerem a execução urgente dos projetos e a colaboração entre o poder concedente e a concessionária. O sucesso dessas políticas dependerá de investimentos em engenharia, fiscalização do uso do solo nas margens dos corpos hídricos e soluções descentralizadas para as áreas rurais.

4 Mineração

O município de Ouro Preto possui uma forte tradição e dependência do setor minerário, registrando 534 processos ativos na Agência Nacional de Mineração (ANM), com predominância absoluta da extração de minério de ferro por grandes corporações. No entanto, a dinâmica minerária não é homogênea em todo o território. Enquanto distritos como Miguel Burnier e Antônio Pereira concentram os maiores impactos da mineração de ferro, o distrito de Santa Rita de Ouro Preto apresenta uma vocação distinta. Ele é voltado para a extração de bens minerais não metálicos, o que molda suas necessidades econômicas, sociais e de infraestrutura de maneira particular.

> Na oficina comunitária de Santa Rita de Ouro Preto, os participantes apresentaram potencialidades, problemas e demandas do distrito quanto à mineração. Como potencialidade, os moradores destacaram a presença de muitos minerais no distrito, em especial a pedra-sabão. Contudo, o problema levantado refere-se à falta de áreas licenciadas para a exploração. Nesse sentido, as demandas apontadas pelos participantes são a necessidade de dar maior apoio aos artesãos e o acompanhamento técnico das minerações.
>
> A Leitura Técnica de Santa Rita indicou que o distrito apresenta 5 processos em fase de concessão de lavra para as substâncias talco, serpentinito e esteatito (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 210 E 211).

Figura 139: Síntese Técnica da Mineração – Santa Rita de Ouro Preto.

Processos em fase de concessão de lavra	Estudos de Dam Break (Rompimento de barragem)	Conflitos
• Existem 5 processos em fase de concessão de lavra para as substâncias talco, serpentinito e esteatito. • Empresas com processo para talco: Indústria e Comércio São José Ltda. (4886/1943), Mineração Zé de Duca Ltda. (832468/1983) e Comércio e Indústria Verbazza Eireli (8807/1965). • Empresa com processo para serpentinito: Minas Serp Aditivos Minerais Ltda. (831022/1981). • Empresa com processo para esteatito: MICAPEL – Mineração Capão das Pedras Ltda. (832602/1983).	• Barragem de Caboclo: dados georreferenciados indicam que a mancha de inundação não afetaria a área urbana de Santa Rita. • Os impactos no distrito ficariam restritos à estrada que liga Santa Rita a Santo Antônio do Salto e a algumas residências rurais. • O rompimento, contudo, causaria grandes estragos na área urbana do distrito vizinho de Santo Antônio do Salto.	-

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 86 (p. 231).

Figura 140: Síntese da Leitura Comunitária e Parecer Técnico – Santa Rita de Ouro Preto.

Leitura Comunitária Participativa	Parecer Técnico	Instrumentos/Legislação
Potencialidades: • Presença de muitos minerais no distrito, em especial a pedra-sabão. **Problemas:** • Falta de áreas licenciadas para a exploração. **Demanda:** • Necessidade de dar maior apoio aos artesãos. • Acompanhamento técnico das minerações.	• Licenciamento: cabe ao empreendedor seguir os trâmites nas legislações federal e estadual para requerer as licenças ambientais. • Apoio aos artesãos: A demanda será repassada ao Poder Executivo Municipal para auxiliar a classe. • Acompanhamento técnico: A equipe técnica analisará a viabilidade de criação de diretrizes e propostas.	Federal (Seleção): Decreto-Lei n.º 227/1967 (Código de Mineração); Lei n.º 13.575/2017 (Cria a ANM); Lei n.º 14.066/2020 (Segurança de Barragens); Resolução CONAMA n.º 237 (Licenciamento Ambiental). Estadual (seleção): Decreto Estadual n.º 44.844/2008 (Licenciamento); Lei n.º 21.972/2016 (SISEMA); Lei n.º 23.291/2019 (Segurança de Barragens do Estado); Portaria FEAM n.º 699/2023.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 87 (p. 231).

Em contraponto ao cenário municipal — fortemente marcado pela exploração de minério de ferro —, a atividade minerária em Santa Rita de Ouro Preto caracteriza-se pela extração de talco, serpentinito e, notavelmente, esteatito (pedra-sabão). Atualmente, o distrito conta com cinco processos em fase de concessão de lavra ativos, geridos por empresas de médio porte e indústrias locais, como a MICAPEL e a Mineração Zé de Duca.

Essa tipologia de extração possui vínculo direto com a cultura e a economia local, fato evidenciado durante a leitura comunitária. A população reconhece a riqueza mineral (focada

na pedra-sabão) como uma grande potencialidade do distrito, mas aponta gargalos significativos, como a escassez de áreas devidamente licenciadas para a exploração e a necessidade de apoio institucional para os artesãos. O parecer técnico corrobora a complexidade do tema, ressaltando que a regularização das lavras depende do cumprimento rigoroso de normativas ambientais e minerárias nas esferas federal e estadual (como a Resolução CONAMA n.º 237 e o Código de Mineração). Para mitigar as dificuldades apontadas, foi recomendado o encaminhamento das demandas de fomento ao artesanato para o Poder Executivo Municipal e a formulação de diretrizes para o acompanhamento técnico da atividade.

No âmbito da segurança e infraestrutura, a principal estrutura de risco associada ao distrito é a barragem de Caboclo. Os estudos de Dam Break (rompimento de barragem) indicam que, em caso de falha, a mancha de inundação não atingiria a área urbana de Santa Rita de Ouro Preto. Os impactos seriam majoritariamente logísticos e rurais, afetando a estrada de ligação e propriedades rurais isoladas. No entanto, é fundamental destacar que a mesma mancha de inundação traria consequências catastróficas para a área urbana do distrito vizinho, Santo Antônio do Salto, exigindo planejamento integrado de contingência.

O diagnóstico de Santa Rita de Ouro Preto revela um território cuja identidade minerária está intrinsecamente ligada à cadeia produtiva da pedra-sabão e correlatos. Os principais desafios para o planejamento territorial envolvem a desburocratização e o apoio técnico para a regularização de áreas de extração artesanal e comercial, bem como o fomento direto aos artesãos locais. Paralelamente, o monitoramento das vias de escoamento e a atenção aos planos de emergência da barragem de Caboclo mostram-se essenciais para garantir a segurança da zona rural e da infraestrutura de ligação interdistrital.

5 Aspectos sociais e demográficos

A análise demográfica de Ouro Preto entre os anos de 2010 e 2022 revela cenários distintos entre seus distritos. Enquanto o município apresentou um crescimento populacional positivo (aumento de 4.566 residentes), o distrito de Santa Rita de Ouro Preto destacou-se negativamente por uma expressiva perda de moradores. Em 2010, o distrito contava com 4.243 habitantes, número que foi reduzido para 3.511 em 2022, resultando em um encolhimento populacional absoluto de 732 pessoas. Essa dinâmica de esvaziamento

demográfico reforça a importância de investigar a oferta e a qualidade dos serviços básicos locais, cujas deficiências e potenciais estão detalhados no diagnóstico de aspectos sociais a seguir.

Figura 141: síntese de aspectos econômicos (leitura comunitária + técnica) para todos os distritos do município de Ouro Preto.

Tema	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação
Assistência Social	• CRAS atende uma região com muitas localidades. Demandam mais profissionais para ampliar atendimento.	**Problemas:** • Pouca atenção a grupos familiares; ausência de programas. **Demandas:** • Equipe maior para atendimento e automóvel; • Tem um CRAS que já está desenvolvendo atividades; • Implantação de mais projetos; vinda de mais profissionais (psicólogos).	• A secretaria está ampliando a gama de atendimentos sociais. São políticas que estão sendo estruturadas e serão expandidas. Questões urgentes devem ser atendidas com a unidade móvel.	• Plano específico setorial.
Educação	• As demandas indicadas de implantação de cursos técnicos são relevantes, considerando o potencial para agricultura e turismo no distrito.	**Demandas:** • Educação em Piedade; acesso à educação em Moreira; • Áreas para construção de novos campi; vinda de cursos da área da agronomia/agricultura; cursos de agricultura, turismo ecológico, cultura; • Criação de polos educacionais, como: campus da UFOP, IFMG, cursos profissionalizantes técnicos para adolescentes, jovens e adultos; • Vinda de cursos que atendem à demanda da comunidade, por exemplo, cursos que as pessoas fazem e continuam no distrito, contribuindo para o crescimento; • Campo de futebol; quadra poliesportiva; projetos de escolinha de futebol, vínculo com a escola; • Polo avançado de ensino para desenvolvimento educacional dos jovens (qualificação de mão de obra).	• As demandas por ensino técnico devem ser objeto de ação integrada que considere as diversas faces de um programa de desenvolvimento nas áreas econômica, agrícola, turística e cultural.	-

Saúde	• Santa Rita conta com unidade de saúde que necessita de ampliação. Vale lembrar que é um distrito com 28 localidades. • Comunidade aponta melhorias nas instalações da unidade e de funcionamento, como mais médicos e maior atendimento.	**Problemas:** • Posto de saúde precário; • Falta de médico no posto de saúde; carência de profissional da saúde. **Demandas:** • Acesso à saúde em Santa Rita; acesso à saúde em Moreira; • Médicos com mais disponibilidade em Santa Rita; • Melhoramento na infraestrutura do posto de saúde.	-	-

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro p. 268 e 269.

A leitura integrada do distrito de Santa Rita de Ouro Preto evidencia uma relação direta entre o déficit de infraestrutura social e o declínio populacional apontado pelos dados demográficos. Na área da Assistência Social, embora o distrito possua um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ativo, a estrutura atual é insuficiente para cobrir as demandas de uma região composta por 28 localidades. A comunidade relata pouca atenção aos grupos familiares e a ausência de programas consolidados, exigindo a contratação de profissionais especializados (como psicólogos) e a disponibilização de veículos para viabilizar o atendimento móvel. O poder público sinaliza que essas questões urgentes tendem a ser mitigadas justamente por meio da expansão dos atendimentos com unidades móveis.

No campo da Educação, a comunidade demonstra uma visão estratégica para o desenvolvimento local. Há uma forte demanda pela criação de polos avançados de ensino técnico e superior (citando instituições como UFOP e IFMG), com foco em áreas aderentes à vocação do distrito: agronomia, agricultura e turismo ecológico. A leitura técnica concorda com essa visão, reconhecendo que a qualificação da mão de obra jovem é essencial para reter a população no território e alavancar o crescimento econômico e cultural. Além disso, os moradores de localidades como Piedade e Moreira cobram maior acesso ao ensino básico, e há uma requisição clara por infraestrutura esportiva e de lazer (campos e quadras) vinculada às escolas.

A saúde desponta como um dos setores mais críticos. Tanto a leitura técnica quanto a comunitária concordam que o posto de saúde atual é precário e necessita de ampliação física e operacional. A carência de médicos e de outros profissionais da saúde compromete o atendimento básico diário de um distrito territorialmente vasto. A descentralização e a

garantia de acesso à saúde, especialmente em sublocalidades mais afastadas (como Moreira), são apontadas como demandas prioritárias para melhorar a qualidade de vida dos moradores.

O diagnóstico de Santa Rita de Ouro Preto revela um território que sofre com a perda de habitantes, reflexo direto da insuficiência na prestação de serviços básicos. A reversão desse quadro de esvaziamento demográfico depende de investimentos estruturais robustos, principalmente na ampliação da infraestrutura de saúde e no fortalecimento das equipes de assistência social itinerante. Ademais, a implantação de polos de ensino técnico voltados para as vocações econômicas locais (agricultura e turismo) surge como uma oportunidade promissora para fixar os jovens no distrito e promover o desenvolvimento sustentável da região.

6 Aspectos econômicos

O município de Ouro Preto apresenta uma economia caracterizada pela alta arrecadação e forte dependência da indústria extrativa mineral. Embora esse cenário garanta recursos expressivos, o diagnóstico municipal aponta para desafios estruturais, como a necessidade de diversificação dos setores de comércio e serviços, a mitigação da informalidade e a valorização das áreas rurais. É nesse contexto que se insere o distrito de Santa Rita de Ouro Preto, cujas dinâmicas econômicas refletem a urgência de investimentos descentralizados, voltados especificamente para a superação de gargalos logísticos, de infraestrutura de serviços e de fomento à produção local.

Figura 142: síntese de aspectos econômicos (leitura comunitária + técnica) para todos os distritos do município de Ouro Preto.

Problemas	Demandas	Conclusões e Perspectivas	Legislação
• Problemas para escoamento da produção; • Falta de incentivo e apoio técnico para os produtores; • Falta de polo cultural.	• Atendimento bancário; • Cursos formativos para a população.	• Os problemas aqui relatados vão de acordo com as percepções também relatadas na leitura técnica.	• Plano Municipal de Desenvolvimento Rural; • Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 95 (p. 279).

A análise do quadro de Santa Rita revela que os principais entraves econômicos do distrito estão ligados à infraestrutura produtiva e à oferta de serviços básicos. A dificuldade de escoamento da produção e a escassez de incentivo e apoio técnico aos produtores locais dialogam diretamente com o cenário geral do município, que carece de políticas intersetoriais mais robustas para a agricultura e para as ruralidades. Sem estradas adequadas e sem orientação técnica, a capacidade de geração de renda por meio da produção local fica severamente limitada.

Outro ponto crítico é a ausência de atendimento bancário, uma demanda que força a população a se deslocar para outras localidades para realizar transações financeiras básicas. Essa carência dificulta a circulação de capital dentro do próprio distrito e inibe o fortalecimento do comércio local. Paralelamente, a solicitação por cursos formativos destaca a necessidade de qualificação da mão de obra, uma etapa indispensável para promover a inclusão produtiva, reduzir a informalidade e preparar os moradores para atuar em setores diversificados. A ausência de um polo cultural também é sentida como um problema, representando não apenas uma lacuna no lazer e convívio social, mas também uma oportunidade perdida de explorar a economia criativa e atrair fluxos de visitantes. O parecer técnico confirma que essas percepções comunitárias refletem de forma fidedigna a realidade territorial do distrito.

O desenvolvimento econômico de Santa Rita de Ouro Preto requer uma intervenção focada na estruturação da sua base produtiva e de serviços. As prioridades para o planejamento distrital envolvem a melhoria das vias para o escoamento da produção, a captação de serviços essenciais (como agências ou correspondentes bancários) e a oferta de capacitação técnica e profissional para os moradores. A articulação dessas ações, amparada nos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural e Econômico, é fundamental para garantir a diversificação da renda e a sustentabilidade econômica do distrito a longo prazo.

7 Mobilidade

A mobilidade urbana e distrital em Ouro Preto apresenta desafios complexos, influenciados pela topografia desafiadora, extensa malha viária rural (cerca de 2.500 km) e pela dispersão territorial. De forma geral, o município sofre com gargalos na infraestrutura para a mobilidade ativa (pedestres e ciclistas), escassez de horários no transporte coletivo e necessidade de manutenção viária constante. É nesse cenário que se insere o distrito de Santa

Rita de Ouro Preto. Embora seja apontada no quadro geral do município como propícia para o desenvolvimento do uso de bicicletas e cicloturismo, enfrenta severos problemas de isolamento. Ela carece de integrações rodoviárias e de transporte público eficientes com a sede e com as regiões vizinhas.

Figura 143: síntese do patrimônio cultural (leitura comunitária + leitura técnica) - Santa Rita do Ouro Preto.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação
• Distrito de menor porte, mais isolado e sem conexão à Sede. • Melhorar conexões com áreas rurais próximas. • Possui problemas na circulação de pedestres, falta de elementos de acessibilidade e uma rede viária urbana que necessita melhorias, como calçadas, drenagem, etc. • Foi analisada a funcionalidade das vias de Santa Rita de Ouro Preto. Consideraram-se as principais rodovias federais, estaduais e municipais que apoiam o transporte coletivo, a coleta de resíduos e a integração territorial. Foram incluídas as vias urbanas com função arterial. As vias secundárias são rodovias municipais que garantem acesso a localidades e áreas-pro do município, incluindo vias coletoras. A Figura 24 mostra o mapa da Rede Viária do Município.	**Problemas** – Falta de acesso apropriado/inclusivo. – Transporte público, poucos horários. – Estrada de acesso ruim (Mata dos Palmitos). – Ausência de sinalização; estradas ruins (Maciel, Piedade, Moreira). **Demandas** – Pavimentação melhor das ruas, assim como os acessos aos subdistritos. – Acessibilidade, estacionamento, finalizar asfaltamento de Santa Rita até a Chapada; ligar Santa Rita a Catas Altas da Noruega. – Ligar por asfalto Santa Rita à Zona da Mata. – Continuidade do calçamento ligando Santa Rita a Salto. – Pavimentação de vias (Mata dos Palmitos) – Linha de outra localidade que atende o município.	• Necessidade de melhoria interna ao distrito e dos acessos por estradas e transporte coletivo. • Na leitura comunitária, reconheceu-se o uso da faixa de domínio no acesso ao distrito como uma potencialidade para criar um espaço de caminhada e mobilidade. Foi mencionada a necessidade de desenvolver oportunidades no distrito, como polos educacionais e cursos técnicos para diferentes faixas etárias, que podem ajudar na mobilidade e crescimento local.	• Atualização e adequação do Plano de Mobilidade.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 108 (p. 313, 314).

O diagnóstico de Santa Rita de Ouro Preto revela um quadro de acentuado isolamento geográfico e logístico, condizente com as dificuldades mapeadas no contexto geral do município. A leitura técnica aponta o distrito como sendo de menor porte e desprovido de conexão direta com a Sede, evidenciando uma lacuna na rede municipal de transporte e integração territorial. Esse isolamento é agravado pelas condições precárias da malha viária rural, que afetam o acesso aos subdistritos e áreas rurais próximas.

As percepções da comunidade alinham-se perfeitamente à análise técnica. Os moradores destacam como principais problemas a escassez de horários de transporte público e o estado ruim de conservação das estradas (com menções específicas a Mata dos Palmitos, Maciel, Piedade e Moreira), além da ausência de sinalização adequada. Como reflexo direto dessas deficiências, as demandas comunitárias concentram-se fortemente na pavimentação e interligação asfáltica. Há um desejo claro de integração regional, evidenciado pelos pedidos para finalizar a ligação asfáltica até Chapada, Catas Altas da Noruega e Zona da Mata. Essas conexões são vitais não apenas para a mobilidade cotidiana, mas para o escoamento e fortalecimento da economia local.

Internamente, o distrito reproduz o padrão municipal de déficit em mobilidade ativa e acessibilidade. Faltam calçadas estruturadas e sistemas de drenagem, prejudicando a circulação segura de pedestres. Contudo, as perspectivas futuras trazem propostas inovadoras, como o aproveitamento da faixa de domínio no acesso ao distrito para a criação de um espaço dedicado à caminhada de moradores e turistas. Outro ponto relevante da leitura comunitária é a percepção de que a mobilidade está intrinsecamente ligada à atração de investimentos. A população sugere a criação de polos educacionais (como extensões da UFOP e IFMG) como forma de induzir o desenvolvimento. Isso, por consequência, justificaria e impulsionaria melhorias viárias e de transporte.

A superação dos desafios de mobilidade em Santa Rita de Ouro Preto depende da quebra de seu isolamento por meio da pavimentação estratégica de acessos intermunicipais e distritais, bem como da ampliação da oferta de transporte público. É imprescindível que a atualização do Plano de Mobilidade contemple tanto as urgências de infraestrutura básica (calçadas e drenagem interna) quanto projetos de integração e fomento à mobilidade ativa, garantindo acessibilidade, segurança e novas oportunidades de desenvolvimento socioeconômico para a população local.

8 Patrimônio cultural

O patrimônio cultural é uma temática de grande relevância para o planejamento de Ouro Preto, permeando diversas outras áreas do desenvolvimento municipal, como o uso do solo, o meio ambiente, a economia e a mobilidade. O diagnóstico geral do município aponta que cada um dos 13 distritos possui características singulares, contribuindo para a diversidade

e a riqueza cultural da região. Diante disso, a valorização das identidades locais e a gestão do patrimônio tornam-se essenciais, inclusive em localidades onde o acervo edificado histórico é menos expressivo, exigindo um olhar atento para os bens imateriais, naturais e para as tradições de cada comunidade.

Figura 144: síntese do patrimônio cultural (leitura comunitária + leitura técnica) - Santa Rita do Ouro Preto.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação
• O distrito, apesar do inventário, não identifica seu núcleo como área de preservação; • Nas áreas rurais, as fazendas foram ou demolidas e seus terrenos loteados, sem maiores registros históricos, ou não são reconhecidas pela população como referências do patrimônio histórico.	**Problemas:** Os participantes apontaram como potencialidades o patrimônio cultural e natural, as paisagens, a Festa de Santa Rita, e os artesãos e o artesanato local de pedra-sabão. Ainda demandaram a criação de um museu da pedra-sabão, para representar um memorial, a história e a tradição da produção do artesanato pela população local. **Demandas:** • Educação Patrimonial; **Potencialidades:** • Eco/turismo	Consulte o final da tabela que abrange todo o território.	• LUOS • Plano Diretor

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 119 (p. 325).

A análise do quadro de Santa Rita de Ouro Preto revela uma dinâmica intrigante entre a leitura técnica e a percepção da comunidade. Sob a ótica técnica, o distrito apresenta uma carência de patrimônio edificado formalmente reconhecido. O inventário atual não identifica o núcleo distrital como área de preservação. As antigas fazendas rurais foram demolidas ou loteadas sem que houvesse registros históricos consistentes ou apropriação desses espaços pela população como referências culturais.

Em contrapartida, a leitura comunitária demonstra que a identidade local é forte e está profundamente ancorada no patrimônio imaterial e natural. A população reconhece grande valor em suas paisagens, nas festividades tradicionais (como a Festa de Santa Rita) e, de forma muito expressiva, no ofício dos artesãos de pedra-sabão. A reivindicação pela criação de um museu da pedra-sabão ilustra o desejo da comunidade de resgatar sua memória, documentar sua história e criar um polo de atração cultural e econômica. Além disso, o pedido por programas de "Educação Patrimonial" sinaliza a necessidade de conscientizar e engajar as novas gerações na valorização de sua cultura, enquanto o "Eco/Turismo" surge

como uma potencialidade clara para unir a preservação ambiental ao desenvolvimento sustentável.

O diagnóstico do Patrimônio Cultural em Santa Rita de Ouro Preto evidencia que, na ausência de um conjunto arquitetônico histórico conservado, a força cultural do distrito reside em suas tradições, ofícios e riquezas naturais. As ações futuras devem se concentrar no incentivo ao ecoturismo, na implementação de políticas de educação patrimonial e na criação de espaços de memória, como o museu da pedra-sabão. Isso garante que a identidade local seja preservada e transformada em um vetor de desenvolvimento socioeconômico amparado pelo Plano Diretor e pela LUOS.

9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana

O uso e a ocupação do solo em Ouro Preto apresentam desafios complexos, frequentemente marcados por ocupações irregulares e pela necessidade de equilibrar a preservação ambiental com o crescimento das centralidades urbanas. No contexto geral do município, distritos como Santa Rita de Ouro Preto destacam-se pela demanda por delimitação de novas áreas aptas à expansão, justificada por fatores como topografia favorável, densidade demográfica e potenciais econômicos. A regularização fundiária, aliada à adequação do zoneamento, torna-se um instrumento essencial para mitigar vulnerabilidades e orientar o desenvolvimento ordenado e sustentável dessas localidades.

Figura 145: Síntese de Aspectos de Uso e Ocupação do Solo e Expansão Urbana.

Subtemas	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação

Expansão Urbana / Regularização Fundiária / Zoneamento	• A disponibilidade de lotes à venda no distrito de Santa Rita, aliada à topografia favorável, às atrações locais e ao potencial econômico da região, juntamente com o excelente acesso viário, indica seu potencial como área de expansão. • Contudo, é essencial estabelecer parâmetros para regularização fundiária e reformulação do zoneamento, a fim de promover o crescimento do distrito de maneira sustentável. • Essas diretrizes devem garantir o desenvolvimento urbano adequado, melhorando a infraestrutura local, incluindo equipamentos e espaços públicos, para beneficiar a comunidade residente. • Assim, o processo de revisão do Plano Diretor de Ouro Preto torna-se crucial devido ao conjunto de produtos que precisam ser revisados e criados. Entre eles estão a Lei de Parcelamento, o Uso e Ocupação do Solo, o Código de Posturas, a Regularização Edilícia, o Código de Obras e Edificações, e a Regularização Fundiária. O objetivo é garantir e estabelecer essas diretrizes.	• Falta de expansão urbana e de regularização fundiária são dificuldades enfrentadas pelos moradores, mesmo o distrito possuindo áreas em potencial para loteamentos e condomínios rurais, visto que a topografia local é favorável. • Assim, a demanda tratada dentro desse aspecto é incentivar a expansão urbana a partir da regularização dos loteamentos, a ampliação das áreas de crescimento e criação de zoneamento que permita o parcelamento do solo em algumas áreas do distrito.	• Plano Diretor; • Zoneamento e parcelamento, Ocupação e Uso do solo; • Instrumentos diversos previstos no EC; • Regularização fundiária e edilícia.
Zona de Amortecimento e Área de Preservação Permanente / APP	• A privatização das áreas circundantes à represa de Santa Rita por empreendimentos particulares tem restringido o acesso dos moradores, que buscam utilizar o espaço para atividades turísticas e de lazer. • É fundamental estabelecer diretrizes claras para regularizar essas áreas e assegurar que o uso respeite a legislação ambiental. Dessa forma, é imprescindível que sejam propostas diretrizes sustentáveis visando à preservação ambiental do local. • A área em questão está dentro da zona de amortecimento da unidade de conservação do Monumento Natural Estadual de Itatiaia. Ademais, sendo um reservatório artificial, conforme estipulado pelo Código Florestal, a área do entorno está sujeita à preservação permanente (APP), a qual deve ser rigorosamente respeitada.	• A privatização de áreas próximas e ao redor da represa impossibilita o acesso dos moradores para utilizarem o espaço como atrativo turístico e de lazer. • Dessa forma, pede-se que sejam criados acessos para a represa para garantir o uso do espaço pela população.	

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 108 (p. 325).

Figura 00: Síntese de Apontamentos Intersetoriais (Principais Localidades e Características)

Localidades	Ordenamento Territorial e Características Principais	Usos do Solo e Tipologia	Suscetibilidade e Risco	Centralidades

Santa Rita de Ouro Preto (sede distrital), Pasto Limpo, Mata dos Palmitos, Santo Antônio, etc.	• Necessidade de controle de construções irregulares em APP (Ribeirão Falcão) e despoluição/captação de esgoto. • Presença de grandes áreas verdes e rurais ao redor do núcleo. • Distrito possui forte ligação com o município de Ouro Branco e atua como polo de extração e produção de artefatos em pedra-sabão.	• Usos: residencial, minerário, turístico, comércio e serviços locais. • Tipologia: padrão construtivo médio, com predominância de até 3 pavimentos (uso misto) nas vias principais e 1 pavimento (residencial) nas demais.	• Risco: grau R3 (aprox. 420 pessoas vulneráveis) a deslizamentos, solapamentos e enxurradas. • Suscetibilidade: corrida de massa, enxurradas e inundações presentes em áreas como Pasto Limpo e Mata dos Palmitos.	Equipamentos variados: escolas, UBS, igrejas, campos de futebol e áreas de lazer (pesque e pague).

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 131 (p. 335).

A análise dos dados de Santa Rita de Ouro Preto revela uma forte convergência entre a leitura técnica e a percepção comunitária quanto ao futuro urbano do distrito. Diferente de outras localidades com restrições topográficas severas, Santa Rita possui condições físicas favoráveis (relevo adequado e boa malha viária) que a credenciam como um vetor natural de expansão urbana. A comunidade anseia pela regularização e criação de loteamentos e condomínios rurais, enxergando nisso uma oportunidade de desenvolvimento. A equipe técnica endossa esse potencial, mas condiciona seu sucesso à revisão rigorosa do zoneamento e à aplicação de parâmetros de regularização fundiária e edilícia, essenciais para evitar o espraiamento desordenado.

Embora tenha potencial de crescimento, a região enfrenta grandes desafios ambientais e geológicos. O distrito enfrenta áreas de risco R3, propensas a deslizamentos e inundações, com um histórico de ocupações irregulares e necessidade de moradia. O perfil econômico variado, que combina residências, mineração, comércio e tradição em pedra-sabão, demanda um planejamento territorial cuidadoso.

Outro conflito evidente encontra-se na gestão das Áreas de Preservação Permanente (APP) e espaços de lazer. A privatização do entorno da represa de Santa Rita isolou a população local, gerando forte insatisfação comunitária devido à perda de um importante ativo de turismo e convivência. A leitura técnica reforça que a represa, por ser um reservatório artificial inserido na zona de amortecimento do Monumento Natural Estadual de Itatiaia, possui condicionantes rigorosos pelo Código Florestal. A solução passa pela criação de diretrizes que desfaçam o isolamento imposto pelos empreendimentos particulares, garantindo acesso público e democrático, sem ferir a proteção ambiental da APP.

Santa Rita de Ouro Preto apresenta um cenário de oportunidades para o crescimento urbano e turístico, fundamentado em sua topografia amigável e pujança econômica. O desafio central reside na aplicação efetiva dos instrumentos do Plano Diretor para mediar o parcelamento do solo, promover a regularização fundiária e solucionar os conflitos de apropriação privada em áreas de preservação. Somente com diretrizes claras será possível aliar o desejo comunitário por expansão e lazer à necessária conservação ambiental e mitigação de riscos, assegurando um desenvolvimento sustentável ao distrito.

10 Habitação

No contexto geral do município de Ouro Preto, a política de Habitação de Interesse Social (HIS) esbarra na necessidade de adequar a oferta de terras às reais necessidades da população. O levantamento técnico integrado aponta que o atual Plano Diretor já contempla Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS 2) na sede e em alguns distritos, além de identificar áreas vazias ou subutilizadas com potencial para a política municipal de habitação. O grande desafio, contudo, é garantir que a delimitação dessas áreas considere o crescimento populacional e as demandas específicas de cada localidade, corrigindo distorções territoriais históricas. Neste cenário, o distrito de Santa Rita de Ouro Preto apresenta particularidades que exigem atenção detalhada quanto à sua expansão habitacional.

Figura 146: Síntese das Áreas para HIS - Santa Rita de Ouro Preto.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa (Santa Rita)	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos / Legislações
• As ZEIS 2 que constam no atual Plano Diretor estão localizadas na sede e nos distritos de Cachoeira do Campo e Santa Rita. • Foram levantadas áreas vazias e/ou subutilizadas nos seguintes distritos: Amarantina, Glaura, Cachoeira do Campo, Santo Antônio do Leite e Santa Rita.	• Problemas: déficit habitacional e falta de áreas urbanas disponíveis. • Demandas: ampliação da área de expansão urbana e promoção de programas de incentivo à moradia.	• A delimitação das áreas vazias e/ou subutilizadas deve considerar as demandas habitacionais e crescimento populacional de cada núcleo/distrito. • Corrigir distorções territoriais, tais como grandes áreas vazias para produção habitacional em distritos com pouca demanda.	• Delimitação de ZEIS 2, de áreas vazias, e regulamentação. • Propor parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo específicos para áreas de interesse social.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 147 (p. 372).

A análise da tabela evidencia um descompasso aparente entre a disponibilidade territorial identificada pela equipe técnica e a vivência diária dos moradores de Santa Rita de Ouro Preto. Por um lado, a leitura técnica confirma que o distrito já possui áreas demarcadas como ZEIS 2 no Plano Diretor vigente e conta com um estoque mapeado de áreas vazias ou subutilizadas. Por outro lado, a comunidade relata como problemas centrais o déficit habitacional e a "falta de áreas urbanas disponíveis".

Essa divergência indica que as áreas disponíveis não estão totalmente acessíveis à população, devido à falta de infraestrutura, problemas de propriedade ou ausência de regulamentação para ocupação. A demanda da comunidade é pela ampliação da área urbana e criação de programas de incentivo à moradia. O relatório sugere um planejamento que considere a realidade local. É essencial que a regulamentação dessas áreas ociosas esteja alinhada ao crescimento populacional do distrito, prevenindo que terras para habitação fiquem subutilizadas enquanto a população enfrenta a falta de moradia.

O diagnóstico de Santa Rita de Ouro Preto no eixo de Habitação de Interesse Social indica que o distrito tem potencial territorial, mas enfrenta déficit habitacional. É necessário aplicar instrumentos legais, como a regulamentação das ZEIS 2 e a definição de parâmetros urbanísticos, para converter terras subutilizadas em moradia e assegurar uma expansão urbana organizada.

11 Turismo

O município de Ouro Preto e seus distritos possuem um rico acervo de patrimônio cultural e natural, vivenciando uma forte interlocução entre o passado e o presente. O turismo de base comunitária surge como uma excelente alternativa para a diversificação econômica e geração de emprego e renda nessas localidades. Contudo, para que esse segmento se desenvolva plenamente, o diagnóstico geral aponta a necessidade de estruturação de infraestrutura, incluindo saneamento básico, melhoria de acessos e estradas, e a conservação do patrimônio material e natural. Inserido nesse contexto, o distrito de Santa Rita de Ouro Preto apresenta características singulares que oferecem um vasto campo de oportunidades para o turismo local, desde que os desafios estruturais sejam superados.

Figura 147: Síntese do Turismo (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) em Santa Rita de Ouro Preto.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos / Legislação

• Santa Rita é rica em recursos hídricos, especialmente pela represa conhecida como lago dos Tabuões. Esse cenário tem grande potencial para atividades náuticas, como passeios de barco, canoagem, stand-up e pesca, atraindo visitantes locais e turistas. O distrito, rodeado por áreas rurais, pode promover ecoturismo sustentável, além das atividades náuticas. Trilhas guiadas e passeios pela vegetação nativa oferecem aos visitantes a chance de conhecer a diversidade biológica. • Para expandir o perfil turístico de maneira eficaz, é fundamental desenvolver infraestrutura adequada, incluindo acesso seguro à represa, sinalização ambientalmente consciente e facilidades para os visitantes. É necessário revisar a ocupação irregular nas margens da represa para garantir um acesso democrático ao local. • Investimentos em infraestrutura devem ser planejados com foco na minimização do impacto ambiental. A colaboração com a comunidade local é essencial para assegurar que o turismo beneficie diretamente os moradores.	• Considerando a abundância de recursos hídricos de Santa Rita, que incluem uma represa ideal para esportes náuticos e pesca esportiva, além de cachoeiras e rios propícios para atividades de banho, percebe-se o potencial para o ecoturismo no distrito. • Além disso, áreas para camping também foram abordadas como sendo uma excelente alternativa para ampliar a promoção do ecoturismo no distrito. • Diante desses levantamentos, as demandas associadas envolvem a promoção e estímulo à prática do turismo náutico, assim como a exploração do ecoturismo em cachoeiras e rios, visando expandir o perfil turístico da região.	• Plano Municipal de Turismo; • Lei Municipal n.º 971/2015 - Estabelece a Política Municipal de Turismo; • Lei Complementar n.º 29/2006 — Estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto.
• Um dos objetivos da Política Municipal de Turismo é ampliar os fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos visitantes, valorizando produtos locais. O artesanato em pedra-sabão de Santa Rita é fundamental para atingir esses objetivos. A pedra-sabão é apreciada localmente e exportada para o Brasil e o exterior. • Esse comércio sustenta as economias familiares locais e enriquece o potencial turístico. Esse comércio apoia as economias locais e valoriza o turismo. • A valorização contínua do comércio de pedra-sabão não apenas fortalece a economia local, mas também consolida Santa Rita como um polo de destaque no cenário nacional e internacional do artesanato.	• Santa Rita destaca-se como um polo de excelência no artesanato de pedra-sabão, sendo essa arte amplamente reconhecida e valorizada na região. • Esse produto não só representa um patrimônio cultural significativo, mas também se enquadra como um potencial atrativo turístico. • Além disso, a promoção do artesanato em pedra-sabão pode impulsionar de forma substancial o comércio local, fortalecendo a economia da região.	• Lei Municipal n.º 971/2015 — Estabelece a Política Municipal de Turismo; • Plano Municipal de Turismo.

• Santa Rita se destaca também pelas suas festividades religiosas e eventos culturais que enriquecem a vida local. • As festividades religiosas, como as celebrações de santos padroeiros e festas tradicionais, a exemplo da festa da padroeira Santa Rita de Cássia, refletem a forte influência da religiosidade. • Além das celebrações religiosas, o distrito abriga eventos como o Grupo Prosa Cortante das Gerais, que promove a chamada Feira Medieval, enriquecendo ainda mais o panorama cultural e turístico. • Faz-se necessário o fomento desses eventos, pois, por meio do apoio dos visitantes, essas celebrações são mantidas vivas. O turismo proporciona uma importante fonte de receita para financiar infraestrutura e atividades relacionadas às festividades.	• O distrito é palco de festividades religiosas e eventos culturais que desempenham papel fundamental no apelo turístico da região. • Nesse contexto, surge a necessidade de maiores incentivos e patrocínios para a realização desses eventos, com o intuito de preservar as tradições locais e fortalecer a economia local por meio do turismo.	• Lei Municipal nº 178/1980 - Institui o Código de Posturas; • Lei Municipal nº 971/2015 - Estabelece a Política Municipal de Turismo; • Plano Municipal de Turismo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 168 (p. 406).

A análise do quadro de Santa Rita de Ouro Preto revela uma forte sinergia entre a visão técnica e os anseios da comunidade, evidenciando uma vocação natural e cultural evidente para o desenvolvimento turístico. O grande destaque do distrito reside na abundância de seus recursos hídricos, em especial a represa de Santa Rita (lago dos Tabuões). Tanto a leitura técnica quanto a comunidade enxergam na represa um ativo ideal para a prática de esportes náuticos, pesca esportiva e atividades de banho. No entanto, em conformidade com o desafio geral apontado para o município, a expansão do ecoturismo esbarra na necessidade de infraestrutura adequada. A equipe técnica alerta para a urgência de revisar a ocupação irregular nas margens da represa, um passo fundamental para garantir acesso seguro e democrático ao local, além de preservar o meio ambiente.

Outro pilar estrutural do turismo em Santa Rita é o artesanato em pedra-sabão. Considerado um polo de excelência, o distrito encontra nessa arte não apenas uma fonte de sustento para as famílias, mas um atrativo cultural de peso. A promoção desse patrimônio é vista de forma unânime como um motor capaz de impulsionar o comércio local e atrair visitantes interessados na história e na aquisição dessas peças exclusivas, que já possuem reconhecimento nacional e internacional.

Por fim, as festividades religiosas (como a festa da padroeira Santa Rita de Cássia) e os eventos culturais (como a inovadora Feira Medieval) compõem a identidade do distrito. A comunidade solicita, com razão, maiores incentivos e patrocínios para a manutenção dessas

tradições, reconhecendo que a atração de visitantes durante essas datas gera receitas indispensáveis para financiar a infraestrutura local e manter a cultura viva.

O distrito de Santa Rita de Ouro Preto possui um potencial turístico robusto e diversificado, ancorado em três eixos principais: o ecoturismo e turismo náutico ao redor de seus recursos hídricos, a tradição singular do artesanato em pedra-sabão e a riqueza de seus eventos culturais e religiosos. O desafio para consolidação desse cenário exige a aplicação prática dos instrumentos previstos no Plano Municipal de Turismo, com foco em investimentos em infraestrutura, resolução de conflitos de ocupação às margens da represa e fomento direto aos artesãos e promotores culturais locais.

Revisão do
Plano Diretor
de Ouro Preto
Câmara Municipal de Ouro Preto

Santo Antônio do Leite

Santo Antônio do Leite situa-se a cerca de 25 km da Sede de Ouro Preto e tomou impulso econômico e urbano ao longo do século XIX, a partir das atividades comerciais da região. Apresenta crescimento moderado e estável: passou de 1.705 para 1.817 habitantes entre 2010 e 2022, acréscimo de 112 pessoas.

1 Aspectos Físicos

A análise dos aspectos do meio físico no município de Ouro Preto engloba o estudo do clima, da topografia e das áreas de risco geológico. Ela evidenciou que a cidade carece de um Sistema de Defesa Civil Municipal mais amplo, bem como de uma verdadeira Política de Gestão de Riscos focada na mitigação e erradicação permanente dos riscos geológicos. Inserido nesse contexto municipal de vulnerabilidade, o distrito de Santo Antônio do Leite apresenta dinâmicas próprias e críticas de risco natural, destacando-se a presença de processos erosivos severos que demandam atenção prioritária e específica no planejamento do ordenamento territorial local.

Figura 148: Síntese do Meio Físico (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) do distrito de Santo Antônio do Leite.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação

• O principal problema identificado no distrito foi a presença de voçorocas ao redor da área urbana, abrangendo grande parte do território. O diagnóstico apontou que a ocupação nas voçorocas é a principal causa dos problemas. A ocupação em áreas frágeis deve ter ações restritivas no Plano Diretor. • A carta de aptidão à urA carta de aptidão urbana indica locais para a expansão urbana, excluindo áreas com alta erosão.	A reunião participativa mostrou que 6,4% das manifestações abordaram riscos, mas não houve menções nas outras contribuições ou oficinas, o que é surpreendente. • Foi apontada a existência de voçorocas em Gouveia e Catete, relacionadas à ocorrência de deslizamentos de terra durante a época das chuvas. • Na Chapada, falou-se sobre a ocorrência de evento de tremor de terra, manifestando a necessidade de monitoramento sísmico e geológico devido às estruturas abaladas.	Durante a visita à Chapada, a equipe identificou uma acomodação de terreno extensa que impactou várias residências, sem relação com as voçorocas. Os moradores do distrito sabem do problema das voçorocas, mas não veem sua expansão como a causa principal, sendo necessárias medidas restritivas. Na Chapada, não há dados precisos sobre a origem da zona de movimentação, mas sua existência exige restrições na ocupação do bairro. Esse processo deve ser melhor analisado e compreendido.	• Plano Municipal de Redução de Riscos-OP • Carta de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações • Carta de Aptidão à Urbanização • Zoneamento Urbano • Lei de Uso e Ocupação do Solo

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 10 (p. 79).

O diagnóstico do meio físico de Santo Antônio do Leite revela um descompasso importante entre a realidade técnica do território e a percepção de risco por parte da comunidade local. Do ponto de vista técnico, o distrito sofre intensamente com feições erosivas de grande porte (voçorocas) que cercam o núcleo urbano. O laudo aponta diretamente que o avanço desordenado da ocupação urbana em direção a essas áreas é o principal fator que agrava a instabilidade do solo.

Por outro lado, a leitura comunitária demonstrou que o tema dos riscos naturais teve pouca expressividade geral nas oficinas (apenas 6,4% das manifestações). Ainda assim, os moradores relataram problemas pontuais, como deslizamentos em voçorocas nas localidades de Gouveia e Catete durante o período chuvoso, além de queixas sobre "tremores de terra" na localidade da Chapada. A averiguação técnica na Chapada constatou que o problema relatado como tremor é, na verdade, um amplo processo de acomodação de terreno que tem causado danos estruturais nas residências, um fenômeno distinto das voçorocas e que ainda demanda estudos geológicos mais aprofundados.

A principal conclusão desse cruzamento de dados é que, embora a população conviva com os reflexos dos problemas geológicos (como trincas e deslizamentos), ela não os associa diretamente à sua própria dinâmica de ocupação do espaço. Isso torna o cenário ainda mais

suscetível à ocorrência de desastres, visto que a falta de percepção de risco incentiva a continuidade da expansão urbana para vetores perigosos.

O cenário físico de Santo Antônio do Leite é fortemente restrito pela presença de voçorocas ao redor da malha urbana e por instabilidades de terreno em áreas como a Chapada. Para garantir um desenvolvimento seguro e sustentável, o novo Plano Diretor deve implementar medidas severas de restrição de adensamento nessas áreas de risco. O crescimento do distrito precisará ser obrigatoriamente redirecionado, utilizando a Carta de Aptidão à Urbanização como principal instrumento balizador para direcionar a expansão rumo a áreas seguras e com real capacidade de suporte.

2 Meio biótico e ambiental

A análise do meio biótico e dos aspectos ambientais do distrito de Santo Antônio do Leite, cujo território abrange 3.780,679 hectares, é fundamental para o planejamento sustentável local. O diagnóstico engloba a avaliação do uso e ocupação do solo, o grau de conservação da flora, a presença de áreas protegidas e a identificação de demandas ambientais da comunidade. Compreender a distribuição das fitofisionomias e as pressões antrópicas sobre os recursos naturais permite direcionar políticas públicas de conservação, recuperação de áreas degradadas e educação ambiental, essenciais para a qualidade de vida no distrito.

Figura 149: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais.

Indicador Ambiental	Detalhamento / Categoria	Dados Correlatos
Área total do distrito	-	3.780,679 ha
% Fitofisionomias e demais usos	Áreas antropizadas (pastagem).	48,30%
	Floresta Estacional Semidecidual (demais estágios - montano).	38,14%
	Outros Usos	11,11%
	Campo sujo de Cerrado.	5,32%
	Floresta Estacional Semidecidual (estágio inicial - montano)	2,77%
	Áreas antropizadas (cultivo comercial de madeira - eucaliptos).	2,53%

	Campo limpo de Cerrado.	1,84%
	Áreas antropizadas (cultivo comercial de madeira - pinus).	1,09%
Grau de Conservação da Flora	Baixo	42,70%
	Alto ou muito alto.	34,39%
	Médio.	22,91%
Áreas Protegidas e Verdes	Unidades de Conservação (UC)	O distrito não possui UCs.
	Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZPAM)	98,23 ha (2,60% do Distrito).
	Reserva Legal (RL)	553,29 ha (14,63% do Distrito).
	Áreas Verdes Urbanas	719,74 ha inseridos no perímetro urbano.
APP Hídricas (Uso e Ocupação)	Formação Florestal (78,28%); Área Urbana (7,69%); Pastagem (5,63%); Mosaico de Usos (5,43%); Formação Campestre (2,09%); Outros (< 1%).	-
Gestão e Controle	Projetos de Educação Ambiental	O poder público municipal não possui projetos direcionados ao distrito.
	Passivos Ambientais (Inventário MG - 2022)	Não apresenta passivos registrados.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 39 (p. 133).

Figura 150: diagnóstico consolidado (leitura técnica e comunitária).

Demanda da Oficina Participativa	Legislação Correlata	Parecer Técnico
Ocorrência de assoreamento em corpos hídricos localizados na Chapada.	Resolução Conama 454/2012	É preciso intensificar a fiscalização ambiental na Chapada para identificar as causas. Devem ocorrer intervenções locais e sanções em caso de infrações antrópicas. Com evidências, os corpos d'água devem ser desassoreados para proteger a vida aquática e a água.
Estabelecer programas de preservação ambiental no distrito de Santo Antônio do Leite.	Lei Federal n.º 11.428/2006.	O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica foi finalizado (junho/2024) em Ouro Preto, recebendo fundos conforme o Art. 38 da Lei. Este plano norteará as ações e programas ambientais, definindo as áreas a serem recuperadas e preservadas no município.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 40 (p. 134).

A análise dos dados mostra que Santo Antônio do Leite tem intensa antropização, mas ainda possui importantes remanescentes florestais. O solo é principalmente utilizado para

pastagem, cobrindo quase metade do território do distrito (48,30%). Em contrapartida, a vegetação nativa, especialmente a Floresta Estacional Semidecidual em estágios mais avançados, ainda cobre uma parcela expressiva de 38,14%. Essa dualidade reflete-se no grau de conservação da flora regional: enquanto 42,70% da área apresenta um nível baixo, um terço do território (34,39%) ainda ostenta um patamar elevado ou muito elevado.

Destaca-se a falta de Unidades de Conservação (UCs) no distrito. Contudo, existem 98,23 hectares classificados como Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZPAM) e 553,29 hectares de Reserva Legal. Um dado positivo é a análise das Áreas de Preservação Permanente (APP) hídricas, nas quais 78,28% encontram-se preservadas com formação florestal. Apesar disso, nota-se o conflito de uso nessas áreas sensíveis, com 7,69% de ocupação urbana e 5,63% de pastagens invadindo as margens dos cursos d'água, o que exige medidas de recuperação. O distrito possui ainda uma área considerável de áreas verdes urbanas (719,74 ha) e não registra passivos ambientais na lista oficial do Estado.

O cruzamento desses dados técnicos com a leitura comunitária evidencia lacunas importantes na gestão ambiental. A população demandou a criação de programas de preservação, o que se justifica pela constatação técnica de que não há, atualmente, projetos municipais de educação ambiental direcionados ao distrito. Além disso, os moradores relataram problemas específicos, como o assoreamento de cursos d'água na localidade da Chapada. O parecer técnico corrobora essa preocupação, indicando a necessidade urgente de fiscalização para identificar causas antrópicas, aplicar sanções, se necessário, e promover o desassoreamento para garantir a segurança hídrica e a biodiversidade local. A recente finalização do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (junho de 2024) surge como o instrumento principal para atender a essas demandas e captar os recursos necessários.

O distrito de Santo Antônio do Leite possui um patrimônio natural relevante, com considerável cobertura florestal, porém ameaçado pela expansão das pastagens e por conflitos de uso nas APPs hídricas. Os principais desafios ambientais residem na mitigação do assoreamento dos cursos d'água (especialmente na Chapada) e na ausência de políticas contínuas de educação e preservação ambiental. A implementação das diretrizes do novo Plano Municipal de Conservação da Mata Atlântica será crucial para reverter o quadro de degradação, promover a recuperação de áreas frágeis e integrar a comunidade por meio de ações de conscientização.

3 Saneamento

O diagnóstico do saneamento básico no distrito de Santo Antônio do Leite engloba a avaliação de quatro eixos fundamentais: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem pluvial. A análise fundamenta-se no cruzamento de dados técnicos da infraestrutura local com a percepção empírica da população, permitindo identificar não apenas a capacidade instalada, mas também a efetividade da prestação desses serviços essenciais. A compreensão dessas dinâmicas é indispensável para o direcionamento de propostas no âmbito do Plano Diretor, visando à universalização do atendimento e à melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Figura 151: Síntese Consolidada do Saneamento Básico (Leitura Técnica e Comunitária).

Eixo do Saneamento	Leitura Técnica (Situação Atual)	Leitura Comunitária (Problemas e Demandas)	Parecer Técnico e Legislação
Abastecimento de água.	• O distrito é abastecido pelo SAA Santo Antônio do Leite (quatro reservatórios e uma captação subterrânea). • O sistema é reforçado com água proveniente do SAA Funil.	**Problemas:** Intermitência no abastecimento nos bairros Catete, Passagem e Chapada. O nível do reservatório no Catete é insuficiente. **Demandas:** Solucionar a falta de água.	**Parecer:** A intermitência deve ser evitada, pois a água é um direito humano essencial. Moradores devem registrar reclamações na SANEOURO e ARISB/MG. **Legislação:** Leis Federais 14.026/2020 e 11.445/2007.
Esgotamento sanitário	• Há coleta e afastamento dos esgotos, mas não é feito o tratamento do efluente. • Existem redes do tipo separador absoluto e trechos do tipo unitário. • O esgoto é lançado diretamente nos corpos hídricos. • Na zona rural, utilizam-se soluções individuais.	**Problemas:** Falta de saneamento em Gouveia, Boa Vista, Catete, Alto do Cemitério e Passagem; obras inacabadas; lançamento de esgoto a céu aberto nos rios; odores desagradáveis em bueiros no Centro. **Demandas:** Implementar biodigestores nos bairros afastados; instalar rede em Boa Vista e construir uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).	Parecer: A SANEOURO possui projetos executivos prontos que aguardam implementação. O Novo Marco do Saneamento (Lei 14.026/2020) exige 90% de coleta e tratamento até 2033. O uso de biodigestores é considerado adequado para áreas menos adensadas. Legislação: Lei Estadual 11.720/1994.

Resíduos Sólidos	• A coleta convencional é realizada duas vezes na semana.	**Potencialidades:** Reciclagem no centro e eficiência da coleta convencional em diversos bairros. **Problemas:** Falta de atendimento no Pouso da Condessa; ausência de lixeiras, e de coleta seletiva na Chapada, Passagem, Catete e Gouveia. **Demandas:** Ampliação da coleta seletiva para todo o distrito.	Parecer: A Prefeitura deve cobrar da empresa contratada o atendimento no Pouso da Condessa. A ampliação da coleta seletiva pode ocorrer via parcerias público-privadas. Solicitações de lixeiras serão encaminhadas à Prefeitura no curto prazo. Legislação: Leis Municipais 171/2005, 684/2011 e 934/2014; Lei Federal 12.305/2010.
Drenagem Pluvial	• O sistema é constituído por bocas de lobo, galerias e bueiros. • Opera de forma mista: separador absoluto (redes distintas para chuva e esgoto) e sistema unitário (redes unidas). • Há áreas com processos erosivos severos (voçorocas), cujos sedimentos potencializam o assoreamento de rios.	**Problemas:** Obras de infraestrutura e pavimentação inacabadas; subdimensionamento da rede no Boa Vista e Alto do Cemitério; alagamentos de ruas e casas na parte baixa do Boa Vista e no bairro Passagem. **Demandas:** implantação e readequação de redes de drenagem; finalização de obras, principalmente perto da Escola Municipal Dr. Pedrosa.	Parecer: É necessário revitalizar a rede de drenagem e solucionar os problemas de alagamento. As demandas serão incluídas nas Diretrizes e Propostas do Plano Diretor de Ouro Preto.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 63 (p. 187).

O diagnóstico de saneamento em Santo Antônio do Leite mostra um grande descompasso entre os serviços prestados e as necessidades da comunidade, impactando a saúde pública e a qualidade ambiental.

A infraestrutura de abastecimento de água possui captação subterrânea e suporte do sistema Funil. A leitura comunitária aponta interrupções frequentes, principalmente nos bairros Catete, Passagem e Chapada, e destaca a falta de capacidade do reservatório do Catete. O cenário sugere que o problema pode ser na capacidade de reservação e distribuição para bairros altos ou distantes, não apenas na captação.

O aspecto mais crucial do distrito reside no sistema de esgotamento sanitário. A leitura técnica é categórica ao assegurar que o esgoto coletado não sofre qualquer tipo de

tratamento antes de ser despejado nos corpos hídricos. A comunidade é impactada de forma direta pelas consequências dessa precariedade, mencionando a exibição de esgoto a céu aberto, odores de caráter desagradável e a ausência de cobertura em diversos bairros. A sugestão dos residentes para a aplicação de biodigestores em regiões mais distantes recebeu um pronunciamento técnico favorável, destacando-se como uma alternativa válida para a descentralização do tratamento. A conformidade com essa realidade é imprescindível e legalmente mandatória, uma vez que o Novo Marco do Saneamento estabelece metas rigorosas de universalização até o ano de 2033.

O distrito tem aspectos positivos nos resíduos sólidos, como a eficácia da coleta convencional e o esforço de reciclagem no bairro Centro. Contudo, existem áreas desassistidas, como o Pouso da Condessa. A demanda latente gira em torno da ampliação da coleta seletiva, que atualmente não cobre totalmente bairros como Chapada e Passagem.

Por fim, o manejo de águas pluviais esbarra em problemas crônicos de infraestrutura. A operação concomitante de sistemas separados e unitários (misturando chuva e esgoto) agrava a poluição hídrica. A topografia local, aliada ao subdimensionamento das redes e à paralisação de obras públicas, tem gerado alagamentos graves em bairros como Boa Vista e Passagem. Além disso, a presença de feições erosivas severas (voçorocas) no distrito funciona como um catalisador de danos, uma vez que a falta de drenagem adequada carreia sedimentos que intensificam o assoreamento dos cursos d'água.

O saneamento básico em Santo Antônio do Leite requer intervenções de caráter emergencial e estrutural. A prioridade técnica e ambiental máxima é a implantação de um sistema de tratamento de esgoto (seja por ETE centralizada ou biodigestores descentralizados), eliminando o despejo in natura nos rios locais. Simultaneamente, é imperativo solucionar a intermitência do abastecimento de água, concluir as obras de drenagem pluvial para mitigar alagamentos e o agravamento das voçorocas, e ampliar os horizontes de coleta seletiva, garantindo um ambiente salubre e sustentável para a população.

4 Mineração

A mineração é uma atividade de forte presença e relevância estrutural no município de Ouro Preto, que conta com centenas de processos minerários ativos e dezenas de estruturas de barramento catalogadas pelos órgãos reguladores oficiais. Embora os maiores impactos da

extração mineral se concentrem de forma expressiva em distritos como Miguel Burnier, Antônio Pereira e Rodrigo Silva, a atividade reverbera por todo o território municipal. Isso gerará preocupações relacionadas à segurança de barragens e aos impactos indiretos na infraestrutura urbana e viária. No distrito de Santo Antônio do Leite, o diagnóstico foca especificamente nas externalidades logísticas e nos riscos tecnológicos associados à mineração regional, mesmo não havendo concessões de lavra ativas em seu perímetro direto.

Figura 152: Síntese Técnica e Comunitária da Mineração no Distrito (Diagnóstico Consolidado).

Categoria de Análise	Levantamento e Descrição
Processos em fase de concessão de lavra	• Não há registros apontados para o distrito.
Estudos de Dam Break (Risco de Ruptura)	• A partir da análise dos dados georreferenciados do estudo de Dam Break da Barragem Alemães, observou-se que possivelmente algumas comunidades do distrito que estão localizadas às margens do rio do Mango seriam afetadas no caso de um potencial rompimento da barragem.
Conflitos Territoriais (Leitura Técnica)	• Não foram identificados conflitos diretos de uso do solo relacionados à extração no levantamento técnico.
Problemas Apontados (Leitura Comunitária)	• O tráfego de caminhões de mineradoras vem interferindo na área urbana do distrito.
Parecer Técnico	• As questões relativas aos impactos ocasionados no trânsito serão discutidas no eixo de mobilidade do Plano Diretor de Ouro Preto e também no Plano Diretor de Mobilidade, em que serão discutidas e apresentadas diretrizes e propostas para solucionar os problemas.
Instrumentos / Legislação Correlata	• Esfera Federal: Decreto-Lei n.º 227/1967 (Código de Mineração); Lei n.º 13.575/2017 (Criação da ANM); Lei n.º 14.066/2020 e Lei n.º 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens); Resolução CONAMA n.º 237. • Esfera Estadual: Leis Estaduais nº 21.972/2016 e nº 23.291/2019 (Política Estadual de Segurança de Barragens); Decreto Estadual nº 47.383/2018; Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.765/2019.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado nos quadros 88 e 89 (p. 232).

A análise da mineração em Santo Antônio do Leite mostra impactos indiretos e consequências negativas. A leitura técnica verifica que o distrito não possui processos em concessão de lavra. Entretanto, o território está exposto a riscos tecnológicos de estruturas vizinhas. A análise de dados georreferenciados mostra que um possível rompimento da Barragem Alemães inundaria comunidades às margens do rio do Mango, exigindo atenção constante aos protocolos de defesa civil.

Na visão da comunidade local, o maior problema não é a extração do minério, mas sim a logística rodoviária que apoia a atividade. Moradores informaram, nas oficinas, que o tráfego de caminhões pesados das mineradoras afeta a área urbana do distrito, prejudicando a segurança e a infraestrutura viária. O parecer técnico indica que a resolução do conflito deve seguir as políticas de trânsito, com mitigações e rotas alternativas baseadas no eixo de mobilidade do Plano Diretor e detalhadas no Plano de Mobilidade do município, assegurando o ordenamento do tráfego.

O diagnóstico conclui que o distrito de Santo Antônio do Leite não se configura como um polo direto de extração mineral, mas atua como área de influência logística e de impacto indireto. Os principais desafios a serem endereçados pelas políticas públicas locais são a gestão ostensiva do tráfego de caminhões, que sobrecarrega a malha urbana do distrito. Além disso, é necessário o rigoroso monitoramento preventivo das áreas de risco de inundação vinculadas à Barragem Alemães, ao longo do rio do Mango. Tais apontamentos evidenciam a necessidade de integrar as diretrizes de expansão urbana às políticas de mobilidade e de segurança de barragens.

5 Aspectos Sociais e Demográficos

De acordo com os dados demográficos referentes ao município de Ouro Preto, o distrito de Santo Antônio do Leite apresentou um crescimento populacional moderado entre os anos de 2010 e 2022. A população residente passou de 1.705 para 1.817 habitantes, representando um acréscimo de 112 pessoas no período. Esse contingente, que correspondia a cerca de 2,4% da população total do município em 2010, demanda a estruturação e a manutenção contínua de serviços públicos de atendimento direto. O diagnóstico a seguir detalha a situação atual dos aspectos sociais de Santo Antônio do Leite, consolidando o levantamento técnico da administração pública e as percepções participativas da comunidade nos eixos de Assistência Social, Educação e Saúde.

Figura 153: Diagnóstico das Principais Questões Técnicas e Comunitárias: Assistência Social, Educação e Saúde.

Eixo de Análise	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas

Assistência Social	• A população do distrito é atendida pelo CRAS de Cachoeira do Campo.	**Problemas:** • Famílias em risco social. Vulnerabilidade social na região do Alto do Cemitério. • Falta de iluminação pública em algumas ruas, o que gera insegurança e restrição à mobilidade à noite. **Demandas:** • Clube de mães, como potencial.	• As demandas devem ser avaliadas pela Secretaria para melhoria no atendimento, considerando a multiplicidade de ações em consolidação na política social, visando à inclusão e ao desenvolvimento social.
Educação	• Escola Municipal Dr. Pedrosa: A única escola no distrito.	**Problemas:** • Não foram apontados problemas em relação à educação na oficina participativa. **Demandas:** • Escola referência como potencial.	• A secretaria deve avaliar e identificar a necessidade de complementação da educação para formação de mão de obra e capacitação por meio de parcerias, visando o turismo potencial no distrito.
Saúde	• O distrito conta com unidade básica em prédio próprio que precisa de reforma e ampliação. • Há demanda por aumento do quadro de profissionais. • A comunidade demanda valorização da farmácia viva usando plantas medicinais e agroecologia.	**Problemas:** • Pouco atendimento. **Demandas:** • Atendimento pós-consulta. • Plantas medicinais, agroecologia e farmácia viva como potencial. • Espaços para farmácias vivas. • Aumento de profissionais e de horários de atendimento na saúde.	• A valorização dos conhecimentos tradicionais das plantas medicinais nas comunidades é importante para avaliar e incluir esses potenciais, preservando os conhecimentos de forma adequada.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro p. 269 e 270.

A análise do quadro diagnóstico de Santo Antônio do Leite evidencia uma rede de serviços públicos que, embora estabelecida, carece de aprimoramentos estruturais e de expansão para atender plenamente às necessidades da população local.

No âmbito da Assistência Social, constata-se uma dependência territorial, uma vez que a população é referenciada e atendida pelo CRAS situado no distrito vizinho de Cachoeira do Campo. Apesar dessa cobertura indireta, a comunidade identifica focos internos de vulnerabilidade, com destaque para o risco social de famílias na região do Alto do Cemitério. Além disso, a precariedade da iluminação pública em vias específicas foi apontada como um fator limitante para a mobilidade e a segurança noturna. Como forma de

organização e mitigação, os moradores sugerem a criação de um "clube de mães", indicando um potencial latente para o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Em relação à Educação, a Escola Municipal Dr. Pedrosa centraliza o atendimento distrital. O cenário levantado é positivo, visto que não foram relatados problemas durante a leitura comunitária. Pelo contrário, a comunidade enxerga a unidade como um potencial polo de referência. Sob a ótica técnica, conclui-se que há uma oportunidade estratégica de utilizar o ambiente escolar para firmar parcerias focadas na capacitação técnica e na formação de mão de obra. Isso direciona os jovens e adultos para o aproveitamento da vocação turística de Santo Antônio do Leite.

Por fim, o eixo da Saúde apresenta os maiores desafios de infraestrutura e de recursos humanos. A unidade básica local, apesar de possuir sede própria, demanda reformas e adequações físicas. Há queixas expressivas quanto ao volume e à abrangência do atendimento prestado, gerando demandas claras por ampliação da equipe de profissionais, extensão dos horários de funcionamento e estabelecimento de protocolos de acompanhamento pós-consulta. Paralelamente, destaca-se uma forte identidade cultural da comunidade atrelada à agroecologia: há um apelo recorrente para a institucionalização de espaços dedicados a "farmácias vivas", visando o resgate e o uso integrado de plantas medicinais e conhecimentos tradicionais no cuidado com a saúde.

O diagnóstico de Santo Antônio do Leite revela um território que necessita de investimentos precisos em infraestrutura básica — especificamente na reforma da unidade de saúde e na expansão da iluminação pública — para garantir qualidade de vida e segurança aos moradores. Contudo, o distrito também demonstra um capital social significativo. O engajamento comunitário em torno de práticas tradicionais de saúde (Farmácia Viva), o desejo de organização social (clube de mães) e a viabilidade de integrar o ensino à vocação turística representam vetor estratégico. O poder público deve absorvê-los para promover o desenvolvimento local sustentável e a inclusão social.

6 Aspectos econômicos

A economia do município de Ouro Preto é historicamente caracterizada por uma forte dependência da indústria extrativa mineral, o que garante alta arrecadação aos cofres públicos, mas também gera desafios estruturais, como a informalidade e a precarização nos

setores de comércio e serviços. O diagnóstico municipal aponta a necessidade urgente de diversificação econômica e de inclusão produtiva, destacando a importância de valorizar as "ruralidades" — áreas que integram agricultura familiar, cultura, meio ambiente e turismo, mas que frequentemente sofrem com a desvalorização. É nesse cenário de busca por alternativas sustentáveis e descentralizadas de geração de renda que se insere a análise das dinâmicas econômicas específicas do distrito de Santo Antônio do Leite.

Figura 154: Síntese de Aspectos Econômicos (Leitura Comunitária + Técnica).

Região	Problemas	Demandas	Conclusões e Perspectivas	Legislação
Santo Antônio do Leite	• Falta de oportunidade de emprego.	• Incentivo à indústria limpa; • Levantar as vocações do distrito.	• O distrito tem forte vocação para a agricultura, turismo de base comunitária e economia criativa. Esses caminhos estão relatados na leitura técnica.	• Plano Municipal de Desenvolvimento Rural; • Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 95 (p. 279).

A análise do quadro econômico de Santo Antônio do Leite reflete um desafio comum a diversas áreas afastadas do núcleo urbano central: a escassez de postos de trabalho formais e a falta de oportunidades locais de emprego. Durante os levantamentos participativos, a comunidade manifestou a necessidade de mapear e reconhecer as verdadeiras vocações do distrito, demandando ao poder público a criação de incentivos para a atração de "indústrias limpas". Essa demanda dialoga diretamente com o panorama geral do município, que busca modernizar seu ambiente de inovação e atrair empresas que não gerem os mesmos passivos sonoros, ambientais e sociais característicos da indústria extrativa pesada.

As conclusões consolidadas entre a visão técnica e a percepção dos moradores convergem ao identificar que Santo Antônio do Leite possui um grande potencial econômico a ser explorado de forma sustentável. A agricultura, o turismo de base comunitária e a economia criativa despontam como as principais e mais fortes vocações locais. O fomento a essas atividades representa uma alternativa viável e direta para a geração de renda, combatendo a desocupação e fixando o morador em seu território de origem.

Para que essas perspectivas saiam do papel e se concretizem em melhorias reais, o diagnóstico aponta a necessidade de articulação com instrumentos legais já existentes. O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e o Plano Municipal de Desenvolvimento

Econômico devem atuar como ferramentas para direcionar investimentos em infraestrutura, formalização de trabalhadores e capacitação técnica, garantindo que o distrito consiga estruturar seus atrativos e serviços.

O desenvolvimento econômico de Santo Antônio do Leite passa, obrigatoriamente, pela superação da carência de empregos por meio do fomento às suas vocações naturais. A transição para uma economia local baseada no turismo comunitário, na economia criativa e na agricultura, com o eventual apoio de indústrias de baixo impacto (limpas), é a estratégia central apontada pelo diagnóstico. Isso é necessário para garantir a sustentabilidade econômica, a inclusão produtiva e a melhoria da qualidade de vida da população do distrito.

7 Mobilidade

A mobilidade urbana no município de Ouro Preto enfrenta desafios estruturais expressivos, sendo fortemente impactada pela topografia desfavorável, pelas restrições do sistema viário histórico e pela carência geral de infraestrutura adequada para pedestres e ciclistas. O diagnóstico municipal revela que o transporte coletivo distrital e regional apresenta uma oferta de viagens considerada baixa, deixando várias localidades com atendimento insuficiente ou sem conexão direta com a Sede. Inserido nesse cenário, o distrito de Santo Antônio do Leite possui características propícias para o desenvolvimento de modais ativos, como uma rede cicloviária, mas sofre diretamente com as deficiências do transporte público. Essa lacuna gera uma demanda destacada pela regulamentação de serviços alternativos, como o táxi-lotação, para suprir as necessidades diárias de deslocamento da população.

Figura 155: Síntese de Mobilidade (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Santo Antônio do Leite.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação

• Distrito bem organizado, sem ligação direta à sede e com grande potencial turístico. A circulação de pedestres é problemática, há falta de acessibilidade e a infraestrutura urbana, como calçadas e drenagem, precisa de melhorias. • Problemas de acesso à sede por transporte coletivo. A rede de estradas é densa, exigindo manutenção e pavimentação frequentes. • Foi analisada a funcionalidade das vias de Santo Antônio do Leite, focando nas rodovias federais, estaduais e municipais que apoiam o transporte coletivo, a circulação de caminhões de lixo e a integração do território, além das vias urbanas de caráter arterial. As vias secundárias são rodovias municipais que dão acesso a localidades e áreas do município, além das coletoras. O município está apresentado na Figura 16.	**Problemas** - Poucas linhas de ônibus. Escassez de horários. Faltam transportes aos finais de semana. Custos para estudantes. - Ausência de ônibus por falta de estradas (passagem). - Estrada ruim/pavimentação ruim; estradas sem acostamento. - Ruas sem pavimentação (Alto do Cemitério); - Caminhões de mineradoras fora/acima do peso. **Demandas** - Transporte público. - Mais horários de ônibus durante a semana e também durante os finais de semana. Passe para estudantes. - Mais horários de ônibus. - Transporte escolar gratuito para alunos que são deslocados para o Catete durante obras na creche. - Melhorar as estradas. - Pavimentação e manutenção das ruas. - Balança. Existem leis já estabelecidas em outras localidades que viabilizam o transporte de táxi-lotação, permitindo realizar percursos como ir a Cachoeira do Campo, o que reduz o tempo de espera.	• Principais problemas estão associados à melhoria do transporte coletivo para Cachoeira do Campo e Sede de Ouro Preto.	• Gestão e regulação do transporte coletivo; • Hierarquia Viária (parte do Plano Diretor e de Mobilidade); • Atualização e adequação do Plano de Mobilidade.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 100 (p. 297, 298).

A análise da mobilidade em Santo Antônio do Leite revela um forte contraste entre a organização interna do distrito e a sua integração com o restante do município. A leitura técnica aponta que o núcleo urbano é internamente bem estruturado e dotado de grande potencial para a expansão turística, muito embora careça de investimentos em infraestrutura básica para pedestres, como a construção de calçadas adequadas e elementos de acessibilidade e sistemas de drenagem. O grande gargalo de desenvolvimento e de qualidade de vida, contudo, reside na precariedade de sua conexão externa.

A comunidade aponta a ineficiência do transporte público como um problema principal do dia a dia. Há reclamações sobre a falta de horários de ônibus na semana, a ausência de linhas nos finais de semana e a exclusão de locais como Passagem devido à falta de estradas adequadas. Essa deficiência prejudica moradores e estudantes, restringindo

severamente o direito de ir e vir. A população pede a implementação do táxi-lotação para contornar a dependência das linhas regulares, similar a modelos de outras regiões, a fim de facilitar o trajeto até Cachoeira do Campo.

Além do transporte coletivo, a infraestrutura e a segurança viária são motivos de constante preocupação. Os moradores relatam a má conservação das estradas de acesso, a ausência de acostamentos e a falta de pavimentação em vias internas, como no Alto do Cemitério. A situação de degradação das vias é severamente agravada pelo tráfego de caminhões de mineradoras operando com excesso de carga. Para conter a destruição do pavimento e garantir a segurança viária, a comunidade exige ações de fiscalização rigorosas, incluindo a instalação de uma balança de pesagem na região.

A superação dos desafios de mobilidade em Santo Antônio do Leite passa, prioritariamente, pela reestruturação e ampliação da oferta do transporte coletivo regular. Isso está associado à imperativa regulamentação de modais alternativos, como o táxi-lotação, garantindo conexão ágil com Cachoeira do Campo e a Sede de Ouro Preto. Aliado a isso, é indispensável a execução de um programa contínuo de pavimentação e manutenção da densa rede de estradas locais, juntamente com a fiscalização do tráfego pesado de mineração (uso de balanças), medidas vitais para a segurança dos moradores e para o fortalecimento da vocação turística do distrito.

8 Patrimônio Cultural

A preservação do Patrimônio Cultural no município de Ouro Preto é um eixo transversal que dialoga diretamente com outras áreas fundamentais do planejamento urbano, como a ocupação do solo, o meio ambiente, a economia e a educação. O diagnóstico geral aponta que, embora a manifestação comunitária sobre o tema pareça tímida em algumas oficinas, a valorização cultural figura entre as prioridades na maioria das unidades de planejamento. É notável que, mesmo os distritos que não detêm um acervo arquitetônico monumental, expressam forte interesse na salvaguarda de suas memórias e tradições, demonstrando que cada localidade possui características próprias essenciais para a riqueza e diversidade da região. No distrito de Santo Antônio do Leite, essa dinâmica reflete a necessidade urgente de conectar o inventário oficial à percepção identitária dos moradores.

Figura 156: síntese do patrimônio cultural (leitura comunitária + leitura técnica) - Santo Antônio do Leite.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos / Legislação
• O distrito, apesar do inventário, não identifica seu núcleo como área de preservação; • Nas áreas rurais, as fazendas foram demolidas e seus terrenos loteados, mas sem maiores registros históricos ou não reconhecidas pela população como referência do patrimônio histórico.	**Problemas** Os participantes apontaram como potencialidades o patrimônio cultural e natural, as paisagens, a Festa de Santa Rita, e os artesãos e o artesanato local de pedra sabão. Ainda demandaram a criação de um museu da pedra-sabão, para representar um memorial, a história e a tradição da produção do artesanato pela população local. **Demandas** • Educação Patrimonial; **Potencialidades** • Eco/Turismo	Ver no final da tabela o quadro que abrange todo o território.	• LUOS • Plano Diretor

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 120 (p. 120).

A análise do Patrimônio Cultural em Santo Antônio do Leite revela uma divergência preocupante entre a formalização técnica da proteção histórica e a vivência cultural cotidiana da população. A Leitura Técnica Integrada evidencia uma lacuna grave: o distrito não possui seu núcleo identificado como área de preservação em seus inventários e carece de registros históricos robustos sobre as antigas fazendas rurais. A demolição de estruturas rurais históricas e o subsequente loteamento dessas áreas ocorreram sem o devido reconhecimento de seu valor patrimonial, o que indica um processo de apagamento da memória edificada local.

Em contrapartida, a Leitura Comunitária Participativa demonstra que a população possui um forte sentimento de pertencimento e reconhece riquezas que vão além da arquitetura de pedra e cal. Curiosamente listadas sob a categoria de "problemas" na transcrição original da oficina, as falas dos moradores na verdade destacam imensas potencialidades imateriais e naturais: as paisagens, as festividades tradicionais (como a Festa de Santa Rita) e a marcante presença dos artesãos de pedra-sabão.

Essa vitalidade cultural motiva a principal demanda da comunidade: a criação de um museu da pedra-sabão. Este espaço funcionaria como um memorial para preservar a história e a tradição do artesanato, além de servir como âncora para ações de "Educação Patrimonial". Tais iniciativas são vistas como fundamentais para fortalecer a identidade local e impulsionar

o "Eco/Turismo", transformando a herança cultural e natural em um vetor de desenvolvimento econômico sustentável.

O cenário do Patrimônio Cultural de Santo Antônio do Leite exige uma revisão no olhar das políticas públicas. Enquanto o patrimônio material sofre com a degradação e a falta de reconhecimento formal (necessitando de diretrizes claras no Plano Diretor e na LUOS para evitar novas perdas), o patrimônio imaterial e paisagístico é fortemente valorizado pela comunidade. A criação de um museu focado no artesanato e a implementação de programas de educação patrimonial são passos estratégicos e indispensáveis. Atender a essas demandas não apenas resgatará a memória histórica da localidade, mas também consolidará o ecoturismo como uma vocação natural e sustentável do distrito.

9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana

O uso e a ocupação do solo no município de Ouro Preto apresentam desafios complexos e recorrentes, caracterizados historicamente pela expansão urbana desordenada, pela ocupação irregular — muitas vezes em áreas de preservação ambiental ou de risco geológico — e pela deficiência na regularização edilícia e fundiária. O diagnóstico municipal geral indica que a ausência de um ordenamento territorial atualizado resulta na sobrecarga da infraestrutura existente, na falta de espaços públicos adequados e na vulnerabilidade do patrimônio ambiental e cultural. É fundamental, portanto, a revisão dos zoneamentos e a aplicação de instrumentos urbanísticos que orientem o crescimento sustentável. Inserido nessa dinâmica macrorregional, o distrito de Santo Antônio do Leite vivencia processos específicos de expansão, conurbação e transição econômica, exigindo um planejamento direcionado que equilibre sua vocação turística com a preservação de suas características locais.

Figura 157: Quadro síntese de apontamentos intersetoriais do diagnóstico técnico para Santo Antônio do Leite.

Zoneamento (2011)	Ordenamento Territorial	Características	Usos do solo	Tipologia Construtiva	Infraestrutura Urbana	Suscetibilidade e Risco	Centralidades e Equipamentos

ZAR-1, ZAR-2	Reavaliar os impactos da ZAR 2 com a zona de expansão do distrito e suas fragilidades ambientais e sociais.	Tipologia predominante de 1 a 2 pavimentos nas edificações de uso misto (residencial no pavimento superior, comércio no térreo).	Residencial	Padrão construtivo médio.	Presente / Insuficiente.	-	• Campo de Futebol do União FC • Igreja Matriz de Santo Antônio do Leite • Capela de N. Senhora da Conceição da Passagem • Capela dos Santos Reis
ZAR-3, ZPAM	Redimensionar as áreas de ZIE, de acordo com os processos erosivos crescentes no entorno (voçorocas).	Pouco adensado, grandes lotes com quintais.	Turístico	Padrão construtivo médio.	Presente / Insuficiente.	-	• Igreja de Nossa Senhora da Piedade • Assembleia de Deus. • Escola Municipal Doutor Pedrosa • Creche Municipal Criança Feliz
ZPE, ZIE	Estabelecer parâmetros urbanísticos e instrumentos de regulação para os núcleos urbanos descontínuos e as áreas rurais.	Polo de artesanato e ateliê de joias em prata.	Comércio e serviços locais.	Padrão construtivo médio.	Presente / Insuficiente.	-	• UBS • Correto • Chafariz Parietal • Academia ao ar livre
ZAR-2, ZIE	Revisão das áreas de ZPE no núcleo central do distrito, juntamente com parâmetros urbanísticos e instrumentos de proteção.	Tendência à expansão de loteamentos controlados e casas de campo.	Residencial, turístico, comércio e comércio.	Padrão construtivo médio.	Presente / Insuficiente.	-	• Campo de Futebol do Catete • Capela de Santa Luzia • Capelinha do Catete • Clube de Mães Unidas Venceremos • Polo Catete de Formação Musical
ZAR-2, ZIE, ZPAM	(Ações integradas às diretrizes acima)	Conurbação com Cachoeira do Campo.	Residencial, Comércio	Padrão construtivo médio.	Presente / Insuficiente.	-	• Campo do Gouveia

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 132 (p. 351).

Figura 158: Síntese dos Aspectos de Uso e Ocupação do Solo – Expansão Urbana (Leitura Comunitária + Leitura Técnica).

Subtemas	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos / Legislação

Ocupação irregular / falta de equipamentos de lazer.	• Características urbanísticas e econômicas: O distrito é composto por diversas localidades, como Catete, Gouveia, Chapada e Passagem, cada uma com características de ocupações distintas. A área central possui residências unifamiliares históricas, escola, UBS e comércio concentrado, enquanto o bairro Chapada, formado nos anos 70 e 80, é conhecido por seu potencial turístico e pela incidência de atividades artísticas. • Necessidades de Planejamento e Regulação: O distrito necessita de uma revisão do ordenamento territorial para considerar a expansão urbana, proteger áreas ambientalmente frágeis, como as voçorocas, e promover o desenvolvimento sustentável, reforçando a proteção das zonas de interesse e conservação.	• Desafios e Problemas Locais: A população de Santo Antônio do Leite expressa falta de pertencimento a Ouro Preto e menciona dificuldades enfrentadas no cotidiano quanto à mobilidade, infraestrutura urbana ineficiente e obras inacabadas. A expansão urbana acelerada, proveniente do distrito vizinho de Cachoeira do Campo, preocupa os moradores devido aos impactos ambientais e sociais. • Potencial Turístico e Econômico: O bairro Chapada se destaca por suas pousadas, ateliês de cerâmica e joalheria, além das atividades rurais em chácaras na área alta, tornando-o um destino atraente para turistas em busca de tranquilidade e artesanato local.	• Plano Diretor; • Zoneamento e parcelamento, ocupação e uso do solo; • Instrumentos diversos previstos no EC; • Regularização fundiária e edilícia.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 148 (p. 372).

A análise do uso e ocupação do solo em Santo Antônio do Leite revela um distrito de características heterogêneas, fragmentado em diferentes localidades (Centro, Catete, Gouveia, Chapada e Passagem), que possuem dinâmicas próprias. Do ponto de vista técnico, observa-se uma área central consolidada, com infraestrutura presente (embora considerada insuficiente em vários aspectos) e tipologia construtiva de padrão médio, mesclando residências e comércios de porte reduzido. Em contrapartida, áreas como o Catete e Gouveia apresentam uma forte tendência à expansão por meio de loteamentos controlados e casas de campo, impulsionada de forma significativa pelo processo de conurbação com o distrito vizinho de Cachoeira do Campo.

Esse vetor de crescimento acelerado gera preocupações expressivas na comunidade. Os moradores relatam apreensão com os impactos sociais e ambientais decorrentes dessa expansão imobiliária contínua e da proximidade com Cachoeira do Campo. Esse cenário é agravado pela percepção local de infraestrutura ineficiente, problemas de mobilidade, obras

públicas inacabadas e um forte sentimento de "falta de pertencimento" em relação à sede municipal de Ouro Preto.

Paralelamente aos desafios da expansão, o distrito demonstra uma vocação consolidada para o turismo ecológico, de vivência e para a economia criativa. O bairro Chapada destaca-se técnica e socialmente como um polo atrativo, reunindo pousadas, chácaras, ateliês de cerâmica e joalherias de prata. Contudo, o desenvolvimento desse potencial econômico esbarra em fragilidades ambientais severas. A leitura técnica alerta para a necessidade urgente de redimensionar as Zonas de Interesse Ecológico (ZIE) e as Zonas de Adensamento Restrito (ZAR) devido ao avanço de processos erosivos graves, especificamente a formação de voçorocas no entorno do distrito.

Portanto, o diagnóstico explicita a urgência de uma revisão no ordenamento territorial. É preciso estabelecer parâmetros urbanísticos claros que consigam, simultaneamente, frear a degradação ambiental causada pelas voçorocas, organizar a expansão imobiliária periférica e fornecer suporte de infraestrutura para alavancar a vocação turística e artesanal de Santo Antônio do Leite, garantindo a sustentabilidade local.

Santo Antônio do Leite encontra-se em um ponto de inflexão urbano e territorial. O distrito necessita de uma atualização rigorosa de seu zoneamento para conter o avanço de erosões (voçorocas) e ordenar a forte pressão de expansão imobiliária e conurbação vinda de Cachoeira do Campo. Ao mesmo tempo, o poder público deve suprir o déficit de infraestrutura básica e mobilidade reclamado pela população, utilizando instrumentos de regularização fundiária e edilícia. Ao equacionar esses passivos urbanos e ambientais, será possível potencializar e estruturar de forma sustentável a forte vocação turística, rural e artesanal da região da Chapada, promovendo desenvolvimento econômico integrado e fortalecendo a identidade comunitária.

10 Habitação

O município de Ouro Preto enfrenta desafios expressivos relacionados à habitação e ao ordenamento territorial. A leitura técnica geral identifica um número considerável de assentamentos precários e áreas de ocupação irregular concentradas tanto na Sede quanto nos distritos. Constatou-se, ainda, a existência de áreas vazias ou subutilizadas com potencial para políticas habitacionais em distritos como Amarantina, Glaura, Cachoeira do Campo,

Santo Antônio do Leite e Santa Rita. Embora ações de regularização já estejam em curso em algumas localidades centralizadas e polos de expansão, a demanda por regularização fundiária permaneça como uma prioridade comunitária latente em diversas comunidades.

Figura 159: Síntese das Áreas para Habitação de Interesse Social (HIS) e Regularização Fundiária.

Localidades	Problemas identificados.	Demandas	Leitura técnica e conclusões	Instrumentos e Legislação
Gouveia, Chapada e Pouso da Condensação.	Irregularidade fundiária.	Regularização fundiária.	Técnica: identificação de áreas vazias e subutilizadas com potencial para desenvolvimento. Conclusões: classificar as irregularidades, distinguindo processos de loteamentos antigos de novos assentamentos ou chacreamentos irregulares.	Programa Municipal de Regularização Fundiária (Lei Federal 13.465/2017).

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 158 (p. 393).

A análise dos resultados demonstra que o crescimento desordenado e a irregularidade fundiária impactam diretamente a qualidade de vida e a infraestrutura distrital. Em Cachoeira do Campo, a expansão habitacional vinculada a assentamentos de interesse social gerou uma sobrecarga significativa na infraestrutura existente, refletindo-se na precariedade viária e na saturação dos serviços públicos. Contudo, o aspecto técnico positivo é que o distrito já foi mapeado pelo poder público e recebe ações ativas de regularização fundiária. O desafio imediato é consolidar essas intervenções, classificando as ocupações por tipologia para viabilizar melhorias estruturais adequadas aos núcleos que já estão consolidados e são de árdua reversão.

Paralelamente, o distrito de Santo Antônio do Leite apresenta uma demanda incisiva por regularização, sobretudo nas localidades de Gouveia, Chapada e Pouso da Condenssa. O diagnóstico destaca um ponto estratégico: o distrito possui áreas vazias ou subutilizadas. Esse fator representa uma oportunidade técnica valiosa para o planejamento municipal, pois permite direcionar futuras políticas de Habitação de Interesse Social (HIS) de forma ordenada. A regularização fundiária nessas áreas deve agir de forma preventiva e corretiva, inibindo a proliferação de novos parcelamentos e chacreamentos irregulares sem infraestrutura básica.

A regularização fundiária em Cachoeira do Campo e em Santo Antônio do Leite é um passo essencial para a reestruturação urbana sustentável do município. Enquanto Cachoeira

do Campo necessita de ações mitigadoras para aliviar a sobrecarga de sua infraestrutura frente ao crescimento habitacional já existente. Santo Antônio do Leite apresenta uma urgência organizativa para formalizar suas localidades e aproveitar estrategicamente suas áreas ociosas. A aplicação estruturada do Programa Municipal de Regularização Fundiária, ancorado na Lei Federal 13.465/2017, configura-se como o principal instrumento para garantir o direito à moradia digna, a provisão de infraestrutura adequada e a segurança jurídica aos moradores de ambos os distritos.

11 Turismo

O município de Ouro Preto, incluindo seus distritos, detém um vasto potencial de diversificação econômica por meio do turismo de base comunitária, impulsionado por um rico acervo patrimonial, histórico e natural. Apesar dessa vocação descentralizada, o pleno desenvolvimento do setor enfrenta entraves estruturais significativos, destacando-se a carência de infraestrutura viária, a deficiência no transporte público e a necessidade de saneamento básico adequado para comportar o fluxo de visitantes. Inserido nesse cenário de oportunidades e desafios, o distrito de Santo Antônio do Leite apresenta atrativos muito particulares, que necessitam de organização territorial e planejamento estratégico para se converterem em vetor efetivo de geração de renda e desenvolvimento social.

Figura 160: Síntese do Turismo (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Santo Antônio do Leite.

Subtemas	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação

Artesanato	O artesanato local, especialmente de prata, foi identificado como uma grande potencialidade para expandir o turismo, valorizando as feiras de artesãos locais. A análise técnica aponta para a necessidade de planejamento urbano integrado, abrangendo zoneamento, parâmetros urbanísticos e hierarquia distrital. A dinâmica urbana exige atualização contínua das leis de zoneamento e ordenamento territorial, para garantir a sustentabilidade e a eficiência do uso do solo. A mobilidade do distrito com as demais partes do território é deficiente, o que prejudica o acesso aos potenciais turísticos.	O artesanato local (prata) foi apontado como sendo grande potencialidade a ser trabalhada para expandir o turismo local, dando visibilidade às feiras de artesãos que ocorrem no distrito. Os moradores do distrito se sentem apartados da sede, tanto geograficamente quanto na inclusão de políticas públicas de fomento ao distrito.	• Lei Municipal nº 971/2015 - Estabelece a Política Municipal de Turismo e dá outras providências*; • Plano Municipal de Turismo.
Ecoturismo e hotelaria	Pontos de ecoturismo e hotelaria, como Pedra da Loucura, Ville Real e a Igreja de Santo Antônio, são destacados como impulsionadores do turismo local.	Pontos de ecoturismo e hotelaria também foram abordados como impulsionadores do turismo local, como Pedra da Loucura, Ville Real e a Igreja de Santo Antônio. Dessa forma, demanda-se dar visibilidade às vocações turísticas do distrito.	• Plano Municipal de Turismo; • Lei Municipal nº 971/2015 - Estabelece a Política Municipal de Turismo e dá outras providências*.
Eventos culturais e festividades	Ao longo do ano, o distrito de Santo Antônio do Leite celebra diversas festas, como: a Festa de São Sebastião; a Festa da Maria Concebida; a Festa do Padroeiro Santo Antônio; a Festa dos Mineiros; e a Festa da Primavera. Esses eventos promovem a cultura e a natureza locais, com música, culinária típica, oficinas artísticas e ecológicas, entre outros.	A Festa dos Mineiros e a Festa da Primavera foram citadas como atrativos turísticos e culturais do distrito, atraindo um grande público para as festividades. Com isso, um maior incentivo por parte do poder público permanece como demanda.	• Lei Municipal nº 178/1980 – Institui o Código de Posturas de Ouro Preto; • Lei Municipal nº 971/2015 - Estabelece a Política Municipal de Turismo e dá outras providências*; • Plano Municipal de Turismo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 169 (p. 407).

A análise da tabela demonstra que o turismo em Santo Antônio do Leite se sustenta em três pilares principais: a produção artesanal, o ecoturismo atrelado à rede hoteleira e as festividades tradicionais. O artesanato em prata é evidenciado por ambas as leituras (técnica e comunitária) como o grande diferencial do distrito, possuindo capacidade real de atrair visitantes e fortalecer a economia local. No entanto, a comunidade expressa um forte

sentimento de isolamento em relação à sede do município, sentindo-se excluída das políticas públicas de fomento e visibilidade.

Esse distanciamento social e institucional apontado pelos moradores é diretamente corroborado pelo diagnóstico técnico, que alerta para o fato de que a mobilidade deficiente e a infraestrutura viária inadequada formam barreiras diretas ao acesso de turistas. Para que o artesanato e polos como a Pedra da Loucura e o Ville Real prosperem, é imperativo atualizar e aplicar rigorosamente as leis de zoneamento e ordenamento territorial, garantindo que o espaço urbano suporte e impulsione essa dinâmica de forma organizada.

Por fim, o calendário de eventos culturais, como a Festa dos Mineiros e a Festa da Primavera, mostra-se como um fator de forte apelo e capacidade de atração de público externo. Porém, para que esses eventos não operem de maneira isolada e intermitente, os moradores demandam que a prefeitura conceda incentivos consistentes. Eles utilizam marcos legais já existentes, como o Plano Municipal de Turismo e a Lei n.º 971/2015. Isso transforma o potencial bruto do distrito em uma rota turística oficial e bem estruturada.

O desenvolvimento turístico em Santo Antônio do Leite depende da valorização estruturada de sua vocação para o artesanato, ecoturismo e celebrações locais. Contudo, a conversão desse elevado potencial em ganhos econômicos e sociais concretos requer que o Poder Público rompa o isolamento geográfico e institucional do distrito. Isso implica investir massivamente na melhoria da mobilidade, integrar o território às diretrizes ativas de fomento municipal e aplicar com eficácia o ordenamento urbano, assegurando que o crescimento do turismo seja sustentável e diretamente benéfico para a comunidade residente.

Santo Antônio do Salto

Santo Antônio do Salto está localizado a aproximadamente 35 km da Sede e, a exemplo de Santo Antônio do Leite, também consolidou sua ocupação no século XIX, associado ao comércio regional. Segue a tendência de declínio observada em alguns distritos mais distantes: sua população reduziu de 1.068 para 916 habitantes entre 2010 e 2022, queda de 152 pessoas.

1 Aspectos físicos

A análise do meio físico no município de Ouro Preto revela um desafio estrutural: a municipalidade carece de um Sistema de Defesa Civil Municipal abrangente e de uma Política de Gestão de Riscos permanente que atue na mitigação e erradicação das ameaças geológicas em seu território. Inserido neste contexto geral, o diagnóstico do distrito de Santo Antônio do Salto avalia as suscetibilidades locais, focando no mapeamento de riscos naturais e tecnológicos que incidem sobre a região, a fim de subsidiar o planejamento seguro do uso e da ocupação do solo.

Figura 161: Síntese do Meio Físico (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) do distrito de Santo Antônio do Salto.

Subtema	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação
Riscos Naturais	• A leitura técnica não registrou questões de risco geológico como um dos problemas principais do distrito. • As suscetibilidades foram abordadas nos documentos analisados, que indicaram ser o distrito, no tocante à sua área urbana, suscetível a enxurradas, com o transbordamento parcial do Rio Mainart. • Os estudos de suscetibilidade a processos geológicos permitem a conclusão de que as áreas para a expansão da zona urbana são restritas.	• Na Reunião Participativa realizada no distrito, só houve uma manifestação a respeito dos riscos, com relato de enchente da "Outra Banda de Cima" atingindo ocupação situada em faixas alagáveis. Isto confirma os prognósticos da carta de suscetibilidades adotada como base para o diagnóstico técnico.	A questão dos riscos geológicos não afeta a zona urbana do distrito, salvo a possibilidade de enxurradas e enchentes nas áreas ocupadas no fundo do vale do Rio Mainart. Isto demanda medidas restritivas e disciplinadoras da ocupação no local e da própria expansão urbana do distrito.	• Carta de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações • Zoneamento Urbano • Lei de Uso e Ocupação do Solo

Risco Tecnológico	• Os estudos de rupturas de barragem indicam o distrito como uma das áreas críticas e que devem ser consideradas pelo município nas elaborações dos projetos de segurança pública e mobilidade urbana.	• Não foi mencionada a questão do risco de ruptura da barragem a montante da localidade na reunião participativa.	No caso do risco tecnológico, a área de inundação apontada na zona urbana deve ter restrições à ocupação.	• Lei n.º 12.334, de 20 de setembro de 2010, Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). • Lei Estadual nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que institui a Política Estadual de Segurança de Barragens - PESB.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 11 (p. 79).

A análise do meio físico em Santo Antônio do Salto mostra que os riscos geológicos clássicos, como deslizamentos, não são o principal obstáculo da área urbana. Entretanto, existe uma grande suscetibilidade à água. A leitura técnica e os relatos comunitários indicam que a área "Outra Banda de Cima", no fundo do vale do Rio Mainart, é suscetível a inundações e enxurradas sazonais. Essa condição limita as áreas seguras para a expansão urbana e exige medidas imediatas para conter a ocupação em áreas alagadas.

Outro ponto de alerta no diagnóstico é o risco tecnológico vinculado à mineração no município. Apesar da ausência de preocupação da população na reunião, os estudos indicam que Santo Antônio do Salto é uma área crítica em relação a rupturas de barragem. A mancha de inundação exige que o distrito seja prioridade em rotas e projetos de segurança, defesa civil e mobilidade, com restrições a novas ocupações em áreas de risco.

O planejamento territorial de Santo Antônio do Salto deve seguir o princípio da precaução e a redução de vulnerabilidades. É essencial que os instrumentos urbanos legais, como o Zoneamento e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, ajam rigorosamente para evitar o adensamento nas planícies de inundação do Rio Mainart e em áreas de risco de barragens. Isso assegura a segurança física e material da comunidade.

2 Meio Biótico e Ambiental

A análise do meio biótico e ambiental do município de Ouro Preto indica a necessidade de atenção a desafios transversais. Esses incluem a ocupação irregular em áreas de preservação, desmatamentos em nascentes, assoreamento de corpos hídricos e a carência de projetos estruturados de educação e fiscalização ambiental.

> Em se tratando do distrito de Santo Antônio do Salto, na oficina comunitária realizada no dia 27 de julho de 2023, das 18h às 21h (local: Escola Municipal Aleijadinho, Rua Aleijadinho n° 01), a população presente ressaltou a grande produção de água como potencialidade regional, quando o foco foi a temática 'Meio Ambiente'. (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 97)

Destaca-se fortemente pela sua relevância hídrica e pelo elevado grau de conservação de sua flora. Isso exige um olhar atento para a manutenção de suas áreas protegidas e o fomento de suas potencialidades ecológicas.

Figura 162: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais.

% Fitofisionomias e demais usos	Grau de Conservação da Flora Regional	Unidade de Conservação - Área (ha)	Áreas Verdes Urbanas	Projetos de Educação Ambiental
• Áreas antropizadas (pastagem): 13,40% • Áreas antropizadas (eucaliptos): 6,13% • Áreas antropizadas (Pinus): 0,02% • Outros Usos: 1,43% • Floresta Estacional Semidecidual (estágio inicial - montano): 1,43% • Floresta Estacional Semidecidual (demais estágios - montano): 74,71% • Refúgio vegetacional/afloramento quartzítico/arenítico (estágio inicial): 0,08% • Refúgio vegetacional/afloramento quartzítico/arenítico (demais estágios): 4,17% • Refúgio vegetacional/Afloramento gnáissico/Granito (demais estágios): 0,05%	> 67,65% da flora regional apresenta um grau de conservação alto ou muito alto; 20,04% um grau médio e 12,31% um grau baixo de conservação.	> 5,40% da área do Parque Estadual do Itacolomi está inserida na porção norte do Distrito de Santo Antônio do Salto.	Santo Antônio do Salto possui uma área total de 783,80 ha inserida no perímetro urbano, com 99,33% de áreas verdes urbanas, incluindo cobertura vegetal e áreas de preservação permanente.	O poder público municipal não possui projetos de educação ambiental direcionados para o distrito de Santo Antônio do Salto.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 35 (p. 129, 130).

Figura 163: Áreas de Proteção Permanente (APP), ZPAM, Reserva Legal e Passivos Ambientais (continuação).

Uso, cobertura e/ou ocupação do solo na APP hídrica	Áreas de Proteção Ambiental (ZPAM)	Reserva Legal (RL)	Passivos Ambientais (Inventário FEAM 2022)
• Formação Florestal: 70,48% • Formação Savânica: 0,12% • Silvicultura: 5,35% • Formação Campestre: 0,65% • Pastagem: 9,61% • Mosaico de Usos: 13,24% • Área Urbana: 0,03% • Afloramento Rochoso: 0,29% • Lago: 0,10% • Café: 0,10%	• Área no distrito: 586,54 ha. • % em relação ao Distrito: 10,15% • % em relação à ZPAM do Município: 10,99%	• Área no distrito: 664,24 ha. • % em relação ao Distrito: 11,50%. • % em relação à RL do Município: 3,99%	O distrito não apresenta passivos ambientais registrados no Inventário de Áreas Contaminadas de Minas Gerais e na Lista das mesmas e Reabilitadas.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 35 (p. 129, 130).

O diagnóstico de Santo Antônio do Salto, com 5.777,378 hectares, mostra um ambiente muito preservado. A vegetação nativa domina, com a Floresta Estacional Semidecidual em estágio avançado ocupando 74,71% do distrito. Devido à cobertura vegetal robusta, mais de 67,65% da flora local possui alto grau de conservação. A proteção desse ecossistema é assegurada, em parte, pelo Parque Estadual do Itacolomi, que ocupa mais de 5,40% da área norte de Santo Antônio do Salto.

A excelência na conservação se estende à hidrologia local. Ao analisar as Áreas de Preservação Permanente (APP) hídricas, nota-se que a formação florestal é a cobertura dominante (70,48%), o que atua como um escudo protetor para nascentes e cursos d'água. Esse dado técnico corrobora de forma exata a percepção dos moradores, que, durante a oficina participativa comunitária, elegeram a "grande produção de água" como a principal potencialidade e riqueza regional do distrito.

O distrito é referência em áreas de interesse ambiental em Ouro Preto, com 586,54 hectares de Zonas Especiais de Proteção Ambiental e 664,24 hectares de Reservas Legais. Além disso, não há áreas contaminadas ou passivos ambientais registrados pelo Estado. Apesar do ativo ecológico, o relatório indica uma falha institucional relevante. Atualmente, o município não possui projetos de educação ambiental para a comunidade de Santo Antônio do Salto. Isso impede o engajamento da população na preservação desse patrimônio.

Em suma, Santo Antônio do Salto apresenta uma forte e comprovada vocação ambiental, estruturada em vastas áreas de floresta nativa preservada e em uma excepcional capacidade de produção e proteção hídrica. Para garantir que esse território mantenha sua sustentabilidade a longo prazo, é essencial que o município converta esse potencial técnico em políticas ativas de valorização. Isso deve suprir a carência de projetos de educação ambiental e integrar a comunidade local como guardiã de seus próprios recursos naturais.

3 Saneamento

A análise do saneamento básico é um pilar estrutural para garantir a qualidade de vida da população e a preservação ambiental. O diagnóstico consolidado do distrito de Santo Antônio do Salto (conforme os dados apresentados na imagem e nos documentos técnicos) revela desafios expressivos relacionados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem pluvial. A intersecção entre a percepção cotidiana da comunidade e a avaliação técnica evidencia a necessidade urgente de adequação da infraestrutura local às normativas vigentes — como o Novo Marco Legal do Saneamento Básico —, a fim de atingir as metas de universalização dos serviços prestados.

Figura 164: Síntese das Leituras Técnica e Comunitária do Saneamento Básico em Santo Antônio do Salto – Diagnóstico Consolidado.

Leitura Comunitária Participativa	Parecer Técnico	Instrumentos/Legislação

Abastecimento de água: Durante a oficina participativa realizada no distrito, os participantes relataram que a água disponibilizada para consumo não passa por tratamento e há regiões do distrito em que há falta desse líquido.	**Abastecimento de água:** Durante a elaboração do diagnóstico técnico, a Saneouro não informou se é executado ou não o tratamento da água captada nos dois mananciais superficiais utilizados. Conforme a Portaria do Ministério da Saúde n.º 888/2021, as águas destinadas a consumo humano provenientes de mananciais superficiais deverão ser submetidas, pelo menos, aos processos de filtração e desinfecção. Devido à falta de informações quanto ao tratamento de água, esta questão será discutida e inserida como uma das diretrizes e propostas de saneamento básico do Plano Diretor de Ouro Preto.	**Legislações correlatas:** • Lei Federal n.º 14.026/2020 – Atualiza o marco legal do saneamento básico; • Lei Federal n.º 11.445/2007 – Política Nacional de Saneamento Básico; • Lei Federal n.º 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; • Lei Federal n.º 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais; • Portaria de Consolidação GM/MS n.º 888/2021 – Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade; • Lei Estadual n.º 11.720/1994 – Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências. • Lei Estadual n.º 18.031/2009 – Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos de Minas Gerais. • Lei Municipal n.º 178/1980 – Institui o Código de Posturas de Ouro Preto; • Lei Municipal n.º 934/2014 – Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, reformula o respectivo Conselho, cria o Fundo e dá outras providências. **Planos:** Plano Diretor, Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. (Legislação listada na primeira célula)
Esgotamento Sanitário: Os moradores do distrito relataram como demanda a necessidade de implementar uma Estação de Tratamento de Esgoto na localidade.	**Esgotamento Sanitário:** A demanda da oficina em Santo Antônio do Salto se deve à falta de tratamento de esgoto em quase toda a área de Ouro Preto. A Saneouro já possui os projetos de esgoto da sede e distritos prontos, faltando apenas a implementação. Os projetos abrangem coleta e tratamento de esgoto. O art. 11-B da Lei 14.026/2020 determina que os contratos de serviços de saneamento básico devem estabelecer metas de universalização. As metas visam atender 90% da população com coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033.	
Resíduos Sólidos: • Os moradores que participaram da oficina relataram a coleta convencional como uma potencialidade. • Apesar disso, os problemas de Santo Antônio Salto são a falta de lixeiras para o descarte adequado dos resíduos e o despejo irregular de resíduos sólidos próximos a rios e córregos. • Os moradores relataram que o distrito carece de projetos que incentivem a coleta seletiva, além de necessitar de manutenção em cemitérios e da instalação de lixeiras nas ruas.	**Resíduos Sólidos:** A respeito da instalação de lixeiras, por se tratar de uma questão que pode ser solucionada no curto prazo, tal solicitação será encaminhada para a Prefeitura. No que tange ao descarte irregular de resíduos sólidos próximos a rios e córregos, conforme o art. 47 da Lei Federal n.º 12.305/2010, é proibida a destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos em corpos hídricos e a céu aberto. Eles são enquadrados no art. 54 da Lei Federal n.º 9.605/1998 como crime de poluição ambiental, tendo pena de reclusão de um a cinco anos.	

Drenagem Pluvial: Segundo os relatos da oficina, os moradores são afetados por enchentes no período de chuva, ficando ilhados e sem acesso a transporte público por causa dos estragos causados.	**Drenagem e Manejo de Águas Pluviais:** Considerando os problemas citados pelos participantes durante a oficina comunitária de Santo Antônio do Salto, estes podem ser mitigados com a implantação de soluções de drenagem pluvial, como barraginhas, jardins drenantes etc. Além disso, a adequação do sistema de drenagem pluvial e a implantação de pavimentação que permite maior infiltração podem reduzir os efeitos de eventos chuvosos. Este assunto será analisado e inserido no produto de Diretrizes e Propostas.	

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 65 (p. 189, 190).

A leitura participativa, cruzada com o parecer técnico, expõe deficiências críticas e sistêmicas na infraestrutura de saneamento de Santo Antônio do Salto. No eixo de abastecimento de água, a comunidade denuncia a ausência de tratamento e falhas no fornecimento. A concessionária não apresentou informações precisas que confirmem a filtragem e desinfecção da água captada, o que contraria frontalmente a Portaria do Ministério da Saúde nº 888/2021. Essa falta de segurança hídrica representa um risco direto à saúde pública e impõe a necessidade de inserir a regularização do tratamento como uma diretriz prioritária no Plano Diretor.

O esgotamento sanitário reflete um problema histórico de Ouro Preto: a ausência de tratamento dos efluentes. A população reivindica uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Embora o parecer técnico indique que os projetos executivos já estão elaborados pela concessionária responsável, o distrito carece da execução física das obras. Essa implementação é inadiável, visto que o Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020) exige que o índice de coleta e tratamento atinja 90% da população até o final de 2033.

Em relação aos resíduos sólidos, embora a coleta convencional seja reconhecida como um fator positivo, o distrito sofre com infraestrutura urbana insuficiente, evidenciada pela falta de lixeiras públicas e ausência de programas de coleta seletiva. O ponto de maior gravidade é o descarte irregular de lixo próximo aos cursos d'água. Trata-se de uma infração rigorosamente tipificada como crime ambiental (Lei Federal n.º 9.605/1998 e Lei Federal n.º

12.305/2010), passível de punições severas, o que demanda da municipalidade não apenas a oferta de lixeiras no curto prazo, mas também o endurecimento da fiscalização ecológica.

Por fim, o déficit na drenagem pluvial causa impactos diretos na mobilidade e na segurança do distrito, com relatos de enchentes que isolam os moradores em épocas de chuvas fortes. O parecer aponta que intervenções focadas em infraestrutura verde — como jardins drenantes, barraginhas e pisos permeáveis — são soluções técnicas viáveis para aumentar a capacidade de infiltração do solo e mitigar as inundações locais, devendo ser incorporadas às futuras frentes de obras urbanas.

O cenário do saneamento básico em Santo Antônio do Salto evidencia uma forte discrepância entre a prestação atual dos serviços e as exigências operacionais e legais. Para superar a insegurança hídrica, os riscos epidemiológicos e os crimes ambientais presentes, torna-se imperativa a execução dos projetos de engenharia já aprovados. Além disso, é necessária a melhoria contínua na zeladoria urbana e a fiscalização ativa, garantindo os direitos fundamentais da população à saúde e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

4 Mineração

A atividade minerária em Ouro Preto é marcada por uma intensa ocupação territorial, contando com 534 processos de exploração ativos e diversas estruturas de barragens distribuídas pelo município. Enquanto a atividade se concentra fortemente em distritos como Miguel Burnier, o de Antônio Pereira e Rodrigo Silva, Santo Antônio do Salto apresenta um cenário distinto, sem a presença direta de processos minerários em fase de concessão de lavra. Contudo, a segurança ambiental do distrito é influenciada pela localização de estruturas de barragens em regiões vizinhas.

Figura 165: Síntese da Leitura Técnica de Santo Antônio do Salto.

Processos em fase de concessão de lavra	Estudos de Dam Break	Conflitos

-	• Na leitura técnica, ficou constatado, a partir da análise dos dados georreferenciados do estudo de Dam Break da Barragem do Caboclo, que parte da sede do distrito de Santo Antônio do Salto possivelmente seria afetada em caso de rompimento, sendo que a Barragem do Caboclo está localizada no distrito vizinho de Santa Rita do Ouro Preto; • Apesar de não afetar a área urbana do distrito, a mancha de inundação da Barragem do Custódio atravessaria o território de Santo Antônio do Salto; • Ambos os estudos de dam-break indicam que o rio Mainart/Gualaxo do Sul seria afetado, sendo que os impactos dos rompimentos se estenderiam para a Bacia do rio Piranga e, consequentemente, para a Bacia do rio Doce.	-

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 90 (p. 233).

Embora o distrito de Santo Antônio do Salto não seja um polo de exploração mineral, com ausência de processos em fase de concessão de lavra, ele está inserido na área de influência de risco tecnológico decorrente de empreendimentos localizados fora de seus limites geográficos.

A análise técnica de Dam Break (estudo de rompimento de barragens) aponta que o distrito está exposto aos efeitos de duas estruturas situadas em localidades adjacentes. O rompimento da Barragem do Caboclo, localizada em Santa Rita do Ouro Preto, poderia afetar a sede do distrito de Santo Antônio do Salto. Adicionalmente, a mancha de inundação da Barragem do Custódio atravessa o território do distrito. Ambos os cenários de risco indicam que o rio Mainart/Gualaxo do Sul seria atingido, propagando os impactos ambientais para a bacia do rio Piranga e, por extensão, para a bacia do rio Doce.

Santo Antônio do Salto, apesar de não possuir exploração mineral direta, apresenta vulnerabilidade a desastres tecnológicos de origem externa. A integridade do seu território e o equilíbrio da bacia hidrográfica local dependem da gestão e segurança de barragens localizadas em distritos vizinhos.

5 Aspectos Sociais e Demográficos

A análise da dinâmica populacional do município revela que Santo Antônio do Salto integra o grupo de distritos que apresentaram perda absoluta de moradores na última década. Entre 2010 e 2022, a população local reduziu de 1.068 para 916 habitantes, uma variação negativa de 152 pessoas, passando a representar apenas cerca de 1,2% do total de residentes

em Ouro Preto. Essa retração demográfica serve como pano de fundo essencial para a compreensão das atuais demandas por serviços públicos e infraestrutura social na região, detalhadas a seguir.

Figura 166: Aspectos Sociais e Demográficos em Santo Antônio do Salto.

Subtema	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação
Assistência Social	O distrito não apresentou demandas e problemas em relação ao atendimento social.	Problemas: nada apresentado. Demandas: nada apresentado.	-	-
Educação	A demanda em Santo Antônio do Salto reafirma a necessidade de adequação com reforma e manutenção das instalações das escolas. Além de melhorar e modernizar equipamentos para acesso a conteúdos digitais.	Problemas: • Infraestrutura. Demandas: • Reforma da escola. • Cobertura de quadra. • Aumentar profissionais na educação, como bibliotecários e digitais.	As demandas existentes devem ser avaliadas e programadas pela Secretaria.	-
Saúde	O distrito tem unidade de saúde em prédio próprio, reformado e ampliado de forma adequada. Os moradores reclamam do funcionamento e da demora nas marcações da falta de profissionais especializados, incluindo odontologia.	Problemas: • Demora na marcação de consultas especializadas. Falta de atendimento odontológico; • Atendimento emergencial. Falta de profissionais especializados. Dentistas. Ginecologistas. Pediatras. Demandas: • Atendimento odontológico. Consultas especializadas. • Atendimento médico existente; • Atendimento de especialidades.	As demandas apontadas devem ser avaliadas pela Secretaria, considerando questões de curto prazo.	Plano setorial específico.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro p. 270 e 271.

A avaliação social de Santo Antônio do Salto mostra cenários diferentes conforme a área de serviços públicos. Na assistência social, a leitura técnica e a comunitária não apontaram problemas significativos, indicando uma estabilidade no atendimento à população.

Na Educação, os desafios focam na modernização e na infraestrutura. A comunidade destacou a necessidade de reformas nas escolas e de coberturas para a quadra. Há uma demanda por inclusão tecnológica, evidenciada pela solicitação de modernização de equipamentos e aumento de profissionais, como bibliotecários e educadores digitais.

Na Saúde, o diagnóstico mostra um descompasso entre a infraestrutura e a operação. A unidade de saúde local tem um prédio reformado e ampliado. A principal frustração da comunidade é a falta de profissionais especializados, como dentistas, ginecologistas e pediatras, e a deficiência no atendimento emergencial. Há queixas sobre a demora na marcação de consultas especializadas, exigindo resposta rápida da administração pública para alocar recursos humanos.

O diagnóstico de Santo Antônio do Salto indica que, frente a um encolhimento populacional, as urgências do distrito não exigem grandes expansões de infraestrutura, mas sim a otimização dos serviços existentes. Enquanto a rede física de saúde está estruturada, faltam profissionais especializados para garantir um atendimento ágil e contínuo. Na educação, os investimentos necessários devem ser direcionados à qualificação dos espaços (reformas e coberturas) e à inserção de tecnologias e profissionais de apoio, garantindo um serviço público mais moderno e eficiente.

6 Aspectos Econômicos

A análise dos aspectos econômicos do município de Ouro Preto revela uma forte dependência da indústria extrativa mineral, o que impulsiona a arrecadação, mas também evidencia a urgência de diversificação da economia local. O diagnóstico geral aponta que as áreas rurais apresentam características singulares que cruzam economia, cultura, meio ambiente e turismo, embora enfrentem um histórico desafio de desvalorização. Nesse cenário, o fomento à economia criativa, solidária e à agricultura familiar desponta como uma alternativa crucial para a inclusão produtiva e a geração de renda no território. A seguir, detalham-se os dados econômicos específicos levantados para o distrito de Santo Antônio do Salto.

Figura 167: Aspectos Econômicos em Santo Antônio do Salto.

Região	Problemas	Demandas	Conclusões e Perspectivas	Legislação
Santo Antônio do Salto	• Falta de incentivo à agricultura; • Falta de emprego disponível.	• Criar oportunidades para os grupos de artesanato locais.	• O distrito tem forte vocação para a agricultura, turismo de base comunitária e economia criativa. • Esses caminhos estão relatados na leitura técnica.	• Plano Municipal de Desenvolvimento da Economia Criativa; • Lei de uso e ocupação do solo.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 95 (p. 279).

No distrito de Santo Antônio do Salto, a leitura comunitária e técnica aponta a escassez de vagas de emprego e a ausência de incentivos à agricultura como os principais gargalos econômicos locais. Essa realidade reflete o desafio municipal mais amplo de combater a precarização do trabalho e valorizar o potencial produtivo das áreas distritais e rurais.

Para mitigar essas dificuldades, a comunidade demandou ativamente a criação de oportunidades específicas para os grupos de artesanato da região. Essa solicitação está perfeitamente alinhada com as conclusões do diagnóstico técnico, que identifica em Santo Antônio do Salto uma forte vocação natural para o turismo de base comunitária, para a economia criativa e para as práticas agrícolas. O fomento a esses setores, portanto, não apenas atende aos anseios populares, mas representa a via mais coerente para combater o desemprego local.

O desenvolvimento econômico sustentável de Santo Antônio do Salto depende diretamente do estímulo às suas vocações intrínsecas: a agricultura e a economia criativa. A aplicação efetiva de instrumentos legais já previstos, como o Plano Municipal de Desenvolvimento da Economia Criativa e o ordenamento via Lei de Uso e Ocupação do Solo, é indispensável para estruturar o turismo comunitário e apoiar os artesãos locais. Isso transforma o potencial do distrito em oportunidades reais de emprego e renda.

7 Mobilidade

A mobilidade urbana no município de Ouro Preto enfrenta desafios estruturais significativos, influenciados pela topografia desfavorável e pela extensa malha viária

municipal de aproximadamente 2.500 km. O diagnóstico geral aponta para inadequações frequentes nas calçadas, dificultando a mobilidade ativa, e para uma oferta restrita de transporte coletivo distrital. Muitas localidades sofrem com a baixa frequência de viagens e com a ausência de ligação direta com a sede, problemas que impactam diretamente o acesso a serviços e oportunidades. Esse cenário de restrição viária e deficiência na integração do transporte reflete-se de forma crítica no distrito de Santo Antônio do Salto.

Figura 168: Mobilidade em Santo Antônio do Salto.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação
• Distrito de menor porte, mais isolado, com e sem conexão à Sede. • Acesso único por terra. • Possui problemas na circulação de pedestres, falta de elementos de acessibilidade e uma rede viária urbana que necessita de melhorias, como calçadas, drenagem, etc. • Circulação interna por vias estreitas. • Foi realizada uma análise da funcionalidade das vias de Santo Antônio do Salto, sendo consideradas como caminhos principais as Rodovias Federais, Estaduais e as Municipais de apoio à rede de transporte coletivo e à circulação de caminhões de coleta de resíduos e as vias que promovem integração do território, além das vias urbanas com vocação para arterial. As vias secundárias foram rodovias municipais que promovem acesso às localidades e áreas do município, além das coletoras, que foram analisadas.	**Problemas:** - Falta de calçamento. - Dificuldades de acessar a região ao redor. - Quando chove, ficamos ilhados. Quando chove, não se consegue ir trabalhar; o ônibus não vai. **Demandas:** - Construção de calçadas. - Acessibilidade à sede e outros distritos. - Calçamento da serra que dá acesso a Lavras Novas. - Construção de ponte na entrada do Salto.	• Necessidade de melhoria interna ao distrito e dos acessos por estradas e transporte coletivo.	• Atualização e adequação do Plano de Mobilidade.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 107 (p. 311, 312).

A análise dos dados revela que Santo Antônio do Salto vivencia um grau severo de isolamento, um reflexo agravado da deficiência de transporte e infraestrutura apontada no contexto geral do município. A leitura técnica destaca que o distrito possui acesso único por estrada de terra e não dispõe de conexão via transporte público com a sede. Isso corrobora o

quadro geral de que o sistema operado pelo Consórcio Rota Real não atende plenamente todas as localidades de Ouro Preto.

Esse isolamento é vivenciado de forma dramática pela população, que relatou na leitura comunitária a paralisação de suas atividades em períodos chuvosos, ficando "ilhados" e impossibilitados de trabalhar. Além das dificuldades de acesso externo, o distrito sofre internamente com os mesmos problemas de mobilidade a pé relatados em toda a cidade: circulação por vias estreitas, ausência de calçadas e falta de acessibilidade. As demandas populares, como o calçamento da serra de acesso a Lavras Novas e a construção de uma ponte na entrada da localidade, demonstram a urgência de intervenções físicas e estruturais para garantir o direito de ir e vir da comunidade.

Para mitigar a vulnerabilidade viária de Santo Antônio do Salto, é imprescindível romper seu isolamento geográfico e logístico. A atualização e a adequação do Plano de Mobilidade devem priorizar investimentos emergenciais em infraestrutura de drenagem e pavimentação das vias de acesso, bem como a implantação de um sistema regular de transporte coletivo que efetivamente conecte o distrito à Sede e às localidades vizinhas, assegurando segurança e acessibilidade o ano todo.

8 Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural, embora timidamente manifestado em algumas oficinas, figura entre as cinco principais temáticas abordadas na maioria dos distritos de Ouro Preto. Observa-se que, mesmo as localidades que não detêm um acervo arquitetônico e histórico tão monumental quanto a Sede, reconhecem a importância do tema, relacionando a preservação do patrimônio edificado a outras áreas fundamentais, como ocupação do solo, meio ambiente, mobilidade e economia. Cada um dos treze distritos apresenta características próprias que contribuem para a diversidade e a riqueza cultural do município. No contexto de Santo Antônio do Salto, a preservação da memória local ganha destaque nas demandas comunitárias e esbarra em desafios de ordenamento territorial.

Figura 169: Quadro Síntese do Patrimônio Cultural (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Santo Antônio do Salto.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislação
• Implementação de turismo, porém de forma desordenada e descentralizada. • Ocupação das APPs.	**Problemas:** Os participantes manifestaram a necessidade de "enaltecer" a história da comunidade. Como exemplo, relataram que, na casa de Dona Wanda, recém-reformada, foi criado o Museu Teodoro, com a história apenas de Teodoro. Por isso, moradores demandaram a ampliação do museu para que seja incluída a história do distrito de Santo Antônio do Salto, suas tradições e vivências da comunidade. **Demandas:** • Educação Patrimonial. • Manutenção do patrimônio tombado. **Potencialidades:** • Uso respeitoso do solo.	Consulte no final da tabela o quadro que abrange todo o território.	• LUOS. • Plano Diretor. • Diretrizes de tombamento da Capela de Nossa Sra. Dos Remédios.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 121 (p. 326).

A análise dos dados de Santo Antônio do Salto demonstra uma clara valorização da identidade local por parte dos moradores, em consonância com o interesse geral do município pela preservação de suas raízes e diversidade. A comunidade demonstrou o forte desejo de enaltecer sua história, pleiteando que espaços culturais recentes, como o Museu Teodoro, ampliem seu escopo para abarcar as tradições e vivências de todo o distrito, e não apenas de uma figura específica. Essa demanda por maior representatividade é acompanhada pela solicitação de projetos de educação patrimonial e pela manutenção efetiva do patrimônio tombado.

Por outro lado, a leitura técnica alerta para riscos significativos que ameaçam essa integridade, como a implementação de um turismo desordenado e a ocupação irregular em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Contudo, a própria comunidade reconhece o "uso respeitoso do solo" como uma potencialidade a ser estimulada e incorporada ao cotidiano. A legislação municipal, incluindo a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), o Plano Diretor e as diretrizes de tombamento de bens como a Capela de Nossa Senhora dos Remédios, figura como o arcabouço normativo. Ela é essencial para conciliar a proteção cultural com o ordenamento territorial.

Em suma, as diretrizes voltadas ao patrimônio cultural em Santo Antônio do Salto devem focar na consolidação da memória coletiva do distrito, apoiando a expansão de espaços museológicos comunitários e o fomento à educação patrimonial. Simultaneamente, é imperativa a aplicação rigorosa dos instrumentos de planejamento urbano para conter o avanço sobre áreas de preservação ambiental e organizar o desenvolvimento do turismo, garantindo que o patrimônio material e imaterial da localidade seja salvaguardado de forma contínua e sustentável.

9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana

O uso e a ocupação do solo em Ouro Preto apresentam desafios sistêmicos, marcados pela necessidade urgente de ordenamento territorial e regularização fundiária. O diagnóstico geral do município aponta que a ocupação irregular é um problema recorrente, avançando frequentemente sobre áreas com condicionantes restritivos, como zonas de risco geológico e de preservação ambiental. Especificamente no distrito de Santo Antônio do Salto, esse cenário geral se confirma. O diagnóstico identifica a apropriação irregular de espaços públicos e áreas naturais protegidas. Isso evidencia a urgência de medidas de controle, fiscalização e atualização de parâmetros urbanísticos para garantir a segurança e o desenvolvimento sustentável da localidade.

Figura 170: Quadro Síntese de Apontamentos Intersetoriais – Santo Antônio do Salto.

Localidades	Zoneamento (2011)	Ordenamento Territorial	Características	Usos do solo	Tipologia Construtiva	Infraestrutura Urbana	Suscetibilidade e Risco	Centralidades e Equipamentos

Santo Antônio do Salto	ZAR-1 ZAR-2 ZPAM ZPE	• Prever diretrizes propostas para articular e circulação entre os povoados e localidades do Distrito com a Sede. • Estabelecer parâmetros urbanísticos e instrumentos de regulação para os núcleos urbanos descontínuos e as áreas rurais.	• Potencial turístico subutilizado. • Baixo adensamento. • Fluxo pendular para Lavras Novas.	• Rural. • Comércio e Serviço de pequeno porte. • Residencial unifamiliar.	Padrão construtivo médio.	Pouco presente.	Risco Tecnológico: A mancha urbana sobrepõe as envoltórias das barragens Custódio e Ribeirão da Cachoeira. Suscetibilidade: • Enxurrada: 6,37% • Inundação: 5,02% • Movimento de Massa: 24,67% (Locais: Santo Antônio do Salto)	Escola Mun. e Est. Aleijadinho; UBS Santo Antônio do Salto; Capela de São Geraldo; Igreja de Santo Antônio; Praça da Igreja; Campo do Aluminas; Campo do Palmeiras; CGH Salto; CGH Caboclo; PCHs Funil e Prazeres; Canyon/Passarela do Funil.
Baú	-	Necessidade de estabelecer zoneamento de transição da grande área de ZPAM.	-	-	-	-	-	Igreja Assembleia de Deus.
Claudio Souza	-	Necessidade de estabelecer zoneamento de transição da grande área de ZPAM.	-	-	-	-	-	Capela Mãe Peregrina.
Fundão	-	Necessidade de estabelecer zoneamento de transição da grande área de ZPAM.	-	-	-	-	-	Capela Colonial; Capela Nossa Senhora dos Remédios.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 133 (p. 352).

Figura 171: Síntese de Aspectos de Uso e Ocupação do Solo e Expansão Urbana (Leitura Comunitária + Leitura Técnica).

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos / Legislação
• Na consolidação do núcleo urbano, nota-se que, apesar de um ordenamento territorial proposto, não há o cumprimento de parâmetros e regulamentos. • As intervenções e expansões no ambiente construído ocorrem sem controle, resultando na ocupação irregular de espaços públicos e diversos recursos naturais e atributos que requerem preservação. • É crucial que haja uma atenção especial para essas áreas, evitando expansões que possam comprometer sua integridade. • Faz-se necessário estabelecer parâmetros urbanísticos e instrumentos de regulação para os núcleos urbanos descontínuos e áreas rurais, além de promover a regularização fundiária, garantindo assim um desenvolvimento sustentável e ordenado do distrito.	• A problemática apontada dentro desse eixo no distrito foi a ocupação irregular do espaço público e em áreas de preservação ambiental. • Ademais, a demanda dos moradores é a regularização fundiária.	• Plano Diretor. • Zoneamento e parcelamento, ocupação e uso do solo. • Instrumentos diversos previstos no EC. • Regularização fundiária e edilícia.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 149 (p. 373).

A análise das tabelas de Santo Antônio do Salto revela um descompasso significativo entre o planejamento territorial vigente e a realidade da ocupação local. Tanto a leitura técnica quanto a visão dos moradores convergem para o mesmo problema central: o crescimento desordenado e a falta de cumprimento dos parâmetros urbanísticos resultaram na invasão de espaços públicos e de Áreas de Preservação Ambiental (APAs/APPs). O distrito, que possui baixo adensamento populacional e um uso do solo predominantemente rural e residencial unifamiliar, carece de infraestrutura urbana adequada para suportar sua própria expansão.

Um agravante severo nesse cenário de irregularidade fundiária são as zonas de restrição. A mancha urbana está sobreposta a áreas de risco tecnológico (envoltórias das barragens Custódio e Ribeirão da Cachoeira) e apresenta alta suscetibilidade a movimentos de massa (abrangendo quase 25% da área avaliada). Tais indicadores reforçam a urgência do controle de expansão. Ao mesmo tempo, há uma nítida necessidade de rever o zoneamento, especialmente para criar áreas de transição na grande zona de proteção (ZPAM) nos povoados de Baú, Claudio Souza e Fundão, e para fixar parâmetros claros voltados a núcleos urbanos descontínuos. O distrito também possui um potencial turístico subutilizado, refletido na

dependência de um fluxo pendular de pessoas em direção a Lavras Novas, o que poderia ser revertido com planejamento adequado e estruturação local.

O distrito de Santo Antônio do Salto necessita urgentemente da aplicação efetiva de políticas de regularização fundiária e edilícia. A prioridade do ordenamento territorial deve ser a contenção do espraiamento urbano sobre áreas ambientalmente sensíveis e zonas de risco (tecnológico e geológico). Além disso, a atualização do Plano Diretor e das leis de zoneamento deve focar em regulamentar os núcleos rurais e descontínuos, criando bases seguras para que o distrito possa explorar seu potencial turístico de maneira sustentável, com a devida dotação de infraestrutura.

10 Habitação

A política habitacional no município de Ouro Preto enfrenta desafios complexos, refletindo a necessidade de equilibrar o desenvolvimento urbano com a preservação patrimonial e ambiental. A Leitura Técnica identificou um número considerável de áreas irregulares e assentamentos precários em todo o município, com concentrações tanto na Sede quanto nos distritos. Diante desse cenário, a regularização fundiária emerge como uma demanda central para reverter a informalidade, garantir segurança jurídica, prover infraestrutura essencial e assegurar moradia digna à população. No contexto específico do distrito de Santo Antônio do Salto, a situação fundiária também reflete essas vulnerabilidades sistêmicas e exige atenção prioritária do poder público para a ordenação do território.

Figura 172: Síntese das Áreas para HIS (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Santo Antônio do Salto.

Subtema	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária (Problemas e Demandas)	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislações

3. Regularização Fundiária	No levantamento, foram identificadas um número considerável de áreas irregulares no município e áreas em processo de ocupação. Na sede estão concentrada a grande maioria das áreas irregulares e os núcleos mais consolidados; nos distritos há também núcleos irregulares, tanto de interesse social como de interesse específico. Também foram levantados os assentamentos precários. As ações de regularização fundiária atualmente acontecem na sede, em Cachoeira do Campo e em Antônio Dias.	**Problemas:** • Irregularidade fundiária. **Demandas:** • Regularização fundiária.	• Classificação da irregularidade fundiária por tipologia das ocupações e proposição de ações específicas; • Ocupação remanescente de processos antigos de parcelamento dos solos: áreas urbanas originalmente divididas e ocupadas, muitas vezes de maneira irregular, em períodos anteriores à adoção de legislações urbanísticas; • Áreas ocupadas de interesse social: núcleos consolidados, de difícil reversão, considerados o tempo de ocupação, a natureza das edificações, localização e presença de equipamentos públicos; • Assentamentos e ocupações espontâneas de interesse social: áreas ocupadas de forma irregular, muitas vezes por populações de baixa renda, que não possuem posse legal do terreno, carecendo de infraestrutura básica; • Conjunto habitacional de interesse social: empreendimentos para atender famílias de baixa renda; • Assentamentos em processo de consolidação da ocupação: assentamentos mais recentes, oriundos de desmembramentos de glebas, loteamentos e chacreamentos irregulares.	Programa Municipal de Regularização Fundiária que contemple ações de melhoria de infraestrutura, garantia de serviços públicos, de remoção e reassentamento conforme normas estabelecidas na Lei Federal 13.465/2017.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 158 (p. 393).

A análise dos dados revela que a principal urgência no distrito de Santo Antônio do Salto, no que tange ao eixo de habitação, é a regularização de terras e imóveis. Durante as oficinas participativas, a comunidade apontou de forma direta a "irregularidade fundiária" como um problema latente, estabelecendo a regularização como a sua principal demanda. A leitura técnica corrobora essa necessidade ao evidenciar que o município, como um todo, possui expressivos núcleos irregulares, indicando que a informalidade é a via frequentemente encontrada pela população para solucionar suas necessidades de moradia diante das restrições do mercado formal.

As perspectivas técnicas apontam que o enfrentamento desse cenário exige uma abordagem criteriosa. É imperativo realizar a classificação das áreas irregulares por tipologia, distinguindo, por exemplo, o que são ocupações históricas consolidadas (penosas de serem revertidas) de loteamentos e chacreamentos recentes ou ocupações espontâneas de interesse social. Essa categorização estruturada é o que permitirá à Prefeitura de Ouro Preto direcionar ações específicas e adequadas para Santo Antônio do Salto. Ela definirá onde é possível

consolidar a permanência das famílias com a devida dotação de infraestrutura e onde intervenções de outra natureza se fazem necessárias.

Em síntese, o déficit habitacional qualitativo em Santo Antônio do Salto está intrinsecamente ligado à informalidade da posse da terra. A solução perpassa, obrigatoriamente, pela efetivação do Programa Municipal de Regularização Fundiária. A aplicação dos instrumentos previstos na Lei Federal n.º 13.465/2017 é indispensável não apenas para conceder a titulação e a segurança jurídica aos moradores. Ela também serve como mecanismo urbanístico para integrar essas áreas à cidade formal, assegurando infraestrutura básica, serviços públicos e a melhoria contínua da qualidade de vida na localidade.

11 Turismo

A política habitacional no município de Ouro Preto enfrenta desafios complexos, refletindo a necessidade de equilibrar o desenvolvimento urbano com a preservação patrimonial e ambiental. A Leitura Técnica identificou um número considerável de áreas irregulares e assentamentos precários em todo o município, com concentrações tanto na Sede quanto nos distritos. Diante desse cenário, a regularização fundiária emerge como uma demanda central para reverter a informalidade, garantir segurança jurídica, prover infraestrutura essencial e assegurar moradia digna à população. No contexto específico do distrito de Santo Antônio do Salto, a situação fundiária também reflete essas vulnerabilidades sistêmicas e exige atenção prioritária do poder público para a ordenação do território.

Figura 173: Síntese das Áreas para HIS (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) – Santo Antônio do Salto.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária (Problemas e Demandas)	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/ Legislações

No levantamento, foram identificadas um número considerável de áreas irregulares no município e áreas em processo de ocupação. Na sede estão concentrada a grande maioria das áreas irregulares e os núcleos mais consolidados; nos distritos há também núcleos irregulares, tanto de interesse social como de interesse específico. Também foram levantados os assentamentos precários. As ações de regularização fundiária atualmente acontecem na sede, em Cachoeira do Campo e em Antônio Dias.	**Problemas:** • Irregularidade fundiária. **Demandas:** • Regularização fundiária.	• Classificação da irregularidade fundiária por tipologia das ocupações e proposta de ações específicas; • Ocupação remanescente de processos antigos de parcelamento dos solos: áreas urbanas originalmente divididas e ocupadas, muitas vezes de maneira irregular, em períodos anteriores à adoção de legislações urbanísticas; • Áreas ocupadas de interesse social: núcleos consolidados, de difícil reversão, considerados o tempo de ocupação, a natureza das edificações, localização e presença de equipamentos públicos; • Assentamentos e ocupações espontâneas de interesse social: áreas ocupadas de forma irregular, muitas vezes por populações de baixa renda, que não possuem posse legal do terreno, carecendo de infraestrutura básica; • Conjunto habitacional de interesse social: empreendimentos para atender famílias de baixa renda; • Assentamentos em processo de consolidação da ocupação: assentamentos mais recentes, oriundos de desmembramentos de glebas, loteamentos e chacreamentos irregulares.	Programa Municipal de Regularização Fundiária que contemple ações de melhoria de infraestrutura, garantia de serviços públicos, de remoção e reassentamento conforme normas estabelecidas na Lei Federal 13.465/2017.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 158 (p. 393).

A análise dos dados revela que a principal urgência no distrito de Santo Antônio do Salto, no que tange ao eixo de habitação, é a regularização de terras e imóveis. Durante as oficinas participativas, a comunidade apontou de forma direta a "irregularidade fundiária" como um problema latente, estabelecendo a regularização como a sua principal demanda. A leitura técnica corrobora essa necessidade ao evidenciar que o município, como um todo, possui expressivos núcleos irregulares, indicando que a informalidade é a via frequentemente encontrada pela população para solucionar suas necessidades de moradia diante das restrições do mercado formal.

As perspectivas técnicas apontam que o enfrentamento desse cenário exige uma abordagem criteriosa. É imperativo realizar a classificação das áreas irregulares por tipologia, distinguindo, por exemplo, o que são ocupações históricas consolidadas (trabalhosas de serem revertidas) de loteamentos e chacreamentos recentes ou ocupações espontâneas de interesse social. Essa categorização estruturada é o que permitirá à Prefeitura de Ouro Preto direcionar ações específicas e adequadas para Santo Antônio do Salto. Ela definirá onde é possível consolidar a permanência das famílias com a devida dotação de infraestrutura e onde intervenções de outra natureza se fazem necessárias.

Em síntese, o déficit habitacional qualitativo em Santo Antônio do Salto está intrinsecamente ligado à informalidade da posse da terra. A solução perpassa, obrigatoriamente, pela efetivação do Programa Municipal de Regularização Fundiária. A aplicação dos instrumentos previstos na Lei Federal n.º 13.465/2017 é indispensável não apenas para conceder a titulação e a segurança jurídica aos moradores. Ela também serve como mecanismo urbanístico para integrar essas áreas à cidade formal, assegurando infraestrutura básica, serviços públicos e a melhoria contínua da qualidade de vida na localidade.

Revisão do Plano Diretor de Ouro Preto
Câmara Municipal de Ouro Preto

São Bartolomeu

São Bartolomeu está situado a cerca de 16 km da Sede de Ouro Preto e é um dos distritos de fundação colonial, com patrimônio histórico e ambiental relevante. Apresenta comportamento populacional praticamente estável, com leve crescimento: 730 habitantes em 2010 e 754 em 2022, acréscimo de 24 pessoas.

1 Aspectos físicos

O planejamento territorial no município de Ouro Preto exige uma análise criteriosa do meio físico, especialmente no que tange à identificação e mitigação de riscos naturais, visando orientar o uso e a ocupação do solo de forma segura e sustentável. Inserido nesse contexto analítico, o diagnóstico focado nos aspectos físicos do distrito de São Bartolomeu avalia as suscetibilidades geológicas e hidrológicas locais, cruzando dados técnicos estruturados com as percepções vivenciadas pelos moradores.

Figura 174: Síntese do Meio Físico (Leitura Comunitária + Leitura Técnica) do distrito de São Bartolomeu.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação
• Na leitura técnica, não foram verificados maiores problemas em relação à questão dos riscos geológicos no distrito. • A carta de suscetibilidade a processos geológicos e hidrológicos, utilizada como base para as análises, indica que a área urbana do distrito não sofre com esses processos. • O Rio das Velhas corta a sede do distrito e deve-se ter a máxima atenção para evitar a ocupação de sua planície aluvial. • Os estudos de suscetibilidades a processos geológicos e hidrológicos apontam para uma certa restrição em termos de áreas para a expansão urbana, além de trecho suscetível a inundações.	• Na Reunião Participativa, a questão dos riscos foi alvo de 3,4% das manifestações; porém, nas demais contribuições (formulário físico, mídias sociais e formulário online) ou nas oficinas participativas, não foi alvo de abordagens. • Foi chamada apenas a atenção para deslizamentos e erosões nas estradas, mostrando não ser o risco geológico e hidrológico a questão que mais aflige os moradores, confirmando a avaliação do diagnóstico técnico.	Nota-se, tanto pela leitura técnica como pela leitura comunitária, que a questão dos riscos geológicos não afeta substancialmente o Distrito, porém deve-se ter atenção nos zoneamentos, de forma a evitar o crescimento na planície do Rio das Velhas. Também deve ser chamada a atenção para a escassez de áreas para a expansão urbana segura.	• Carta de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações • Zoneamento Urbano • Lei de Uso e Ocupação do Solo

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 12 (p. 81).

A análise do quadro referente aos aspectos físicos de São Bartolomeu demonstra um forte alinhamento entre as avaliações técnicas e as percepções da comunidade. Do ponto de vista técnico e geológico, a área urbana consolidada do distrito não apresenta problemas

estruturais ou riscos iminentes significativos. Essa premissa foi validada pela leitura comunitária, uma vez que o tema representou apenas 3,4% das manifestações nas reuniões participativas, sem menções nos demais canais de contribuição. A principal ressalva trazida pelos moradores refere-se a deslizamentos e erosões pontuais nas estradas de acesso, confirmando que riscos generalizados não são o principal vetor de aflição local.

Entretanto, o aspecto hidrológico exige rigor e atenção especializada por parte do planejamento urbano. O fato de o Rio das Velhas cortar a sede do distrito cria um limite físico natural para o desenvolvimento territorial. A leitura técnica alerta veementemente para a necessidade de impedir a ocupação da planície aluvial do rio, que é um trecho naturalmente suscetível a inundações. Consequentemente, embora o distrito não sofra com movimentos de massa em sua área urbana, ele enfrenta uma nítida escassez de áreas seguras e viáveis para a expansão habitacional e construtiva.

Em suma, o distrito de São Bartolomeu caracteriza-se por apresentar estabilidade geológica em sua malha urbana, não configurando uma localidade de risco crítico para seus residentes. O desafio central em relação ao meio físico recai sobre o controle do vetor de crescimento urbano. É imperativo o uso de instrumentos como o Zoneamento Urbano e a Lei de Uso e Ocupação do Solo para proibir a ocupação da planície de inundação do Rio das Velhas. Além disso, é necessário gerenciar de forma eficiente os raros espaços seguros disponíveis para a expansão do distrito, garantindo a integridade da população e do ecossistema local.

2 Meio biótico e ambiental

> Na oficina de Meio Ambiente, realizada de forma remota no dia 28 de novembro de 2023, foi relatado um conflito de uso em relação aos limites da Floresta Estadual do Uaimii, na Serra do Batatal, em áreas pertencentes ao Distrito de São Bartolomeu. Desta forma, é necessário que haja uma parceria entre o Poder Público Municipal e Estadual para que seja respeitado o zoneamento estabelecido no plano de manejo dessa Unidade de Conservação.
>
> Além disso, foi citado pelos participantes o potencial para criação de Unidade de Conservação na Serra do Chafariz. (...)
>
> (...) Enquanto na oficina comunitária realizada no dia 27 de julho de 2023, das 18h às 21h (Local: Escola Municipal Washington de Araújo, Dias – Rua do Carmo – s/n), a população presente destacou o potencial

> turístico da Floresta Estadual do Uaimii e a falta de manutenção regular das estradas de acesso a essa unidade de conservação, necessitando de ações em um curto prazo.
>
> (...) Durante a oficina supracitada, também houve demandas gerais a nível distrital, como: necessidade de desenvolver programas voltados para a conservação e recuperação de nascentes inseridas no distrito e a implementação de projetos de recomposição e conservação das matas ciliares do Rio das Velhas e córregos tributários, aumentando, em virtude disso, a fiscalização ambiental nessas áreas e o estabelecimento de programa de prevenção e controle de queimadas no distrito (FUNDAÇÃO GORCEIX, 2024, p. 98, 99).

O diagnóstico integrado do distrito de São Bartolomeu destaca-se por seu vasto patrimônio natural, demandando estratégias específicas que conciliem sua rica biodiversidade com as pressões do uso e ocupação do solo.

Figura 175: Síntese Geral do Meio Biótico e dos Aspectos Ambientais (São Bartolomeu).

Parâmetro Ambiental	Dados e Caracterização
Área do distrito.	16.144,315 ha
Principais fitofisionomias e usos	• Floresta Estacional Semidecidual (Montano): 73,53% • Áreas antropizadas (pastagem): 13,21% • Refúgio vegetacional / Afloramento quartzítico: 8,81%
Grau de Conservação da Flora	• 51,24% apresenta grau alto ou muito alto. • 28,68% apresenta grau médio. • 20,08% apresenta grau baixo de conservação.
Unidades de Conservação (UC)	• RPPNs inseridas: Fazenda Córrego Acima, Fazenda Nascer, Quinta dos Cedros, Mata da Cruz, Vale das Borboletas. • Floresta Estadual do Uaimii: 100% inserida no distrito. • APA Cachoeira das Andorinhas: 85,95% inserida no distrito. • Porção norte, limítrofe com o Parque Nacional da Serra do Gandarela.
Áreas Verdes Urbanas	Possui 317,99 ha no perímetro urbano (100% de áreas verdes urbanas, pois o distrito encontra-se totalmente inserido na APA Cachoeira das Andorinhas e integra a Floresta Estadual do Uaimii).
Áreas de Proteção Permanente (APP)	Maior concentração em Formação Florestal (78,28%), seguida por Mosaico de Usos (7,69%) e Pastagem (5,43%).
ZPAM e Reserva Legal (RL)	• ZPAM: 242,05 ha (1,50% da área do distrito). • Reserva Legal: 1.759,66 ha (10,90% da área do distrito).
Passivos Ambientais	O distrito não apresenta passivos ambientais registrados no Inventário de Áreas Contaminadas de Minas Gerais (2022).

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 37 (p. 131).

Figura 176: Diagnóstico Consolidado: Leitura Comunitária e Técnica (São Bartolomeu)

Demandas da Oficina Participativa	Parecer Técnico e Legislação Correlata
Turismo e acessos: potencial turístico da Floresta Estadual do Uaimii destacado, mas há falta de manutenção regular nas estradas de acesso.	O Poder Público deve avaliar as condições de acesso junto ao órgão gestor da UC para adotar medidas de reparo e manutenção regular.
Conservação de nascentes: necessidade de programas voltados para a conservação e recuperação de nascentes no distrito.	O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), que recebe fundos específicos, elenca o entorno de nascentes como áreas prioritárias de apoio (Art. 2º da Lei Federal Nº 14.653/2023).
Matas Ciliares e Fiscalização: Necessidade de projetos de recomposição das matas ciliares do Rio das Velhas e tributários, com aumento da fiscalização.	O Poder Público utilizará o mapeamento preliminar de APPs do Plano Diretor para elencar as prioridades de recuperação. O aumento da fiscalização ambiental também foi solicitado e justificado.
Controle de Queimadas: solicitação de implementação de Programa de Prevenção e Controle de Queimadas.	Além do programa específico, deve-se estabelecer política de fiscalização ostensiva, reprimindo práticas criminosas conforme a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal n.º 9.605/98).
Conflito de Uso (Ocupação Irregular): Relatado conflito nos limites da Floresta Estadual do Uaimii, na Serra do Batatal.	O Poder Público Municipal, junto ao órgão gestor da UC, deve avaliar o conflito para tomar providências que respeitem o zoneamento do plano de manejo.
Nova Unidade de Conservação: potencial para criação de Unidade de Conservação na Serra do Chafariz.	Segundo o gestor de áreas protegidas de Ouro Preto, já existe articulação entre o Estado e o município para essa finalidade.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 38 (p. 132).

A avaliação do meio biótico e ambiental de São Bartolomeu revela um distrito com altíssima relevância ecológica e um quadro de conservação privilegiado. Mais de 51% da flora regional encontra-se em estágio elevado de conservação, dominada pela Floresta Estacional Semidecidual. O território é um verdadeiro mosaico de áreas protegidas, abrigando integralmente a Floresta Estadual do Uaimii, grande parte da APA Cachoeira das Andorinhas e diversas RPPNs, além de fazer limite com o Parque Nacional da Serra do Gandarela. Esse cenário contrasta positivamente com a leitura técnica geral do município, uma vez que o distrito não possui passivos ambientais registrados.

No entanto, a leitura comunitária evidencia que a riqueza natural atrai pressões severas que demandam intervenção imediata do poder público. O grande potencial turístico atrelado à Floresta do Uaimii esbarra na precariedade estrutural, com estradas de acesso sem manutenção. Além disso, a comunidade aponta uma preocupação latente com a degradação hídrica, exigindo a recuperação das matas ciliares do Rio das Velhas e a proteção rigorosa de suas nascentes. Tecnicamente, essas demandas encontram respaldo legal e financeiro no

recém-finalizado Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), que prioriza justamente o entorno hídrico para captação de recursos de restauração.

Outro ponto crítico levantado refere-se à dinâmica de expansão e uso do solo. O relato de ocupações irregulares (conflitos de uso) na Serra do Batatal, incidindo diretamente sobre os limites da Floresta Estadual do Uaimii, reflete o desafio geral do município em conter o avanço sobre áreas protegidas. A solução apontada exige uma parceria incisiva entre o município e o Estado para fazer valer o zoneamento do plano de manejo. Paralelamente, o combate contínuo às queimadas por meio de fiscalização ostensiva e a perspectiva de criação de uma nova Unidade de Conservação na Serra do Chafariz demonstram uma comunidade ativa na busca pela preservação de seu território.

O distrito de São Bartolomeu possui um patrimônio biótico e ambiental de excelência, fundamentado na forte presença de Unidades de Conservação e em sua alta taxa de cobertura vegetal nativa preservada. O desafio para a gestão territorial consiste em viabilizar o turismo sustentável por meio de infraestrutura adequada. Além disso, é necessário conter ameaças diretas — como queimadas e ocupações irregulares nas bordas das UCs. Isso deve ser feito aplicando de maneira efetiva as diretrizes do Plano Municipal da Mata Atlântica e reforçando a fiscalização ambiental integrada.

3 Saneamento

O saneamento básico é um dos pilares fundamentais para a garantia da saúde pública, da qualidade de vida da população e da preservação dos recursos naturais. No contexto do planejamento urbano e territorial, o diagnóstico do saneamento engloba quatro eixos principais: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem pluvial. Para o distrito de São Bartolomeu, a análise desses eixos cruza as informações de infraestrutura levantadas pela leitura técnica com as vivências e demandas expressas pelos moradores, orientando as futuras diretrizes de intervenção do poder público municipal.

Figura 177: Diagnóstico Consolidado do Saneamento Básico em São Bartolomeu (Leitura Técnica, Comunitária e Parecer Técnico).

Eixo do Saneamento	Leitura Técnica Integrada (Infraestrutura Atual)	Leitura Comunitária Participativa (Demandas e Problemas)	Parecer Técnico e Base Legal

Abastecimento de água	• O SAA São Bartolomeu atende o distrito com 3 captações (2 subterrâneas, 1 superficial) e 2 reservatórios. • Captação da surgência Campo do Amaro está inativa. • Localidades de Engenho D'água e Maciel possuem sistemas próprios.	• Potencialidade: grande disponibilidade de recursos hídricos. • Problemas: água não passa por tratamento; há áreas com atendimento insuficiente; rede de abastecimento é antiga.	• A concessionária (Saneouro) não informou se há tratamento da água. • A Portaria MS nº 888/2021 exige filtração e desinfecção (águas superficiais) e desinfecção (subterrâneas). • A questão do tratamento será inserida nas diretrizes do Plano Diretor.
Esgotamento sanitário	• É o único distrito ouro-pretano com coleta e tratamento de esgoto. • A Estação de Tratamento (ETE) da Saneouro tem grade grossa, calha Parshall, reator anaeróbio e filtros. Opera 24h, com vazão de 1,2 L/s.	• Problemas: falta de rede em algumas ruas da área urbana e no meio rural; presença de fossas rudimentares. • Falta monitoramento de potenciais fontes de lançamento de esgoto.	• Apesar de possuir ETE, é necessária a ampliação da rede para evitar poluição do Rio das Velhas. • O monitoramento dos lançamentos é fundamental e será abordado nas propostas do Plano Diretor.
Resíduos Sólidos	• Atendido por coleta convencional duas vezes na semana. • O distrito não é atendido por coleta seletiva.	• Potencialidade: moradores já separam resíduos; viabilidade de criar cooperativa de catadores. • Problemas: falta de coleta seletiva e ecopontos; irregularidade na coleta convencional; queima de resíduos por alguns moradores.	• Irregularidades na coleta devem ser discutidas com a empresa contratada. • A prefeitura pode firmar parcerias para implantar a coleta seletiva e instalar lixeiras. • A queima de resíduos é crime ambiental (Leis 12.305/10 e 9.605/98) e causa danos à saúde e poluição.
Drenagem Pluvial	• Sistema constituído por bocas de lobo, galerias e bueiros. • Opera ora com separador absoluto (redes distintas para chuva e esgoto), ora como sistema unitário (redes unidas).	• Demanda: necessidade de implantar rede de drenagem em todo o distrito. • Demanda por projeto de reflorestamento da mata ciliar do Rio das Velhas e seus tributários.	• As solicitações de drenagem e reflorestamento serão incluídas nas Diretrizes e Propostas do Plano Diretor para melhoria da qualidade de vida local.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 67 (p. 141).

A análise do eixo de saneamento no distrito de São Bartolomeu revela um cenário de contrastes marcantes entre o potencial técnico instalado e os déficits operacionais vivenciados pela população. O abastecimento de água, por exemplo, beneficia-se de uma grande

abundância hídrica local, com captações superficiais e subterrâneas. No entanto, a comunidade aponta para a obsolescência da rede e, mais criticamente, para a ausência de tratamento adequado da água fornecida. O parecer técnico reforça essa preocupação, destacando que a concessionária não comprovou o cumprimento da Portaria MS n.º 888/2021, que obriga processos mínimos de filtração e desinfecção, caracterizando um risco direto à saúde pública.

No que tange ao esgotamento sanitário, São Bartolomeu possui um diferencial extremamente positivo: é o único distrito do município de Ouro Preto equipado com uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Todavia, a leitura comunitária demonstra que o sistema não possui cobertura universal. A existência de vias urbanas e áreas rurais desprovidas de rede coletora leva ao uso de fossas rudimentares, gerando pontos de lançamento irregular que ameaçam a bacia do Rio das Velhas. Torna-se evidente a necessidade de expandir a rede capilar para otimizar o uso da ETE já existente.

Em relação aos resíduos sólidos, observa-se uma comunidade com alto grau de conscientização ambiental, evidenciado pela prática voluntária de separação do lixo e pelo interesse em cooperativas de reciclagem. Esse engajamento, contudo, esbarra na ausência de infraestrutura pública, como a falta de coleta seletiva, escassez de lixeiras e ecopontos, além de irregularidades na coleta convencional. Esse vácuo na prestação do serviço acaba induzindo práticas prejudiciais e ilegais por parte de alguns moradores, como a queima de resíduos a céu aberto, configurando crime ambiental.

Por fim, o sistema de drenagem pluvial, que ainda mistura redes de chuva e esgoto em alguns trechos (sistema unitário), mostra-se insuficiente. A demanda comunitária por expansão da rede de drenagem caminha lado a lado com a requisição de reflorestamento das matas ciliares do Rio das Velhas, demonstrando uma compreensão popular apurada de que a infraestrutura urbana e a preservação ambiental devem atuar de forma integrada.

O diagnóstico de saneamento de São Bartolomeu indica que o distrito possui bases estruturais importantes, como abundância hídrica e uma ETE operante, além de uma comunidade ecologicamente engajada. Contudo, para que a qualidade de vida e a saúde pública sejam plenamente garantidas, é imperativo que o Poder Público e a concessionária promovam a universalização e a eficiência dos serviços. As ações prioritárias englobam a adequação do tratamento da água para consumo humano e a ampliação da rede coletora de esgoto para erradicar lançamentos irregulares no Rio das Velhas. Além disso, incluem a

implementação formal da coleta seletiva e a estruturação de um sistema de drenagem atrelado à recuperação ambiental das margens fluviais.

4 Mineração

A atividade de mineração em Ouro Preto é caracterizada por uma complexa rede de processos ativos que se distribuem por diversas bacias hidrográficas, envolvendo múltiplos empreendimentos e a gestão de barragens com diferentes finalidades e jurisdições fiscalizatórias. No contexto específico do distrito de São Bartolomeu, a análise técnica e comunitária busca integrar a realidade dos processos minerários existentes com os impactos e demandas percebidos pela população local. Isso está em conformidade com o arcabouço legal vigente que regula o setor mineral e a segurança de barragens.

Figura 178: Síntese da leitura comunitária com parecer técnico de São Bartolomeu.

Processos em fase de concessão de lavra	Estudos de Dam Break	Conflitos
Existem três processos em fase de concessão de lavra para as substâncias ferro e minério de ferro, sob responsabilidade da empresa Vale S.A., localizados no extremo norte do distrito, na Serra de Capanema.	-	-

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 91 (p. 233).

A leitura técnica de São Bartolomeu indica a presença de três processos minerários em fase de concessão de lavra, todos concentrados no extremo norte do distrito, na Serra de Capanema, e operados pela empresa Vale S.A. Embora o quadro técnico não tenha registrado, até o momento, a existência de estudos de Dam Break ou conflitos documentados diretamente associados a esses processos específicos no distrito, a leitura comunitária evidencia preocupações significativas que extrapolam a análise estrita da lavra.

Os moradores de São Bartolomeu manifestam inquietações sobre os riscos inerentes à exploração mineral na Serra do Ouro Preto, citando impactos negativos no trânsito, no meio ambiente e nos recursos hídricos. Além disso, a comunidade aponta para o impacto sobre o patrimônio histórico e o transtorno causado pelo tráfego intenso de caminhões nas vias locais. Como resposta a essas questões, a comunidade demanda uma regulação mais rígida dos processos e licenciamentos.

Em termos de governança, o parecer técnico ressalta que a regulação e o licenciamento ambiental são competências executadas por órgãos estaduais, cabendo ao Poder Executivo Municipal o papel de definir diretrizes mais rigorosas no âmbito do Plano Diretor. A estratégia de enfrentamento desses problemas envolve o alinhamento com o Plano Diretor de Ouro Preto e o Plano de Mobilidade, visando ao estabelecimento de propostas que minimizem os impactos locais.

O diagnóstico aponta que, embora São Bartolomeu possua um quantitativo reduzido de processos minerários ativos em comparação ao cenário municipal, a proximidade da atividade com áreas sensíveis gera uma percepção de risco imediata por parte dos moradores. A solução para os conflitos identificados reside na integração da regulação ambiental com o planejamento urbano, focando no endurecimento das diretrizes municipais dentro dos instrumentos de planejamento territorial e de mobilidade.

5 Aspectos sociais e demográficos

A análise dos aspectos sociais e demográficos é fundamental para compreender a dinâmica populacional e a qualidade dos serviços públicos ofertados no município de Ouro Preto. Conforme dados do Censo Demográfico 2022, o município apresenta uma população residente de 74.847 habitantes, evidenciando um crescimento de 4.566 pessoas em relação ao ano de 2010. Enquanto a sede concentra a maior parcela dos moradores, a distribuição populacional nos distritos é variável; São Bartolomeu, especificamente, mantém uma participação modesta, porém estável, com 754 residentes. A qualidade de vida local, contudo, é fortemente impactada pelo acesso aos serviços essenciais, como saúde, educação e assistência social, conforme detalhado no diagnóstico participativo a seguir.

Figura 179: Quadro Resumo: Aspectos Sociais e Demográficos – São Bartolomeu.

Área Temática	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas
Assistência Social	O distrito não apresentou problemas, mas, como demanda, reclama a presença da unidade móvel.	**Problemas:** **Demandas:** assistência social (CRAS - itinerante).	As demandas apontadas devem ser avaliadas pela Secretaria, considerando questões de curto prazo.

Educação	Em São Bartolomeu, a comunidade demanda melhorias no transporte escolar, creches em tempo integral a serem consideradas pela Secretaria e a valorização da educação ambiental e patrimonial.	**Problemas:** Falta de creches. **Demandas:** Educação Ambiental; Educação Patrimonial; Casa da Festa; Disponibilidade; Transporte escolar inseguro; Creche integral a partir de 1 ano.	As demandas existentes devem ser avaliadas e programadas pela Secretaria.
Saúde.	A unidade de saúde em São Bartolomeu precisa de reforma e ampliação. Essa situação se refere ao povoado de Soares. Na série Doutor, a escola desativada será convertida em unidade de saúde. A comunidade exige atendimento de urgência e maior frequência médica, além de soros para tratar ataques de animais venenosos. Destacam que a equipe é cuidadosa. Pedem mais fichas de atendimento e especialidades.	**Problemas:** Atendimento limitado; controle de zoonoses deficiente; falta de médico diário; sem urgências; sem ambulatório e antídotos para animais peçonhentos; consultas mensais; estrutura do posto restrita; auxílio com senha semanal; ausência de atendimento odontológico; insuficiência médica. **Demandas:** Aumentar dias e médicos disponíveis; ampliar atendimento, incluindo urgências; garantir qualidade; ter equipe atenta; melhorar infraestrutura; mais fichas; dentista e enfermeiro fixos.	No geral, a demanda inclui melhoria no funcionamento, insumos e medicamentos, bem como mais atendimento médico, o que representa o atendimento de curto prazo a ser avaliado e respondido à comunidade pela Secretaria de Saúde.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro p. 271, 272.

A análise da situação social em São Bartolomeu mostra a inadequação da infraestrutura em relação às necessidades da população, principalmente em saúde e educação. Na saúde, apesar de a equipe ser atenciosa, a fragilidade das unidades e a falta de médicos e dentistas, com atendimentos limitados, são os principais problemas. A demanda por atendimento de urgência e insumos para tratar acidentes com animais peçonhentos indica uma urgência na reorganização logística.

Na educação, a carência de creches em tempo integral e a precariedade do transporte escolar são pontos críticos que limitam o desenvolvimento social das famílias do distrito. A solicitação por programas de educação ambiental e patrimonial revela, por outro lado, uma comunidade engajada e ciente da importância da valorização do seu território. No campo da assistência social, a solicitação por um CRAS itinerante reflete o desejo por uma maior proximidade das políticas públicas. Em suma, as conclusões apontam para a urgência de melhorias estruturais e de gestão para garantir o pleno acesso a serviços básicos dignos e seguros aos moradores de São Bartolomeu.

O diagnóstico social de São Bartolomeu evidencia que, para além da estabilidade demográfica, o distrito carece de investimentos setoriais focados na ampliação da carga horária de atendimento médico-odontológico, na reforma de unidades de saúde e na estruturação de creches em período integral. A gestão municipal deve priorizar a avaliação dessas demandas para alinhar a prestação de serviços à realidade da população, promovendo uma melhoria contínua na qualidade de vida local.

6 Aspectos econômicos

A análise econômica de Ouro Preto indica alta arrecadação, impulsionada pela mineração, trazendo o desafio de diversificar receitas e promover o desenvolvimento sustentável. A integração dos distritos ao planejamento econômico é fundamental. Em São Bartolomeu, o diagnóstico identifica a agricultura familiar como essencial, ressaltando a necessidade de resolver problemas logísticos e regulatórios que restringem a produção da área.

Figura 180: Síntese de aspectos econômicos (leitura comunitária + técnica) para São Bartolomeu.

Região	Problemas	Demandas	Conclusões e Perspectivas	Legislação
São Bartolomeu	Falta de fiscalização no abate de frango; dificuldade para escoamento da produção.	Promoção e fortalecimento da agricultura familiar.	A agricultura familiar é importante ferramenta para inclusão produtiva e social dos moradores da sede e distritos. Os seus problemas estão relatados na leitura técnica e, superá-los, será possível que o distrito consiga a elevação que demanda no setor.	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural; Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 95 (p. 279).

Os dados levantados para o distrito de São Bartolomeu indicam que a economia local enfrenta desafios estruturais vinculados à cadeia produtiva rural. O problema da falta de fiscalização no abate de frango, aliado à dificuldade de escoamento da produção, limita a

competitividade dos produtores locais e a formalização das atividades agropecuárias. Estas questões dialogam diretamente com as demandas municipais gerais, que apontam para a necessidade de investimentos na infraestrutura de zona rural e na criação de mecanismos de apoio à agricultura familiar.

A conclusão técnica para o distrito é clara: o fortalecimento da agricultura familiar não é apenas uma medida de suporte ao produtor, mas uma ferramenta estratégica de inclusão produtiva e social. Para que esse potencial seja efetivado, a superação dos problemas de infraestrutura de escoamento e a adequação sanitária são condições indispensáveis. O alinhamento com o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e o Plano de Desenvolvimento Econômico surge, portanto, como o caminho regulatório necessário para que o distrito consiga o salto de desenvolvimento almejado pela comunidade.

O diagnóstico de São Bartolomeu aponta que a dinamização da economia distrital passa obrigatoriamente pela estruturação da agricultura familiar. A mitigação dos problemas de fiscalização sanitária e de escoamento, aliada à aplicação efetiva da legislação de desenvolvimento rural, constitui o eixo prioritário para promover a diversificação econômica local e reduzir a dependência exclusiva da estrutura produtiva do centro do município.

7 Mobilidade

A mobilidade urbana no município de Ouro Preto enfrenta desafios complexos que abrangem desde a precariedade das calçadas e a falta de infraestrutura para modos ativos até a necessidade de otimização do transporte coletivo e da gestão de tráfego. Enquanto a sede lida com gargalos estruturais e topográficos, os distritos, como São Bartolomeu, apresentam demandas específicas relacionadas à conectividade, qualidade das vias de acesso e segurança viária. É fundamental alinhar as intervenções locais ao Plano de Mobilidade Municipal para garantir uma integração territorial eficiente e segura.

Figura 181: Quadro Resumo: Mobilidade em São Bartolomeu.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação
Distrito turístico sem ligação direta à Sede; dificuldades na circulação de pedestres e necessidade de melhorias na infraestrutura viária.	Tráfego complicado, ausência de transporte público, estradas precárias e efeitos adversos de caminhões.	Necessidade de aprimoramento interno do distrito e dos acessos. Debate sobre fechamento da rua principal e adoção de mão única.	Gestão do transporte coletivo; hierarquia das vias; atualização do plano de mobilidade.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 102 (p. 301).

O diagnóstico de São Bartolomeu mostra que a vocação turística do distrito enfrenta grandes deficiências na mobilidade. A análise técnica revela fragilidades na rede viária, com problemas na circulação de pedestres e necessidade de melhorias na infraestrutura urbana. A leitura comunitária revela o descontentamento dos moradores com a falta de transporte público, as péssimas estradas vicinais e o incômodo tráfego de caminhões de mineração.

As chances de melhora para o distrito focam na urgente qualificação do acesso e da circulação interna. A proposta de reorganizar o tráfego, com o fechamento da rua principal e mão única, busca tornar o trânsito mais seguro e ordenado. Essas medidas, ligadas aos instrumentos de gestão e às diretrizes do Plano de Mobilidade, são fundamentais para reduzir conflitos e valorizar o turismo e a residência em São Bartolomeu.

A superação dos problemas de mobilidade em São Bartolomeu exige um esforço integrado que priorize a pavimentação e sinalização das vias, a garantia de transporte coletivo adequado e o controle efetivo do tráfego de carga. O sucesso dessas ações depende da atualização constante do Plano de Mobilidade, que deve contemplar as especificidades do distrito e harmonizar as demandas da população local com a hierarquia viária municipal.

8 Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural de Ouro Preto, embora central para a identidade do município, requer um olhar atento e integrado em todos os seus distritos. A preservação de bens edificados e naturais permeia diversas esferas do planejamento urbano, como a ocupação do solo, o meio ambiente e o turismo. Para o distrito de São Bartolomeu, o desafio consiste em equilibrar o interesse crescente pelo turismo regional e a pressão do mercado imobiliário com a necessidade de salvaguardar ruínas arqueológicas, a integridade da Floresta Estadual do Uaimii e o núcleo histórico tombado.

Figura 182: Quadro Resumo: Patrimônio Cultural – São Bartolomeu.

Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Conclusões e Perspectivas	Instrumentos/Legislação

Ruínas de estruturas em pedra; resquícios de mineração no Rio das Velhas; Floresta Estadual do Uaimii ameaçada. Expansão desordenada, desobediência a diretrizes de preservação e construção de silos na área urbana.	Queixa sobre a falta de programas de preservação. Identificação do conjunto arquitetônico das ruas do Carmo e do Espírito Santo como patrimônio. Educação Patrimonial e Fiscalização.	Consulte o final da tabela que abrange todo o território.	LUOS; Plano Diretor; Diretrizes de tombamento do Núcleo Histórico.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 122 (p. 327).

O diagnóstico do patrimônio cultural em São Bartolomeu aponta para uma tensão entre a preservação e o desenvolvimento urbano. Do ponto de vista técnico, graças à posição estratégica, abrigava quilombolas que legaram um acervo cultural relevante que inclui ruínas históricas ligadas à atividade mineradora e recursos naturais protegidos, como a Floresta Estadual do Uaimii. Contudo, a integridade desses elementos está ameaçada pela ocupação desordenada, pelo descumprimento das normas de tombamento municipal e pela instalação inadequada de equipamentos industriais no perímetro urbano.

A percepção comunitária reforça a urgência dessa situação, evidenciando que a população local sente falta de políticas públicas efetivas de preservação. Os moradores valorizam o conjunto arquitetônico e vias históricas específicas, demandando ações concretas de Educação Patrimonial e uma fiscalização mais rigorosa para conter a degradação e o crescimento imobiliário descontrolado. O alinhamento com a legislação vigente, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) e as diretrizes do Plano Diretor, é essencial para converter essas demandas em medidas de proteção que assegurem a continuidade histórica e cultural do distrito.

A proteção do patrimônio cultural em São Bartolomeu exige o fortalecimento da fiscalização ambiental e urbana e a implementação de programas de Educação Patrimonial. Somente por meio da aplicação rigorosa dos instrumentos legislativos de tombamento e do ordenamento territorial será possível mitigar os impactos da expansão urbana sobre os bens materiais e naturais que conferem ao distrito sua relevância cultural.

9 Uso e ocupação do solo e expansão urbana

O diagnóstico do uso e ocupação do solo em Ouro Preto revela um cenário de crescimento urbano acelerado que, em muitos distritos, ocorre de forma desacompanhada

pela necessária infraestrutura básica. Esse processo gera espraiamento, descontinuidade do tecido urbano e sobrecarga nos núcleos centrais. Para São Bartolomeu, a análise técnica destaca um território com alta relevância ambiental, que exige diretrizes específicas de ordenamento para conciliar sua vocação turística e residencial com a preservação de seu conjunto arquitetônico e atributos naturais.

Figura 183: Quadro Síntese: Uso e Ocupação do Solo – São Bartolomeu.

Localidades	Zoneamento (2011)	Ordenamento Territorial	Características	Usos do Solo	Tipologia Construtiva	Infraestrutura Urbana	Suscetibilidade e Risco	Centralidades e Equipamentos
São Bartolomeu	ZAR-2; ZPAM; ZPE	Prever instrumentos urbanísticos que garantam áreas em ZPE e ZPAM; estabelecer parâmetros para núcleos descontínuos e áreas rurais; prever diretrizes para o núcleo urbano conforme vocação turística.	Área de grande relevância por atributos hídricos e naturais; conjunto arquitetônico preservado; tendência de uso impulsionada pelo título de "vila bucólica".	Residencial unifamiliar; comércio de pequeno porte voltado para turismo; rural.	Padrão construtivo médio.	Pouco presente.	Inundação (10,04%); Movimento de Massa (7,14%).	Campo de Futebol e Escola Municipal Dr. Washington de Araújo Dias. Dr. Washington de Araújo Dias; UBS; Matriz e Chafariz de São Bartolomeu; Igreja N. Sra. das Mercês; ETE; Biblioteca Livre; Correios; Academia ao ar livre; Floresta Estadual Uaimii.
Engenho D'água	-	-	Avanço da ocupação em direção às áreas protegidas.	Rural.	-	-	Local: Maciel e São Bartolomeu.	Os locais mencionados incluem a Capela do Engenho D'água e o CREADS em Maciel.
Maciel	-	-	Avanço da ocupação em direção às áreas protegidas.	Rural.	-	-	Local: Maciel e São Bartolomeu.	Capela de Maciel.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 134 (p. 353).

O distrito de São Bartolomeu possui características únicas que requerem um planejamento cuidadoso. A leitura técnica reconhece o distrito como uma área valiosa, destacando seus recursos hídricos e naturais, e um conjunto arquitetônico que reforça sua vocação turística e a imagem de "vila bucólica". Essa atratividade traz desafios: a ocupação avança nas áreas protegidas, principalmente em Engenho D'água e Maciel.

Do ponto de vista da gestão, é fundamental a implementação de instrumentos urbanísticos que protejam as zonas ZPE e ZPAM, estabelecendo parâmetros rígidos para os núcleos urbanos descontínuos e as áreas rurais. O diagnóstico de riscos aponta vulnerabilidades importantes, com suscetibilidade a inundações (10,04%) e movimentos de massa (7,14%), que devem ser consideradas em qualquer proposta de expansão ou regularização. A infraestrutura urbana no distrito ainda é classificada como "pouco presente", o que reforça a necessidade de melhorias para sustentar a população residente e a atividade turística crescente sem comprometer o patrimônio edificado.

O futuro de São Bartolomeu depende de um zoneamento que harmonize o desenvolvimento turístico com a preservação de sua identidade rural e arquitetônica. A prioridade deve ser o controle do avanço urbano sobre as áreas protegidas, o monitoramento dos riscos geológicos e a estruturação de serviços públicos básicos que garantam a qualidade de vida da comunidade local sem descaracterizar o valor histórico da vila.

10 Habitação

A análise da produção habitacional em Ouro Preto revela a existência de Áreas Especiais de Interesse Social (ZEIS 1) distribuídas pela sede e por alguns distritos, com destaque para a concentração de assentamentos precários e áreas de interesse social identificadas no mapeamento técnico. Para o distrito de São Bartolomeu, o diagnóstico aponta desafios específicos que conectam a necessidade de regularização e produção habitacional à superação de entraves administrativos, visando garantir o acesso à moradia digna para a população de baixa renda.

Figura 184: Quadro Síntese: Produção Habitacional – São Bartolomeu.

Problemas (Leitura Comunitária)	Demandas (Leitura Comunitária)
Burocracia excessiva no processo de construção de casas voltadas para a população de baixa renda.	Produção de moradia popular por meio de programa de acesso à moradia, com suporte de arquitetura e engenharia pública para famílias de baixa renda.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 156 (p. 386).

O diagnóstico participativo em São Bartolomeu destaca que a principal barreira para a produção habitacional local não está apenas na escassez de terrenos, mas na complexidade

burocrática que impede que famílias de baixa renda consigam realizar suas construções de forma regular e segura.

A demanda apresentada pela comunidade é clara: a necessidade de intervenção do poder público para facilitar o acesso à moradia. A população solicita a criação de programas específicos de produção habitacional no distrito, que contem com o suporte de serviços de arquitetura e engenharia pública. Essa medida é vista como fundamental para garantir que as famílias de baixa renda possam edificar suas residências com assistência técnica adequada, mitigando o crescimento desordenado e promovendo a qualidade urbanística do distrito.

O enfrentamento do déficit habitacional em São Bartolomeu requer a simplificação dos processos administrativos e o oferecimento de assistência técnica especializada. A implementação de políticas que viabilizem a construção assistida é o caminho estratégico para atender às demandas locais, assegurando que o desenvolvimento habitacional ocorra de maneira organizada e acessível à população de baixa renda.

11 Turismo

O diagnóstico do turismo em São Bartolomeu revela um território com forte vocação para o ecoturismo e para o turismo cultural, fundamentado em uma rica base ambiental e na valorização de tradições locais. A exploração dessas potencialidades, contudo, enfrenta desafios estruturais significativos, que exigem ações planejadas de infraestrutura e capacitação profissional para que a atividade turística se desenvolva de maneira sustentável e integrada à preservação do patrimônio.

Figura 185: Quadro Síntese: Turismo – São Bartolomeu

Subtemas	Leitura Técnica Integrada	Leitura Comunitária Participativa	Instrumentos/Legislação

Atrativos Naturais, Infraestrutura e Conservação	Distrito localizado na APA das Andorinhas; possui diversos atrativos (cachoeiras, parques, Floresta Uaimii). Demanda desenvolvimento de turismo ecológico, regenerativo e de base familiar. Necessita de capacitação de moradores para atendimento aos visitantes e melhoria em hotéis, restaurantes e sinalização.	Aponta demanda por turismo ecológico, regenerativo e de base familiar. Ressalta a necessidade de capacitação de moradores para atendimento aos visitantes. Identifica que a falta de infraestrutura (hotéis, restaurantes, sinalização) e escassez de comércios locais limitam o potencial turístico.	O APA das Andorinhas, conforme o Decreto Estadual n.º 30.264/1989, é um dos documentos relevantes para a discussão sobre a infraestrutura turística. Est. n.º 30.264/1989); PPA; LOA; Programas de Investimento em Infraestrutura Turística.
Gastronomia e Festas Culturais	Tradição artesanal na produção de doces (fonte de renda familiar); patrimônio histórico-cultural e natural preservado (APA das Andorinhas, Uaimii); fauna e flora diversificadas.	Gastronomia e festas locais possuem grande potencial; eventos que promovem a culinária local atraem visitantes anualmente e exercem forte apelo turístico.	Decreto n.º 1096/2008 (Bem Imaterial Municipal); Programa de Patrimônio Municipal de Ouro Preto.

Equipe técnica do Instituto Minas Gerais. Fonte: Fundação Gorceix (2024). Baseado no quadro 171 (p. 408).

Os dados demonstram que São Bartolomeu possui um ativo turístico valioso, ancorado tanto na sua localização privilegiada em áreas de preservação ambiental quanto na sua identidade cultural, representada notadamente pela produção artesanal de doces. A leitura técnica e a comunitária convergem ao indicar que a comunidade deseja um modelo de desenvolvimento turístico de base familiar, ecológico e regenerativo.

Entretanto, a realidade identificada aponta para limitações estruturais que impedem a plena fruição desse potencial. A carência de infraestrutura básica, como hotelaria, sinalização adequada e serviços de restaurante, aliada à escassez de estabelecimentos comerciais, atua como um gargalo para a recepção eficaz de visitantes. A capacitação dos moradores surge, portanto, como um eixo estratégico indispensável para converter o interesse turístico em oportunidades reais de emprego e renda, assegurando a qualidade da experiência do turista e o respeito ao modo de vida da comunidade local.

O futuro turístico de São Bartolomeu depende da conciliação entre a preservação ambiental — garantida pela proteção das áreas de conservação que compõem a maior parte

do território — e a estruturação de serviços de apoio ao turismo. É prioritário investir na qualificação do atendimento aos visitantes e na melhoria da infraestrutura local, consolidando o distrito como referência em turismo de base comunitária e gastronomia artesanal, sem descaracterizar sua identidade rural e histórica.

Revisão do
Plano Diretor
de Ouro Preto
Câmara Municipal de Ouro Preto

Referências

BRASIL. Ministério das Cidades. **Os vereadores no processo de elaboração de Planos Diretores Participativos**. Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

OURO PRETO. Prefeitura Municipal. **Caderno de proposições: consulta pública**. Plano Diretor de Ouro Preto. Ouro Preto. Março de 2026. Disponível em: https://www.ouropreto.mg.gov.br/planodiretor/arquivos/CADERNO-PROPOSICOES-CONSULTA-PUBLICA.pdf. Acesso em: 13 jun. 2026.

OURO PRETO. Prefeitura Municipal. **Mapa turístico de Ouro Preto – MG**. Secretaria de Turismo. Ouro Preto [s.d.]. Disponível em: https://www.ouropreto.mg.gov.br/turismo/arquivos/Mapa_Tur%C3%ADstico_Ouro_Preto_MG.pdf. Acesso em: 13 jun. 2026.

OURO PRETO. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Ouro Preto: Produtos**. Ouro Preto [s.d.]. Disponível em: https://www.ouropreto.mg.gov.br/planodiretor/produtos. Acesso em: 13 jun. 2026.

OURO PRETO. Prefeitura Municipal. **Relatório técnico e prestação de contas**. Ouro Preto. Junho de 2024. Revisado em novembro de 2024. Disponível em: https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/prestacao_contas/7af3b0b2b183486f5277b96c60cfcf28.pdf. Acesso em: 13 jun. 2026.

Revisão do
Plano Diretor
de Ouro Preto
Câmara Municipal de Ouro Preto

CÂMARA
MUNICIPAL
DE OURO PRETO
LEGISLANDO PARA CIDADANIA

EGJK
ESCOLA DE GESTÃO
JUSCELINO KUBITSCHEK

Instituto
Minas Gerais
Pesquisa, Ensino e Inovação

IMG
EDITORA